

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Hosana dos Santos Silva

O LUGAR DA LÍNGUA
na São Paulo transformada:
os usos linguísticos dos intelectuais
republicanos paulistas

(versão corrigida)

O exemplar original está disponível no CAPH da FFLCH

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

O LUGAR DA LÍNGUA na São Paulo Transformada:

*os usos linguísticos dos intelectuais
republicanos paulistas*

Hosana dos Santos Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Marilza de Oliveira

(versão corrigida)

O exemplar original está disponível no CAPH da FFLCH

**São Paulo
2012**

Para minhas *queridas*:
Maria,
Noemi.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, que me faz entender, a cada dia, que entre todas as coisas
“permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, porém o maior destes é o amor” (I Co. 13).

Felicidade imensa colocar ponto final neste texto e esboçar, finalmente, essa declaração de gratidão, que comunica, entre uma frase e outra, que este trabalho foi construído *“a muitas mãos”*.

À minha mãe, Maria, e à minha irmã, Noemi, devo tudo: *foi essa prática diária de amor e amizade que me amparou nos dias mais difíceis; de suas mãos recebi a força necessária para prosseguir.*

Sou grata ao meu irmão, Jeferson, e à minha cunhada, Cláudia, que muitas vezes me obrigaram a suspender o estudo e a gastar um par de horas *jogando conversa fora*; suas histórias carregadas de sorrisos sempre alegraram meus dias.

À Claudia agradeço, ainda, por ajudar a cuidar desta família nos momentos em que estive ausente.

À minha querida professora Marilza de Oliveira, a quem tive a felicidade de conhecer no primeiro ano da graduação (em 1999), agradeço não somente a orientação no desenvolvimento desta pesquisa – *ádua, desde o início* –, mas o incentivo e a amizade. Em todos esses anos (e lá se vão treze anos!) seu exemplo constante de simplicidade e humildade facilitaram minha inscrição nesse embaraçado campo acadêmico.

Agradeço ao meu querido e valoroso amigo Daniel Teixeira de Assis pela ajuda na realização da pesquisa no Rio de Janeiro, pelas longas conversas sobre esse trabalho, pelo incentivo e amizade.

Sou grata à Ani Angeli, amiga querida desde a infância, e aos seus filhinhos Jonathan e Yasmin, que no curso deste trabalho muitas vezes sorriram pensativos: *“Está acabando? E quantas páginas ainda faltam?”*

Agradeço aos meus amigos Elizabete Ferreira e Renato Rodrigues, grandes incentivadores de meus projetos; e à Ivone Santos, pelas palavras de apoio.

Ao meu amigo Fúlvio Torres Flores, pela ajuda e amizade constantes ao longo de todos esses anos.

À minha tia Marinalva dos Santos Lima, pelo carinho e orações diárias.

À D. Emília Maria de Assis, à D. Maria José e ao Sr. Antonio Guerra (que compartilhou comigo suas experiências luso-brasileiras), agradeço o carinho, a amizade e as orações.

Agradeço aos colegas e amigos do grupo de pesquisa, sempre acolhedores e dispostos a contribuir para o êxito dessa pesquisa.

Em especial, sou grata à Giovanna Ike Coan, cuja solicitude, nesses tempos em que predomina o *desdém*, merece apreço: lhe devo não somente a correção do *Abstract*, mas o gesto inestimável de se dispor a corrigi-lo em véspera de Natal.

Da mesma forma, agradeço à Priscilla Barbosa Ribeiro, por ajudar e oferecer ajuda e, sobretudo, pela amizade.

À Érica Bertolon, pelo incentivo e, principalmente, por ajudar a construir, com seu entusiasmo, um ambiente mais agradável ao grupo de estudo.

Ao Hélcio Batista Pereira, amigo desde os tempos de graduação, que me ajudou em muitas ocasiões e, nessa etapa, me enviou importantes documentos e materiais bibliográficos.

À Jaqueline Massagardi Mendes, pelo incentivo, amizade e, ainda, por aceitar participar da banca examinadora.

À professora Maria Clara Paixão de Sousa, que fez uma leitura atenta do texto de qualificação, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, que tem acompanhado a trajetória do grupo e contribuído para sua solidificação: agradeço as recomendações para melhoria deste estudo.

Às professoras Jânia Martins Ramos, Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi e Olga Ferreira Coelho, que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa.

À professora Fernanda Suely Muller, sempre amável, por me enviar seus estudos, compartilhar suas experiências em Portugal e me oferecer indicações sobre a imprensa lusitana.

Por fim, agradeço aos funcionários da USP, particularmente aos da Secretaria de Pós-Graduação do DLCV. Agradeço, ainda, aos funcionários dos diversos arquivos que visitei, em especial, ao professor Pedro Tórtima, e ao Jeferson, do IHGB (RJ); à professora Anicleide Zequini, do Museu Republicano Convenção de Itu (SP); ao historiador Joaquim Roberto Fagundes, do Museu Pedagógico Rodrigues Alves (SP); à Sra. Agda, bibliotecária do Clube Português de São Paulo; à Sra. Maria Antonieta Sachs

Mendes, diretora do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes; aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que sempre deixam a tarefa dos consulentes menos árdua.

Ao parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela leitura, comentários e recomendações.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo indispensável apoio financeiro (proc. 2008/56388-9).

Resumo

Neste estudo, refletimos sobre a relação língua-sociedade tal como desenhada na São Paulo do final do século XIX e início do XX, época de mudanças decisivas para o Brasil e particularmente para essa cidade, que sofre um intenso processo de urbanização e também de adensamento populacional, sobretudo pela entrada de imigrantes.

Mais especificamente, discutimos a complexa experiência social e linguística do *grupo de intelectuais republicanos paulistas*, procurando observar o modo como diferentes ideologias e militâncias políticas influíram em suas produções linguísticas.

Para o desenvolvimento do estudo, descrevemos e analisamos os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais em textos produzidos por cinco integrantes desse grupo. Aos resultados dessa produção, contrapomos dados extraídos de textos publicados na imprensa imigrantista lusitana, com o fim de apreender, expor e comparar diferentes usos da língua portuguesa em São Paulo. Levamos em conta, nessa abordagem, as condições sociais de produção e reprodução linguísticas, isto é, a estrutura de relações subjetivas e objetivas subjacentes às escolhas desses falantes.

Nessa proposta de trabalho interdisciplinar, orientada pelos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e da Teoria Gerativa, em diálogo estreito com História e com a Sociologia da Linguagem (conforme concebida por Pierre Bourdieu), defendemos a hipótese de que a *variedade culta paulista* apresenta características próprias, que a distanciam não somente dos usos vernaculares (populares), mas também do português europeu moderno. Ademais, as formas linguísticas que singularizam a produção escrita desses intelectuais funcionam como marcadores privilegiados de diferenciação entre falantes, à medida que revelam a posição social do indivíduo e os efeitos da instrução formal sobre suas práticas.

Palavras-chave: republicanos paulistas; imigração portuguesa; imprensa imigrantista; português brasileiro; norma linguística; clíticos pronominais.

Abstract

This research examines the relationship between language and society in the city of São Paulo at the late 19th and early 20th centuries. Significant changes occurred in Brazil at that time, especially in São Paulo, where an intense process of urbanization took place and the population exploded due to large migration flows.

More precisely, in this dissertation we discuss the complex social and linguistic experience of a group of educated speakers, viz. the republican intellectuals of São Paulo, and attempt to observe how distinct ideologies and political militancy influenced their language production.

The empirical patterns of clitic placement were described and analyzed in texts written by five members of such group of people. The findings were contrasted with data taken from the Portuguese immigrant press, in order for us to show, compare and understand the different uses of Portuguese in the city.

Under this approach, the social conditions of language production and reproduction are taken into account; in other words, we focus on the structure of the subjective and objective relations that underlie the speakers' choices.

This interdisciplinary proposal follows the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics and the Generative Theory, in dialogue with History and the Sociology of Language (cf. Pierre Bourdieu). We support the hypothesis that standard Brazilian Portuguese in São Paulo has characteristics that separate it from both vernacular Brazilian Portuguese and modern European Portuguese. Moreover, the linguistic forms that distinguish the written production of those intellectuals serve as differentiation markers among speakers, since they reveal the social status of the individuals and the effects of formal instruction on their practices.

Keywords: republican intellectuals of São Paulo; Portuguese immigration; immigrant press; Brazilian Portuguese; linguistic norm; clitics.

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - NA TRILHA DA INTERDISCIPLINARIDADE	
PARTE 1 - Caminhos teóricos e metodológicos	28
1. A investigação emparelhada como caminho de pesquisa	33
1.1 História, Sociologia e Linguística: à busca do entrelaço	40
2. Mobilizando olhares	44
2.1 Sobre língua e gramática: a proposta gerativista	44
2.2 O arranjo língua-sociedade no campo sociolinguístico	48
2.3 Língua e sociedade no campo sociológico	57
3. Emparelhando disciplinas: conclusões	68
PARTE 2 - Notas sobre os corpora	74
4. Intelectuais republicanos paulistas	75
5. A Imprensa imigrantista	86
CAPÍTULO II - QUANDO SE DIZ LÍNGUA E NAÇÃO	
Povo dividido, língua partilhada	95
1. Língua e relações sociais	96
2. O que não se deve dizer: o normal e o normativo	111
3. O debate sobre as diferenças; a luta pela autoridade linguística	119

4. “Dificuldades da língua portuguesa”: ainda os pronomes	131
5. O debate estendido: há uma língua brasileira?	137
CAPITULO III - A CIDADE TRANSFORMADA	
Coisas de São Paulo	146
1. Do burgo de estudantes à metrópole do café	147
2. Paulistas na pauliceia: entre intelectuais, fazendeiros e ideologias	160
2.1 Em presença dos intelectuais	160
2.2 Os republicanos paulistas e os movimentos separatistas	165
3. O lugar da língua	174
CAPÍTULO IV - PISTAS SOBRE A IMIGRAÇÃO	
A presença portuguesa	180
1. Um olhar sobre a imigração	181
2. Portugueses em São Paulo	188
3. As relações luso-brasileiras	197
4. O lugar da língua	205
5. Ainda a questão linguística	211
6. Conjugando dados	214
CAPITULO V - QUESTÕES DE LÍNGUA	
PARTE 1 - Fatos da língua	218
1. Os clíticos	220
2. Uma nota sobre a mudança	236
2.1 Do português clássico à gramática do português europeu moderno	236

2.2 A gramática do português brasileiro	240
PARTE 2 - Usos Linguísticos	246
3. Entre paulistas	246
3.1 Ênclise em orações dependentes	260
3.2 Orações infinitivas preposicionadas	274
3.3 Complexos (grupos) verbais	290
4. Imprensa imigrantista	306
4.1 Orações infinitivas preposicionadas	309
4.2 Complexos (grupos) verbais	315
5. Observações finitas	318
CAPÍTULO FINAL – A VARIEDADE CULTA EM SÃO PAULO	
Notas sobre a variação	326
1. Condições de produção linguística: rede de relações sociais	329
2. Dimensões da experiência social	337
Acervos Consultados	343
Fontes	344
Bibliografia	351
ANEXO A	374

Lista de quadros, figuras e tabelas

QUADROS

Quadro V-1 — Português Europeu (do século XIX ao XX)	227
Quadro V-2 — Português Brasileiro (culto) (do século XIX ao XXI)	229
Quadro V-3 — Ordenação dos clíticos no português do século XVI ao XVIII	237
Quadro V-4 — Padrões de ordenação dos pronomes em contextos preposicionados (do século XIII ao século XVI)	277

GRÁFICOS

Gráfico V-1 — Retenção pronominal e apagamento de acordo com o período de tempo (Adaptado de Tarallo, 1983 e Cyrino, 1993)	224
Gráfico V-2 — Ênclise em orações infinitivas não preposicionadas, orações gerundivas e orações finitas com verbo na posição inicial absoluta.	247
Gráfico V-3 — Ênclise em orações com verbo em posição inicial absoluta (V1); Orações infinitivas preposicionadas; orações dependentes; orações contendo grupos verbais	252
Gráfico V-4 — Próclise em orações-raíz com verbos finitos (Pagotto, 1992)	255
Gráfico V-5 — Próclise em contexto V1 na escrita catarinense - adaptado de Martins (2008)	257
Gráfico V-6 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas - por tipo de preposição	275
Gráfico V-7 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pela preposição a (adaptado de Godoy, 2006)	278
Gráfico V-8 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pela preposição a -	

escritores portugueses e brasileiros (adaptado de Oliveira, 2011)	280
Gráfico V-9 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pelas preposições DE e PARA- escritores portugueses e brasileiros (adaptado de Oliveira, 2011)	281
Gráfico V-10 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas Dados de Oliveira (2011) x Lobo (2001)	282
Gráfico V-11 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – por tipo de preposição - escrita de intelectuais paulistas	284
Gráfico V-12 — Ênclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - comparação entre o corpus Intelectuais paulistas e os dados de Oliveira(2011)	285
Gráfico V-13 — Ênclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - Almanaque Literário (por data de publicação)	285
Gráfico - V14 — Frequência de próclise (cl-V V) (com e sem atratores de próclise) séculos XVI- XX - Pagotto (1992)	294
Gráfico V-15 — Frequência de próclise (ordem <i>V clV</i>) – do século XVI ao XX – (Adaptado de Pagotto, 1992)	294
Gráfico V-16 — Posição dos clíticos em complexos verbais - Remetentes brasileiros Lobo (2001) - (quadro geral)	295
Gráfico V-17 — Frequência de construções com alçamento de clíticos cl V V/ V-cl V) em Cartas Baianas (Carneiro, 2005) e Escrita Catarinense (Martins, 2009) – por data de nascimento dos autores	297
Gráfico V-18 — Frequência de ênclise (V V-cl) e próclise (V cl V/ VclV) nos séculos XIX e XX - Dados de Martins (2009) e Pagotto (1992)	297
Gráfico V-19 — Frequência de construções sem alçamento de clíticos (V cl V / V cl-V) em Cartas Baianas (Carneiro, 2005) e Escrita Catarinense (Martins, 2009) – por data de nascimento dos autores	298
Gráfico V-20 — Frequência de clíticos em construções com grupos verbais no Almanaque Literário de São Paulo (quadro geral)	299
Gráfico V-21 — Frequência de próclise (ordem V cl V) na Escrita Paulista por Autor	302
Gráfico V-22 — Frequência de próclise (V cl V) x ênclise (V V-cl) na Escrita Paulista - por autor	303

Gráfico V-23 — Ordenação dos clíticos em grupos verbais - construções com alçamento (cl V V/ V-cl V) na Escrita Paulista	304
Gráfico V-24 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas; orações dependentes; orações com verbo em posição inicial absoluta – Imprensa Imigrantista	307
Gráfico V-25 — Ênclise/próclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - imprensa imigrantista	310
Gráfico V-26 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - comparação entre a imprensa imigrantista e os dados analisados por Lobo (2001)	310
Gráfico V-27 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (Oliveira, 2011); remetentes portugueses (Lobo, 2001) e imprensa imigrantista.	312
Gráfico V-28 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses (Oliveira, 2011); séculos XVI-XIX (Godoy, 2003) e imprensa imigrantista.	312
Gráfico V-29 — Frequência de ênclise em infinitivas preposicionadas – por tipo de preposição – Imprensa imigrantista; Rodrigues Alves; Eduardo Prado	314
Gráfico V-30 — Ordem dos clíticos em orações com complexos verbais – Imprensa imigrantista	315
Gráfico V-31 – Frequência de próclise (clV V) e ênclise (V-cl/ VV-cl) por tipo de verbo - Imprensa Imigrantista	317

TABELAS

Tabela IV-1 — Variação Percentual da População da cidade de São Paulo (1872 a 1920)	181
Tabela IV-2 — Habitantes da cidade de São Paulo - Nacionais e Estrangeiros	182
Tabela IV-3 — Imigração portuguesa por período (no Brasil)	189
Tabela V-1 – Pronome proclítico em relação à negação (cl- NEG V V)	244
Tabela V2 – total de orações / próclise e ênclise em orações com verbos simples (finitos e não-finitos)	246
Tabela V-3 – Ênclise em contexto V1	253

Tabela V-4 – Próclise/Ênclise em orações dependentes (por falante)	261
Tabela V-5 – ênclise em orações dependentes (por tipo de oração)	261
Tabela V-6 – ênclise em orações dependentes - por tipo de oração	262
Tabela V-7 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas - por tipo de preposição	275
Tabela V-8 — Ênclise x próclise em orações infinitivas introduzidas pelas preposições de e para (adaptado de Godoy, 2006)	278
Tabela V-9 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira, 2011)	279
Tabela V-10 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira, 2011)	280
Tabela V-11 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas (cf. Oliveira, 2011)	282
Tabela V-12 – Frequência de clíticos em construções com grupos verbais em Cartas Baianas (Carneiro, 2005) e na Escrita Catarinense (Martins, 2009)	297
Tabela V-13 - Ordenação dos clíticos em complexos verbais na Escrita Paulista – por autor (considerando o número de ocorrências)	300
Tabela V-14 –Próclise e ênclise em orações com verbos simples (finitos e não-finitos)	307

Lista de Siglas e Abreviaturas

PC: Português Clássico
PE: Português Europeu moderno
PB: Português Brasileiro

cIV: próclise
Vcl: ênclise

COMP: Complementizador
F: Foco
T: Tempo
P: Pessoa
V: Verbo

I ou **Infl:** Flexão
AGR: Concordância

CP: Sintagma Complementizador
FP: Sintagma de Foco
TP: Sintagma de Tempo
IP: Sintagma de Flexão
AgrP: Sintagma de Concordância
AgrSP: Sintagma de Concordância do Sujeito
VP: Sintagma Verbal
DP: Sintagma Determinante
NP: Sintagma Nominal
PP: Sintagma Preposicional

Spec: Especificador
Spec/FP: Especificador do Sintagma de Foco
Spec/TP: Especificador do Sintagma de Tempo
Spec/AgrSP: Especificador do Sintagma de Concordância do Sujeito
Spec/VP: Especificador do Sintagma verbal

Introdução

Para levar adiante este estudo, tivemos de *desaprender*: esquecer aos poucos os limites da Linguística e estender o espaço de interação e debate. Ainda mais, se fez necessário *desprender*: lidar com a delimitação das ciências, mas escapar à compreensão mais consolidada de conhecimento científico.

Desde a eleição do objeto de análise, pareceu-nos evidente que somente uma pesquisa interdisciplinar poderia servir para designar os diversos aspectos da relação língua-sociedade, tal como desenhada na São Paulo do final do século XIX e início do XX. De fato, é a interdisciplinaridade metodológica e também conceitual, pela possibilidade de alinhamento e conjugação de campos científicos e teorias distintas, que facilita a análise aqui desenvolvida.

Nosso tema-ponto de partida é a formação histórica de São Paulo, da perspectiva social e econômica, em sua correlação com os usos linguísticos dos grupos sociais que a habitavam. Tal proposta, já assinalada no bojo do projeto *História do Português Paulista (Projeto Caipira)*¹, se desenvolve pelo encaminhamento das discussões sobre a mudança gramatical do português brasileiro e as variações específicas de seus usos

¹ Este estudo se inscreve na linha de pesquisa do Projeto “*Formação do português culto paulista escrito: o papel das grandes escolas*”, parte integrante do Projeto Temático de Equipe “*História do Português Paulista*” (FAPESP / Proc. 06/55944-0) (cf. Oliveira, 2006).

pelos falantes para um campo de análise em que o fenômeno linguístico é apreendido como parte das complexas experiências dos grupos sociais² (cf. Castilho, 2006).

No recorte aqui proposto, procuramos apreender e analisar os usos linguísticos de falantes cultos, notadamente os *intelectuais republicanos paulistas*, interrogando sobre as causas concretas de suas escolhas linguísticas, em face das transformações sócio-culturais, econômicas e políticas que refletiram concomitantemente sobre a cidade de São Paulo no final do século XIX.

Bem sabemos que em meio ao “*multifacetado cosmopolitismo sócio-cultural*”³ que caracterizou a Pauliceia oitocentista, falar em *variedade culta* é, antes de tudo, evidenciar as oposições socialmente construídas entre sujeitos desigualmente dispostos na estrutura social. Dito de outro modo, a discussão se prende à forma como a sociedade se organiza e ao lugar ocupado pelo indivíduo nessa organização. Assim, mediante descrição e análise das variedades usadas por esses intelectuais paulistas, especificamente no que se referem aos padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais (**me, te, lhe, nos, vos** e variantes)⁴, procuramos discutir não somente os aspectos relacionados à variação, propriamente dita, mas às condições sociais de produção e reprodução linguísticas⁵.

Em que pese o formato de nosso objeto de estudo, buscamos uma modalidade de análise voltada às experiências individuais (do sujeito e do grupo). Desse modo, não nos propomos a um estudo extensivo, na direção de um panorama amplo da variação linguística na São Paulo da passagem do século XIX ao XX, mas a uma leitura plural de

² Cf. o projeto original, de julho/2007 (Santos Silva, 2007).

³ Retomamos, aqui, as palavras de Moraes (1989).

⁴ Comumente classificados nas gramáticas normativas e escolares como *pronomes oblíquos átonos*.

⁵ Nos termos de Bourdieu (1977, 2008, 2009, entre outros estudos).

quadros de variação, cujas dimensões constitutivas se recortam nas experiências linguísticas dos sujeitos-falantes. Nessa abordagem, a descrição/interpretação não tende a revelar novos fatores sócio-condicionadores dos usos linguísticos, mas a indicar aspectos da variação que permaneceriam ignorados em uma proposta de análise quantitativa de dados recolhidos em uma abrangente comunidade de fala.

A proposta obriga que se dê um passo além da relação estatística entre fatores variáveis, e faz prevalecer a necessidade de um trabalho analítico, que possibilite a apreensão não somente de aspectos sociais integralizantes, mas também de pormenores, tais como as trajetórias coletivas que definem os grupos sociais e as experiências individuais, apreendidas nas relações entre interlocutores diversos. Nesse modo de análise, são os indícios que mais ajudam a entender as dimensões sociais da experiência linguística⁶.

Ora, já está claro que as delimitações impostas ao nosso objeto de estudo inibem uma análise estritamente linguística; daí marcarmos, antecipadamente, a opção pelo trabalho interdisciplinar, enquanto perspectiva integrada de investigação. Com efeito, a abordagem interdisciplinar revelou resultados importantes e nos conduziu às seguintes hipóteses: a) a *variedade culta paulista* apresenta características próprias, que a distanciam não somente dos usos vernaculares (populares), mas também do português europeu moderno; b) as propriedades linguísticas que singularizam a variante usada por esses intelectuais funcionam como marcadores privilegiados de diferenciação entre falantes⁷, à medida que revelam a origem social do indivíduo e os efeitos da instrução formal sobre suas práticas.

⁶ Detalharemos o método no primeiro capítulo deste estudo.

⁷ Ao longo do texto, usamos a expressão *marcador privilegiado de distinção (ou de diferenciação) entre falantes*⁷, com o sentido que lhe atribui Bourdieu (2007 [1982]).

Para melhor definição do objeto e caracterização do grupo sob análise, torna-se necessário observar que o qualificativo “*intelectuais republicanos paulistas*” recobre um conjunto bastante abrangente. Estruturado no decorrer da segunda metade do século XIX, o grupo se constituiu pela intersecção de espaços sociais e campos diversos, entre os quais podemos destacar a Academia de Direito de São Paulo, o Partido Republicano, boa parte da imprensa paulista, além dos setores públicos, tais como as Câmaras, as instituições diversas, a exemplo da Escola Normal de São Paulo etc.

Acreditamos que a atuação dos *paulistas republicanos* no espaço social amplo – o estado e a cidade São Paulo, desdobrado nesses campos específicos –, se apresentou objetivamente pelo exercício do poder simbólico⁸, advindo do capital social, cultural e econômico de seus integrantes. Assim, para o estudo dos usos linguísticos desses sujeitos, procuramos focalizar suas experiências diferenciais em resultado da posição que ocuparam no espaço social e econômico. É determinante, nesse sentido, o processo de construção de identidade individual e do grupo, que se fez, entre outros aspectos, pela tentativa de definição e valorização do “*ser paulista*”.

Outro ponto a sublinhar, no conjunto de questões concernentes a este estudo, são as instabilidades nos padrões sociais e culturais observados na São Paulo *transformada*, – consequência das mudanças materiais operadas na cidade e também da coexistência de sujeitos diversos, comumente representados nos estudos historiográficos e sociológicos pelas oposições entre brancos, negros, índios, mulatos ou mestiços; homens livres, escravos ou ex-escravos⁹; nacionais ou estrangeiros imigrantes; grupos de elites ou grupos populares; pobres ou ricos etc.

⁸ Nos termos de Bourdieu (1977, 2007, 2008, 2009, entre outros estudos).

⁹ Focalizamos a cidade a partir de 1870, assim, a questão da escravidão é sempre retomada nos estudos históricos em geral.

Acreditamos que essas relações, bem marcadas nas pesquisas científicas, são, de vários modos, ilustrativas das oposições reais daquela sociedade, em que os diversos sujeitos se movimentavam numa estrutura social hierarquizada e contraditória, baseada na distribuição desigual do capital cultural e econômico.

Recortar ou *extrair* desse contexto um grupo falante específico implica recuperar, na configuração dos processos de formação e transformação da cidade, algumas dessas oposições. Em outras palavras, as discussões acerca das condições sociais de produção linguística interrogam, simultaneamente, os fundamentos das vinculações sociais entre os diversos sujeitos que usam a língua. A compreensão dos usos linguísticos desses paulistas só pode ser alcançada mediante a observação das relações entre interlocutores (para além dos limites do grupo), as quais, numa sociedade hierarquizada, se estabelecem como relações de força e poder¹⁰. O exame dessas relações, proposto como condição de pesquisa, fornece o material necessário à enquadração do objeto, na medida em que contrapõe os campos sociais e as diferentes produções linguísticas.

Para captar mais objetivamente esse jogo de oposições – flexionando essas questões no mais amplo quadro de organização política e cultural da nação brasileira (no pós-independência) –, procuramos recuperar as dissensões entre portugueses e brasileiros, opção que fazemos motivados pela própria história de vinculação entre esses dois povos; história marcada por contradições e conflitos, muitas vezes sumariados nos estudos historiográficos sob a rubrica do *antilusitanismo* ou do *lusofobismo*.

Pela análise da imprensa imigrantista portuguesa – ponto de partida, neste estudo, das discussões sobre o valor simbólico da *língua comum* na firmação da

¹⁰ Nos termos de Bourdieu (op. cit.).

identidade do imigrante português –, e pelo diálogo com diversos estudos sobre os movimentos migratórios, discutimos questões relativas à similaridade linguística e de costumes, os laços familiares e a ligação histórica entre Brasil e Portugal, comumente apontados como elementos favorecedores de conciliação da convivência entre os dois povos, o que teria garantido aos portugueses maior facilidade em relação aos demais grupos imigrantes (cf. Carvalho, 1875, p. 279-280, entre outros). Nesse sentido, procuramos evidenciar que, para além dos propalados laços e afinidades, é tanto mais importante o fato de que, no espaço político, social, cultural e econômico da nova sociedade, o imigrante português é determinado por seus costumes e por sua língua, marcada pelas diferenças prosódicas, lexicais, fonológicas e sintáticas, conforme se observam nos estudos comparativos das variedades do português. Pelo que, se as singularidades do *falar lusitano* não caracterizam, ao menos no plano político, uma língua estrangeira (uma vez que a evidente dicotomia entre a realidade linguística brasileira e a europeia não determina a cisão da língua portuguesa), o imigrante português fica situado na fronteira linguística: nem totalmente falante da língua do Brasil, nem totalmente falante de língua *não-brasileira*. Ao que parece, na passagem do século XIX, a presença do imigrante lusitano, com sua *língua portuguesa de lá*, era ainda uma presença estrangeira, contudo, menos provisória, dados os vínculos estabelecidos no passado, e politicamente menos neutra, uma vez que, reafirmando no Brasil os valores e memórias lusitanas, interferiu nos correntes dissensos entre letrados brasileiros e portugueses (cf. Serpa, 2000; Mendes, 2008; entre outros)¹¹.

¹¹ Sabemos que nem todos os letrados tomaram parte nessas questões.

No que se refere à suscitação do passado colonial, acreditamos que permanecem em causa as ideias classificatórias pré-concebidas sobre esses imigrantes, bem como as generalizações, os julgamentos. Quanto às suas ações, não consideramos somente a atuação individual do imigrante, mas a ação da imprensa imigrantista, das redes associativas, etc.

Entendemos que os embates formulados nesse campo da palavra (sobretudo escrita) são bastante férteis para estudos não somente linguísticos, mas também de outras ciências sociais, já que trazem à superfície, nesse momento de transformação socioeconômica e política (brasileira e paulista), e de afirmação da identidade nacional, importantes aspectos da sociedade brasileira.

Ademais, é no campo da *palavra* que Portugal, reagindo à crise socioeconômica e cioso de seu lugar na estrutura social brasileira, busca reinventar sua identidade (cf. Serpa, 2000.). Ainda no século XIX, alguns letrados portugueses propõem o ideário da comunidade nacional “*extraterritorial*” (Nizza da Silva, 1992, p. 124; Oliveira, 2007). No Brasil, a manifestação portuguesa se faz sentir por meio de um discurso marcado pela ideologia nacionalista, que procura definir a contribuição do povo português para a formação da consciência nacional brasileira – inibindo, nesse processo, a figuração de índios, negros, italianos, etc. Nesse quadro, o conceito de unidade linguística se configura como um ponto de sustentação do trabalho de integração. A esse respeito, questionamos se o processo de normatização linguística¹² no Brasil se apresentou, de fato, como imposição da herança portuguesa.

Esse recorte, que deixa em evidência a relação entre brasileiros e imigrantes portugueses, em detrimento dos demais grupos sociais, se deve a um fato importante que sublinhamos aqui. Desde a emancipação política do Brasil e até o final do século XIX, os movimentos voltados à construção da unidade nacional brasileira enredaram a

¹² Por norma linguística entendemos o modelo linguístico impessoal e anônimo imposto, mediante um discurso prescritivo, de controle e coerção, como única língua correta, aceitável e oficial. Não fazemos distinção entre os termos ‘norma’, ‘norma padrão’ e ‘norma linguística’. Os termos “variedades cultas” e “português culto” se referem aos usos linguísticos dos falantes cultos, isto é, falantes com alto grau de letramento e/ou grau superior de escolarização. Embora esses conceitos não sejam equivalentes (cf. Soares, 1998; entre outros), nos parece adequado mantê-los com igual valor para realização dessa pesquisa. Seguindo Bagno (2001), preferimos não empregar o termo “*norma culta*” correspondendo a usos linguísticos de falantes cultos.

busca por uma língua e uma literatura própria, livre dos laços portugueses¹³. Levando em conta o espaço social em que foi travada essa luta, podemos dizer que tudo se passou no campo intelectual, sobretudo pela produção cultural¹⁴ de agentes sociais situados em espaços aparentemente opostos. Em uma ponta do debate, estavam os letrados que defendiam o português brasileiro; de outra parte, os que se posicionaram a favor da vigência das normas gramaticais lusitanas (cf. Pimentel Pinto, 1978; entre outros). No plano prático, ao mesmo tempo em que se cultivou, de algum modo, a reverência aos padrões linguísticos lusitanos, empreenderam-se discursos em defesa de (alguns) usos linguísticos próprios do Brasil e, ainda mais, desenvolveu-se uma literatura brasileira incorporadora de uma variedade linguística distinta do português europeu moderno.

Essa contradição aparente vem sendo analisada por historiadores e linguistas como resultado dos problemas étnicos, sociais, culturais e econômicos que atravessaram a jovem e heterogênea nação brasileira. Conforme explicitam os estudos historiográficos, parte dos intelectuais e líderes políticos, no contexto de transformação da sociedade escravista, acreditava que a grande quantidade de negros e mestiços entre a população situaria o Brasil numa condição de inferioridade em relação aos demais países da América. Diante dessas e de outras questões, intensificaram-se os discursos racistas, que defendiam, entre outras causas, o branquecimento do povo brasileiro, pela entrada de imigrantes europeus. Ora, nesse ambiente social conflituoso, de fortalecimento das teorias raciais, o desprezo à cultura e à língua de negros e indígenas se apresentou como consequência direta das práticas políticas e ideológicas das classes

¹³ Note-se que, nesse período, as diferenciações entre a língua portuguesa de Portugal e a língua do Brasil não são somente reconhecidas, mas se constituem objetos de reflexão, estudo e debate.

¹⁴ Tomamos, aqui, a noção de campo proposta por Pierre Bourdieu, explicitada mais adiante, no primeiro capítulo deste estudo.

dominantes¹⁵. Na mesma esteira, a cultivação da herança portuguesa foi a solução encontrada por essas elites para garantir ao Brasil alguma “cultura de civilização” (cf. Pagotto, 1998; Lima, 2003; entre outros). Em outras palavras, guardaríamos a língua e a religião portuguesa: “*eis por que não seríamos selvagens*” (Lima, 2003, grifo nosso)¹⁶.

Esse quadro conduziu-nos a alguns questionamentos: é possível dizer que os *intelectuais republicanos paulistas* ficaram submetidos a essas duas forças opostas: de um lado os ideários nacionalistas, com o projeto de uma língua própria, e de outro a necessidade de se prender à tradição portuguesa? Os ideais políticos cultivados por esses intelectuais se sobrepuseram, de alguma forma, a essas questões? De que modo as muitas levas de imigrantes portugueses entrados em São Paulo interferiram nessa disputa linguística?

Por fim, como essas considerações mais gerais não determinam e/ou explicam a eleição dos clíticos pronominais, entre os outros tantos fenômenos linguísticos, como objeto de estudo, torna-se necessário pontuar que, da perspectiva linguística, esses elementos apresentam comportamentos bastante distintos no português brasileiro e no português europeu¹⁷, o que rende um *sem-fim* de discussões. Além disso, considerando o caráter social, cultural e político das discussões sobre a língua brasileira, encetadas nesse momento histórico sob análise, a diferenciação na colocação pronominal representa, ao lado da questão dos neologismos e da questão ortográfica, um dos baluartes da disputa entre letrados conservadores (que defendiam a vigência da norma lusitana no Brasil) e os inovadores (defensores da *língua brasileira*) (cf. Pimentel Pinto, 1970; entre outros).

¹⁵ Cf. Schwarz (1987, 2001, 2008 e referências ali citadas).

¹⁶ Desdobramos essas questões no segundo capítulo deste estudo.

¹⁷ Apresentamos essas discussões no quinto capítulo deste estudo.

Para rematar essa introdução, convém evidenciar, antecipadamente, um postulado que serve ao desenvolvimento da pesquisa, qual seja o fato de que nos estudos diacrônicos sobre a língua portuguesa o século XIX aparece bem configurado como período de consolidação do português brasileiro (PB), estruturalmente distinto do português usado em Portugal. Nesse sentido, a literatura linguística costuma evidenciar um conjunto de traços (sintáticos, morfológicos, fonológicos, etc.) distintivos do português brasileiro contemporâneo, os quais são interpretados como frutos de um processo de mudança linguística, o que deixa em causa as noções sobre o passado e o presente da língua.

Afora a calorosa discussão acerca da origem da mudança do português¹⁸, e para além das diferenças linguísticas em si mesmas, qualquer que seja a análise, a noção de português brasileiro começa com o discernimento entre ao menos duas variedades da língua portuguesa (o português brasileiro e o português europeu). Nesse sentido, a noção de *português brasileiro* deve ser indagada à luz das questões sociais, históricas e ideológicas que a envolvem. Assim, quando dizemos que os traços distintivos do português em uso no Brasil autorizam pensar em uma gramática brasileira¹⁹, esse discurso, ainda que sustentado, na atualidade, pelo conhecimento científico, se constitui em (e a partir de) um lugar histórico-social específico, o qual certamente se vincula ao ponto de vista que adotamos na constituição do objeto de estudo e na condução da análise. Tendo ressaltado essas premissas, que não constituem, elas mesmas, objetos de reflexão, passemos à organização do trabalho.

¹⁸ Discute-se, essencialmente, se o português brasileiro apresenta traços que indicam uma origem crioula ou se esses traços refletem uma mudança natural da língua.

¹⁹ Nos termos gerativistas, conforme esclareceremos no capítulo que segue.

No primeiro capítulo antecipamos a proposta teórico-metodológica que seguimos no processo investigativo. Discutimos, mais atentamente, o problema da interdisciplinaridade e enfocamos as questões que envolvem a articulação entre Linguística, História e Sociologia.

No segundo capítulo, apresentamos um panorama das discussões e controvérsias suscitadas sobre as questões relativas à língua, vinculadas ao nacionalismo e à nacionalização, no período posterior à independência do Brasil, em 1822, e até as primeiras décadas do século XX. Procuramos, ainda, focar o debate acerca da colocação pronominal, o que nos dá bases para analisar os usos linguísticos dos *paulistas* e, ainda, discutir os processos de normatização da língua.

O terceiro capítulo volta-se inteiramente à configuração da cidade de São Paulo; focalizamos o processo de urbanização, resgatando duas imagens-sínteses sobre a cidade – “*burgo de estudantes*” e “*metrópole do café*”. Ainda nesse capítulo, procuramos observar o lugar social ocupado pelos integrantes do grupo dos paulistas no quadro amplo da São Paulo do final do oitocentos, notando suas ações, especialmente as intervenções sociais e políticas na relação com seus usos linguísticos.

No quarto capítulo lançamos foco sobre a presença portuguesa em São Paulo, nos moldes já tratados nesta introdução, ou seja, privilegiando a perspectiva que representa as vinculações entre portugueses e brasileiros enquanto relações de luta. Focalizamos, ainda, questões relativas aos usos da língua portuguesa, no que respeita à adaptação e à afirmação da identidade desses sujeitos na terra brasileira.

As especificidades dos usos linguísticos de paulistas, em contraste com dados extraídos da imprensa imigrantista, notadamente no que toca aos padrões de ordenação dos clíticos pronominais, são apresentadas no quinto capítulo. O capítulo final recupera

os aspectos centrais das discussões formuladas neste estudo, sublinhando as questões concernentes à estrutura de relações objetivas e subjetivas que subjaz as escolhas linguísticas dos *intelectuais republicanos paulistas*.

CAPÍTULO I

Na trilha da
INTERDISCIPLINARIDADE

*Desinventar objetos. O pente, por exemplo.
Dar ao pente funções de não pentear. Até que
ele fique à disposição de ser uma begônia.
Ou uma gravanha.*

Manoel de Barros, “Uma didática da invenção”

Parte 1

Caminhos teóricos e metodológicos

O *Projeto História do Português Paulista* tem como motivo original “[...] *investigar emparelhadamente a formação da sociedade paulista e suas variedades linguísticas, tais como testemunhadas no Estado de São Paulo e em sua capital.*” (Castilho, 2006, p. 1, grifo nosso). Essa proposta, aparentemente simples em seu objetivo, traz à baila questões diversas, especialmente o problema de lidar com as linhas demarcatórias entre as ciências e, ainda, de fazer figurar numa agenda de investigação linguística problemáticas de campos científicos vários. Em outras palavras, considera-se sempre a possibilidade de tal tarefa extrapolar o domínio da Linguística, arrastando para o centro dessa ciência problemas teóricos e metodológicos de áreas distintas, os quais não integram os projetos dos linguistas. Pode-se dizer, nesse sentido, que a proposta de *investigação emparelhada* deixa mais visível os limites dos campos científicos, que não são senão campos sociais, com suas relações de forças e monopólios (nos termos de Bourdieu, 2007, 2008).

Paradoxalmente, as relações entre as disciplinas e os problemas decorrentes dessas relações tendem a ser minimizados no próprio trabalho de emparelhamento, comumente realizado em termos de correlações. Tudo se ampara na ideia de interdisciplinaridade – lugar em que as lutas concorrenciais entre os campos

aparentemente se esmaecem em favor da troca de conhecimento e em nome do desenvolvimento científico.

De fato as fronteiras entre as ciências não impedem o *fazer interdisciplinar*; todavia, na situação concreta do trabalho de pesquisa, qualquer processo de articulação entre disciplinas obriga sempre a reflexão sobre a prática científica, com o fim de evidenciar, tendo em vista os contornos disciplinares, as condições nas quais esse emparelhamento é possível.

É preciso pensar no campo científico como um espaço organizado, atravessado por problemas diversos, por vezes engendrados no próprio campo (cf. Bourdieu, 2007). Desse lugar, não há neutralidade, ou seja, o olhar depositado no objeto de estudo nunca é completamente imparcial, mas inclinado para pontos específicos, em geral vinculados à experiência do pesquisador (op. cit.). Esse é um dos motivos pelo qual muitas propostas de integração de disciplinas são levadas adiante com base nas diretrizes de um único campo, ou a partir de um determinado ponto de articulação, no qual supostamente é possível o enquadramento e conciliação de métodos e teorias distintas¹.

Considerando essas dificuldades, e concebendo que os objetos de pesquisa são atitudes mentais, isto é, só podem ser definidos e construídos “em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada” (Bourdieu, 2007, p. 48), o problema interposto na proposta de investigação emparelhada

¹ Alguns trabalhos recentes, desenvolvidos no quadro da “história social da linguagem”, esboçam essa contradição (aparente?). Embora reforcem a ideia de que o estudo abrangente da linguagem humana é possível mediante os engates disciplinares (cf. Burke e Porter, 1993), os trabalhos produzidos nesse campo tocam mais às questões históricas do que propriamente às questões linguísticas, i. e., as discussões formuladas ficam situadas no campo histórico, de modo que alguns problemas gerais que interessam (ou interessariam) aos linguistas permanecem ausentes da análise.

é o de proceder ao recorte conceitual e, ainda, dar lugar, no estudo do objeto, aos diversos conceitos implicados em sua construção.

Levando em conta essas questões mais gerais sobre o problema de pesquisa, antes passarmos ao detalhamento de nossa proposta de trabalho interdisciplinar, convém apresentá-la previamente em um quadro compacto.

De início é preciso reiterar que esta proposta de análise se volta aos usos linguísticos individuais (um único indivíduo ou um grupo específico). Essa opção metodológica lastreia novos questionamentos e hipóteses acerca do comportamento linguístico dos falantes, bem como da estrutura de relações sociais subjacentes às suas escolhas linguísticas. Acreditamos que essa abordagem desenvolvida sob a perspectiva da interdisciplinaridade possibilitará a (re) leitura de alguns quadros estatísticos desenhados pelas análises variacionistas quantitativas, os quais, apesar de nos oferecer uma visão ampla da variação e mudança linguísticas, acabam dissimulando, na representação numérica, usos linguísticos muito diversos, entrecruzados no espaço sócio-temporal comumente designado *comunidade de fala*. Note-se, todavia, que não se trata de criticar a sociolinguística quantitativa ou de tentar “recolocar” ou “incluir” o indivíduo em seu projeto científico. O que fazemos é variar o ponto de vista, pelo recurso à análise interdisciplinar.

O pressuposto essencial, nessa proposta, é o de que os usos linguísticos de um indivíduo (ou um grupo) são condicionados por fatores variados e muitas vezes independentes, relacionados às condições sociais e históricas de produção e reprodução linguísticas (nos termos de Bourdieu, 2008). Entendemos por *usos linguísticos* as variedades da língua empregadas pelo falante nas diversas situações comunicativas, que são também relações de força simbólica. *Usos*, desse modo, pressupõem uma ação

prática facultada pela inter-relação entre competência linguística (capacidade de compreender, produzir e julgar a gramaticalidade dos enunciados produzidos em uma língua) e competência social do falante (capacidade de julgar a aceitabilidade e inaceitabilidade das formas linguísticas, mediante a condição social de produção)².

No processo investigativo, a primeira tarefa envolve a identificação dos indivíduos e a apreensão e localização da(s) variedade(s) linguística(s) por eles empregadas³. Identificação, nesse caso, diz respeito à detecção da posição do falante na estrutura social; por localização compreendemos o lugar e o período que podem ser tomados como limites da prática linguística, isto é, o espaço social e o lapso de tempo diretamente associado às produções textuais sob análise, e também às experiências do indivíduo, invariavelmente ligadas aos contextos sócio-históricos que cingem essas mesmas experiências.

Os usos linguísticos individuais, apreensíveis, ao menos parcialmente, mediante descrição e análise da produção textual (oral e/ou escrita) do(s) falantes (s) socialmente identificado(s), não são observados em seu conjunto, mas recortados artificialmente e sistematizados a partir de critérios pré-definidos no interior da pesquisa. Dessa operação, sobra um conjunto de dados linguísticos variáveis, tomados como elementos empíricos suscetíveis à quantificação. O recorte (e o dado linguístico resultante), realizado como parte do trabalho científico, certamente não é eventual ou infundado, mas resulta da problemática de pesquisa.

² Apreendemos, portanto, o conceito de competência linguística, conforme o gerativismo, e de competência social, nos termos de Bourdieu. Na seção que segue ampliaremos essa discussão.

³ Note-se que o indivíduo (e não a sociedade) constitui ponto de partida da análise. No decorrer deste estudo, empregamos os termos “*indivíduo*”, “*sujeito*” e “*falante*” sem propor distinção entre eles.

É importante notar que ao focalizarmos os indivíduos não descartamos a análise quantitativa. Ao contrário, o procedimento científico aqui esboçado toma como ponto de partida a metodologia de pesquisa variacionista, sobretudo no que diz respeito à seleção de dados e de variáveis linguísticas, codificação, quantificação e interpretação de indicadores, sob uma perspectiva interdisciplinar. Todavia, a proposta de análise sócio-histórica e linguística permite a configuração de um método distinto. Nesse sentido, destacamos, entre outros pontos que teremos a oportunidade de evidenciar no decorrer deste estudo, que não nos guiamos unicamente pelas relações estatísticas entre variáveis dependentes e independentes, mas também por indícios, pistas e resultados numéricos aparentemente insignificantes.

Prevalece, desse modo, o trabalho interpretativo, capaz de sinalizar diferenças sociais entre falantes e revelar aspectos menos visíveis da variação, facilitando a apreensão da dimensão social da experiência linguística dos paulistas. Nesse concerto, devemos à História (na abordagem da micro-histórica, cf. Levi, 1992; Burke, 1992; entre outros) os princípios mais gerais para formatação desse método, aqui ajustado à análise linguística e proposto numa perspectiva emparelhada de investigação⁴.

Nas seções que seguem procuramos detalhar essas opções teórico-metodológicas que orientam nossa pesquisa. Iniciamos pela tentativa de especificação do tipo de interdisciplinaridade que pretendemos promover. Para tanto, partimos da conceituação desse termo, ainda impreciso, e da discussão sobre os limites e alcances dos trabalhos interdisciplinares, procurando esclarecer as condições nas quais, neste estudo, Linguística, História e Sociologia se articulam para apreensão do objeto de estudo.

⁴ Nos guiamos, ainda, pela proposta de Ginzburg (1990).

1. A investigação emparelhada como caminho de pesquisa

Ainda que nossa proposta de investigação emparelhada tome por pressuposto a relativa tensão entre elementos autônomos, não podemos indicar, nesse momento histórico, uma disputa evidente entre os campos de Linguística, História e Sociologia. Prevalece, apesar de algum movimento de conciliação, uma distância conceitual suficiente para assentar cada uma dessas ciências em planos distintos, não tanto como resultado da marcada⁵ distinção teórico-metodológica, mas pela imposição de fronteiras (mais ou menos precisas) na eleição e problematização do objeto e, sobretudo, da perspectiva de análise.

As funções ideológicas dessas linhas fronteiriças - artificiais, porque derivadas da divisão organizada do saber -, instituídas no próprio ato de elaboração da disciplina, são muitas vezes irreconhecíveis, sobretudo por permanecerem encobertas pelo rigor das práticas tradicionais, que validam os limites do campo em nome da necessária autonomia das disciplinas. Necessária, ao menos nesse modo de *fazer ciência*, para prevenir ou minimizar o risco da tautologia e para denunciar tudo o que, formalmente, tem aspecto pseudocientífico. Assim, o investigador que se aventura no trabalho interdisciplinar tem de lidar com a crítica antecipada, em geral fundamentada na ideia de que a interdisciplinaridade, afastada, ao menos na aparência de seus objetivos, dos limites precisos e seguros de um determinado campo, pode reproduzir o embaraço teórico, ou o simples artefato ou, ainda pior, a leitura redutora ou simplificadora dos saberes que se propõe a ligar (cf. Pombo, 2004; Paviani e Batomé, 1993; Robin, 1973⁶;

⁵ Considerando as sólidas fronteiras que as escolas científicas impõem visando ao isolamento “seguro” das disciplinas.

⁶ Robin (1973) trata, especialmente, das relações entre História e Linguística.

entre outros). Na prática acadêmica, teme-se a produção de pesquisas superficiais e vacilantes, divididas em partes bem definidas, revelando, nelas mesmas, os efeitos da disciplinaridade e da estrutura de departamentalização das instituições (op.cit.).

Não nos parece sensato, entretanto, ponderar essas críticas à interdisciplinaridade por meio da negativa, sobretudo porque os riscos de impasses, artefatos, reduções e banalizações são evidentes. Todavia, esses riscos não ameaçam somente a ação interdisciplinar, mas qualquer produção científica, ainda que formuladas no interior de disciplinas bem delimitadas e produzidas à luz de propostas teórico-metodológicas reconhecidas.

Não seria demais dizer que a crítica à interdisciplinaridade tem motivação mais complexa. Na perspectiva de Bourdieu (2009 [1989]), essa crítica tem lugar na lógica da racionalização, que enreda a rotina das instituições de ensino, por seu papel fundamental na estruturação e legitimação da ordem estabelecida. Nessa lógica, em que estão em jogo as relações de poder, a disciplinarização atua de forma decisiva na defesa da ordem, ao limitar as ações individuais – que tratariam de enfraquecer o monopólio acadêmico – e sustentar o poder de ação normativa no interior de sistemas de diferenças.

Se quisermos relativizar o peso dessas observações será somente para encontrar o lugar da análise imanente, ou seja, o que poderíamos tratar como problema da própria ciência. Afora esse aspecto, acreditamos que quaisquer questões relacionadas à interdisciplinaridade só podem ser compreendidas no interior das relações históricas e sociais em que são produzidas.

Até aqui, empregamos a palavra interdisciplinaridade desviando-nos, tanto quanto possível, de uma definição. Trata-se de palavra inexata, de difícil apreensão e,

mesmo por isso, de aplicação imprecisa⁷, daí a dificuldade de escapar a essas discussões.

Tratando a interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais e humanas nos afastamos, de pronto, de um extenso quadro de iniciativas e debates desenvolvidos em outros campos do saber. Todavia, nesse terreno mais restrito, mas não menos heterogêneo, a dificuldade de lidar com essa palavra, já muito banalizada, talvez seja ainda maior, principalmente se buscarmos uma distinção formal entre *multi*, *pluri* e *inter*, *trans*-disciplinaridade. Não é nessa direção que encaminhamos o trabalho. Nossa opção é por esclarecer, sempre com o risco de incrementar a lista dos conceitos associados ao seu uso, a aplicação da palavra neste texto. Em linhas gerais, empregamos o termo disciplinaridade com o sentido de área ou domínio (mais ou menos) homogêneo de estudo, nos quais os conhecimentos científicos são sistematizados e organizados (cf. Paviani, 2003; Pombo, 2004; Japiassu, 1974; entre outros); a exploração científica, nesse domínio, se baseia na fragmentação do objeto e na especialização do sujeito científico. Quanto ao termo interdisciplinaridade, o empregamos para designar o processo de interação entre disciplinas em uma situação prática de exploração científica. Desse modo, a interdisciplinaridade diz respeito às relações estabelecidas entre duas ou

⁷ Jayme Paviani (2003, p. 01) lista dez aplicações correntes da palavra interdisciplinaridade:

- Uma teoria epistemológica.
- Uma proposta metodológica.
- Uma troca conceitual, teórica e metodológica.
- Uma aplicação de conhecimentos em outra disciplina.
- Uma conduta pedagógica.
- Uma colaboração entre professores.
- Uma manifestação da crise na educação.
- Uma manifestação da crise na formação profissional.
- Uma solução para o excesso de disciplinas.
- Uma solução para problemas científicos complexos.

mais disciplinas, postas em conjunto e coordenadas para atender a um determinado fim⁸.

Em nosso estudo, consideramos, portanto, a ideia de que é possível articular disciplinas para dar conta de um determinado objeto de estudo; a ação interdisciplinar pode ser entendida como um processo de “troca” entre as disciplinas, admitindo, por pressuposição, que há sempre uma dimensão em que a inter-relação é possível⁹. Nessa conjugação, uma disciplina não se reduz à outra; antes, a troca se dá no processo de conjugação de olhares e linguagens para análise do objeto¹⁰.

Avançando um pouco com essas questões, torna-se necessário dizer que se as discussões ou reflexões até aqui delineadas cumprem algum papel, é o de indicar uma finalidade, mas não um meio. Se trouxermos para o primeiro plano as questões

⁸ Partimos essencialmente da definição de Japiassú (1976), segundo a qual a interdisciplinaridade se caracteriza pela troca entre especialistas e pela interação de disciplinas no interior de um mesmo projeto, visando a um fim comum.

⁹ Não estamos postulando a naturalidade do processo. A inter-relação é possível mediante o trabalho científico, sempre relacionado à delimitação do objeto de análise.

¹⁰ É necessário esclarecer que nossa proposta interdisciplinar, ainda que não se desenvolva pela perspectiva da *multirreferencialidade* (conforme proposta por Jacques Ardoïno, desde seus primeiros trabalhos, desenvolvidos na década de 1960), está efetivamente influenciada por ela.

De acordo com Ardoïno (1998), a noção de multirreferencialidade é visível enquanto procedimento de integração de sistemas plurais e heterogêneos, mobilizados em conjunto para dar conta da complexidade dos objetos. A esse respeito, Fagundes e Burnham (2001, p. 48) escrevem: “A multirreferencialidade pode ser entendida como uma pluralidade de olhares dirigidos a uma realidade e uma pluralidade de linguagens para traduzir esta mesma realidade e os olhares dirigidos a ela. Entendendo-se que os diversos sistemas de referências são distintos – reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, *escritos* em linguagens distintas –, a aceitação da heterogeneidade que constitui o complexo (e, portanto, a compreensão de que o exercício de reflexividade requerido por ela vai exigir um amplo espectro de referenciais) é o cerne da abordagem multirreferencial [...]”.

Vale enfatizar que, embora cultivando algumas noções gerais da teoria da multirreferencialidade, notadamente a possibilidade de diálogo entre disciplinas, mediante a preservação da heterogeneidade e pluralidade de cada disciplina, as quais só podem ser ligadas dialeticamente, por meio da prática científica, nossa proposta metodológica se afasta dessa abordagem na medida em que postulamos a possibilidade de integração (soma) de conhecimentos. Na multirreferencialidade propõe-se o “luto ao saber total (cf. Fagundes e Burnham, op. cit.): “A especificidade da multirreferencialidade não é a complementaridade, a aditividade, a pretensão da transparência e de um controle possível, mas sim a afirmação da impossibilidade de um ponto de vista, considerando todos os pontos de vista”. Ademais, a multirreferencialidade, conforme a compreendemos, não se desenha como proposta metodológica, mas como perspectiva epistemológica.

relacionadas ao “como fazer”, certamente nos depararemos com problemas igualmente complexos e imediatamente visíveis no plano prático do trabalho interdisciplinar.

Note-se que, há poucos anos, Olga Pombo, em uma conferência sobre epistemologia e interdisciplinaridade, fez a seguinte observação:

“...**eu não sei como se faz interdisciplinaridade**. Aliás, indo um pouco mais longe, atrevo-me a pensar que **ninguém sabe**. [...] Outra confissão, ainda mais dramática[...]: não só não sei como se faz, como também **não sei o que é a interdisciplinaridade...**” (Pombo, 2004, grifos da autora)

A despeito da intenção persuasiva do discurso, aos poucos desvelada na tentativa de apreensão de alguns conceitos associados à palavra e, de certo modo, na configuração de um modelo, Olga Pombo reconhece e sublinha a dificuldade de se alcançar esses conceitos.

Observação similar, embora menos enfática, é feita por Paviani e Batomé, ainda na década de 1990, em “*Disfunções conceituais e enganos acadêmicos*”:

É preciso equacionar os problemas relativos à urgente necessidade de entender e realizar a integração e a articulação das unidades e dos diferentes tipos de conjuntos de conhecimentos disponíveis. Talvez ainda não exista clareza suficiente sobre o que integrar, sobre como deva ser esse processo de integração de conhecimento ou mesmo sobre onde e quando essa integração pode ou deve ser feita. Multiplicar debates ou ampliar terminologia pode ser apenas um recurso verbal e encobrir os mais importantes aspectos a examinar na solução dos problemas que existem com relação aos critérios e procedimentos para organização do conhecimento, tanto no contexto de sua produção como no de seu uso. (Paviani e Batomé, 1993, p. 23)

Assim, ainda que nossa conclusão seja a de que no cerne dessas ideias exemplificadas pelas proposições de Pombo e Paviani e Batomé está a dificuldade prática de lidar com a multiplicidade de propostas heterogêneas e em construção, estas se revelam como indícios da prática observável. Na verdade estamos propondo que, na situação prática de pesquisa, o *como-fazer* constitui-se, de fato, um desafio.

Os estudos voltados ao diagnóstico e prevenção dessas “*disfunções conceituais e enganos acadêmicos*”, retomando Paviani e Batomé, evidenciam que a ação interdisciplinar implica alguma ruptura com o senso comum, disposição para agir e conhecimento para fazer. Todavia, essas observações nos mantêm no âmbito das reflexões, ou das considerações teóricas mais gerais que, de certo modo, dizem respeito a toda investigação científica, já que trata do conhecimento e da objetivação. Mesmo as abordagens comprometidas com a apresentação de uma proposta de ação interdisciplinar válida em sua prática, como a que nos apresenta Vasconcelos (2002), se organiza nesse quadro impreciso já traçado, produto da abstração, que não engrena um método ou procedimento. Note-se que a dificuldade de propor um método interdisciplinar geralmente não está relacionada à experiência, mas à ausência de uma teoria sustentável.

Vasconcelos (2009) observa que ainda não há proposta totalmente satisfatória e auto-suficiente. Segundo ele, se pode apenas vislumbrar os primeiros traços dos paradigmas de caráter interdisciplinar, já que ainda restam limitações e problemas que precisam ser compreendidos. Essas limitações e problemas são essencialmente teóricos e, dessa forma, as questões ligadas a essas limitações são tratadas sempre no domínio teórico. Daí Vasconcelos propor que no tratamento das propostas interdisciplinares se deve considerar algumas “ideias-força fundamentais” das quais não se pode abrir mão, quais sejam:

A tentação problemática de se limitar apenas a um plano epistêmico comum no qual os diversos níveis da realidade pudessem ser reduzidos a características similares [...]. A visão idealizada de uma **pretensa possibilidade de tradução de um campo epistêmico para o outro**, que permitiria uma passagem mais „tranquila“ entre eles [...]. Na perspectiva inversa, a possibilidade de uma **dialética negativa pode tender para a paralisia**. [...] [os] **riscos de ecletismo, de circulação liberal**

inconsequente, de percursos acadêmicos diletantes e de indiferenciação ético-política (Vasconcelos, 2002, p. 8-9, os grifos são do autor).

Essas críticas, mais ou menos trabalhadas por outros autores¹¹, nos mantêm à beira de um impasse. Ao trazer para o primeiro plano esses problemas de fundamento, centrais nas críticas à interdisciplinaridade, deixa frouxo o laço entre a teoria e a metodologia operativa. Se o que está na base é uma relação de combinação, em que somente a teoria fidedigna, bem ajustada a um método, possibilita o reconhecimento da interdisciplinaridade como uma prática autorizada, a crítica à teoria fere o método¹². Em outras palavras, se os pressupostos teóricos sobre a articulação das disciplinas ainda são ambíguos ou insuficientes, o que sobra no plano prático não alcança o estatuto de metodologia científica, devido a essa presumida vacuidade conceitual.

Todavia, esse não é um problema a ser combatido de dentro para fora, pois, ao que parece, todas essas questões são problematizadas nos limites do próprio debate. Na verdade, nem ao menos podemos acusar, no interior desses debates, um campo de luta bem definido, em defesa de causas distintas. Antes, toma o centro das discussões a crítica usual ao modelo unidisciplinar, seguida dos múltiplos problemas na formulação de um conceito de interdisciplinaridade (pode ser esse um dos motivos para essas propostas de ajuste teórico-metodológico restringirem-se à apresentação de orientações mais ou menos vagas sobre um *modo-de-fazer* em geral aplicável a qualquer projeto de pesquisa¹³).

¹¹ Paviani e Batomé (1993); Pombo (2004); entre outros.

¹² Paviani sinaliza esse problema ao dizer que toda proposta de interdisciplinaridade enquadra-se sempre em uma determinada concepção filosófica e ideológica, a qual deve ser considerada quando se pretende aplicá-la de modo direto ou indireto.

¹³ É importante observar que não estamos tratando das considerações metodológicas que se faz no interior ou a partir de um quadro teórico, como consequência ou por exigência desse mesmo referencial. Tratamos desse processo artificial, por vezes de segunda mão, que parte das questões epistemológicas para as

É importante dizer, para organização deste estudo, que até o momento não fizemos mais que sublinhar algumas questões centrais no debate sobre a prática da interdisciplinaridade, visando, em parte, balizar as argumentações que apresentaremos a seguir, mas, sobretudo, evidenciar quanta complexidade há no tratamento dispensado à interdisciplinaridade – principal razão pela qual não podemos superar esse ponto antes de analisá-lo. Isto posto, ainda na esteira do *como fazer*, voltemos ao início, ou seja, às disciplinas que pretendemos aproximar.

1.1 História, Sociologia e Linguística: à busca do entrelaço

Nossa proposta de trabalhar a homologia entre História, Sociologia e Linguística já nasce comprometida com a perspectiva desta última disciplina – e nesse caso não poderíamos fazer diferente, já que nos colocamos como “forasteiros”¹⁴ nos campos da História e das Ciências Sociais. Decorre daí nossa preocupação em manter certa distância dos quadros pré-construídos e validados pela tradição, ainda que esses quadros nos sirvam de referência.

Na leitura tradicional que se faz da Linguística, enquanto ciência autônoma, já está postulado que há sempre uma dimensão que a aproxima de diversos outros campos científicos. Assim, a articulação interdisciplinar, nesse campo, é frequentemente tomada como processo natural – leitura que tende a esconder a dinâmica de representação disjuntiva, que prevê a imposição de fronteira entre as disciplinas, mas não descarta a fluidez dessas mesmas linhas divisórias. Como parte dessa leitura tradicional, é comum buscar na gênese da Linguística, em seus fundamentos, a evidência de suas relações

questões de procedimento, admitindo, para criticar ou para validar, que o que se propôs como conceito traduz-se em processo da prática científica.

¹⁴ Figura que tomamos emprestado de Peter Burke.

com outros campos científicos. Todavia, a nosso ver, tal artifício provoca efeito ambíguo, já que é justamente em presença de múltiplas perspectivas que se delineiam mais fortemente os contornos disciplinares. É na gênese que melhor se inscreve o que *pertence* e o que *não pertence* a um determinado campo e, conseqüentemente, se recupera a tensão provocada pelos discursos concorrentes.

Dito de outro modo, nos parece bastante simplista a ideia de integração natural entre a Linguística e outras disciplinas, a atestar a subsistência, em suas fronteiras, de *saberes* esperando para ser *religados*, enquanto ação de intervenção corretiva, extrínseca à experiência científica. De fato, acreditamos, seguindo Lyons (1987, p. 244), que a Linguística não está mais próxima de nenhuma das disciplinas com as quais colabora na pesquisa interdisciplinar (Sociologia, Etnologia, Psicologia, etc.)¹⁵ do que de qualquer outra.

Ao que parece, a despeito da fluididade das fronteiras, a inter-relação entre as disciplinas está ligada a uma realidade menos espontânea e mais passível à vigilância do que essa leitura deixa transparecer. Se na constituição do campo disciplinar essa relação é inclinada à distinção, é sempre necessário (re) conhecer a natureza dessa relação – a que resulta de sua constituição – no estágio posterior ao seu desenvolvimento. Dessa perspectiva, ainda que se postule, enquanto processos inerentes à ciência, a necessidade de revisão e de (re) construção permanente desses limites e dos limites dessas relações, esses processos não são necessariamente interdisciplinares, mas podem ser realizados no interior da própria disciplina, como resultado da (auto) crítica racional, em interação com o estágio de maturação¹⁶.

¹⁵ No caso das pesquisas sociolinguísticas, etnolinguísticas e psicolinguísticas, respectivamente.

Acreditamos, todavia, que, de maneira análoga ao processo de “transformação interior”, a efetiva relação entre disciplinas surge como resultado do pensamento autocrítico, que obriga a disciplina a confrontar seus limites e a reivindicar o apoio de outras ciências na resolução dos problemas que suscita.

O *emparelhamento de disciplinas*, nos moldes em que o formulamos, é uma ação de abertura endogênica, que tem por finalidade, especialmente, abrigar a continuidade de tratamento do objeto¹⁷.

Essa conclusão certamente não nos conduz a um terreno menos complexo, ao contrário, entre outras coisas, incrementa o problema da objetivação¹⁸, porque, conforme fizemos notar anteriormente, implica estender o campo de debate e o espaço de interação. Evidentemente não cultivamos qualquer ilusão quanto à neutralidade da pesquisa, ainda menos da pesquisa interdisciplinar. Na verdade, neste caso específico, a

¹⁶ Segundo Janeira (1972) “[...] a ciência já criada continua a estar sujeita a “transformações internas”. Estas provêm normalmente da constatação de duas ordens de insuficiências, constatação essa que se articula directamente com um estágio de amadurecimento que a impele a procurar uma rectificação, quer porque os seus métodos e teorias já a não satisfaçam, quer porque o objecto real visado pelos mesmos lhe surge com um grau de complexidade ou novos aspectos que os ultrapassam.”

¹⁷ Com isso fica mais evidente a influência da abordagem multirreferencial nesta proposta de trabalho interdisciplinar.

¹⁸ Segundo Bourdieu (2009 [1989], p. 51-58), a objetivação é o mais difícil dos exercícios, “porque requer ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o “interesse” do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que menos pretende conhecer na sua relação com o objeto que ele procura conhecer”(p. 51). Para não se produzir uma *fachada* de objetividade, “É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objeto, para se estar em estado de operar uma objetivação que não seja simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim uma visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele”(p. 58), isto porque fica sempre em jogo os interesses específicos associados ao campo universitário, à visão de mundo do pesquisador, que frequentemente trazem à tona as questões de rigor científico, em detrimento da ousadia científica. Fica sempre pendente, no espaço de interação, o problema do que *se pode* e do que *não se pode dizer*, como processo inerente à luta pela palavra, pelo “veredito imparcial”. Em outras palavras, os agentes da luta buscam impor sua visão como objetiva (p. 55). Nessa luta simbólica, mais poder é garantido àquele que ocupa maior posição nos sistemas de relações que se estabelecem entre os campos distintos que delas participam (p. 56).

É importante notar que Bourdieu se refere à relação do sociólogo com o seu objeto. Se estendemos essa relação para outros campos, é porque essas questões não são estranhas aos linguistas ou aos historiadores, que não ignoram os problemas que envolvem as construções interpretativas.

parcialidade se impõe desde a eleição da Linguística enquanto lugar de abertura (ponto de partida). Todavia, a objetivação será cultivada como meta, mesmo porque será necessário controlar a propensão de recolher o texto à interpretação unicamente linguística.

Para emoldurar um quadro interdisciplinar, focalizamos quatro grandes áreas: a Sociolinguística Variacionista e a Teoria Gerativa como setores determinados no interior da ciência Linguística; a Sociologia da Linguagem, essencialmente as teses de Pierre Bourdieu¹⁹; e a História, especialmente pelo diálogo com diversos estudos históricos sobre a sociedade paulista do final do século XIX e início do XX e sobre o processo migratório ocorrido nesse mesmo período. Nosso enfoque, conforme fizemos notar no capítulo introdutório, recai nas experiências dos republicanos paulistas e dos imigrantes portugueses, bem como na relação e inter-relação entre esses grupos sociais.

Note-se que nessa proposta dialógica as questões históricas não se recolhem à noção de “contexto histórico”, formulado como uma espécie de pano de fundo do estudo linguístico. Antes, procuramos refletir densamente sobre o que se desenhou, no período estudado, como problemática histórica e sociológica, de modo a deixar no primeiro plano, ao lado dos problemas linguísticos, as mudanças operadas na cidade, as experiências dos sujeitos, as formas de sociabilidade distintas, etc.

Nas seções que seguem, apresentamos os aspectos que caracterizam cada uma dessas áreas. Partimos da apresentação das teorias *gerativa* e *sociolinguística* e, em seguida, discutimos as bases das teorias de Pierre Bourdieu. Vale enfatizar que não projetamos uma discussão extensiva sobre as teorias que nos servem de base, tampouco pretendemos passar em revista as pesquisas atuais desenvolvidas nesses campos. Nosso

¹⁹ É importante dizer que essas divisões devem ser interpretadas como cortes aplicáveis no trabalho científico.

objetivo é tão somente apresentar seus princípios mais gerais, de relevância para o desenvolvimento do tema deste estudo.

2. Mobilizando olhares

2.1 Sobre língua e gramática: a proposta gerativista

Nosso estudo nasce comprometido com um número significativo de pressupostos básicos. Na elaboração do modelo para apreensão e explicação do objeto de pesquisa, assumimos a hipótese de que o português europeu moderno e o português brasileiro constituem gramáticas distintas (com base nos estudos Galves, 1998; entre outros)²⁰. O conceito de gramática adotado nesta análise é o proposto pela teoria gerativa, qual seja a gramática de uma língua L é uma teoria acerca da atividade linguística de um indivíduo que fala a língua (Chomsky, 1986).

Essa concepção de gramática se prende, na argumentação gerativista (cf. Chomsky, 1980, 1986), à noção de que a capacidade para o uso livre, apropriado e criativo da linguagem é apanágio da espécie humana. O ponto de partida da teoria não é a linguagem como fenômeno social, mas a *criatividade*, ou seja, a capacidade humana de compreender e produzir sem esforço um número indefinido de frases inteiramente *novas*, nunca antes ouvidas ou enunciadas²¹. O que se propõe, a partir disso, é que o ser humano é dotado de uma “*faculdade da linguagem*”, um dispositivo inato para a competência linguística. Na formulação teórica, ficam em discussão, portanto, os estados dessa *faculdade*, “entendidos como constituindo alguma série de características

²⁰ Voltaremos às distinções entre o PB e o PE.

²¹ Isto significa que o falante é capaz de construir frases gramaticais e julgar a gramaticalidade de qualquer frase produzida em sua língua.

e capacidades cognitivas, uma componente particular da mente/cérebro humanos.” (Chomsky e Lasnik, 1999, p. 52).

A hipótese sempre cultivada é a de que, assim como qualquer outro órgão ou sistema (fisiológico ou mental), a *faculdade da linguagem* (FL) se desenvolve a partir de um estado inicial - FL_0 -, até alcançar um estado firme - FL_f , relativamente estável (Chomsky e Lanisk, op. cit.).

Nos termos tradicionais, a teoria do estágio inicial da FL é chamada *Gramática Universal* (GU) – um sistema de princípios gerais, universais, com organização estrutural e informações sobre sons/sinais e significados –, que subjazem a toda e qualquer língua natural. Essas informações são interpretadas por *sistemas de performance*, especialmente pelo sistema articulatório-perceptual, que determina a produção dos sons da linguagem humana, e pelo sistema conceptual-intensional, responsável pela produção e compreensão dos sentidos produzidos/conferidos aos objetos linguísticos. “*Esta propriedade de interface dupla é um modo de exprimir a caracterização tradicional da língua como sendo som acompanhado de significação [...].*” (Chomsky, 1999, p. 40, grifo nosso).

No processo de aquisição, a *faculdade da linguagem* permite que a criança internalize a gramática particular de uma língua, em um processo que envolve, essencialmente, a parametrização específica de princípios universais abertos, a partir das opções disponíveis na própria GU²².

²² No gerativismo a variação entre as línguas está relacionada ao funcionamento da Gramática Universal. Na primeira versão (Modelo-Padrão), presumia-se que seu funcionamento se desse como um tipo de metateoria gramatical, definindo o formato geral que os sistemas de regras eram obrigados a seguir e, ainda, as restrições gerais sobre a aplicação dessas regras (Ver Belletti e Rizzi, 2006), ou seja, o conhecimento linguístico consistiria na apreensão de um conjunto de regras, de naturezas diversas. No final da década de 1970, em nova versão do modelo gerativo, a GU passa a ser observada como um sistema de princípios e parâmetros. Pelo que, sua estrutura se constitui de regras rígidas, invariáveis, e de parâmetros, cujo valor [+] ou [-] é fixado ao longo do processo de aquisição, com base nos dados

O conceito de língua subjacente a essa modelo teórico é o de língua-I, que é a língua internalizada, intensional, individual, e que corresponde a um sistema cognitivo incorporado no estado final de sua *faculdade da linguagem*²³.

A língua-I final pode ser compreendida como uma gramática da língua de um determinado falante, a qual lhe permite compreender, produzir e intuir sobre um número infinito de expressões. Informalmente, a língua interiorizada pode ser caracterizada como correspondendo ao português brasileiro, ou ao português europeu, ou ao inglês, ou a outra língua qualquer, acrescida de idiossincrasias, a depender sempre da experiência desse falante (Chomsky, 1999, p. 17-18). O desenvolvimento da FL é, portanto, determinado não somente por princípios internos (estrutura inata), mas também pela experiência particular de cada indivíduo, por sua exposição a dados linguísticos primários (op.cit.).

Nessa direção, se propõe que no estágio final da FL o falante incorpora a gramática da língua, enquanto modelo psicológico de atividade. Vale reiterar que o conceito de gramática, nesse contexto, se refere sempre à teoria sobre o conhecimento linguístico internalizado pelo falante (Chomsky, 1986).

É fato que, focalizando a *faculdade da linguagem*, o gerativismo deixa pouco espaço para as questões relacionadas à manifestação atualizada da língua. Segundo Chomsky (1981, 1986, 1999), a produção linguística real, a chamada Língua-E (externa, sociológica), tem estatuto ontológico duvidoso, de tal modo que sua análise implica

linguísticos a que o indivíduo está exposto. A gramática da língua resulta, portanto, da Gramática Universal, por meio da fixação dos parâmetros.

²³ Retomando as palavras de Chomsky e Lanisk (1999), podemos entender que a língua é internalizada na medida em que se refere ao estado interno da mente/cérebro do falante, independentemente de outros elementos do mundo; é individual porque está relacionada a um falante específico, e apenas derivativamente com as comunidades linguísticas, observadas como grupos de pessoas com língua-I semelhantes; e é intensional no sentido técnico de que a língua-I é uma função especificada intensionalmente e não extensionalmente.

sempre algum juízo normativo; não é nessa direção que caminha o gerativismo. Embora a versão mais atual da teoria (Programa Minimalista) dê margem a alguma aproximação entre língua-I (L-I) e língua-E (L-E), pela contemplação, na caracterização da derivação de estruturas, de fatores como *memória de trabalho* e *complexidade* (ver Materlotta, 2010; entre outros), essa distinção ainda é necessária, já que o objeto de estudo do gerativismo é sempre a *gramática*.

Em nossa análise, a distinção entre língua-I e língua-E é relevante, notadamente porque nos valem de amostras de textos produzidos por falantes nascidos no século XIX (amostras da língua-E) para discutir não somente os aspectos de ordem sociointerativa associados à linguagem, mas, também, para formular hipóteses sobre os aspectos da gramática internalizada (língua-I) desses falantes²⁴. De fato, é o aparato teórico do gerativismo que possibilita o desdobramento das discussões acerca dos aspectos regulares da gramática do português e das propriedades formais que distinguem português brasileiro e português europeu²⁵. É nesse nível de análise que consideramos as diferenças relativas aos padrões de colocação dos clíticos pronominais nas duas gramáticas do português (PE e PB), bem como os distanciamentos entre a gramática do português brasileiro e o que se pode designar “*gramática da escrita*” do português culto paulista.

Essas distinções ganham relevância na medida em que assumimos a hipótese de que os padrões de ordenação dos clíticos pronominais em textos produzidos por paulistas não resultam de um conhecimento linguístico naturalmente internalizado na fase da infância, mas de conhecimento linguístico advindo do contato prolongado com a

²⁴ Convém observar que não é nossa intenção apresentar uma nova proposta teórica para explicar a posição dos clíticos nas gramáticas do português.

²⁵ Para uma discussão aprofundada dessa questão, ver Galves, 1998 e referências ali contidas.

variante culta, por meio de processos formais de aprendizagem, com interferência das instituições de ensino e de outros falantes cultos (além dos professores) e, sobretudo, mediante o exercício prático.

2.2 O arranjo língua-sociedade no campo sociolinguístico

Ora, já observamos que o formalismo gerativista não acomoda as discussões relativas à mediação entre língua e sociedade. É bem verdade que essa determinação de método pela qual Chomsky cria seu objeto ainda hoje é criticada. Todavia, independentemente das críticas, é preciso ter claro que se o gerativismo é indiferente aos problemas sociais inerentes à língua, essa rejeição está bem marcada em seu corpo teórico.

Neste estudo, não pretendemos “forçar” os limites da gramática gerativa. Já esclarecemos que, no modo de nossa investigação emparelhada, as questões inerentes às relações entre língua, história e sociedade são tratadas mediante a articulação com três outros campos: Sociolinguística, Sociologia da Linguagem e História.

Com efeito, é com base na sociolinguística laboviana (e estudos formulados a partir de seu arcabouço teórico) que assumimos o pressuposto de que a variação na colocação dos clíticos pronominais, observada nos textos produzidos por paulistas, não é aleatória, mas governada por fatores linguísticos e sociais.

É importante observar que o objeto de estudo da sociolinguística, postulado desde os trabalhos iniciais (Weinreich, Labov e Herzog, 2006 [1968]), é a produção real dos falantes no contexto social de uma comunidade linguística, ou seja, a língua enquanto instituição social, apreendida como instrumento de comunicação na vida

cotidiana. A problemática teórica se assenta, desse modo, na mediação entre língua e sociedade, recorte que deixa em primeiro plano justamente a parte preterida nos estudos gerativistas – a chamada língua-E (externa, social, contingente). De fato, a sociolinguística laboviana procura escapar à concepção estruturalista da língua como sistema autônomo e, sobretudo, se predispõe a superar o corte teórico-metodológico saussuriano, que desmembrou língua e fala e operou a “desaproximação” entre indivíduo e sociedade.

O princípio geral na investigação sociolinguística é o de que *variação e mudança* são características essenciais das línguas. Desse modo, os domínios da variação e sua configuração enquanto parte do sistema linguístico, as mudanças no sistema de regras e o curso da evolução linguística, as relações entre variação e mudança, constituem os problemas teóricos recolocados nesse modelo (Labov, 2008 [1972], p. 241-242).

O postulado variacionista é aparentemente simples, porque se volta inteiramente à noção de variável linguística, bem definida como lugar do sistema heterogêneo em que duas ou mais formas variantes se equivalem. O conceito-chave que se inscreve a partir daí é o de variantes operando em *regra variável*: duas ou mais formas alternantes são consideradas variantes de uma mesma variável pela possibilidade de ocorrência em um mesmo contexto, com a manutenção do significado (valor de verdade) (Labov, 1978). Com efeito, essa é questão de base da sociolinguística variacionista, porque, sendo a variável linguística um elemento do sistema linguístico, é possível analisar as formas variantes no interior do sistema (autônomo), sem perder de vista a estrutura da sociedade em que essa variante é empregada.

Para exemplificar, enfatizamos que a posição dos clíticos pronominais é um contexto de variação no português brasileiro e europeu. Em sentenças com grupos verbais, por exemplo, considerando as duas gramáticas (português brasileiro e português europeu), temos quatro variantes: o clítico pode aparecer na posição pré-complexo verbal - *me pode ver*; intracomplexo verbal - *pode-me ver*; *pode me ver*; ou pós-complexo verbal - *pode ver-me*. Essa variação, conforme demonstramos no quinto capítulo deste estudo, não é aleatória, mas condicionada por fatores diversos, i.e, linguísticos e também geográficos, históricos, sociais, culturais e mesmo econômicos.

No modelo laboviano, as variantes são definidas a partir do seu valor no domínio linguístico, considerado em si mesmo, e não no domínio social. Porém, funcionando nas regras variáveis, quando se evidenciam as relações entre o social e o linguístico, as entidades linguísticas alcançam novo estatuto, ou seja, constituem-se como variantes propriamente ditas²⁶.

Estudar a língua no contexto social exige observação da sociedade em que esta língua é produzida. Dessa maneira, a unidade de estudo na sociolinguística laboviana é a comunidade de fala, definida como grupo de pessoas que partilham um conjunto de regras e valores semelhantes em relação à linguagem: “a comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas.” (Labov (2008 [1972], p. 150). Como se vê, esse conceito se articula com questões sociais e identitárias, além de linguísticas. Um indivíduo, em uma comunidade de fala, partilhando atitudes e valores em relação à língua, não somente incorpora a variabilidade no uso da linguagem, mas também é capaz de julgar e valorar elementos variantes da língua em função de fatores

²⁶ Cf. Pagotto (2004). O autor, propondo uma crítica ao modelo sociolinguístico laboviano, desmembra adequadamente essas questões.

sociais a que estão sujeitos. Mas não é o indivíduo o que importa; ele é somente a instanciação do grupo social (ver Pagotto, 2004; Figueroa, 1994); aos dados por ele produzidos são atribuídos uma valoração idealizada.

A comunidade de fala é o conceito-ponto de partida que permite sistematizar o estudo da língua. Isto é, o estudo do sistema heterogêneo se faz em um lócus de características homogêneas, recobrando aspectos linguísticos e sociais que se vinculam de diferentes maneiras e em diversos graus (cf. Romaine, 1982, p. 13). É certo que essa relação indivíduo-sociedade vem sendo posta em xeque na crítica à sociolinguística. Isso porque, em um modelo de análise linguística que se pretende realista, a ausência do indivíduo, no plano teórico (mas não no plano prático), parece problemática (cf. Milroy, 1982; Romaine, 1982; Pagotto, 2004; Figueroa, 1994;; entre outros); além disso, o modelo não esclarece as bases da relação que o falante/indivíduo da teoria laboviana mantém com a comunidade de fala (op. cit.).

O próprio conceito de comunidade de fala homogênea é criticável, sobretudo porque, conforme evidenciam Milroy & Milroy (1998), não leva em consideração os diversos conflitos ideológicos inerentes à dinâmica social. Se a realidade social é plural e passível de contradições e os contextos sociais de uso da língua são múltiplos, como a comunidade de fala apresentaria homogeneidade? Para Milroy e Milroy (1997, p. 37), se o baixo prestígio de uma variedade pode persistir e se espalhar no interior das sociedades urbanas, valores sociais diversos podem ser atribuídos a variantes linguísticas de forma diversificada. Além disso, alguns estudiosos admitem que um indivíduo pode se identificar com mais de uma comunidade, face ao contexto social em que está inserido e, desse modo, assumir diferentes características linguísticas. Romaine

(1982) chega a propor que as mudanças linguísticas não ocorreriam de modo uniforme na comunidade – notadamente heterogênea – mas seriam locais e individuais.

Validada a crítica ao modelo, em nosso estudo aplicamos o conceito de *grupo social* e *campo social*, conforme se depreende das teses de Pierre Bourdieu, e não de *comunidade de fala*²⁷. Dadas as bases deste estudo interdisciplinar, e considerando que o estudo é processado indiretamente – lidamos com materiais históricos, os quais não nos dão acesso, necessariamente, aos dados da fala de uma comunidade –, nos parece adequado pensar nesses indivíduos (produtores das amostras que tomamos para análise) como participantes de *grupos sociais*, os quais devem ser observados como forças sociais que se formam pelo lugar ocupado pelos sujeitos (agentes, na terminologia de Bourdieu) nos diferentes campos sociais em que operam. Pressupõe-se, nesse domínio, a íntima ligação entre os usos linguísticos e a organização social do comportamento humano²⁸. A nosso ver, o conceito de grupo social pode ser projetado para estados passados da língua, pois acreditamos que esses grupos não mais acessíveis à observação sistemática podem ser “construídos” no trabalho de pesquisa.

Conforme já visto, o estudo do sistema heterogêneo sustenta-se na possibilidade de atribuir o mesmo valor potencial a elementos linguísticos e sociais. Pela natureza da proposta, podemos sempre indagar se esse complexo trabalho de articulação é, de fato, um exercício possível. Na verdade, os problemas desse modelo vêm sendo assinalados há ao menos quatro décadas. E, apesar das alterações sofridas desde sua apresentação

²⁷ O conceito de *grupo social*, aqui empregado, certamente não substitui o de *comunidade de fala*; são conceitos distintos, que não se confundem. Ocorre que, em nossa pesquisa interdisciplinar, procuramos traçar os usos linguísticos dos sujeitos - aqui chamados *intelectuais republicanos paulistas* - a partir de um *lugar*, qual seja *os grupos sociais falantes*.

²⁸ Mais adiante, esclareceremos os princípios gerais da teoria de Bourdieu. Na segunda parte deste capítulo, procuramos explicar porque (e como) o conceito de *grupo social* se aplica neste estudo.

inicial, boa parte das questões que tanto inquietaram os receptores dos primeiros trabalhos variacionistas²⁹ – de que Labov é herdeiro – permanecem em causa ainda hoje.

Um problema capital, sempre recolocado, é o da transposição de conceitos, cuja consequência imediata é a redução de um ou dos dois domínios. Retomando as palavras de Pagotto (2004, p.53), o que se interpõe é o seguinte:

Para que seja possível equiparar, com o mesmo valor potencial, elementos de ordens tão diversas – a linguística e a social – numa mesma estrutura, é preciso pressupô-los como pertencendo a uma mesma ordem, nesse lugar que é a variável linguística. A variável seria, desta maneira, uma entidade de terceira ordem, nem linguística nem social, propriamente. Porém, a maneira como essa entidade é postulada revela a dificuldade de equacionar ordens tão distintas [...].

Na tentativa de romper com a imanência da língua, trazendo para dentro de seu funcionamento o seu exterior, Labov acaba por reduzir a ordem do social à ordem do linguístico. O linguístico é uma espécie de cartão perfurado através do qual a sociedade é observada. Pode-se dizer que Labov promove a autonomia da língua, para depois correlacioná-la à estrutura social, a despeito das inúmeras ressalvas para não reduzir o papel desta última[...]

Na conclusão de Pagotto, o gesto laboviano de tratar a variável linguística como uma entidade ambígua em funcionamento no sistema heterogêneo, paradoxalmente a converte em “estrutura de outra natureza” – nem social e nem linguística: “uma variável linguística é o vazio, entidade onde o sujeito pode significar-se sem o intermédio que a língua – em si mesma – representa” (op. cit., p.55).

O modelo prevê um modo de operar amparado em um sistema ao mesmo tempo linguístico e social, mas a língua não se encerra nesse jogo, porque não pode ser apreendida como *coisa em si*. O que se pode apreender, de forma idealizada (por abstração dos dados concretos), são os ditos níveis linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos, etc.), à luz desse conceito de *variável linguística*.

²⁹ Ver Robin (1973).

Para nosso estudo interdisciplinar, entre os problemas teóricos e metodológicos insistentemente sublinhados na crítica à sociolinguística laboviana, constitui-se questão maior a dificuldade de relacionar e conceituar os diversos fatores levados em consideração na análise, bem como os muitos aspectos das sociedades não contabilizados em variáveis sociais. Prevalece, nesse modelo, a dificuldade de operar variáveis distintas e naturalmente imprecisas e, ainda mais, de circunscrever o extralinguístico a uma justaposição de fatores não hierarquizados e, por vezes dessemelhados. Não se pode esperar que a aplicação de técnicas de medida baseada em estatística ou lógica cumpra a função de evidenciar ou desocultar os condicionamentos sociais de uma determinada variante linguística, assim, é o próprio modelo que sublinha o valor da metodologia interpretativa.

Até aqui, nos detemos nas questões relativas ao caráter heterogêneo dos sistemas linguísticos. Outra premissa básica nos estudos sociolinguísticos é que as línguas estão em constante estado de mudança.

Fenômeno de difícil apreensão, a *mudança linguística* não deve ser identificada como deriva aleatória procedente da variação inerente à fala (Weinreich, Labov, Herzog 2008 [1968], p. 125). Antes, seu princípio se dá quando “a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada” (op. cit.).

É certo que nesse sistema heterogêneo nem toda variabilidade e heterogeneidade implicam mudança; ademais, sua generalização não é uniforme, nem instantânea, mas envolve “a co-variação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico”(op. cit.).

Conforme fizemos notar anteriormente, o modelo prevê a comunidade de fala e não o indivíduo como *locus* da mudança. Desse modo, as descontinuidades encontradas na mudança linguística dizem respeito a descontinuidades específicas no interior da comunidade. Nesse processo, fatores linguísticos e sociais estão inter-relacionados. Segundo Labov (2006 [1972], p. 366), a mudança aparece primeiramente como um traço característico de um subgrupo específico, avançando, em seguida, dentro do grupo e, por vezes, para fora, alcançando falantes próximos dos grupos sociais originais. O traço linguístico, nesse caso, arrasta o valor social agregado aos falantes que o empregam, de tal modo que o crescimento da área afetada pode ser detido ou descontinuado não somente por fatores linguísticos, mas também sociais e históricos. O desprestígio de um grupo, por exemplo, pode ser suficiente para deter a mudança. Nas palavras de Labov:

À medida que a mudança original adquire maior complexidade, escopo e extensão, ela também adquire mais valor social sistemático e é refreada ou corrigida na fala normal (um marcador). Finalmente, ela pode ser rotulada como um estereótipo, debatido e notado por todo mundo. As perspectivas futuras desse estereótipo dependem da sorte do grupo com o qual ele está associado. Se o grupo se mover para a corrente dominante da sociedade, e receber respeito e proeminência, então a regra nova pode não ser corrigida, mas, sim, incorporada ao dialeto dominante à custa da forma mais antiga. Se o grupo for excluído da corrente dominante da sociedade, ou se seu prestígio diminuir, a forma linguística ou regra será estigmatizada, corrigida e até mesmo extinta (Labov, 2008 [1972], p. 367)³⁰.

Ora, pelo viés da língua a sociolinguística vai enovelando questões sociais que ela própria não se propõe a resolver. Dizer que “as perspectivas futuras de um estereótipo dependem da sorte do grupo com o qual ele está associado” implica dizer

³⁰ Os elementos envolvidos no processo de mudança são classificados em: (i) *indicadores* - elementos linguísticos que apresentam diferenciação social (relacionada, por exemplo, à idade, região, etc.), mas não estilísticas; operam em um nível inconsciente; (ii) *marcadores* - relacionados às estratificações sociais e estilísticas, sem, contudo, operarem no nível de consciência; (iii) estereótipos - formas marcadas socialmente, objeto de reflexão por parte do falante e, portanto, passível de correção e hipercorreção.

que a relação de comunicação linguística é uma relação de força, circunscrita na estrutura dos grupos sociais em que ela ocorre. Mas esse universo social, em que as relações de força se estabelecem, ou fica pendente de discussão ou permanece paralelo ao universo linguístico. Conforme observou Calvet (2002, p. 102), na proposta metodológica da sociolinguística o estatuto do relacionamento entre variáveis linguísticas e variáveis sociais não se esclarece definitivamente, de maneira que as soluções encontradas pelo investigador são de algum modo contextuais. Mas a crítica não desmerece o modelo, só nos leva a indagar em outros campos (notadamente na história, na sociologia da linguagem e no gerativismo) o que fica sem resposta na teoria sociolinguística.

Concluindo essa seção, convém dizer que, embora nosso estudo não tome como pressuposto o modelo de harmonia trans-sistêmica (conforme proposto por Tarallo e Kato, 2007 [1989])³¹, no que se refere à combinação entre sociolinguística e teoria

³¹ No curso dos estudos linguísticos brasileiros a proposta de harmonia trans-sistêmica está de tal modo estabelecida que, na atualidade, já não se discutem as questões epistemológicas suscitadas na década de 1980, quando Fernando Tarallo (1987) procurou demonstrar a compatibilidade entre *sociolinguística* e *gramática gerativa*. Todavia, nesse quadro interdisciplinar, torna-se necessário algum exercício de exposição, não somente para evidenciar a diferencialidade das teorias que pretendemos juntar, mas para recuperar o motivo primeiro desse diálogo.

Segundo Tarallo e Kato (2007 [1989]) o objeto de estudo pode ser observado de perspectivas diversas: “Evidentemente, os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos de um e de outro modelo são radicalmente opostos: não se trata pois de romper fronteiras e confundir domínios no sentido de parametrizar (ou de eliminar) diferença, mas, sobretudo, de enfatizar a complementaridade entre os modelos naquilo que eles permitem (ou permitirem) compatibilizar resultados [...]. Resultados esses que estão muito mais próximos do que normalmente se pensa, se aceita e/ou se pensa aceitar.” (Tarallo, 1987, p. 55). Nessa conjugação, o que fica em jogo é a possibilidade de resgatar o poder explanatório de um e outro modelo. A sociolinguística cumpre o papel de esclarecer o caráter sistemático da covariação de estruturas linguísticas e sociais e explicar a determinada mudança linguística, enquanto a gerativa prevê as configurações e as regularidades internas do sistema. A sociolinguística paramétrica, nome pelo qual ficou conhecida a proposta de Tarallo e Kato, permitiria considerar os diversos domínios da variação linguística e facilitaria a adequação dos estudos linguísticos de probabilidades, que, muitas vezes, guiados prioritariamente pelos aspectos relacionados ao uso linguístico, tomam como fatores condicionadores os fatores distribucionais e organizadores do universo da gramática (Tarallo e Kato, 2007 [1989], p.17). Para os autores, os estudos de propriedades paramétricas abordam a variação do ponto de vista da existência ou não de uma determinada propriedade, sem diferenciar as línguas que, embora marcadas positivamente para uma determinada característica, mostram diferenças quanto ao caráter obrigatório ou livre de uma regra ou em relação à incidência quantitativa de um dado fenômeno. De outra parte, os estudos variacionistas enfatizam justamente os aspectos quantitativos e o caráter categórico ou não de uma regra

gerativa, a convivência entre essas abordagens distintas já se mostra bastante regulada pelo próprio trabalho de pesquisa, ou seja, na construção do objeto científico³².

2.3 Língua e sociedade no campo sociológico

Iniciamos a seção (2) propondo que nosso estudo surge delimitado por um número expressivo de pressupostos. Entre as premissas básicas destacamos que o português europeu moderno e o português brasileiro constituem gramáticas distintas (nos termos de Chomsky; com base nos estudos de Galves, 1998; entre outros) e que a variação nos padrões de colocação dos clíticos pronominais no português não é aleatória, mas governada por fatores linguísticos e sociais (nos termos de Labov). A partir daqui, articulamos outros pressupostos: em qualquer situação, os usos linguísticos dos falantes são indissociáveis das condições sociais de produção e reprodução linguísticas, isto é, das condições sociais de aceitabilidade e inaceitabilidade desses usos. Prende-se a essa premissa, a noção de que as relações comunicativas são também relações de força simbólica, em que os usos linguísticos recebem valores desiguais,

(op. cit., p. 35). Pela compatibilização de teorias, “[...]a variação trans-linguística poderá ser estudada não apenas em função da ocorrência qualitativa de um fenômeno, mas também de sua ocorrência quantitativa. Três línguas podem ser agrupadas como pertencentes a um mesmo parâmetro por compartilharem uma mesma propriedade, mas a abordagem quantitativa poderá aproximar duas delas contra a outra em função do grau de incidência de um fenômeno” (op. cit., p. 24). O que se propõe, portanto, é a conjugação de quadros teóricos distintos, com o fim de possibilitar generalizações trans-linguísticas; compatibilizar resultados, possibilitando o realinhamento de um parâmetro sintático, por exemplo, a partir dos resultados probabilísticos sobre outro fenômeno linguístico variável presente em outra parte da mesma gramática; ou ainda explicar o modo como uma língua pode realinhar as propriedades de seus parâmetros (p. 19-20). Pode-se perguntar, entretanto, se essa proposta não se sustenta numa perspectiva instrumentalista frente às teorias que pretende juntar (cf Borges, 2004 [1989]). Ora, acreditamos que na execução de uma proposta dessa natureza sempre se corre risco, sobretudo o risco de tomar a sociolinguística como instrumento de descrição ou, ainda menos, como ferramenta de apoio no cálculo e análise dos dados. Todavia, a proposta de harmonização não prevê o esvaziamento ou a neutralidade das teorias, ao contrário, visa à somatória do poder descritivo e explanatório de ambos os quadros.

³² Referimos os diversos estudos linguísticos desenvolvidos com base nessa proposta de pesquisa.

dependendo da posição que o falante ocupa na estrutura social; o processo de hierarquização linguística, calcado nos valores que refletem as hierarquias sociais, estabelece uma variante socialmente valorizada e legitimada que se impõe sobre todas as outras, classificando-as.

Ora, é certo que esse traçado empenha muito mais as considerações teóricas da sociologia da linguagem, principalmente aquelas inscritas nas teses de Pierre de Bourdieu, do que as teorias sociolinguísticas a que, de antemão, nos filiamos. A relação língua/sociedade, conforme proposta no campo da sociologia da linguagem, está inscrita fora do controle sociolinguístico; ainda que as linhas delimitadoras de um e outro campo sejam bastante fluidas, qualquer proposta de emparelhamento desses dois quadros teóricos obriga a tornar explícita a natureza das relações estabelecidas no interior da pesquisa científica.

Assim, nesse primeiro momento, importa esclarecer que a sociologia da linguagem, conforme proposta por Pierre Bourdieu, deve ser compreendida no interior de sua obra sociológica, que se apresenta como uma teoria da prática, inteiramente voltada ao desvelamento das estruturas subjacentes aos objetos e aos dados nos mais diversos níveis da atividade social.

É comum ressaltar que sua teoria se desenvolve como uma proposta de superação do embate entre fenomenologia e estruturalismo ou, em outros termos, entre objetivismo e subjetivismo. Com efeito, ao modo de conhecimento fenomenológico, que explicita a experiência primeira do indivíduo no mundo social, e ao modo de conhecimento objetivista (de que é exemplo a hermenêutica estruturalista), Bourdieu opõe o conhecimento praxiológico:

[...] que tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: esse conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação (Bourdieu, 2003, p. 40).

Conforme observou Ortiz (1994), esse outro gênero do conhecimento no qual Bourdieu procura se situar cumpre o papel de articular dialeticamente o ator social e a estrutura social. Dessa perspectiva, o Estruturalismo se mostra insuficiente, porque ao aceitar sem mais questionamentos a existência de estruturas condutoras das ações individuais, não explica a realidade social e nem mesmo os atos pelos quais constrói seu objeto. O objetivismo sociológico “prescinde de uma teoria da ação, uma vez que esta se reduz meramente à execução das normas ou das estruturas” (Ortiz, 1994, p. 10).

No terreno do objetivismo, Bourdieu destaca e opõe-se decisivamente à linguística saussuriana e à semiologia. Isso porque na proposta de Saussure a língua aparece como objeto autônomo e irreduzível às suas atualizações concretas; a fala, enquanto dado imediato considerado em sua materialidade observável é descartada (Bourdieu, 2003 [1972], p. 41). Nesse corte, a linguística saussuriana, ao privilegiar a estrutura dos signos, em detrimento de suas funções práticas, “constrói sua teoria como subproduto negativo ou [...] como resíduo, imediatamente posto de lado, das construções de relações objetivas” (op. cit., p. 46).

Não é que Bourdieu negue a existência de estruturas subjetivas, independentes da consciência dos agentes, o que ele rejeita é o isolamento da estrutura imanente, ou seja, “o realismo da estrutura, que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história

do grupo” (Bourdieu, 2009 [1989]). Isto porque o social não existe somente enquanto estrutura social externa e independente da vontade do agente, mas também como estruturas incorporadas:

Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (Bourdieu, 2011[1994], p. 42).

Nessa abordagem, a comunicação entre os agentes é estruturada em um nível abrangente – o das estruturas sociais –, e nas ações individuais. Na prática, conforme enfatiza Ortiz (1994, p. 7), os agentes da fala ocupam um campo em que as relações se encontram objetivamente estruturadas. A interação, nesse caso, envolve defrontação “numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global” (op. cit.).

A noção de *estrutura* remete ou conforma a de *habitus* - conceituação que auxilia pensar a relação entre o social externo e o social incorporado, porque se propõe a explicar as regularidades incorporadas nos sujeitos como disposições estáveis para agir de um determinado modo e em determinada direção. Nas palavras de Bourdieu (2003 [1972] p. 53-54), o conceito de *habitus*, assentado no interior de sua proposta de conhecimento praxiológico, isto é, evocado como forma de escapar ao paradigma estruturalista e, ao mesmo tempo, à filosofia do sujeito e da consciência (Ortiz, 1994; Thiry-Cherques, 2006), fica bem definido como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins

e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 1994, p. 15).

O *habitus* produz práticas determinadas “pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas” (op. cit.); trata-se, portanto, de um sistema de suposição, abrigado e estruturado pela experiência e que funciona como estruturador da experiência cotidiana. Mas, *habitus* não é destino; não é um conjunto de regras que controlam o agente ou o grupo de agentes (Bourdieu, 1992, p. 108). As ações sociais são ações realizadas pelos indivíduos, de forma concreta, “em um sistema de disposição aberto”, sempre confrontado por novas experiências (op. cit). A forma de agir pode variar no tempo e espaço, pela distribuição de poderes agenciados na sociedade; mesmo as disposições sociais podem ser corroídas ou desmanteladas pelo desmantelamento da ordem social (situações de migração e de guerra, por exemplo) (Wacquant, 2007, p. 67). Para Bourdieu é ilusório pensar que a relação entre as disposições e as posições assume sempre um ajustamento. A sintonia só se estabelece quando o agente vive em um mundo semelhante àquele que modelou seu *habitus* primário. As transformações estruturais, próprias do sistema social, e a mobilidade inter ou intra-geracional modificam posições, portanto, nas “zonas de incerteza do espaço social”, o *habitus* (que não é “necessariamente adaptado e nem necessariamente coerente”) pode falhar (Bourdieu, 2000 [1997], p. 192).

Mas, se estabelecido o ajustamento entre as disposições corporificadas pelo agente e o mundo social, o *habitus* atua como princípio gerador das ações, esquemas de produção e apreciação, no sentido de que define um campo de oportunidades objetivas inscritas no presente e dá um sentido prático da posição do agente no mundo social. As práticas objetivas, desse modo, ficam sempre ajustadas às chances objetivas, porque as

avaliações subjetivas das possibilidades de sucesso de uma determinada ação se encontram delimitadas por disposições “duravelmente inculcadas pelas condições objetivas” (sabedoria semiformal, ditados, lugares-comuns, preceitos éticos, princípios inconscientes do ethos, que determinam as condutas) (Bourdieu, 2003 [1972] p. 55). Nessa lógica, é de se esperar que agentes expostos a dimensões e condições sociais semelhantes tenham *habitus* comparáveis.

Talvez seja necessário enfatizar que Bourdieu deixa algum espaço para se pensar a reflexividade, enquanto reflexão prática, voltada para a ação, com o fim de avaliar ou corrigir um gesto, uma prática, em um determinado domínio de atividade e segundo a posição ocupada pelo agente no espaço social.

Quanto às relações linguísticas, Hanks (2008, p. 36) oferece uma boa síntese: “O *habitus* está relacionado à definição social do falante, mental e fisicamente, a seus modos rotineiros de falar, à sua gestualidade e ações comunicativas corporificadas [...] e às perspectivas inculcadas pelas práticas referenciais cotidianas de uma dada língua.” Corresponde, portanto, à disposição para dizer coisas de certo modo (e não de outro), ao ajustamento antecipado (sem antecipação consciente) ao valor objetivo de determinados tipos de usos linguísticos, às potencialidades inscritas no corpo (gestos, postura etc.) (Bourdieu, 2008).

Conforme se vê, o *habitus* não existe como *coisa em si*, mas surge e é atualizado no contexto social – o campo social –, numa relação de mão dupla entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas pelo agente. Desse modo, *habitus* e *campo* – conceitos fundamentais nesse quadro teórico – estão interligados.

O campo pode ser definido como o espaço de relações objetivas, onde os agentes ocupam posições distintas e socialmente determinadas. O campo é configurado pelas

lutas concorrenciais entre agentes, isto é, trata-se sempre de um embate entre posições relacionadas entre si. As posições são definidas nas determinações que impõem aos agentes (e grupos de agentes) um lugar na estrutura de distribuição do poder, cuja posse comanda o acesso a benefícios específicos que estão em jogo no próprio campo, bem como sua relação objetiva com outras posições de dominação, subordinação ou homologia (Bourdieu, 2005 [1992], p. 150)³³. Recuperando as palavras de Ortiz, no campo manifestam-se as relações de poder, isto é, o campo se estrutura a partir da distribuição desigual de um capital social, que determina a posição ocupada por um determinado agente em seu seio social.

A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão (Ortiz, 1994, p. 15).

Fica claro que no campo circulam valores (capital, nos termos de Bourdieu), que incluem não somente riqueza material, mas todas as formas de acumulação que possibilitam a diferenciação primordial entre os agentes (títulos, reconhecimento, autoridade). Essa oposição – dominantes e dominados – implica sempre um processo no qual as posições podem ser perpetuadas. Isso envolve o alinhamento de diversos mecanismos que sirvam à sustentação dos estatutos de dominação.

Nesse quadro, o capital não se refere somente às práticas relacionadas e aos bens diretamente convertidos em dinheiro, mas todas as práticas sociais têm um preço, cuja

³³ Considerando que o campo não resulta das ações individuais dos agentes, há sempre a possibilidade de tratar as relações existentes em campos diversos, tais como o campo intelectual, científico, jurídico, educacional, etc. Os objetos, valores e interesses que circulam através dos campos são diversos (Bourdieu, 1987), bem como são diversos os recursos discursivos colocados em prática. Todavia, isso não impede que estes sejam concretamente articulados nas relações de incorporação/encaixamento (Hanks, 2008, p. 47).

manifestação dependerá do campo de aplicação correspondente, bem como do custo de transformação, que constituem uma condição necessária para sua manifestação efetiva (Bourdieu, 2000, p. 135). Se o capital econômico é diretamente convertido em dinheiro, sendo especialmente atualizado na institucionalização, na forma de direitos de propriedade, o capital cultural - institucionalizado especialmente na forma de títulos acadêmicos, só pode ser convertido em capital econômico mediante um esforço de transformação necessário para produzir uma forma efetiva de poder no campo correspondente. O mesmo ocorre com o capital social – de relações e obrigações sociais – comumente institucionalizado na forma de títulos nobiliários (op. cit., p. 136).

Com isso fica claro que as diversas formas de capital, embora não redutíveis, são manifestações transformadas e travestidas do capital econômico. O capital cultural pode existir em estado incorporado, na forma de disposições duráveis do organismo (está previsto um processo de interiorização, que implica um período de formação – ensino/aprendizagem –, que “custa” tempo); ademais, pode existir em estado objetivado, na forma de bens culturais (livros, quadros, monumentos, etc.), objeto de disputas intelectuais, de teorias e de críticas; e, ainda, em estado institucionalizado, pela certificação escolar ou acadêmica, que não é senão uma conversão do capital econômico em capital cultural – a determinação do valor cultural de quem possui um título está ligado diretamente ao seu valor de troca no mercado de trabalho, sempre baseado na raridade ou ausência do capital específico em um determinado espaço (op. cit., p. 144-148). Efetivamente, a transformação do capital cultural em capital econômico está sempre vinculada à frequência do capital: quem possui uma determinada competência cultural, por exemplo saber ler em um mundo de analfabetos, obtém, devido a sua posição na estrutura de distribuição de capital cultural, um valor de raridade, que pode

lhe garantir benefícios adicionais (op. cit., p. 142)³⁴. Nesse jogo, prevalecem as disposições do campo que, pela desigual distribuição de capital, determina a posição dos agentes.

Ainda em Bourdieu (2000), fica claro que nas relações de troca em que se baseia o capital social – constituído pela totalidade dos recursos potenciais ou atuais relacionados à conexão de um agente social e uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos³⁵ -, os aspectos materiais e simbólicos estão invariavelmente unidos, de modo que o volume do capital social dependerá sempre da extensão da rede de conexões e do volume de capital (econômico, cultural e simbólico). Evidentemente, nesse processo, o rastro do capital econômico tende a ser apagado pelo próprio trabalho de transformação, que exige tempo e esforço; esse mecanismo garante a apropriação e legitimação do capital, porque possibilita ao agente lograr os méritos de sua aquisição. A forma transfigurada do capital (social, econômico, cultural) é sempre capital simbólico, “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2009 [1989], p. 134-135).

No que se refere à língua, especificamente, é fato que as relações de força simbólica prevalecem. Em cada campo e em cada contexto é necessário que o agente empregue uma linguagem aceitável, ou seja, é necessário que as palavras usadas pelos agentes atendam não somente às regras imanentes à língua (frases gramaticalmente

³⁴ “Quien dispone de una competencia cultural determinada, por ejemplo, saber leer em um mundo de analfabetos, obtiene debido a su posición em la estructura de distribución del capital cultural um valor de escasez que puede reportarle beneficios adicionales.”(Bourdieu, p. 142)

³⁵ “El capital social está constituído por la totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos.”

aceitas, no sentido proposto no gerativismo), mas também às regras próprias à situação, isto é, ao mercado linguístico (Bourdieu, 2008):

Existe um mercado linguístico sempre que alguém produz um discurso para receptores capazes de avaliá-lo, de apreciá-lo e de dar-lhe um preço. Apenas o conhecimento da competência linguística não permite prever qual será o valor de uma performance linguística num mercado. O preço que os produtos de uma determinada competência receberão num mercado determinado depende das leis de formação dos preços próprios a este mercado. [...] Concretamente, é uma certa situação social, mais ou menos oficial e ritualizada [...], uma série de propriedades percebidas e apreciadas de maneira infra-consciente e que orientam inconscientemente a produção linguística. Definido em termos abstratos, é um certo tipo de leis (variáveis) de formação de preços [...] (Bourdieu, 1977, p. 3).

Para Bourdieu, a competência de um determinado agente social é sempre valorada a partir de um mercado linguístico (que funciona como um sistema de sanções e avaliações positivas ou negativas), de modo que o sentido do que se diz resulta do valor distintivo atribuído a um dado produto linguístico, entre outros disponíveis; toda situação linguística, nesse sentido, funciona como mercado dominado por estruturas globais (op. cit.).

O que circula no mercado linguístico não é a língua, mas discursos estilisticamente caracterizados, que se realizam como mensagens quando os receptores o recebem como produto e lhe atribuem um preço específico, relacionado não somente à mensagem em si, mas ao estatuto das relações de poder entre os interlocutores, estabelecido pela posição ocupada por cada produtor em uma determinada estrutura social. Isto é outro modo de dizer que os esquemas acionados para interpretação das mensagens se definem na “interação socialmente estruturada”, de modo que o valor de um discurso depende sempre de *quem fala* e de *como fala* (Bourdieu, 2008), por que ao final, o que está em jogo é o capital linguístico, que se realiza como capital simbólico.

Essas proposições são de fato relevantes para este estudo, porque nas lutas nacionais, nas lutas pela identidade, há uma relação evidente de dependência entre os mecanismos de dominação política e a formação do mercado linguístico.

Considerando a situação brasileira, entre o final do século XIX e início do XX, as disputas linguísticas entre brasileiros e portugueses, desenvolvidas em um contexto marcado pela imigração e pela diglossia³⁶, manifestam essas relações de força simbólica. Cada parte (brasileiros e portugueses) luta não somente em favor de um mercado para seus produtos linguísticos, mas defende seu próprio valor como produtor nesse mercado.

É importante sublinhar, nesse sentido, que um uso linguístico se impõe sobre os demais, assumindo o estatuto de língua legítima³⁷, mediante um trabalho de preservação, que envolve um processo político de unificação do mercado, alcançado pelo uso oficial de uma determinada variante, pela normatização dos produtos do *habitus linguístico* e pela imposição dessa variedade – com o auxílio dos dicionários, livros didáticos, textos acadêmicos, gramáticas e seus autores, bem como (mormente) do sistema escolar (Bourdieu, 1983, p. 166).

A crítica que se faz à teoria de Bourdieu geralmente diz respeito à restrição de sua aplicabilidade à sociedade francesa, e outras similares, em que a escola cumpre

³⁶ Aqui compreendida como situação de bilinguismo e também como diferença de *status* sociopolítico entre duas ou mais línguas (ou uma variante da língua numa sociedade dividida em classes); na situação de diglossia se estabelece uma relação de hierarquia tal que uma língua (ou uma variante da língua) se impõe sobre as demais (cf. Ferguson, 1959; Froehlich, 1975; Schiffman, 1997; Gardés-Madray e Brès, 1987).

³⁷ Língua legítima, na proposta de Bourdieu, é a língua qualificada socialmente; produzida e conservada pelos agentes que ocupam posições socialmente valorizadas na estrutura social. Tal língua é legítima na medida em que é reconhecida, pela maior parte dos agentes sociais, como única língua oficial, boa e correta. É importante observar que “o reconhecimento de legitimidade de uma língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e irrevogável, nem com um ato intencional de aceitação de uma norma”. O reconhecimento é validado nesse processo em que se consideram as sanções do mercado linguístico, pela constatação das “possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços característicos de um determinado mercado garantem objetivamente aos detentores de um certo capital linguístico” (Bourdieu, 2008, p. 37-38).

papel fundamental na imposição cultural e reprodução dos capitais. Retomando as palavras de Encrevè (2005, p. 263), “seria preciso muito boa vontade – e um pouco de competência sociológica – para adaptá-la ao caso da imensa maioria das cinco ou seis mil línguas do mundo”, as quais não se organizam a partir dessas instituições elencadas por Bourdieu: “nem Estado, nem sistema escolar, nem escrita, nem gramático, nem qualquer instância evidente de imposição de uma variedade legítima da língua[...]”.

Mas o próprio Encrevè (op. cit., p. 264) faz lembrar que Bourdieu, ao tratar das trocas linguísticas em línguas dominadas, subsistentes no interior de comunidades minoritárias, como a língua falada por camponeses de Béarn, revelou a dominação e a violência simbólica, reconhecendo a existência de submercados linguísticos que operam com leis próprias de formação de preços, com “*dominadores* dominados e *dominados* que dominam, de acordo com o mercado”.

Mas, independentemente das críticas ao modelo, a teoria da prática de Bourdieu parece facilitar a apreensão das relações entre os diversos sujeitos (notadamente brasileiros e portugueses) na sociedade brasileira (paulista) do final do século XIX, a qual, de fato, se estruturou por essas instituições e instâncias que cumprem o papel de assegurar as relações de dominação, pela reprodução do capital simbólico.

3. Emparelhando disciplinas: conclusões

Na exposição dos pontos pertinentes para compreensão da teoria gerativa, observamos que Chomsky, ao voltar a atenção para a gramática interiorizada, mental, cerca estreitamente seu objeto de estudo, evitando qualquer compromisso com as questões sociais inerentes à língua. De outra parte, tanto Labov quanto Bourdieu,

evitando comungar na cartilha gerativista, ocupam-se essencialmente da relação entre língua e sociedade.

O distanciamento teórico entre gerativismo, de um lado, e sociolinguística e sociologia da linguagem, de outro, fica bem marcado no princípio de construção dos modelos. Mas essa diversidade não impede o diálogo entre os campos e nem mesmo limita a aproximação ou emparelhamento dessas teorias.

É bem verdade que os primeiros estudos de Bourdieu se abrem ao diálogo estreito com a gramática gerativa. O conceito de *habitus* surge como princípio – estruturado mentalmente – gerador e unificador das práticas sociais. Essa proposta mentalista cedeu lugar ao conceito de habitualidade corporificada. Nessa nova composição, o *habitus* passa a ocupar a mente e o corpo, de tal modo que os “estados conceituais de desejo e de intenção transformam-se na inclinação da postura corporal” (cf. Hanks, 2008, p. 41). A economia das trocas linguísticas, desse modo, se mostra puramente externa, do ponto de vista linguístico.

Alguns trabalhos recentes, todavia, procuram evidenciar que o *habitus* está representado, ainda que indiretamente, na gramática internalizada. Nessa direção, Pereira (2011), pelo entendimento de que a língua é composta por duas faces: uma face inata e biologicamente herdada, que concede ao indivíduo sua competência linguística, e outra constituída pelo *habitus* internalizado, que designa uma competência prática, um capital linguístico, propõe um “gerativismo trans-sistêmico”. As duas faces da língua, nesse modelo, constituiriam um módulo gerativo estendido da linguagem, configurado para gerar infinitamente discursos gramaticais e socialmente aceitáveis (p. 119-120).

Essa proposta, elaborada a partir da harmonia trans-sistêmica de Tarallo e Kato (2007 [1989]), toma como pressuposto a noção de que, tal como a faculdade da

linguagem (nos termos gerativistas) sofre um processo de amadurecimento até atingir seu estágio final, o *habitus linguístico*, portador das regras e comportamentos sociais a que o indivíduo está exposto, seria internalizado em concomitância com o processo de aquisição da linguagem. Todavia, se considerarmos, conforme enfatiza Wacquant (2007, p. 66-67), que o *habitus* corporificado constitui um sistema de disposições duráveis, mas não eternas ou estáticas, que resume não uma aptidão natural, mas social, variável através do tempo, do lugar e, principalmente, das distribuições de poder, teremos dificuldade para aceitar alguma aproximação entre teoria do *habitus* e teoria gerativa que não seja por analogia ou pela abertura forçada no gerativismo e, ainda, na teoria da prática de Bourdieu.

Ora, ao que parece, essa é a direção em que caminha a proposta de Pierre Encrevé, segundo o qual o gerativismo precisa (e pode apropriar-se) da sociologia dos bens simbólicos. Sua proposta, em desenvolvimento desde a década de 1980, é a de que o *habitus* linguístico estaria representado na gramática mental, no nível mais abstrato, sob a forma de *loci variationnis* (Encrevé, 2005). Nessa direção, o autor prevê e requer uma certa mudança de perspectiva, em ambos os domínios, notadamente para rever a dissimetria entre audição e locução e para considerar a distinção entre competência do falante e competência do ouvinte. Para o autor, os fatos da língua não podem ser observados somente junto à produção, uma vez que ouvimos muito mais variedades da língua do que as realizamos. Em um mercado linguístico unificado, os locutores de variedades socialmente estigmatizadas criam mentalmente, por meio de sua competência de ouvinte, a língua aceita como *legítima*, compreensível, para esses locutores, no nível fonológico (op. cit., p. 267). Um exemplo torna esse conceito mais visível: a televisão, numa sociedade como a francesa ou a brasileira, é sempre

reprodutora dessa língua comum de ouvinte, a despeito das variações sociais dos usos linguísticos.

Pela proposta de Encrevé, podemos supor que qualquer falante que tenha o português brasileiro popular como gramática internalizada poderia produzir frases como “*Me dá um dinheiro*”, “*Os menino chegou da escola cedo*”, “*O fulano que eu falei dele pra você*”, e, ainda, compreender perfeitamente “*Dê-me um dinheiro*”, “*Os meninos chegaram cedo*”, “*O fulano de quem eu falei*”. Nesse aspecto, não haveria diferença essencial entre a *performance* de ouvinte dos diversos interlocutores; todavia o *habitus*, conforme definido por Bourdieu, é que realizaria a divisão entre formas compreendidas e formas emitidas.

Na interação social, entretanto, a língua comum de ouvinte³⁸ não traz vantagem simbólica, uma vez que, conforme fizemos notar anteriormente, uma competência linguística só funciona como capital linguístico que assegura um lucro de distinção na sua relação com as demais competências, “na medida em que os grupos que a detêm são capazes de impô-la como sendo a única legítima nos mercados linguísticos” (Bourdieu, 1983). Assim, o capital linguístico só pode ser acumulado por quem é capaz de produzir a língua considerada legítima em um mercado linguístico unificado. Nessa direção, Encrevé (2005, p. 269) conclui que “na organização das relações entre as duas competências, para cada sujeito social, na divisão entre o que ele apenas compreende e o que ele diz, sua gramática interiorizada inscreve a história social que ele incorpora”. Mas, para fazer valer sua proposta, Encrevé abre uma fenda na teoria gerativa, para colocar nela a competência social, além de duas competências linguísticas, o que deixa espaço para muitos questionamentos acerca do conhecimento linguístico internalizado

³⁸ Pensando, nesse caso, em língua materna. Os exemplos que apresentamos dizem respeito à variação sintática, todavia, os exemplos apresentados por Encrevé são do âmbito da fonologia. O que fazemos é testar o poder explicativo e explanatório da proposta de Encrevé, já que esta é essencialmente teórica.

pelos indivíduos, considerando que a competência de ouvinte pode compreender muito mais do que a língua *legitimada* na sociedade, isto é, pode abranger uma infinidade de outros dados linguísticos prestigiados ou não, mas presentes na produção linguística dos diversos agentes sociais³⁹. Além disso, fica pendente de discussão o estatuto dessa competência de ouvinte, conforme postulada por Encrevé, numa teoria sobre a aquisição da linguagem. De outra parte, o conceito de *habitus* anexado ao gerativismo é, de certa forma, reduzido, porque a inscrição do *habitus* no corpo depende sempre das experiências sociais, sobretudo escolar, de cada indivíduo. Essa definição, conforme observa Boltansky (2005, p. 161), evita quaisquer especulações sobre as estruturas mentais e sobre as evoluções do cognitivismo na trilha de um biologismo.

Diferentemente do que ocorre entre sociologia e gerativismo, os limites entre sociolinguística e sociologia da linguagem são mais estreitos. Já observamos que as linhas demarcatórias entre essas disciplinas dão margem a leituras reconhecíveis em ambos os terrenos. Veja-se, por exemplo, que Soares (2000, p. 58-59) coloca as duas disciplinas lado a lado, ao afirmar que as interpretações de Labov sobre os usos linguísticos espelham, de certa forma, a análise de Bourdieu sobre as relações de força material e simbólica que condicionam a utilização da língua no universo social. Pelo exercício da violência simbólica, os locutores que não dominam a língua considerada legítima, muitas vezes são condenados ao silêncio ou a uma linguagem controlada, enquanto os grupos dominantes se sentem autorizados a uma linguagem livre e descontraída (Bourdieu, 1977). Segundo Soares, essas indicações de censura prévia foram detectadas e evidenciadas por Labov quando, em sua crítica à teoria da

³⁹ Numa situação de diglossia, torna-se necessário refletir, mais atentamente, sobre qual é o alcance da competência de ouvinte.

deficiência linguística, propôs que a linguagem dita “deficiente” é somente linguagem censurada em um determinado contexto social.

A possibilidade de comparar os resultados dessas análises se deve ao fato de que sociolinguística e sociologia da linguagem repousam principalmente sobre as questões que envolvem os vínculos entre língua e sociedade. Todavia, ressaltamos que as problemáticas teóricas, as metodologias e os objetos de estudo são distintos em cada campo, assim, qualquer aproximação definitiva entre eles não é espontânea ou natural, mas controlada e vigiada pelos cientistas que se propõem a fazê-la.

Conforme afirmamos anteriormente, nossa proposta metodológica se fundamenta na aproximação e emparelhamento de disciplinas. Tudo se ampara na ideia de que sistemas de referências distintos, não redutíveis, podem ser mobilizados (somados) para uma leitura mais compreensiva (ou menos redutiva) do objeto de estudo⁴⁰.

⁴⁰ Reiteramos que essas concepções são oriundas da abordagem multirreferencial (cf. Ardoino, 1998; entre outros). Postulamos, conforme fizemos notar anteriormente, a possibilidade de diálogo entre disciplinas, mediante a preservação da heterogeneidade e pluralidade de cada disciplina, as quais só podem ser ligadas dialeticamente, por meio da prática científica.

Parte 2

Notas sobre os corpora

Convém lembrar que o tema central deste estudo, construído no âmbito do projeto PHPP, é *a formação da sociedade paulista e suas variedades linguísticas, tal como testemunhas na São Paulo da passagem do século XIX ao XX*. Fica assinalada nessa proposta a ideia de que os fatos linguísticos, históricos e sociais estão interligados e, ainda mais, que esses fatos (ou parte deles) podem ser apreendidos em conjunto.

Nesse contexto, nossa pesquisa se abre a múltiplas questões sobre as relações entre língua, indivíduo e sociedade. Como já referimos, o foco recai na complexa experiência social e linguística do *grupo de intelectuais republicanos paulistas*.

De modo mais específico, no percurso desta investigação descrevemos e analisamos os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais em textos produzidos por alguns integrantes desse grupo, procurando observar o modo como diferentes ideologias e militâncias políticas influíram em suas produções linguísticas. Aos resultados dessa produção, contrapomos dados extraídos de textos publicados na imprensa imigrantista lusitana. Exploramos, nessa abordagem, a hipótese de que os padrões de ordenação dos clíticos pronominais em textos escritos por paulistas diferem dos padrões apresentados em textos escritos por portugueses e/ou por imigrantes portugueses. Ademais, propomos que as variações linguísticas observadas na escrita dos

diferentes locutores integram um sistema de oposições que “retraduzem” os sistemas de diferenças sociais (nos termos de Bourdieu, 2008).

Este recorte possibilita a abordagem de questões relativas à competência linguística e à competência social dos falantes, isto é, nos leva a observar não somente o conjunto de fatores sócio-condicionadores dos usos linguísticos, mas as relações sociais e históricas que formam a disposição do falante para dizer as coisas de um determinado modo e não de outro.

4. Intelectuais republicanos paulistas

Para composição da amostra linguística, partimos do pressuposto de que os intelectuais republicanos paulistas⁴¹ constituem um grupo específico, inomogêneo em sua formação, e socialmente estabelecido. Dos muitos personagens que integraram esse grupo⁴², selecionamos somente cinco de seus representantes, aqui observados enquanto informantes:

- **Prudente José de Moraes e Barros**
(Itu, 4 de outubro de 1841 — Piracicaba, 13 de dezembro de 1902);
- **Manuel Ferraz de Campos Sales**
(Campinas, 15 de fevereiro de 1841 — Santos, 28 de junho de 1913);

⁴¹ Na leitura que fazemos, por intelectuais entendemos os atores políticos que influenciam e são influenciados na sociedade em que vivem e que participam de forma ativa nas discussões presentes nessa sociedade, sendo observados e reconhecidos pelo papel que ocupam como mediadores sociais (Sirinelli, 1996, p.243).

⁴² Note-se que Prudente de Moraes, Campos Sales, Alberto Sales, Rodrigues Alves e Júlio Mesquita integraram um grupo bastante amplo, do qual podemos destacar, ao menos, os nomes de Américo de Campos, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Américo Brasiliense de Almeida Mello, Francisco Quirino dos Santos.

- **João Alberto Sales**
(Campinas, 24 de outubro de 1857 — Monte Alto, 12 de março de 1904);
- **Francisco de Paula Rodrigues Alves**
(Guaratinguetá, 07 de julho de 1848 — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1919);
- **Júlio César Ferreira de Mesquita**
(Campinas, 10 de Agosto de 1862 — São Paulo, 15 de março de 1917).

O conjunto de textos selecionados para formação do *corpus* pertence a gêneros diversos. Conforme fizemos notar na introdução deste estudo, recuperamos discursos políticos, mensagens, cartas pessoais, cartas públicas, bilhetes, estudos científicos, artigos publicados em livros e em jornais⁴³. Acreditamos que a variabilidade de textos possibilita melhor apreensão dos usos linguísticos desses sujeitos, pois garante uma visão geral da escrita do grupo e evita uma leitura demasiadamente presa à noção de gêneros textuais.

É importante notar que, em nossa pesquisa, a percepção da existência desse grupo se dá, efetivamente, pela reflexão acerca do lugar ocupado por seus integrantes nos diversos espaços da sociedade paulista do final do século XIX. Não nos guiamos unicamente pela abordagem voltada à história política, mas, seguindo os exemplos de Hilsdorf (1986) e Menezes (2006, p. 19), consideramos também alguns aspectos das experiências individuais dos sujeitos, bem como das múltiplas relações estabelecidas entre eles. Em outras palavras, partimos do fato de que, além da experiência política comum de contestação do *status quo* imperial (conforme sublinhada por Alonso, 2002), esse grupo de intelectuais se constituiu pelo entrecruzamento de complexas formas de sociabilidade, estruturadas no interior de múltiplos espaços (cf. Menezes, 2006,

⁴³ A relação completa dos textos transformados em *corpora* de análise linguística consta do anexo A.

Hilsdorf, 1986; entre outros). Além dos laços de amizade e parentesco⁴⁴, esses sujeitos estão vinculados por relações políticas, pela formação cultural e escolar, por relações comerciais diversas, por associações, empreendimentos editoriais, educacionais etc.:

Em linhas gerais, a participação nestes empreendimentos era de duas ordens: seus integrantes eram tanto, ao mesmo passo, os “executores” (redatores de jornal, tipógrafos, professores e diretores de escola, propagandistas, militantes etc.) e os injetores de capital, em que pese que a aproximação com a casta de cafeicultores do oeste paulista visou à consecução do apoio financeiro que essas empresas e suas correlatas atividades partidárias careciam (Menezes, 2006, p. 224)⁴⁵.

É preciso enfatizar que as categorias sociais – republicanos, e/ou intelectuais e/ou bacharéis –, por si mesmas, não criam o grupo. São as relações sociais de troca simbólica, com suas representações, discursos e outros mecanismos de dominação simbólica que permitem (aos seus membros e aos demais agentes sociais) identificá-los e reconhecê-los como pertencendo a um conjunto determinado⁴⁶.

O conceito de *grupo* que perpassa nossa análise é construído, conforme sublinhamos anteriormente, com base nas teses de Bourdieu, segundo as quais os grupos se definem pelas disposições dos agentes e pelas posições relativas que eles ocupam no espaço social estruturado⁴⁷. Dessa perspectiva, os grupos sociais não podem

⁴⁴ Alberto Sales e Campos Sales são irmãos e, ambos, tios de Lucila de Cerqueira César, esposa de Júlio Mesquita.

⁴⁵ O estudo de Menezes trata especialmente do *grupo do Almanaque Literário de São Paulo*, um conjunto bastante específico, todavia representativo dos intelectuais republicanos paulistas.

⁴⁶ Acreditamos que a condição e o reconhecimento dessa condição não escaparam ao conhecimento racional desses agentes sociais. Ora, eles se identificavam (e eram identificados), ao menos, como republicanos paulistas.

⁴⁷ Retomando os conceitos primários de *campo* e de *habitus*, temos que as disposições dos agentes, adquiridas mediante a internalização de estruturas sociais, portadoras não somente da história individual, mas também coletiva, funcionam como princípios organizadores de práticas sociais e representações, associados a uma classe particular ou a um grupo (Ortiz, 1994; Thiry-Cherques, 2006). Nessa composição, o *habitus* é individual; todavia, sujeitos que ocupam posições idênticas ou análogas no espaço social, podem apresentar *habitus* similares e, conseqüentemente, atitudes e interesses semelhantes. Daí esse sistema de disposições ser considerado gerador e unificador de uma coletividade (op. cit.).

ser compreendidos como uma realidade compacta e nem mesmo como uma unidade bem definida, a ser apreendida mediante a aplicação de algum conceito homogeneizante.

Os princípios da teoria de Bourdieu permitem pensar, ainda, a questão da identidade social individual e coletiva (cf. Silva e Chartier, 2002), que remete sempre à noção de incorporação mental de esquemas de percepção, identificáveis por meio do que os grupos revelam de si mesmos: “A definição do ser social, da identidade social, é dada [...] não unicamente a partir das condições objetivas que definem as categorias sociais, mas [...] do ser percebido por si mesmo ou pelos outros” (Chartier, 2002, p. 152).

Nesse sentido, considerando (ainda que de longe), as proposições de Sirinelli (2002, p. 249-250)⁴⁸, para quem, na apreensão da trajetória de vida de intelectuais, é imprescindível inventariar as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de suas ‘redes’, destacamos, entre as muitas experiências compartilhadas, a atuação desses sujeitos em três espaços específicos: a Academia de Direito de São Paulo, o Partido Republicano Paulista e a imprensa paulista, campos de lutas concorrenciais, nos quais os agentes se distribuem de acordo com o volume do capital de que dispõem (nos termos de Bourdieu, 2009 [1989]).

De início é necessário notar que, formados bacharéis, os cinco informantes contaram-se no espaço da Academia de Direito – instituição atuante que reuniu, conforme observa Adorno (1988, p. 92), militância política, jornalismo, literatura, advocacia e principalmente ação no interior dos gabinetes. Nas palavras do sociólogo:

⁴⁸ Apesar de nos guiarmos por essa conceituação, não nos valem, aqui, das noções de redes e microclimas, explorados pelo autor.

Desde cedo, os cursos jurídicos nasceram ditados muito mais pela preocupação de se constituir uma elite política coesa, disciplinada, devota às razões do Estado, que se pusesse à frente dos negócios públicos [...], do que pela preocupação em formar juristas que produzissem a ideologia jurídico-política do Estado Nacional emergente (op. cit., p. 235-236).

Segundo Adorno, a Academia do tempo do Império fez da vida intelectual uma forma de convivência política. O periodismo, bem instalado nesse espaço, se apresentou como plataforma de divulgação de distintas orientações político-partidárias, formando uma espécie de “ante-sala dos gabinetes executivos, da tribuna parlamentar, dos tribunais judiciários, além de haver promovido a institucionalização da estética literária” (op. cit. p. 238).

Ainda nesse espaço, se formaram as sociedades secretas, tais como a “Burschenschaft” (bursch - camarada; schaft - confraria; *Sociedade de Camaradas*), conhecida pela forma reduzida “Bucha” (um hipocorístico, segundo propõem alguns historiadores) e fundada pelo alemão Júlio Frank, provavelmente em 1831 (cf. Bandechi, 1982; Rezzutti, 2011). Supostamente, sua finalidade era assistencial, oferecendo condições a estudantes de famílias menos abastadas para que pudessem concluir seus estudos. Todavia, os estudos historiográficos apontam que entre suas atividades predominava as ações nos bastidores políticos, militando, inclusive, pela causa republicana e pela abolição (cf. Rocha, 1999). Seus membros ocuparam os mais altos cargos do Império e, entre os ilustres confrades (escolhidos entre os estudantes que se destacassem), contam-se Rui Barbosa, Barão de Rio Branco, *Prudente de Moraes*, *Campos Sales*, *Rodrigues Alves*, Wanceslau Brás, Américo Brasiliense, entre muitos outros (cf. Bandechi, 1982; Rezzutti, 2011; Stanich Neto, s/d). Com forte influência no espaço da Academia e mesmo nas relações externas, notadamente no que diz respeito aos conchavos políticos, a Bucha permaneceu muito ativa na República Velha,

deteriorando-se somente nas primeiras décadas do século XX, com as cisões no interior da associação e no Partido Republicano Paulista⁴⁹.

Para nosso estudo, importa reter, sobretudo, o fato de que a Academia se apresentou como um espaço de sociabilidade, que possibilitou a inter-relação de boa parte dos integrantes desse grupo, aqui representado pelos cinco informantes já referidos. Ademais, os interesses envolvidos nas relações de luta ultrapassaram os limites do campo formativo e se estendeu sobre campos e agrupamentos sociais diversos.

A influência da Academia em outros espaços sociais tem implicações linguísticas, sobretudo porque no espaço entrecruzado há maior possibilidade de unificação do mercado linguístico. Em outras palavras, se as chances de lucro linguístico dependem sempre do grau em que a competência dos dominantes é reconhecida como legítima (cf. Bourdieu, 2008), a imposição dos usos linguísticos dominantes (pelos grupos dominantes) nos diversos espaços coopera para legitimação desses usos.

Um bom exemplo disso pode ser observado no estudo de Ribeiro (2011), segundo o qual a influência da Academia na Escola Normal de São Paulo⁵⁰ não ocorreu

⁴⁹ Segundo Rezzutti (2011): “A decadência da Bucha começou com a ordem do presidente Arthur Bernardes (1875-1955) de proibir o funcionamento da Liga Nacionalista, após a Revolução Tenentista de 1924 em São Paulo. As duas organizações, aliadas à Associação Comercial de São Paulo, chefiada então pelo ex-chaveiro [como era chamado o líder estudantil da Bucha] José Carlos Macedo Soares (1883-1968), tiveram importante papel na proteção da população e na tentativa de abastecimento da capital durante o cerco das tropas legalistas, e foram punidas por isso. Outro fator que causou a decadência da Bucha foi a distorção dos seus valores iniciais. Com a criação do Centro Acadêmico XI de Agosto, a benemerência da Bucha transformou-se em moeda de troca: quem votasse na chapa de membros bucheiros para a diretoria do grêmio receberia boas indicações e facilidades para sua vida profissional; quem não apoiasse a chapa estaria fora dos conchavos políticos. Isso causou indignação em uma facção de alunos, que passou a combater a Bucha. O Partido Republicano Paulista (PRP), órgão político dominado pelos bucheiros, rachou em 1926 com a criação do Partido Democrático Paulista, formado em grande parte por ex-integrantes da Liga Nacionalista, que se colocariam ao lado da Aliança Liberal contra o PRP em 1930.”

somente por via reflexa, mas objetivamente manifestada no exercício da escrita. Nas conclusões da autora, pela produção escrita se pode entrever a intersecção entre esses dois núcleos culturais⁵¹. Nesse sentido, se propõe que a Academia de Direito funcionou como uma instituição (re) modeladora do *habitus* linguístico dos falantes, não somente daqueles diretamente ligados a ela – no caso, os bacharéis (alunos e professores) –, mas também de outras parcelas da sociedade.

No Partido Republicano Paulista (PRP) – fundado no início da década de 1870, as relações de força e poder se tornam perceptíveis nos discursos, na propaganda e em outros atos políticos. As lutas, determinadas por questões econômicas e sociais, não são somente externas, no sentido de embates com outros agrupamentos políticos, mas internas, já que o movimento republicano nunca foi homogêneo.

Note-se que os estudos historiográficos e sociológicos apontam para a coexistência de pensamentos político-ideológicos muito desiguais nesse momento histórico. Buarque de Holanda (1972) propõe que mesmo após o Manifesto, foi difícil estabelecer divisão clara entre liberais e republicanos, pois ambos eram dotados de forte caráter reformista. Nessa direção, Hilsdorf (1986, p. 262) afirma que, por ocasião de sua fundação (e ao menos até 1874) “a expressão Partido Republicano designava apenas um grupo prestigioso da vanguarda política e social que professava ideias políticas diferentes, toleradas pelo governo imperial pela sua morigeração, e que, pela sua postura evolucionista provocava o desdém dos conservadores”. O elemento mais visível de coesão do grupo, de acordo com essas análises, era a crítica ao governo imperial.

⁵⁰ É preciso notar que a direção da Escola Normal muitas vezes esteve nas mãos dos bacharéis em Direito. Alberto Sales, por exemplo, dirigiu essa instituição em 1898.

⁵¹ Voltaremos a esse assunto nas conclusões deste estudo.

Não cabe nesse estudo um aprofundamento dessas questões, mas importa o fato de que o PRP, situado no campo propriamente político, se apresentou como espaço social organizado, importante palco de debate onde os laços entre sujeitos diversos se ataram em torno de ideologias, militâncias políticas, ou mesmo oposições; mais concretamente, no interior do partido seus membros se unem, por exemplo, em torno de campanhas eleitorais, produções intelectuais (como textos escritos voltados à defesa e/ou difusão das propostas do partido), etc ⁵².

Antes de prosseguirmos, é preciso notar que Rodrigues Alves não partilhou, desde o início, do espaço social e político do PRP, antes permaneceu no Partido Conservador, se enveredando pelo caminho republicano somente em 1889, com o advento da Proclamação da República; assim, não formou o bloco dos que levaram adiante a propaganda republicana e não comungou dos pensamentos ideológicos dos homens públicos que, desde cedo, apoiaram um novo regime. Com isso, não é demais esperar alguma diferença nos usos de Rodrigues Alves, em relação aos demais integrantes do grupo dos republicanos.

Esta diferença não está relacionada, simplesmente, com a data de adesão ao movimento republicano, mas à experiência de cada falante, isto é, diz respeito ao grau de integração do indivíduo em um determinado grupo. No caso de Rodrigues Alves, apesar da convivência comum com os demais integrantes do grupo dos chamados republicanos históricos (aqueles que aderiram ao movimento antes da proclamação da República), sua filiação ao Partido Conservador o colocou em uma relação social distinta da dos demais. Isso implica que se possa pensar numa multiplicidade de grupos com os quais o falante interagiu diretamente, o que desencadeia a possibilidade de seus

⁵² Retomaremos essa discussão no terceiro capítulo deste estudo.

usos linguísticos (ao menos os usos formais /escritos) apresentarem formas distintas e combinadas.

Em que pese esse fato, todos os cinco falantes selecionados nesta pesquisa assumiram cargos públicos. Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, todos eleitos pelo partido Republicano, se sucederam no cargo de presidente do Brasil, entre os anos de 1894 e 1906. Júlio Mesquita, entre outros cargos, foi senador.

Já referimos que no espaço da imprensa, disposta no palco dos debates políticos, tem-se a fermentação intelectual (nos termos de Sirinelli, 1996)⁵³. Muitas vezes vinculados aos partidos políticos e/ou ao governo, os periódicos constituíram importante fórum de discussão e plataforma de propagação de ideologias. Com efeito, essa imprensa de opinião se manifestou como forma de ação política (no sentido proposto por Bourdieu), já que seus agentes, dispendo de conhecimento do mundo social, interferiram e atuaram sobre a representação desse mundo mediante esse veículo.

Vários republicanos fizeram a imprensa paulista do final do século XIX e início do XX. Alberto Sales, por exemplo, integrou a equipe de Francisco Quirino dos Santos, na redação da *Gazeta de Campinas*, órgão republicano, financiado por Joaquim Norberto de Azevedo⁵⁴, jornal em torno do qual gravitaram diversos membros do grupo de republicanos, inclusive Campos Sales, seu colaborador assíduo (ver Menezes, 2007; Blanco, 1995). Além disso, nesse mesmo período, Alberto Sales empenhou-se, ao lado de Júlio Mesquita e Rangel Pestana, na revitalização do jornal *A Província de São Paulo* (depois *O Estado de São Paulo*)⁵⁵, periódico publicado pela primeira vez em

⁵³ O autor cita, especificamente, as revistas como exemplo de espaço onde se atam os laços entre os grupos de intelectuais.

⁵⁴ Joaquim Roberto de Azevedo era proprietário também de *O Correio Paulistano*, que por essa época era gerenciado por José Maria Lisboa, editor do *Almanaque Literário de São Paulo* (Hilsdorf, 1986, p. 69).

1875 e, inicialmente, financiado pelos membros do partido republicano paulista. Anos depois, em 1888, Júlio Mesquita assume o cargo de diretor do jornal e, em 1902, se torna seu único proprietário.

Outro aspecto interessante diz respeito à participação de Campos Sales, Alberto Sales e Prudente de Moraes na feitura do *Almanaque Literário de São Paulo*, periódico editado entre 1876 e 1885, por José Maria Lisboa, e produzido por mais de 200 autores, boa parte sujeitos ilustres, formados pela Faculdade de Direito e membros do Partido Republicano (ver Ferreira, 2002; Menezes, 2007; Santos Silva, 2010).

Fato talvez menos objetivo, todavia ilustrativo da interligação desses sujeitos pela imprensa, é uma carta (integrante do *corpus* linguístico sob análise) de Júlio Mesquita a Prudente de Moraes, tratando, pela ponderação de seus efeitos na sociedade da época, da publicação de uma entrevista em *O Estado de São Paulo*.

São Paulo, 21 de Março de 1901.

Dr. Prudente

Acabo de ler a carta, que o Snr. Escreveu ao Barboza. Ele não tem culpa nenhuma da demora. A culpa é minha, exclusivamente minha. Devo dizer-lhe, com inteira franqueza, que recuei diante das consequências que a publicação da entrevista poderá trazer. Devo acrescentar, porém, que estou certo de que o Snr. acreditará que eu pensava e penso muito mais no Snr. do que em mim. Eu estou firmemente resolvido a nada ser, e cada vez mais afastado da política partidária (não faço disto mistério a ninguém) ainda não achei nem a mais leve recompensa á lealdade, e, às vezes, até ao ardor, com quem me dedicava ao partido. O Snr., ao contrario, é um nome, que pode ser ainda arbitro de uma situação. Tanto no pais como no Estado. Pareceu-me, por isso, que não era de bom conselho atirá-lo a uma polemica como a entrevista certamente provocaria. Não lhe escrevi mais cedo, porque tinha tenção de chegar talvez até aí para conversar longamente com o Snr. Acho a política, principalmente a do nosso Estado, muito cheia de nuvens - e parece-me que o Snr. ainda tem papel decisivo a desempenhar em São Paulo. Se eu não puder ir até lá, conversaremos aqui na primeira oportunidade.

A Lucilla deu á luz mais um filho - o décimo! Além do mais, isto - para me pôr de lado a cuidar da vida, da minha e da família.

Mãe e filhinho vão muito bem.

Queira apresentar os meus respeitos á D. Adelaide e a toda exma. familia.

⁵⁵ Em 1882, Rangel Pestana assumiu a parte de todos os acionistas do jornal, tornando-se seu único dono (cf. Marcovich, 2006).

Do seu amigo certo
Júlio Mesquita⁵⁶

Não multiplicaremos os exemplos, pois nossa intenção é somente deixar mais visíveis alguns dos laços de sociabilidade entre os indivíduos, atados nos diversos espaços sociais. Esta vinculação procurada tem o objetivo de fazer valer, no interior da pesquisa, o recorte proposto, isto é, o objeto científico.

No quadro traçado, o que temos, portanto, é um conjunto de falantes que partilham não somente as regras para conduta e interpretação da fala (nos termos de Labov), mas as estruturas sociais nas quais a língua funciona (nos termos de Bourdieu).

Nesse concerto, propomos que a relação entre o falante e a sociedade é consistente, pois o que regula os usos linguísticos de um indivíduo que sabe a língua⁵⁷ é seu *habitus*, que se constitui na relação com um *campo* e em um *mercado linguístico* nos quais se instituem os produtos a serem apreciados e os preços desses produtos na interação (cf. Bourdieu, 2008). Permanecem em jogo, nesse caso, não somente a competência propriamente linguística do falante (nos termos gerativistas), mas a posição que ele ocupa em um determinado campo social.

Considerando que a estrutura das relações sociais depende das estruturas das relações objetivas entre a língua (ou os usos concernentes) e seus portadores, dominantes e dominados, podemos dizer que os republicanos paulistas integram o primeiro conjunto - o dos dominantes -, cujo *habitus* linguístico se equipara à realização da variedade socialmente legitimada. Isso não significa apontar algum aspecto invariante na língua desse grupo; também não significa dizer que no interior do grupo o uso linguístico é livre de pressão. Ao contrário, a língua usada por esses intelectuais,

⁵⁶ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 598, pasta 24.

⁵⁷ Isto é, um indivíduo que tem competência linguística, nos termos propostos na teoria gerativa.

passível de adequação às múltiplas situações discursivas, é certamente monitorada. Todavia, tendo adquirido o uso dominante (com interferência, sobretudo, das instituições de ensino), o grupo é capaz de produzir a variedade considerada correta naquela sociedade. Logo, as variações linguísticas são variações autorizadas e reconhecidas pelo próprio grupo que as emprega e pelos demais agentes sociais. Essa variedade usada pelos intelectuais, regulada não somente pelas instituições legitimadoras (escola, imprensa, etc.), mas pelo próprio grupo, dadas as funções sociais ocupadas por seus membros, inclusive no interior dessas instituições, pode ser denominada, genericamente, variedade culta do português paulista.

5. A imprensa imigrantista

Os dados referentes à escrita de portugueses – que entram na análise não somente para por em contraste os usos linguísticos dos paulistas, mas também para evidenciar os *diferentes usos da língua portuguesa* em São Paulo e, desse modo, expor as condições sociais de produção e reprodução linguísticas –, foram coletados dos jornais *A Bandeira Portuguesa* e *O Lusitano*, essencialmente. Alguns dados extraídos dos periódicos *Echo Portuguez* e *A Pátria* são somados à amostra, com o fim alcançar uma visão mais geral da escrita do grupo⁵⁸.

Desses jornais, recolhemos somente cartas e artigos completos, sem atentar para autoria, pois, além do grande número de artigos não assinados, é sempre difícil rastrear e reconstituir com segurança a biografia de boa parte desses imigrantes portugueses. Esse problema, todavia, nos parece diminuto, uma vez que esses periódicos têm em

⁵⁸ Os textos que compõem a amostra estão listados no anexo A.

comum a intenção de fomentar a socialização e, ao mesmo tempo, preservar a identidade social e cultural do grupo a que se destina.

Essa característica fundamental coopera para demarcação, nessas publicações, de uma agenda ambivalente e ambígua, criando um ponto de vista que, a um só tempo, reforça a inscrição do grupo (incluindo os produtores do jornal e seu público leitor) como imigrante, e minimiza sua inscrição como estrangeiro⁵⁹.

Cánovas (2007, p. 427), ao focalizar os imigrantes espanhóis na cidade de São Paulo, chama a atenção para esse ponto. A autora observa que a participação do imigrante em instituições étnicas, entidades sociais e sindicais, movimentos culturais, entre outros, coopera para inseri-lo na vida política da sociedade acolhedora. O que se propõe, portanto, é que as ações sociais e políticas movem o imigrante e, ao estender suas experiências, tiram-no do confinamento. Dessa perspectiva, as publicações das colônias, assim como as demais instituições, têm função social e política definida.

É certo que esses conceitos são perpassados por questões muito mais densas do que deixamos transparecer aqui. Na verdade, ficam sempre pendentes de discussão as relações entre imigração e poder – em suas diversas formas –, relações que passam por questões de classes sociais, de etnicidade etc.

No caso específico da imprensa destinada à colônia portuguesa, em que as experiências do grupo imigrado se estendem de forma singular entre Brasil e Portugal, estão em causa questões ainda mais complexas. Conforme fizemos notar anteriormente, a conservação e difusão das memórias (reais ou reinventadas) nas quais constroem suas identidades individuais e coletivas desencadeiam uma luta política e social, travada com o fim de fazer valer no plano real o que se esboça como representação do real (nos

⁵⁹ Observe-se que os limites entre esses conceitos são, essencialmente, sociais e políticos. Voltaremos a essas questões no terceiro capítulo deste estudo.

termos de Bourdieu, 2008, p. 108); nesse sentido, a luta em torno da identidade é sempre orientada para imposição de uma determinada percepção do mundo social⁶⁰.

Os jornais que tomamos para análise, publicados entre o final do século XIX e início do XX, não escapam a nenhuma dessas questões, porque, de um modo ou de outro, concretizam discursos ideológicos que cooperam para assentar a visão de mundo comum ao grupo dos portugueses.

Observe-se que o semanário “*O Lusitano*”, jornal de feição conservadora e cujo dístico é *Órgão dedicado à colônia portuguesa no Brasil*, apresenta, em seu primeiro número, publicado em 10/04/1908, o compromisso de tratar exclusivamente de pessoas e coisas de Portugal, mantendo-se dentro de uma esfera de ação livre de dominação política. Nesse concerto, compromete-se a exaltar a pátria mãe, caracterizando seus interesses mais elevados – de ordem material, intelectual e moral – e ocultando “o que nela se fere de desagradável”:

[...] o que nella se agita de apaixonado ou violento, o que se passa de tumultuoso ou desordenado pertence à sua vida íntima, interessa à sua existência interna, é da essência da sua administração privada: não é forçoso que estejamos a expor, em terra alheia, posto que amiga, mas onde superabunda o elemento estrangeiro, essa outra feição da nacionalidade a que pertencemos [...]. (*O Lusitano*, 10/04/1908; editorial).

Com isso o jornal estabelece o compromisso de manter a relação cordial com o Brasil, sustentando em paz “*os doces e fortes laços*” com o “*povo irmão*” que o hospeda. Compromete-se, ainda, a “*chamar ao bom caminho os que dele se houverem desviado*”. Com esse posicionamento, o editor assenta o objetivo de expor somente o que engrandece Portugal, contribuindo, assim, para manter e solidificar, no Brasil, entre portugueses e brasileiros, o discurso mítico, cujo núcleo contém, cristalizadas, as

⁶⁰ Sobre essa luta simbólica entre intelectuais brasileiros e portugueses, ver também Serpa (2002).

imagens da velha pátria imperialista. O Brasil, “*terra alheia e amiga*”, é apresentado nesse discurso como “*terra outra*”, estrangeira, na qual se deve semear, pela supressão dos conflitos, a memória imaginária, nostálgica e sentimental⁶¹.

O jornal “*A Bandeira Portuguesa*” (BP) também se manifesta como *Órgão de interesse da colônia portuguesa no Brasil*. Contudo, diferentemente d’ *O Lusitano*, volta-se, ao menos nesse momento, aos problemas políticos, posicionando-se em defesa da monarquia e deixando visível, por meio de seu discurso (editorial, artigos, notícias, etc.) algumas questões que vicejam a luta entre Republicanos e Monarquistas, conforme se observa no trecho dessa carta dirigida ao seu editor:

[...] Lembrei-me como abreviatura empregar o termo buiça (não é meu o baptismo), pelo seguinte facto: tendo há dias chegado do Brasil um respeitável número de compatriotas nossos, deu-se o caso de um dos grupos, que havia desembarcado, onde vinham alguns dos nossos bons camponeses, trazerem ainda, talvez como única recordação da terra quando daqui partiram, seu clássico chapéu desabado, e ao dirigirem-se a alguns carregadores para lhes transportarem as bagagens, por estes foi pronunciada, mas não sem que elles ouvissem a phrase – Olha que Thalassas vêm ahi, à qual subitamente um daquelles respondeu em tom grave e azedo – sim, nós somos o Thalassas, mas com a consciência limpa, ao passo que vocês são os taes buiças republicanos, que queriam assassinar a Família Real fazendo-lhe montaria como na nossa terra se faz aos lobos. (Jornal *Bandeira Portuguesa*, 19/04/1908; carta de leitor.).

A Bandeira Portuguesa, imiscuindo-se nas questões políticas de lá, reforça a ideia de que esses sujeitos – desterritorializados (ver Feldman-Bianco, 1992) – mantêm forte relação com Portugal.

Não discutiremos aqui os fundamentos ideológicos desses jornais, nossa intenção é somente evidenciar o vínculo social e/ou político dessa imprensa com sua pátria de origem. Com base nos dados, podemos dizer que esses jornais – aqui apreendidos como representações sociais - se entregam ao trabalho de inventar e/ou

⁶¹ Sobre a ausência de conflitos nas publicações da colônia portuguesa, ver: Oliveira (2008); Muller (2011).

construir uma realidade social distante da que se desenha no Brasil. Recuperam, por meio de ideias-imagens, o passado glorioso, a imponência da família real, as benesses da terra, o cotidiano (com seus conflitos políticos), de modo que os imigrantes portugueses possam permanecer ligados a Portugal.

Assim, acreditamos que essas características gerais formam o condutor necessário para observação dessas publicações enquanto produções de um grupo, cujos integrantes, apesar das divergências (bom exemplo são as dissensões entre republicanos e monarquistas), sustentam objetivos comuns.

6. Variáveis sob análise

O trabalho de coleta e processamento de dados e de projeção de resultados estatísticos foi realizado com base na proposta de investigação interdisciplinar, nos termos expostos na primeira parte deste capítulo.

Focalizamos, conforme ressaltamos nas seções anteriores, os aspectos morfossintáticos da cliticização, especificamente no que se referem aos padrões de ordenação dos clíticos pronominais (1^a, 2^a e 3^a pessoas / singular e plural, excluindo as ocorrências de clítico *se*), nos seguintes contextos sintáticos: 1) orações dependentes introduzidas por um pronome relativo ou por uma conjunção subordinativa; 2) orações não finitas, introduzidas por uma preposição; 3) orações contendo complexos verbais⁶².

É relevante o fato de que duas das variáveis com as quais operamos apresentam variantes binárias (*verbo-clítico / clítico-verbo*), conforme exemplos em (1) e (2).

⁶² Denominamos construções complexas a sequência *verbo finito + verbo não finito*; sem propor qualquer distinção, empregaremos, também, o termo *grupos verbais*.

1) *Oração dependente;*

Pós-verbal (V-cl)

a. Aquelle que indicou-me o [mercado] parece [homem] competente e serio (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio).

Pré-verbal (cl-V)

b. Sou também contrário as arruaças; mas é por isso mesmo que prefiro fazer intervir a autoridade com todas as responsabilidades que a acompanham em sua ação. (Campos Sales, carta a Prudente de Moraes).

2) *Oração com verbo não-finito preposicionado;*

Pós-verbal (cl-V)

a. Em idênticas condições, acredito que não teremos motivos para queixarmo-nos da fraqueza, do indiferentismo do caracter brasileiro (Campos Sales, Discursos).

Pré-verbal (V-cl)

b. Já estão esgotados, mas dentro de poucos dias estarão reconstituídos - de modo á [ter] [ella] dinheiro meu para vos fornecer as mesadas e mais despesas necessárias (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio)

Já em complexos verbais (*sequência composta por uma forma verbal finita e uma forma verbal não-finita*), os clíticos podem ocupar quatro posições distintas (3): enclítico ou proclítico ao verbo finito; enclítico ou proclítico ao verbo não finito. Considerando que a possibilidade de alocação dos clíticos em estrutura verbal complexa está associada à opcionalidade de alçamento ou subida de clítico (*clitic climbing*)⁶³, organizamos os dados em dois grupos:

⁶³ Com o propósito de facilitar a leitura, dada a natureza deste estudo interdisciplinar, retomamos, aqui, a explicação oferecida por Ana Maria Martins (s/d), que nos parece bastante didática: “*Em algumas estruturas completivas infinitivas[...] o clítico pode ter como hospedeiro quer o verbo infinitivo de que é complemento (queres dar-me o livro ou não?) quer o verbo finito que selecciona a oração completiva infinitiva (queres-me dar o livro ou não?). Nesta segunda situação, o clítico não cliticiza ao verbo na forma infinitiva do qual depende sintactica e semanticamente (sendo o seu complemento indirecto e*

3) Oração com grupo verbal

I) com alçamento de clíticos

A) cl V V

a. Por consequência, temos que o Estado, como orgam do direito, é que recebe a competencia para dar ao acto a fôrma, que lhe possa garantir a efficacia das relações jurídicas. Esta é a função do poder leigo (Campos Sales, Discursos).

B) V-cl V

c. É nesse sentido que digo que o telegrapho tem-nos afastado deste grande centro político (Campos Sales, Cartas da Europa).

II) sem alçamento de clíticos

C) V V-cl

d. Foi por isso que apresentei esta indicação. Senhores, não falleemos como orgaos dos países que possam inspirar-nos no momento. (Campos Sales, Discursos).

D) V cIV

b. Mostra que os thesouros litterarios dos antigos nunca podem ser tão bem compreendidos no original como nas traducções, em razão do imperfeito conhecimento que se pôde adquirir da língua no collegio; que, além disso, os modelos que poderiam nos offerecer as línguas mortas têm sido tão usadas que já passaram para as línguas que há muito tempo fallamos (Alberto Sales, Cartas a Júlio Ribeiro).

Por fim, esclarecemos que os dados linguísticos sob análise foram processados com auxílio do *GoldVarb* 2001 (versão para Windows), “um conjunto de programas

argumento interno), ligando-se antes ao verbo que selecciona a oração infinitiva. Utilizando uma linguagem metafórica, em linguística chama-se a este fenómeno ‘subida do clítico’ (porque o clítico como que “sobe” da forma verbal infinitiva da oração subordinada para a forma verbal da qual depende a oração subordinada)”.

computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (Guy e Zilles, 2007, p. 105).

Algum outro detalhamento sobre a organização e classificação das amostras será acrescentado no quinto capítulo deste estudo e/ou sempre que necessário ao desenvolvimento da análise.

CAPÍTULO II

Quando se diz **LÍNGUA E NAÇÃO**

*No que o homem se torne coisal,
corrompem-se nele os veios comuns do entendimento
Um subtexto se aloja
Instala-se uma agramaticalidade quase insana,
que empoema o sentido das palavras
Aflora uma linguagem de defloramentos, um inauguração de falas
Coisa tão velha como andar a pé
Esses vareios do dizer*

Manoel de Barros, “Retrato Quase Apagado em que se Pode Ver Perfeitamente Nada”¹

¹ Barros, Manoel. Retrato quase apagado em que se pode ver perfeitamente nada. In: *O guardador de águas*. São Paulo: Art, 1989.

Povo dividido, língua partilhada

Neste capítulo, retomamos, em linhas gerais, as discussões sobre a autonomia e legitimidade da língua brasileira, no período que sucede à independência do Brasil e até o início do século XX.

Considerando o caráter social, cultural e político desse debate, formulado em ambiente social conflituoso, de disputas identitárias e de fortalecimento das teorias raciais, procuramos sublinhar os aspectos significativos da realidade brasileira que favoreceram a preconização (e imposição) de uma norma linguística distante do português brasileiro oral. Nessa direção, propomos que a norma brasileira, formada no interior de uma sociedade marcada pela escravidão e pela desigualdade, não constituiu cópia do modelo gramatical português. Antes, os letrados brasileiros, boa parte pertencente às elites, mostraram-se ativos nesse processo de normatização, procurando ajustar (ou adaptar) as normas da língua portuguesa à realidade social e política do Brasil. O modelo linguístico resultante desse processo reflete as ideologias das elites dominantes e as contradições da sociedade brasileira.

Fica em relevo, ao longo do capítulo, a *querela da colocação dos pronomes*, ponto especialmente importante no debate sobre autonomia e autoridade linguística, não somente por seu valor no apontamento de diferenças entre as duas variedades do português, mas por sublinhar o significado social das ideias linguísticas defendidas

pelos homens de letras – *lá e cá* –, além de ressaltar os laços ativos – que não são senão relações de força simbólica – entre portugueses e brasileiros.

Esperamos, com essa discussão, lançar as bases para melhor compreensão dos efeitos da normatização sobre o imaginário e sobre as práticas linguísticas dos paulistas.

1. Língua e relações sociais

Em meados de 1823, por ocasião dos trabalhos da Assembléia Constituinte, o deputado Francisco Muniz Tavares, veterano da Revolução Pernambucana, marcou em seu discurso o anticolonialismo que caracterizou o projeto de constituição que até então se formulava:

Ninguém hoje ousará afirmar que nós não fazemos uma nação soberana, livre e independente; e nesta qualidade, Portugal se puder conservar também sua independencia (o que duvido, pelo estado miserimo a que se acha reduzido,) fica sem duvida ao nivel de outra qualquer nação; outra qualquer nação é para nós estrangeira, como deixará Portugal de o ser? Sera acaso pelos antigos laços que nos união? Ah! Estes já forão heroicamente quebrados, e a linguagem que ainda hoje tristemente nos confunde só marca a dolorosa lembrança de que os nossos antepassados forão colonos e colonos sempre acabrunhados pela vara de ferro e odioso systema de oppressão.

Não julgueis, senhores, que em meu coração reside este odio exaltado, que compellio o patriota americano do norte a propôr no congresso a mudança mesmo da linguagem ingleza; não, eu sei perdoar injurias, não sabendo perdoar a usurpação dos meus direitos. (Anais da Assembleia Constituinte, sessão em 19 de junho de 1823, p. 102, grifo nosso).

A discussão encaminhada por Tavares diz respeito à naturalização dos portugueses residentes no Brasil; seu projeto se volta à restrição de direitos aos lusitanos, que passariam a ser considerados estrangeiros naturalizados na terra brasileira. Ora, além da indubitável preocupação com a consolidação da independência, o discurso do deputado dá indícios do sentimento de desconfiança, temor e ódio pelos

lusitanos (Mendes, 2008); daí sua rejeição aos laços que unem Portugal e Brasil, sem a exclusão da língua, observada enquanto marca evidente da relação com o ex-colonizador².

Conforme observa Mendes (2008), a atitude de Tavares não é inédita e nem inopinada; em todo o continente americano, as jovens nações independentes discutiram a adoção ou rejeição dos idiomas das metrópoles europeias, como parte das questões relacionadas à formação da nação e da nacionalidade.

No caso brasileiro, as discussões iniciais a respeito da língua não caminharam muito além dessa expressão nacionalista mais comum, manifestada “sob a forma de um antiportuguesismo generalizado” (Viotti da Costa, p. 33), centrado, sobretudo, na preservação territorial. Com efeito, no contexto da independência, o Brasil, identificado com um território determinado, valida um governo central – disposto em favor da economia agrária (Mattos, 1987; entre outros)³, e procura manter sua unidade, “menos em virtude de um forte ideal nacionalista e mais pela necessidade de manter o território íntegro” (Viotti da Costa, 1999, p. 33). Boa parte dos historiadores sublinha que as preocupações sociais e econômicas dos senhores agrários e escravocratas, mais do que os sentimentos de brasilidade, forneceram o amálgama à construção da unidade brasileira (Mattos, 1987; Grahan, 2001). Nesse modo de interesse próprio local, o estado centralizado, apresentado enquanto aparato coercivo e também como instrumento de direção intelectual e moral, operou decisivamente para selagem do ideal de nação independente (op. cit.).

² Note-se que nesse primeiro momento não estão em jogo, ao menos não explicitamente, os aspectos propriamente linguísticos, isto é, as diferenças entre o português brasileiro e o português de Portugal, mas os vínculos estabelecidos pela língua.

³ Os estudos historiográficos evidenciam que o controle social e econômico estava nas mãos dos proprietários de terras e escravocratas brasileiros de diversas regiões, representados por um pequeno grupo de políticos, oriundos dessa mesma classe, ou dispostos ao seu serviço. Assim, no processo de independência, é essa a classe triunfante (cf. Mattos, 1987; Grahan, 2001; entre outros).

É nesse quadro que podemos interpretar o discurso do deputado Tavares que, apesar das manifestações de hostilidade contra Portugal, afirma não encontrar motivos suficientemente fortes para reivindicar completa emancipação linguística para o Brasil. O sentimento de brasilidade, nesse caso, se refreia na defesa da autonomia política e, conseqüentemente, na defesa dos interesses dos brasileiros. A questão linguística, embora evocada pelo deputado, não integra o conjunto de suas aspirações políticas; de fato, na Assembléia Constituinte de 1823, não houve quem defendesse claramente uma *língua brasileira*. Nessa direção, Lima Sobrinho (1958) observa:

[...] numa época em que os nomes próprios se modificavam para acentuar a veemência do sentimento autonomista do povo, quando surgiam os jês, os tupinambás, os montezumas como reação aos onomásticos portugueses, nenhum dos nossos deputados, nem mesmo os que adotavam nomes indígenas, se rebelou contra o uso da língua portuguesa, ou pretendeu lhe mudar o título (Lima Sobrinho, 2000 [1958] p. 64).

Isso não sinaliza, entretanto, ausência de disputa e de busca por uma identidade linguística⁴. O sentimento autonomista do povo, conforme mostrou Lima Sobrinho, passa pela língua, revelando-se na experiência de modificação dos nomes próprios, em reação a Portugal; pelo que, nesse primeiro momento, o antiportuguesismo manifestado enquadra as questões relativas à língua entre os demais problemas geopolíticos.

Por outro lado, Honório Rodrigues (1983) argumenta que a Assembléia de 1823 marca a vitória da língua portuguesa sobre as demais línguas em uso no território brasileiro, porquanto “*era a primeira vez que brasileiros de toda parte falavam sua própria língua uns aos outros em assembléia pública*” (op. cit., p. 41, grifo nosso). De fato, apesar das diferenças, considerando que a língua se formara “numa competição

⁴ Divergimos, nesse ponto, das conclusões de Mariani e Souza (1994), segundo as quais o silenciamento produzido em torno da questão linguística, desde a Assembléia Constituinte de 1823, instaura o apagamento da língua do Brasil, em favor de uma língua imaginária, moldada em Portugal.

desigual com línguas indígenas e negras e variações prosódicas oriundas dos diferentes grupos do português falado em regiões diversas” (Rodrigues, 1983, p. 41), não se registram conflitos linguísticos⁵, isto é, não há reivindicação de uma língua brasileira (ou indígena, ou africana); não há manifestações em favor do bilíngüismo; assiste-se ao reconhecimento da língua portuguesa enquanto língua formal, oficial e dominante. Longe de ser natural ou espontâneo, esse reconhecimento é uma construção social, possível numa sociedade em que, pela ação de fatores históricos, sociais e políticos, os lucros materiais e simbólicos são conferidos a uma única língua.

Assinalado esse ponto inicial, os debates acerca do português do (e no) Brasil caminham em crescente ao longo do século XIX, na medida em que o nacionalismo brasileiro, prioritariamente geopolítico e econômico, molda-se num nacionalismo cultural⁶. Marca-se, nesse segundo momento, maior distanciamento da cultura portuguesa⁷, como condição necessária para definição do que poderia ser considerado próprio do Brasil. Nessa direção, observa-se um especial esforço para indicação do sentido de “*língua brasileira*”⁸, já que esta, peculiar em seu vocabulário, mais suave e amena (Pedra Branca, 1826), não se confundia com a língua dos índios, conforme frisou Luís Maria da Silva Pinto, ainda em 1832⁹.

⁵ Nos termos de Bourdieu (2008; entre outros).

⁶ É importante notar que, nesse cenário, em que as elites políticas brasileiras, compostas especialmente por fazendeiros e comerciantes vinculados à economia de exportação, sustentam-se na escravidão e nas grandes propriedades (Viotti da Costa, 1999), a integração nacional vai sendo moldada aos poucos, praticamente sem interferências do povo (Lessa, 2008; Viotti da Costa, 1999, entre muitos outros).

⁷ Esse ponto é importante porque, conforme evidenciam os estudos historiográficos, o Brasil, no decorrer do XIX, procurava viver à francesa.

⁸ É interessante o fato de que, mesmo sem esclarecer o distanciamento entre o português do Brasil e o de Portugal, a discussão formulada nos anos iniciais da pátria independente marcam a necessidade de se criar diferença entre língua brasileira e língua indígena (cf. Lima, 2008; Rodrigues, 2002).

⁹ Luís Maria da Silva Pinto, *Dicionário da Língua Brasileira*, Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

Em meados do século, observam-se manifestações mais claras em favor de nossa autonomia cultural e linguística. Os contornos dessa reivindicação de independência se apresentam no prólogo ao *Florilégio da Poesia Brasileira*, de Varnhagen (1847), pela exposição de um conjunto de argumentos, certamente não isolados, à caracterização do português brasileiro como um *português diferenciado*¹⁰:

Aqui desejaria alguém que entrassemos na questão da divisibilidade das litteraturas portugueza e brasileira, o que varios julgam impossivel, em consequência da uniformidade da língua. Repugnará sempre o nosso ânimo entrar em tal questão, por nos parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair pedantes, ou demasiado escolasticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor proprio nacional n'uma questão litteraria.

Seja-nos, porém permittido deixar aqui consignadas algumas duvidas, cuja solução offerecemos aos que neguem a possibilidade - a naturalidade da divisão das duas litteraturas.

1^a. Deverão deixar de figurar, nas histórias litterarias da Prussia e de Portugal, as obras dos eminentes escriptores Humboldt e Pinheiro Ferreira, só porque estes, para terem mais leitores, as escreveram em francez?

2^a. Desalistaram-se da litteratura portugueza o bispo Osorio e Paiva de Andrada, porque escreveram em latim?

3^a. É por ventura, tão verdadeira, tão estricta essa identidade da língua? Não há no Brazil nomes do paiz ali conhecidos, e cujo objecto é mais ou menos poetico, dos quaes em Portugal a sua pronunciação dizem que excita o riso? Lembremo-nos dos receios que neste sentido tinha o A. do Caramurú ao publicar o seu poema, e lembremo-nos mais dos que certo censor tinha de que provocassem o riso tantos nomes do Brazil, como v. gr. Jacarandá, palavra ésta em que há nada menos de quatro aa. (Varnhagen. *Prólogo ao Florilégios da Poesia Brasileira*, 5/06/1847).

Nesse momento, está posta a ideia – defendida por alguns intelectuais portugueses – de que a língua, e não a *terra*, emprestaria o nome à literatura. Daí a propriedade dos argumentos de Varnhagen em defesa da independência cultural brasileira, ainda que forjada sob o culto à herança portuguesa:

Entendamo-nos: ésta opinião do vulgo, que acha também em Portugal mui ridiculo um dos nomes de mais glória pâra o Brazil - O *Ipiranga* - prova que a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-patria: pois desgraçado do poeta do Brazil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar em Portugal um de seus filhos, que nunca tivesse ido à

¹⁰ Cf. Pimentel Pinto (1978).

América (pois a estes se acostuma o ouvido como é natural), se tal ou tal palavra lhe promove o riso, como o *jacarandá* ao censor.

Longe de nós o consignar a idéa de que no Brazil não se deve, e muito estudar os classicos portuguezes e a grammatica. - Pelo contrario, reputamos essa necessidade urgentissima, ao vermos que os nossos melhores escriptores - os que mais agradam no Brazil, foram os que mais os folhearam.(p. VIII)

Conforme se vê, Varnhagen requeria, por um lado, uma literatura independente, escrita em língua de prosódia e léxico distintos do português europeu moderno e, por outro, a preservação da sintaxe da língua escrita, herdada das gramáticas e dos clássicos portugueses. Assim, a língua brasileira seria a língua portuguesa com algumas variações praticadas no Brasil – certamente não toda e qualquer variação, mas aquelas aceitas e autorizadas pelos *censores* de cá.

Posição similar, todavia mais enfática, assumiu Joaquim Norberto (1855, p.102), ao afirmar: “claro é que temos uma língua e uma língua brasileira”; embora estabelecendo, em seguida, os limites dessa diferenciação¹¹:

[...] os brasileiros não se houveram como o filho pródigo desperdiçando as riquezas herdadas; não só conservaram o legado de seus maiores, como enriqueceram-no abundantemente, e o seu clima, modificando-o um tanto, deu-lhe essa doçura com que tão harmonioso e elegante se ostenta nos lábios americanos (Joaquim Norberto, *Revista Guanabara*, 1855, p. 102).

O ponto mais fundamental, nesse momento, é a valorização da distinção linguística e a observação das diferenças como elementos estáveis, comuns à nação independente.

No interior do movimento romântico, ainda em meados do século XIX, e nas décadas seguintes, essas questões se acentuam. Parte dos representantes do romantismo brasileiro assume posição em defesa de uma literatura independente, capaz de encetar modelos mais afastados dos clássicos e também da literatura portuguesa, para afirmar o

¹¹ Lima (2008) já chamou a atenção para a posição assumida, nesse texto, por Joaquim Norberto.

que seria próprio do Brasil e para construir a *unidade nacional* (Candido, 1956; Rodrigues, 2002; Schwarcz, 2008; entre outros).

Cresce, nesse contexto, o interesse das elites intelectuais brasileiras pelas línguas indígenas, sobretudo pelo tupi. O romantismo, já sublinhou Sussekind (1994), desdobrando um “pensamento idiomático nativista”, cumpre o papel de fixar os termos indígenas¹², acrescentando e diferenciando o vocabulário disponível, “como reforço na definição de uma língua literária própria” (op. cit., p. 460)¹³. Note-se que além de movimento artístico, o romantismo mostrou-se uma arena de debates sociopolíticos. Segundo Treece (2008), cultura e política, esferas integradas no Brasil Imperial, fizeram do indianismo “uma viga mestra do projeto de construção do Estado”, pela mitologia de integração racial, pela construção de um índio ficcional no imaginário social.

Enfatizando que o interesse pelas línguas indígenas não se restringiu ao âmbito literário, devemos apontar, no quadro geral desse período, as mais variadas publicações sobre o tema. Valle Cabral, em 1880, quando publica a “*Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas à língua tupi ou guarani, também chamada língua geral do Brasil*”, lista um total de 302 textos (entre gramáticas, dicionários, catecismos, relatos de viajantes e etc.) sobre o assunto, boa parte publicada naquele mesmo século. Ainda que nem todos os títulos listados por Cabral sejam especificamente sobre essas línguas indígenas, a obra põe em relevo a grande

¹² Convém sublinhar que, na leitura de Treece (2008), entre outros estudiosos, o uso que o Romantismo (notadamente José de Alencar) faz do português e do tupi é “uma notável façanha retórica” e uma celebração “do legado cultural da miscigenação”, apesar do artificialismo de estilo e sintaxe e, ainda mais, apesar de não ter relação com qualquer uso linguístico no Brasil.

¹³ É importante observar que no romantismo o índio é idealizado, assim como são idealizados seus costumes e sua língua. O movimento romântico, nesse sentido, inscreve uma mitologia conservadora, na qual a sociedade brasileira nasce do sacrifício indígena (Treece, 2008; Bosi, 1992; Camilo, 2007). Nessa proposta, o índio - “belo, forte e livre” - é o nativo por excelência que, disposto numa relação de oposição com o europeu, se entrega, heroicamente, à imolação.

visibilidade que o tema tupi adquiriu na cultura brasileira no decorrer do século XIX¹⁴.

Nas palavras de Rodrigues (2008):

Desde o Imperador Pedro II, de quem se dizia ser versado naquela língua, passando pelo espaço privilegiado dedicado aos idiomas indígenas na revista trimestral do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, principal órgão da *intelligentsia* nacional, e pelas reedições dos dicionários e gramáticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, até chegar aos trabalhos linguísticos e à produção literária romântica, o indianismo, de maneira geral, e o tupi em particular, estavam na ordem do dia (Rodrigues, 2008, p. 15).

Os debates acerca da língua, de modo geral, e o interesse pelas questões indígenas (no âmbito literário ou não) devem ser compreendidos no interior do projeto de centralização nacional, ou, nas palavras de Treece (2008, p.11), “na tradição do pensamento nacionalista no Brasil, cuja mitologia integracionista invocou repetidamente sua assimilação na sociedade dominante como pedra de toque para uma história pacífica de integração política, social e econômica” predominante no Segundo Reinado. Nesse contexto, permanecem em causa, portanto, questões antigas, relativas ao papel desempenhado pela(s) língua(s) geral (is) (sobretudo o tupi) no processo de integração social das populações indígenas (cf. Rodrigues, 1998; 2008)¹⁵. Ademais,

¹⁴ O estudo de Rodrigues (2002) apresenta algum detalhamento sobre a obra de Valle Cabral. O autor mostra que dos títulos reunidos por Cabral, a maioria não se detém especificamente no tupi ou guarani. Outra parte são textos religiosos (são catecismos ou autos teatrais, de valor documental), escritos em língua geral, visando à conversão de índios. Na recontagem de Rodrigues, 48 títulos – desde breves artigos a extensos dicionários – versam efetivamente sobre a língua geral.

¹⁵As questões relativas às línguas indígenas foram muito discutidas no período colonial. Devemos lembrar que os jesuítas, ainda no século XVI, trataram de difundir, sobretudo pelo ensino, a língua geral (*língua geral da costa do Brasil*)¹⁵, a qual, no *seiscentos*, assumiu o posto de língua brasílica. Somente no século XVIII, no período que sucede às leis pombalinas (notadamente o Alvará Régio de 1759), com a expulsão dos padres jesuítas e o fechamento dos colégios (1759), é que surge nova “política linguística” (cf. Monteiro, 1995) e a língua portuguesa passa a ser imposta “todo o seu poder unificador” (Honório Rodrigues, 1983). Nesse processo, um ponto interessante, bem sublinhado por Freire (2003), é que a difusão da língua geral facilitou a lusitanização, na medida em que dotou a região de uma relativa unidade linguística: “[...] não se tratava mais de converter em usuários do português a índios ‘selvagens’, monolíngues em centenas de línguas particulares, mas de fazer com que índios ‘mansos’ e ‘tapuios’, catequizados, todos eles competentes em uma língua – a Geral –, adquirissem a língua portuguesa, transformando-os em ‘índios civilizados’ e caboclos. O deslocamento era, portanto, de uma única língua

discute-se o significado e o valor dessa herança linguística e cultural para formação da história nacional brasileira. Nesse concerto, conforme notou Rodrigues, o que sobra é um tupi “morto-vivo”, “um idioma deslocado de seu povo”, ou seja, “um idioma patrimônio da igreja, do Estado e dos letrados” (op. cit., p. 333).

É importante notar que, nas múltiplas expressões da mentalidade das elites imperiais, os escritos indianistas exibiram diferentes perspectivas ideológicas (cf. Treece, 2008). No conjunto de ideias políticas esboçadas nas últimas décadas do império, os indígenas foram acomodados¹⁶ ora em uma perspectiva positiva e evolucionista; ora em um discurso religioso católico (Schwarcz, 2008, p. 111). Nesse quadro, é de muita relevância o fato de que o indianismo oitocentista deixou de fora o problema da escravidão negra e fez referência explícita somente à condição de opressão do índio, representado como escravo ou como sujeito servil e auto-sacrificatório (cf. Rodrigues, 2002; Treece, 2008; Lima, 2008).

de base indígena para o português, envolvendo, assim, duas línguas que haviam mantido contato contínuo por quase dois séculos [...]” (Freire, 2003, p. 216).

A imposição da língua europeia não resultou, todavia, na extinção das chamadas línguas gerais. Em São Paulo, em início do século XIX, a *Língua Geral* ainda estava em disputa com a língua portuguesa (Honório Rodrigues, 1993). Os estudos sobre essa temática evidenciam que, no novo contexto, ao menos uma parte das línguas gerais foi estimulada como língua franca e sobreviveu – a o que ocorre com a língua que, no XIX, passa a ser chamada *Nheengatú* (Rodrigues, 1998; Freire, 2003; entre outros). Ademais, não se pode esquecer que grande parte da população indígena no Brasil, especialmente no norte do país, seguiu usando sua própria língua, as quais se contavam às centenas.

No final do século XVIII, pouco se falou sobre as línguas indígenas. Rodrigues (op. cit.) observa que somente em 1795, com o *Dicionário português e brasileiro*, reiniciaram-se as publicações. Assim, é no contexto das políticas conciliatórias do Segundo Reinado, especialmente em fins da década de 1840, que toma corpo o interesse pela língua e demais questões relacionadas aos indígenas.

Sobre essas discussões, ver: Rodrigues (1998; 2008); Honório Rodrigues (1993); Freire (2003), bem como bibliografia citada nesses estudos.

¹⁶ Schwarcz (2008) se refere, especificamente, ao tratamento dispensado ao indígena nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É preciso observar, nesse caso, a importância do IHGB na construção de ideia de Nação brasileira, com identidade própria no conjunto amplo das “Nações” (Guimarães, 1988). Fundado em 1838, sua função essencial era a de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (Schwarcz, 2008[1993]).

Em nosso estudo, torna-se importante destacar o fato de que, no debate sobre identidade e unidade linguística no Brasil, as línguas indígenas, sobretudo o tupi, foram investidas de algum prestígio¹⁷. Além dos usos de caráter literário, dos dicionários e dos estudos científicos, as referências constantes a essas línguas lhes garantiram um papel específico na formação da norma linguística brasileira. Esse interesse pelas línguas indígenas, isto é, o aparato de descrição (nos termos de Corbeil, 2001), contribuiu para a imposição de uma definição própria de correção linguística no Brasil, distinta da europeia. Ainda que geralmente limitados ao léxico – na verdade o principal fornecedor de argumentos em favor da autonomia de nossa língua (cf. Coelho, 2008) –, os traços das línguas indígenas foram incorporados pelas ideologias linguísticas brasileiras do século XIX.

Mas é preciso observar que a aceitação desses (alguns) traços das línguas indígenas ocorreu numa relação de força, isto é, como resultado de uma luta simbólica, proposta em um espaço social no qual estava em jogo o valor conferido aos usuários da língua. Dado o contexto – em que índios e negros foram responsabilizados pela corrupção da *boa língua de Camões* –, a valorização das línguas indígenas se deu mediante sua admissão na literatura e nos discursos (científicos ou não) das elites intelectuais. Nesse processo, não são os usos linguísticos dos índios (*em si*) o objeto de valorização, mas uma variedade de língua idealizada, suficiente para construir uma “impressão de brasilidade” (cf. Treece, 2008; Rodrigues, 1998; entre outros).

¹⁷ Rodrigues (2008) evidencia que as línguas indígenas brasileiras, submetidas a análises comparativistas desenvolvidas sob a égide das teorias evolucionistas, foram classificadas como inferiores às línguas europeias. A língua geral (ou o tupi) era privilegiada em relação às línguas tapuias, mas a metodologia comparativa mantinha a distinção entre línguas civilizadas e primitivas. Assim, mesmo agregando princípios das ciências da linguagem no estudo do tupi, prevalecia a apresentação das línguas indígenas como línguas de estruturas menos complexas e menos evoluídas. Nessa classificação, as línguas indígenas (e mesmo o tupi) eram tomadas como inferiores à língua portuguesa. Todavia, na construção indianista e nesse processo denominado por Rodrigues *tupifilia imperial*, há uma tentativa de evidenciar “a língua indígena brasileira” como língua polida e, de muitas formas, superior às línguas dos povos não civilizados.

Da mesma forma, podemos dizer que os grupos intelectuais decidiram validar e valorizar alguns aspectos lexicais e morfossintáticos do chamado português oral do Brasil, sem, contudo, legitimar a língua desses sujeitos *outros* (*não-brancos, não-letrados, não-capitalizados*). De fato, vários linguistas já evidenciaram que, nessa história brasileira, nunca houve quem reivindicasse a legitimidade dos usos linguísticos dos grupos não escolarizados (cf. Pagotto, 1998; Bagno, 2001; Faracco, 2008; entre outros). Em outras palavras, a língua brasileira requerida e validada na literatura nacionalista romântica, e em outros espaços, não necessariamente coincide com as variedades do português brasileiro oral do século XIX. Ora, o dito/escrito na literatura romântica é o que pode ser dito/escrito pela literatura e não propriamente o que se pode colher do uso comum¹⁸. A distância entre uma condição e outra fica bem marcada quando intelectuais da época, estudiosos e debatedores da questão da língua, propõem que parte do que se escreve na dita poesia nacionalista sequer pode ser compreendido pelo povo¹⁹. Assim, ainda que em meio às lutas pela autoridade literária as reações dos diversos escritores, ante as questões linguísticas brasileiras, sejam muitas vezes ambíguas ou imprecisas²⁰, podemos dizer que, de modo geral, os movimentos nativistas se desenharam no (e por) um universo hierarquizado, em que o valor e a excelência da língua portuguesa e da cultura branca não chegaram a ser discutidos.

¹⁸ Sobre esse aspecto, são interessantes, também, as considerações de Almeida (2006).

Vale observar que, por “povo”, devemos tomar os grupos letrados, visto que a grande maioria da população não sabia ler ou escrever.

¹⁹ Ver Macedo Soares, In: Pimentel Pinto (1978, p. 43); note-se que Lima (2003) chama a atenção para esse fato.

²⁰ Na literatura sobre a obra alencariana, por exemplo, é comum a referência à sua reação dúbia diante das questões linguísticas brasileiras. Critica-se o fato de que o escritor, ao mesmo tempo em que se posiciona em defesa das inovações e mudanças do português do Brasil, evita o rompimento com a tradição portuguesa.

De fato, os debates em torno da língua (de modo geral), ao longo do século XIX, manifestam essa contradição aparente, que, conforme fizemos notar na introdução deste estudo, só pode ser analisada como resultado dos problemas étnicos, sociais, culturais e econômicos que atravessaram a jovem e heterogênea nação brasileira.

O processo político e sócio-cultural que impôs e manteve uma língua portuguesa no Brasil se deu no contexto de transformação da sociedade escravista, que impediu a organização plena de uma comunidade nacional, configurada por indivíduos livres e iguais. No espaço dividido entre senhores e escravos ou, nas palavras de Schwarz (1977), entre *os-que-têm* e *os-que-não-têm*, o que se buscou foi a naturalização da cultura branca, por meio de um discurso científico que permitiu a conservação da condição de desigualdade, já estabelecida.

Enfocando as últimas décadas do século XIX, temos que, pela grande quantidade de negros e mestiços formando a população brasileira²¹, o Brasil se configurava, tanto no debate sócio-político interno, quanto na imagem que externamente se vinculava, como um “espetáculo de miscigenação racial” (Schwarcz, 2008 [1993]), fato considerado suficiente para situá-lo numa condição de inferioridade em relação aos demais países da América, uma vez que, no decorrer do XIX (e mais adiante), a mestiçagem se afigurou como “pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação” (op. cit, p. 11-22).

Além do “mal da mestiçagem” – observada como “*formadora de um tipo híbrido deficiente em energia física e mental*” (cf. Agazziz, 1868, apud Schwarcz, 2008[1993]) –, vicejava no Brasil, conforme propõe Azevedo (1987), um “medo

²¹ De acordo com o resultado do recenseamento demográfico de 1872, havia 1.954.452 negros e 4.188.737 mestiços no Brasil, perfazendo um total de 61,86% da população. Em 1890, pela entrada de imigrantes, cresce a população branca e a porcentagem de negros e mestiços passa a 56% (IBGE, 1960. *O Brasil em números. Resultado dos Recenseamentos Demográficos de 1872-1950*).

branco”: por aqui pairava a ameaça (ainda que imaginária) de africanização (cf. Azevedo, 1987; Lima, 2008; entre outros)²².

Com o avanço da imigração europeia e com a “exaltação” do imigrante branco, reputado como elemento de progresso, os negros, reiteradamente representados como sujeitos instáveis e perigosos, desagregadores por natureza, passaram a ser identificados como incapazes para o trabalho livre, “não só devido ao peso da escravidão sobre a sua formação moral, como, sobretudo, por pertencerem a uma raça [considerada] inferior”, caracterizada pela suposta falta de iniciativa, de responsabilidade, de disciplina, além de baixo nível mental, irracionalidade, tendência para vagabundagem e para o crime (cf. Azevedo, 1987, p. 253-254). Esses atributos de identificação foram sustentados por teorias racistas, importadas da Europa e transformadas em doutrinas explicativas da realidade do Brasil (cf. Da Matta, 1982).²³ É nesse ambiente de forte tensão que as elites brasileiras passam a apostar na “miscigenação positiva”, enquanto proposta de embranquecimento do povo brasileiro (Schwarcz, 2001, p. 23)²⁴.

No que respeita à língua, o português oral do Brasil, apresentado como desvio em relação à linguagem *da gente culta* e comumente identificado como língua de preto/negro²⁵, sofre continuada depreciação; de outra parte, a herança europeia, tomada

²² Azevedo (1987) observa que, nas primeiras décadas do século XIX, repercutiam no Brasil as notícias sobre a sangrenta revolução de São Domingos, em que os negros não somente se rebelaram contra a escravidão, mas também proclamaram a independência e, ainda mais, insurgiram contra os senhores de escravos, suas famílias e propriedades.

²³ Schwarcz (2001, p. 40) observa que, no século XIX, vários teóricos estrangeiros, implicados em teorias deterministas raciais, elaboraram análises sobre a “realidade brasileira”, acomodando, pelo discurso, a população de negros nesse sistema social de disposições e oportunidades desiguais.

²⁴ Voltaremos a essas questões no quarto capítulo deste estudo.

²⁵ Efetivamente, os usos linguísticos desses grupos foram definidos como *erros crassos*, *língua de gente selvagem*, *língua incivilizada*, *língua estropiada*, *uso de gente ignorante*, etc. Note-se que Varnhagen, em sua *História geral do Brasil* (1853, p. 256), já afirmava: “Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinha a unir estes infelizes, comunicando-se na língua do colono,

como elemento de sustentação de um Brasil civilizado, é progressivamente valorizada (cf. Pagotto, 1998; Lima, 2003; Rodrigues, 1998).

No balanço geral, apesar da distinção linguística requerida, vigora essa necessidade de encaixar o português do Brasil na categoria de língua civilizada, o que reforçaria o caráter da nação brasileira como nação igualmente civilizada²⁶. Fica em evidência, nesse caso, o simbolismo que reveste as relações de dominação.

Note-se que a decisão de não tomar o português brasileiro oral como padrão aceito para língua escrita cooperou para manutenção dos mecanismos de distinção social e afirmação da distância entre os grupos sociais. Nas palavras de Pagotto (1998):

Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizesse parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (op. cit., p. 57).

É preciso sublinhar, nesse caso, que a dinâmica da distinção se fez não somente pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas também pelo abandono das práticas culturais apropriadas aos grupos dominados. No caso específico dos usos da língua, se manifestou a condição de uma concorrência na qual, entre as várias línguas indígenas e africanas, e entre as variedades da língua portuguesa, o uso linguístico de

estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado por aprender com eles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas". Essa idéia, muito arraigada no imaginário social, vai sendo repetida pelos letrados brasileiros, ao longo de todo o século XIX e entrando pelo XX. Vale lembrar que tanto Paulino de Brito (1908) quanto Candido Figueiredo (1908) classificavam os chamados *erros gramaticais* como *usos de negros*. Note-se que, no curso do debate, Brito afirma: "*Bem sabemos que nas discussões [a respeito dos ditos brasileirismos] costuma ser assim: em regra, o que diz este que é preto, afirma aquelle que é branco, e o que este proclama de uma brancura ideal, aquelle classifica de negro. Desta vez, porém, falhou a regra, porque sustentamos que a maneira de collocar pronomes à brasileira, e a maneira de collocar pronomes á portugueza... ambas são brancas.*" (Paulino de Brito, 1908, p. 36).

²⁶ Ver Lima (2003, 2008); Pagotto (1998); Coelho (2008); Rodrigues (2002); Bagno (2002).

uma única classe (a dos brancos dominantes) funcionou como capital, produzindo o lucro da distinção no momento da troca social (nos termos de Bourdieu, 1979).

Conforme podemos observar, se instalam, nesse contexto, conflitos distintos. Por um lado, permanece em jogo a autonomia da língua brasileira, enquanto língua de uma nação independente, e por outro a situação de diglossia e a necessidade social e política de impor mecanismos de normatização linguística.

Na relação com Portugal e com a língua portuguesa herdada do ex-colonizador, os brasileiros buscam, de fato, autoridade linguística e literária, isto é, o reconhecimento e a legitimidade da língua em uso no Brasil, de tal modo que suas variações em relação ao português europeu, ao menos aquelas enaltecidas na literatura e/ou usadas pelos letrados, deixassem de ser consideradas erros e passassem a ser representadas como formas legítimas de dizer de *um povo* e de uma nação (cf. Coelho, 2008). Daí Paulino de Brito, numa expressão muito franca da visão dos intelectuais da época, apresentar o seguinte argumento em favor da língua do Brasil (ou dos *brasileirismos de colocação pronominal*):

Há *brasileirismos* e *brasileirismos*. Os que são erros, não têm defeito, mesmo sendo de uso frequente por ignorância ou por desídia.

É o que se dá como o emprego do pronome nominativo como complemento: comquanto *commum* na linguagem popular e familiar, nunca adoptado pelos nossos escriptores, em cujas obras de balde o Sr. Candido de Figueiredo procurará “tragam elle - eu vi elle” e outras semelhantes expressões, manifestadamente incorrectas.

Se os *brasileirismos* de *colocação*, de que nos occupamos, fossem desta ordem, a discussão seria ociosa, não havendo a menor duvida que deveriam ser proscriptos da boa linguagem; mas não o são, isto é, não são incorrecções, e o Sr. Candido de Figueiredo com toda a sua invejável erudição, ainda não arranjou, para provar o contrario, cousa melhor que o tal “é erro porque é erro” ou “é erro porque em Portugal não se usa” (Brito, 1908, p. 36-37).

Pelo reconhecimento das (de algumas) variações da língua em uso no Brasil, os intelectuais brasileiros alcançariam, nas relações de trocas simbólicas, o mesmo poder de impor a recepção e a reprodução linguística de que gozavam os portugueses.

2. *O que se não deve dizer: o normal e o normativo*

Já vimos que a emancipação política do Brasil reforçou o desejo de ruptura diante de Portugal. Ainda mais. Observamos que o espaço social da nação recém-independente foi marcado por disputas que envolveram questões étnicas e raciais.

Podemos dizer que, constituído no interior desse quadro social conflituoso, o empreendimento normativo brasileiro foi levado adiante por meio de sucessivas intervenções políticas, resultantes de um conjunto de determinantes históricos, econômicos, sociais, culturais etc. A norma linguística propriamente brasileira passou a existir na medida em que os usos linguísticos dos diferentes grupos foram justapostos, avaliados e classificados pelos grupos de poder, a partir de critérios sócio-culturais, históricos, políticos e econômicos concernentes ao Brasil, e não a Portugal. O trabalho de normatização, desse modo, esteve enredado com o Estado; com efeito, na constituição do Estado brasileiro se criaram as condições de um mercado linguístico unificado e dominado por uma língua oficial²⁷, praticada nas situações formais e nos espaços oficiais²⁸.

²⁷ Nos termos de Bourdieu (2008[1996]).

²⁸ É bem verdade, já observou Corbeil (2001, p. 190), que nem sempre as diversas ordens de poder elegem a mesma variedade linguística como modelo de suas próprias comunicações. Todavia, no caso brasileiro, podemos acusar uma verdadeira unificação do mercado linguístico. Certamente não estamos dizendo que todos os brasileiros usavam a mesma língua; antes, supomos que o reconhecimento da língua portuguesa enquanto língua boa e oficial era generalizado entre os diversos grupos.

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que alguns intelectuais cogitaram a possibilidade de constituição de uma norma linguística brasileira mais próxima da oralidade. É nesse sentido que Macedo Soares, ainda no final do século XIX, critica o “*culto*” à norma lusitana e reivindica maior legitimidade à variedade do português do Brasil:

Os nossos jornalistas escrevem de forma muito diversa do que falam. Falando dizem que moram *na* Rua do Ouvidor *no* Largo da Lapa, *no* campo de Santa Ana, *nas* Laranjeiras: escrevendo, dizem que moram *às* Laranjeiras, *ao* campo de Santa Ana, *à* Rua do Ouvidor, *ao* Largo da Lapa. Falando são brasileiros, ainda lembrados do bom português de Camões, de Fr. Luis de Souza, de Vieira, das Ordenações do Reino de todos os antigos monumentos do *bem falar* lusitano, que ficou na colônia da América. Escrevendo, têm um medo que se pelam das risotas do Chiado, e tratam de acompanhar os jornalistas de Lisboa, que quase se envergonham de ser portugueses, e por isso mesclam de francês e mais estrangeirices a língua que de seus pais herdaram (Macedo Soares, 1891, apud Pinto, 1978, p. 53).

Realmente, na prática, nem os jornalistas, nem qualquer outro grupo social elegeram ou procuraram empregar em suas comunicações escritas uma variedade de língua menos prestigiada. Ademais, é preciso lembrar que em nenhum tempo os debates acerca do português do Brasil e as ponderações mais pontuais sobre uma norma linguística brasileira repercutiram no ensino. Conforme observou Soares (2002, p. 162):

[...] embora a polêmica sobre uma possível língua brasileira tenha surgido já em meados do século XIX, o ensino de gramática manteve-se alheio a essa polêmica e foi sempre, durante todo esse século, o ensino da gramática da língua portuguesa.

Ainda no que respeita à educação, Lima (2008, p. 219) chama a atenção para o fato de que, em 1827, já estava em vigor a lei que obrigava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, sendo uma de suas finalidades o ensino da gramática da língua nacional, apresentado como

medida fundamental na construção da unidade política do Estado independente e na consolidação de um “*modo geral de sentir*” à brasileira (op.cit.).

No entanto, nem na formulação dessa lei, especificamente, nem nas discussões desenvolvidas nos anos do Império, buscou-se a firmiação de uma língua brasileira. Nas práticas educacionais desenhadas no decorrer dos séculos XIX e XX, a língua nacional a ser ensinada sempre foi a língua portuguesa²⁹. Nesse sentido, prevalece sempre a observação de Soares, já pontuada por Houaiss (1985, p. 26), segundo a qual a política linguística adotada no Brasil, desde o início do oitocentos, postulou o ensino de uma única modalidade da língua portuguesa, *promovendo uma luta acirrada contra as variações até a pronúncia*.

Em conjunto com o controle linguístico exercido pelas instituições de ensino, um bom grupo de letrados brasileiros cumpriu o papel de zelar pela preservação da legitimidade da norma linguística portuguesa³⁰. Vale fazer referência às ações práticas

²⁹ Vale observar que, anos depois dessas discussões iniciais sobre o sistema público de instrução, já no contexto republicano, Olavo Bilac (jornalista, poeta, autor de obras didáticas, etc.), em conferência proferida em 1890, reafirma a ideia de que não somente a instrução primária, mas a difusão da língua portuguesa seria uma condição necessária à unificação do Estado: “*A instrução primária é a “célula mater” da organização social. Só por meio da sua difusão é que poderemos evitar a morte da nossa nacionalidade; porque só a instrução primária pode conservar e expandir no país o uso da língua que os nossos avós nos legaram - e o que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos; é o idioma criado ou herdado pelo povo. Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autônoma, quando começa a perder o amor do idioma natal. A morte de uma nação começa pelo apodrecimento de sua língua*” (Bilac, 1890, In: Pinto, 1970, p. 366, grifo nosso).

O discurso de Bilac contempla o novo quadro de diglossia, instaurado pela presença de imigrantes. Já não eram somente as línguas indígenas e africanas, mas todas as línguas estrangeiras trazidas pelos imigrantes; em sua concepção, “*idiomas estranhos que tendem a fixar-se, desenvolver-se, a prosperar no seio da nossa terra*” (op. cit). A educação, nesse caso, garantiria alguma proteção à língua nacional. Não a brasileira, mas a de “*nossos avós*”, “*a nativa língua portuguesa, que transportada para o novo mundo ganhou novo esplendor e suavidade nova*” (op. cit.).

³⁰ É preciso lembrar que, no século XIX, a norma portuguesa também sofreu alterações. Pagotto (1998, p. 53-54) observa que até o século XVIII o português clássico era a língua padronizada em Portugal. No período seguinte, provavelmente pela expansão das mudanças do português falado, em um espaço social em que se assiste a emergência da burguesia, a norma padrão passa a abrigar novas variantes do português. Ainda segundo o autor, com a popularização da literatura, no romantismo, os escritores passaram a abarcar um mercado mais amplo, que não englobava somente a nobreza, mas também a burguesia em ascensão, público, ao que parece, menos afeito às formas clássicas de expressão. Com isso as formas gramaticais emergentes passam a figurar nos textos escritos: “o romantismo teria funcionado,

desses intelectuais que, somando forças com essas outras instituições legitimadoras da herança do passado português, publicaram diversos textos voltados à promoção da cultura e dos valores lusitanos na sociedade brasileira.

Muller (2007, p. 149), focalizando a imprensa paulista do início do século XX, já sublinhou que diversos editoriais do jornal “*O Estado de São Paulo*”, bem como artigos assinados por letrados brasileiros, publicados na “*Gazeta Paulistana*”³¹, procuram demonstrar “*uma supremacia da cultura portuguesa a qual o Brasil deveria se subordinar para atingir um certo nível de reconhecimento literário ao incorporar a tradição e o modelo na busca de uma utópica unidade*” (op. cit., grifo nosso)³². É nessa direção que caminha o artigo de Oliveira Lima, de setembro de 1907:

Se ao Brasil literário convém não deixar perder a tradição clássica portuguesa que lhe empresta um passo, uma história e um modelo, ao Portugal literário cabe não permanecer indiferente àquela expressão da antiga colônia, que ao mesmo tempo e as circunstância têm vindo diferenciando, mas lhe é devedora da sua primeira educação e mesmo, nos tempos modernos, de poderosas sugestões (Oliveira Lima, 1907, *O Estado de São Paulo*, apud Muller, 2007, p. 152, grifo nosso).

Outros tantos exemplos da ação desses letrados brasileiros em favor da tradição portuguesa podem ser encontrados em revistas³³ publicadas tanto no Brasil quanto em Portugal. Merece registro, pela clareza na exposição de suas ideias especialmente reverenciadoras da herança portuguesa, o texto de Olavo Bilac, publicado na revista lusitana *Atlântida*:

assim, como o grande responsável pela mudança de postura com relação a certas formas até então “populares”. Forja-se então a atual norma culta portuguesa.” (op. cit.).

³¹ Entre os autores de artigos assinados, Muller (2007) destaca Anselmo Ribas, Silvio de Almeida e Oliveira Lima, todos integrantes da redação da *Gazeta Paulistana*.

³² Muller (2007) analisa a imprensa no período entre 1900 e 1911.

³³ Reiteramos que Muller (2011) realizou um estudo amplo sobre as relações culturais luso-brasileiras, através de periódicos portugueses publicados entre o final do século XIX e o início do XX.

Em verdade o meu nacionalismo é filho do meu tradicionalismo, quero que a minha pátria se orgulhe da sua história [...] não quero que a minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações. Não quero que ela viva como essas plantas inferiores, que subsistem sem glórias e sem martírios [...]. Quero que ela seja uma dessas grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores. Quero que a sua copa livre, autônoma, soberana alargue no amplo céu a sua mocidade e a sua independência; mas quero também que, com a sadia verdura das suas folhas, com a formosura das suas flores e com o sumarento viço de seus frutos, ela reconheça a força do húmus da terra de que se fez a sua seiva, e abençoe a nobresa dos séculos que robusteceram (Bilac. *Atlântida*, I, vol II, n° 6, 15/04/1916, p. 572-573).

Nesses textos, em que se releva a herança portuguesa (encarecendo, sobretudo, a língua e a literatura), bem como a importância dos portugueses como elementos-chave na constituição da nação brasileira, o papel desempenhado pelos indígenas, africanos, mestiços e imigrantes é minimizado ou mesmo apagado (cf. Muller, 2011; Paiva, 2001). É assim que esses discursos, aparentemente sem função normativa, cooperam no trabalho de normatização.

Além da pressão exercida por esses letrados brasileiros, os próprios portugueses atuaram, especialmente no campo literário, em favor de uma política cultural luso-brasileira: lembremos dos periódicos que, publicados em Portugal, elegeram o Brasil como seu principal interlocutor (cf. Muller, 2011)³⁴.

Afora essas ações, várias redes associativas, fundadas entre o final do século XIX e início do XX, empenharam-se na valorização da identidade portuguesa; além, evidentemente, da imprensa imigrantista que, conforme evidenciamos no primeiro

³⁴ Essas publicações, conforme propôs Guimarães (2007, p. 256), devem ser observadas enquanto “*lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade*” (grifo nosso).

capítulo deste estudo, também desempenhou o papel sociopolítico de perpetuar e/ou reafirmar os valores e as memórias lusitanas³⁵.

De outra parte, no início do século XX, a imprensa brasileira, centrada na autoridade de filólogos e gramáticos, passa a abordar de forma mais direta o problema da incorreção da linguagem. Nesse contexto, alguns periódicos se encarregam da construção e circulação de um saber linguístico, ou, em outras palavras, buscam materializar os usos diários da língua, criando modelos e normas para um público abundante e não especializado (cf. Guimarães, 2004; Dela-Silva, 2008, p. 223). Vale como exemplo a publicação dos textos de Cândido Figueiredo, no *Jornal do Comércio*, periódico de grande circulação no país. Sua coluna, intitulada *O que se não deve dizer*, estendeu a discussão, já iniciada no final do século XIX, com a publicação, no jornal lisboense *O Repórter*, de um conjunto de artigos³⁶ voltados ao debate sobre as “incorreções e os delitos da linguagem”. Seus escritos alcançaram boa repercussão entre brasileiros e desencadearam outros tantos escritos dispostos em resposta às suas proposições. Casos são os artigos de Heráclito Graça, publicados no *Correio da Manhã*, e de Paulino de Brito, publicados na *Província do Pará*, ambos da primeira década do século XX³⁷.

³⁵ Entre as revistas, podemos citar *Brasil-Portugal* (1899 e 1914) e *Atlântida* (1915-1920), ou, ainda, outros periódicos tais como *História*, *Seara Nova*, *Nação Portuguesa* que, conforme observou Serpa (2008), assumiram objetivos diversos, mas convergiram, de alguma forma, para o resgate e propagação da cultura portuguesa, com o fim de fixar uma memória coletiva e padronizar as tradições.

Das redes associativas, destacamos o Real Gabinete Português de Leitura (1837), que organizava eventos artísticos e científicos, com o fim de desenvolver a troca cultural entre os dois países (note-se que, em 1929, havia ao menos 25 instituições da comunidade portuguesa em São Paulo; cf. Freitas, 2006).

³⁶ Cf. J. Leite de Vasconcelos (1893). É importante notar que esses artigos geraram polêmicas mesmo em Portugal. Vasconcelos, em 1891, publicou no jornal *O Dia* algumas críticas aos artigos de Figueiredo. Seus textos constituíram o livro *As “lições de linguagem” do sr. Candido de Figueiredo (análise crítica)*, publicado em 1893.

³⁷ Voltaremos a esse ponto na terceira seção deste capítulo.

A este quadro, se acrescenta outro, concernente, entre o final do século XIX e início do XX, ao desenvolvimento do sistema de educação pública e expansão escolar (em áreas mais urbanizadas), com conseqüente aumento da demanda e da produção nacional de obras didáticas e pedagógicas (cf. Oliveira et.al., 2009; Razzini, 2010).

Em São Paulo, primeiro estado, no pós-República, a promover o projeto de modernização da educação popular (cf. Razzini, 2010, p. 102-106, entre outros), a renovação dos materiais didáticos foi implantada como meio de garantir uniformidade e cumprimento dos programas de ensino. “Os materiais escolares tiveram de ser reelaborados ou reinventados para se adequar aos programas, então acrescidos de matérias e de conteúdos, que passaram a ser oferecidos [...] de maneira gradual e seriada” (op. cit.).

Segundo Razzini, a principal conseqüência dessa uniformização foi a exigência de materiais escolares individuais para cada aluno, aumentando a demanda por produtos como pena, lápis, cadernos e certamente livros. Desse modo, o aumento de consumo de livros didáticos no Brasil (e especificamente em São Paulo) deve ser observado como parte das condições de infraestrutura (física e cultural) criadas para o estabelecimento e firmamento dos sistemas de educação pública (op. cit.).

Tratando especificamente do ensino de língua portuguesa, um breve levantamento bibliográfico realizado por Oliveira (et. al., 2009) revela, nesse período (notadamente entre 1870-1930) cerca de 150 títulos, entre textos didáticos voltados às primeiras letras, gramáticas, silabários etc.; algumas dessas obras, amplamente adotadas no ensino, contaram com diversas reedições.

Nesse contexto, despontam professores-autores de gramáticas e títulos didáticos, tais como Júlio Ribeiro (1845-1890) e Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), que

“imprimiram ao cenário do ensino de língua portuguesa um percurso que teve continuidade através de outros pesquisadores do português brasileiro como Othoniel Mota (1878-1951), Amadeu Amaral (1875-1929) e os professores da cadeira de Filologia Românica da USP Theodoro Henrique Maurer Junior (1906-1979) e Isaac Nicolau Sallum (1913-1993)” (Oliveira et. al., 2009).

Todas essas considerações de caráter geral cumprem o objetivo de apresentar um panorama da formação da norma linguística numa sociedade que, dividida em classes e raças, *não goza de paz linguística ou cultural* (conforme observa Honório Rodrigues, 1983, p. 59), mas impõe um eficaz processo de unificação, pelas ações das diversas instituições (imprensa, escola, editoras, associações, etc.), sob controle e influência dos grupos letrados (sobretudo dos gramáticos).

Todavia, concebendo esse quadro social, a nosso ver, a norma padrão brasileira, como modelo de língua impessoal e anônima, construído por intermédio da estrutura do campo linguístico “enquanto sistema de relações de força linguísticas fundadas na distribuição desigual [...] das oportunidades de incorporar os recursos linguísticos objetivados.” (Bourdieu, 2008), não deve ser observada como uma reprodução, por imitação, da norma do português europeu moderno. Primeiro porque, ainda que a tradição portuguesa tenha servido de modelo à norma brasileira (como de fato serviu), esta se construiu a partir de um profundo embate, que pôs em questão, inclusive, as exigências desse mercado de bens simbólicos, em parte regulado pelos usos linguísticos portugueses, e os efeitos de dominação correlatos à sua unificação linguística. Depois, ainda que os efeitos desse embate sejam pouco perceptíveis no produto da norma linguística brasileira, não podemos desconsiderar os traços lexicais, fonológicos, prosódicos e mesmo sintáticos que, padronizados, diferenciam as normas portuguesa e

brasileira³⁸. Ainda que esta diferenciação ocorra nos moldes propostos pelo deputado Francisco Muniz de Tavares, já referidos no início deste capítulo – i. e., ainda que a disputa (pela autonomia) seja insuficiente para a proposição de uma efetiva emancipação linguística –, ao fim e ao cabo, resta sempre essa distinção firmada, primeiramente, pela condição de *ser brasileiro* (no discurso, nas ações e ideologias) e, ainda mais, pela materialidade de uma norma linguística que, constituída nos (a partir dos) conflitos internos do Brasil e disposta no interior de seus projetos políticos, econômicos e sócio-culturais, se mostra, em sua forma, certamente singular e inteiramente adaptada ao contexto brasileiro.

3. O debate sobre as diferenças; a luta pela autoridade linguística

Bem sabemos que são muitos os traços que particularizam, no final do XIX, o português do Brasil, todavia, o debate acerca dessas diferenças enfatizou três grandes pontos: os neologismos, a ortografia e alguns fatos sintáticos, em especial, a colocação dos clíticos pronominais. São questões distintas, que provocaram posicionamentos igualmente distintos entre os debatedores. Os neologismos (ao menos os denominativos, ou seja, aqueles que designam conceitos, objetos e seres presentes na realidade brasileira) foram aceitos pela maioria dos intelectuais. Isto porque, na concorrência pelo monopólio da imposição da norma linguística brasileira, boa parte dos letrados, como

³⁸Alguns aspectos linguísticos apresentados como próprios do português do Brasil foram, de fato, legitimados. Além do vocabulário distinto, da variação fonológica e prosódica, algumas construções sintáticas também foram licenciadas. No caso da colocação pronominal, assunto que mais nos interessa aqui, devemos considerar, ao menos, o uso facultativo de próclise/ênclise em construções com verbos finitos antecidos por sujeito, independentemente do tipo de sujeito. Na verdade, de modo geral, a norma linguística brasileira atual se mostra um pouco distinta da europeia no que diz respeito à colocação dos pronomes. Note-se que as gramáticas da segunda metade do século XX (Bechara, 1968; Cipro Neto e Infante, 1998; entre outros), por exemplo, bem como as diversas publicações (jornais, revistas, estudos científicos, etc.) licenciam, entre outras construções, a próclise ao segundo verbo em orações com complexos verbais (Ex.: *Vou lhe mostrar.*).

vimos anteriormente, procurou assegurar o valor da especificidade do léxico brasileiro. No trabalho de valorização do tupi e no apontamento desse léxico distinto (pelos discursos em sua defesa e também por seu aproveitamento nas comunicações institucionalizadas) como marca de superioridade do português brasileiro em relação à língua de Portugal³⁹, definiu-se o reconhecimento de sua legitimidade. Ainda que tenha permanecido em causa o valor das palavras confinadas no uso oral/popular, pode-se acusar o esgotamento dessa discussão já na última década do XIX, quando os puristas se voltam aos estrangeirismos, em especial, aos galicismos (ver Pimentel Pinto, 1978).

No que toca à ortografia, os debatedores altercavam a forma, mas não a necessidade de uniformização sistemática das grafias em língua portuguesa, já que, naquele momento, até mesmo a palavra “Brasil”, figurando, inclusive em moedas e documentos oficiais, ora com “s”, ora com “z”, arrematava a ideia de que esta era uma nação que não sabia escrever o próprio nome.”⁴⁰ Assim, conforme notou Pimentel Pinto (op. cit., p. XLIV), essa questão não correspondia a mais um ponto de atrito na luta pela autonomia linguística do Brasil; tratava-se essencialmente da disputa pelo direito de legislar as normas de representação gráfica da fala dos brasileiros. Medeiros e Albuquerque, ainda no início do século XX, dá a medida exata desse sentimento ao afirmar que:

Quando há pouco mais de dois meses, foi submetido, à Academia Brasileira, o projeto de uma reforma da ortografia, o caso pareceu a muitos uma extravagância.[...] restringindo o caso aos que, por assim dizer, tinham a capacidade técnica, a reforma apareceu perfeitamente bem amparada por todos eles.

³⁹ Nesse caso vale lembrar que em defesa da norma brasileira se afirmou que enquanto Portugal, com a interferência do *gálico*, *deturpava* a língua, os brasileiros a *enriqueciam* e até a *embelezavam* com palavras africanas e indígenas (cf. Pimentel Pinto, 1978).

⁴⁰ Reproduzimos aqui um dos argumentos apresentados por Medeiros de Albuquerque (1913) em favor da reforma ortográfica.

A despeito disso, havia quem achasse que não devíamos tomar a iniciativa de qualquer decisão oficial: a iniciativa, pensavam esses, devia caber a Portugal.

Os que isso dizem esquecem que os papéis estão invertidos. Sem o mínimo intuito de fazer patriotada, pode afirmar-se que o centro da civilização portuguesa passou do velho reino para o Brasil (Albuquerque, 1913, p. 348-352, grifo nosso).

Aos brasileiros importava, portanto, não deixar nas mãos dos portugueses o monopólio de consagração da língua em uso no Brasil⁴¹ e, conseqüentemente, de sua grafia⁴².

Considerando o quadro geral, podemos dizer que a querela da colocação pronominal remete à questão mais ampla das relações que os sujeitos – portugueses e brasileiros – mantêm com a língua. A disputa, nesse campo, foi mais dura, se estendeu e sobreviveu por várias décadas.

Note-se que a variação na ordenação dos pronomes pessoais foi apontada (por censores, rigoristas, puristas, legitimistas) como o *principal defeito da linguagem brasileira*⁴³, isso porque, diferentemente do que ocorria com a ortografia – desregrada

⁴¹ Segundo Albuquerque “o centro da civilização portuguesa passou de Portugal para o Brasil”, argumento que faz lembrar o discurso de Veríssimo, publicado anos antes (em 1887), segundo o qual: “Assim como é actualmente enorme a superioridade material do Brazil sobre a antiga metrópole, tempo virá em que essa proeminência passará á ordem moral também, porque a nossa nacionalidade crescendo em número crescerá igualmente em importância política e civilização, e então não é impossível que a língua falada por cincoenta ou cem milhões de homens actue fortemente sobre a língua fallada por cinco, dez ou mesmo quinze milhões, pois que nada autorisa a acreditar em um maior augmento de população portugueza. Acresce ainda que attenta esta diferença de população - que já é bem sensível hoje - maior expansão terá a nossa civilização; mais numerosa, e naturalmente, mais notável será a nossa produção litterária, a qual chamando sobre si, em virtude mesmo da nossa importância política, a attenção dos povos estrangeiros, dará a supremacia á língua em que for escripta, isto é, ao portuguez fallado no Brazil” (José Veríssimo, 1887. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, p. 2318-319).

⁴² Convém sublinhar que a luta pela autoridade linguística contribui, por sua própria existência, para o encarecimento da modalidade da língua escrita e, certamente, para legitimação de uma única variedade linguística.

⁴³ Não é sem motivo que Gilberto Freyre (2002 [1933], p. 390), ao analisar os antagonismos da sociedade brasileira, equilibrada entre a *casa grande e a senzala*, vê nesse fenômeno linguístico exemplo significativo da organização dessa sociedade: “Temos no Brasil dois modos de colocar os pronomes, enquanto o português só admite um – o “modo duro e imperativo”: diga-me, faça-me, espere-me. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos

aqui e lá – e com o vocabulário – *que podia variar até mesmo entre as profissões* -, o problema sintático da colocação pronominal estava ligado ao essencial da língua, à sua organização basilar, de tal modo que a variação, nesse campo, seria inadmissível.

Ainda de acordo com os estudos de Pimentel Pinto (1978), o debate começa a agitar-se em 1880, com as contestações irônicas de Baptista Caetano (expressas em 222 páginas inteiramente dedicadas à questão pronominal) ao artigo de Artur Barreiros, publicado pouco antes na *Revista Brasileira*. Nesse artigo, Barreiros propõe:

Quem se der ao trabalho de cotejar os livros brasileiros com os portugueses notará: primeiramente que estes, por via de regra, são mais artísticos; secundamente que é espantosa, fantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no período brasileiro.” (Artur Barreiros, 1880, apud Batista Caetano, 1881)⁴⁴.

Todavia, antes disso, na década anterior, Pinheiro Chagas (1868, *Novos Ensaios críticos*) criticara a colocação pronominal nos textos de Alencar. Também Feliciano de

antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos; entre as sinhás-moças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. “Faça-se” é o senhor falando; o pai; o patriarca; “me dê” é o escravo, o filho, a mucama. Parece-nos justo atribuir aos escravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial e meio dengosa que eles acharam de se dirigir ao pater famílias. Por outro lado o modo português adquiriu na boca de senhores certo ranço de ênfase hoje antipático: “faça-me isto”; “dê-me aquilo””.

O que Freyre discute, em sua análise puramente social do fenômeno linguístico, é o valor da língua brasileira e do sujeito que a emprega. A língua de cá, menos rançosa e menos antipática, enriquecida “de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa” (p. 389-390), caracteriza o brasileiro, e exemplifica as relações sociais próprias do Brasil. Esse fenômeno linguístico é, no conjunto de sua tese, um dos processos de “equilíbrio de antagonismos”.

Não pretendemos discutir aqui o teor da análise proposta por Freyre, mas sublinhamos seu valor como documento de uma época. A primeira edição de *Casa Grande & Senzala* data de 1933, e, ainda nesse momento, o autor recupera os argumentos de João Ribeiro, em *Língua Nacional* (1921) e toma parte nesse debate acerca da colocação dos pronomes, atribuindo valor à variante brasileira e, ainda, procurando explicação para a variação no quadro amplo das relações sociais, apresentando-a como resultado do contato entre senhores e escravos.

Ainda que a tese seja muito questionável, sobretudo pela proposta de perfeito espelhamento entre língua e sociedade (Ver Rocio Borba, 2006), o que Freyre constrói é um discurso científico. Produzido por um não-especialista da linguagem, esse discurso é um bom exemplo de como as polêmicas em torno da colocação pronominal no Brasil atravessaram o século XX e circularam para além do cercado linguístico.

⁴⁴ Segundo José Veríssimo (1880, apud Paulino de Brito, 1908), o debate já durava cinquenta anos, tendo sido renovado com a publicação do artigo de Arthur Barreiros, na *Revista Brasileira*, em 1880.

Castilho (Cincinnato) e Franklin Távora (Sempronio) já haviam publicado na revista *Questões do Dia* críticas severas aos usos linguísticos daquele escritor, notando, sobretudo, as variações na ordenação pronominal. Na 11ª edição dessa revista, Cincinnato, retomando um trecho de *O Gaucho*, escreve a Sempronio:

Afigura-se, pois, que não será fácil mostrar, em auctor portuguez, antigo ou moderno, já não digo clássico, mas simplesmente de boa nota, as locuções [...] [afroxou as rédeas ao ruão, **que lançou-se** como uma flecha”, “**que girou-lhe** em torno da cabeça”, “proseguiu o animal **e lhe fendeu** o craneo”, “**o suor que a alagava-lhe** o corpo”, “**cuja estampa desenhava-se**”, “olhos **a se engolfarem**”]; e que a construcção d’ellas será sempre assim: *que se lançou, que lhe girou, fendeu-lhe, que lhe alagava, cuja estampa se desenhava, olhos a engolfarem-se, etc.*(Castilho. *Questões do Dia*, XI, 5/10/1871, p.8, grifos nossos).

Para Cincinnato (Feliciano de Castilho), Alencar deveria atentar a duas regras básicas: 1ª) empregar próclise com verbo precedido por demonstrativo, conjuntivo, relativo, advérbios de negação e advérbios terminados em *mente*; 2ª) empregar ênclise em oração iniciada por verbo ou por seu agente⁴⁵.

Baptista Caetano, conhecendo essas e outras regras de colocação pronominal, acusa incoerência e discordância de preceitos entre os *puristas*, questionando, desta maneira, a autoridade e conhecimento dos gramáticos e censores em geral. Com sua crítica, ele procura ultrapassar a concepção de incorreção no português dos brasileiros, fazendo ressaltar das regras imposições culturais, arbitrariedades impossíveis de serem aceitas e seguidas no Brasil.

Já observamos que, no final do século XIX, precisamente em 1900, Candido Figueiredo passou a publicar, na imprensa brasileira, uma série de artigos prescritivos sobre a língua portuguesa, fazendo crescer as discussões acerca da colocação

⁴⁵ Conforme se vê, as regras, na verdade, são três. Esta última é, sem dúvida, matéria de muita controvérsia entre os gramáticos. Há textos escritos pelo próprio Castilho que contrariam esse preceito (cf. Baptista Caetano, 1881).

pronominal. No desdobramento desse debate⁴⁶, Paulino de Brito publica um conjunto de textos no jornal *A Província do Pará*, os quais, recolhidos no volume *Brasileirismos de Colocação de Pronomes* (1908), já citado algumas vezes no decorrer deste capítulo, insurgem claramente contra os lusitanismos propostos pelo outro gramático, isto é, se mostra contrário à ideia de que, para se falar e escrever *bom português* seria indispensável falar e escrever à portuguesa (p. 10)⁴⁷.

Mas, nessa altercação entre letrados, o discurso de preservação e exaltação da língua portuguesa, civilizada, autorizada pelos clássicos e pelos gramáticos reaparece sempre no produto da análise. É nesse sentido que Paulino de Brito, defendendo-se da tese (e dos achincalhamentos) de Candido Figueiredo, segundo o qual o português brasileiro seria *uma língua deformada pelos negros e roceiros*, propõe que a colocação pronominal no Brasil, se faz a par com outras línguas românicas, e, ainda mais, com a licença do latim:

A questão, verdadeiramente, não é encontrar a razão porque nós, brasileiros, assim falamos, mas a razão por que os nossos irmãos de além-mar assim não falam. Nós estamos neste ponto em muito boa camaradagem: francezes, hespanhoes, italianos... podemos dispensar os pretinhos do illustrado acadêmico.”(Brito, 1909, p. 31, grifo nosso).

⁴⁶ Conforme fizemos notar anteriormente, Heráclito Graça também publica alguns artigos no jornal *O Correio da Manhã* (em 1903) e, no mesmo ano, no volume *Factos da linguagem: esboço crítico de alguns assertos do Snr. Candido de Figueiredo*. Esses textos se voltam necessariamente à produção de reparos à obra do outro gramático, com o fim de evitar que *os bons e cultos leitores fossem induzidos a erros*. Todavia, o autor não se ocupa da questão pronominal.

⁴⁷ É importante observar que, para Paulino de Brito, era excessiva e inadmissível a interferência de Figueiredo nas questões linguísticas brasileiras. Ademais, Brito propõe que o próprio Figueiredo, pela publicação de *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (e de outros compêndios voltados a esse mesmo assunto), teria iniciado a querela de colocação dos pronomes. Segundo este professor e gramático, não se podia esperar que o artigo de Arthur Barreiros (1880), publicado na *Revista Brasileira* – publicação de circulação exígua –, tivesse tão extraordinária repercussão por todo o país. Assim, se outros pregaram antes de Figueiredo foi no deserto, de modo que “*cabe-lhe, certamente, a floria como primaz, se não lhe compete o decano*” (1908, p. 10). Em que pesem os exageros, considerando que o debate fora iniciado muito antes, no campo literário, as proposições de Paulino de Brito evidenciam o alcance dessa disputa que produz e reproduz, ela mesma, modelos linguísticos a serem seguidos.

Sua conclusão é enfática: *nem língua de preto, nem língua de roça* – o português de cá era tão bom quanto o da *mãe portuguesa*, só que bem mais antigo. Esse posicionamento, assumido por Brito, visa definir a distância que separa o *português incorreto e deformado* daqueles “*brasileirismos*” que ele próprio procura defender. Nesse espaço social organizado e dividido pelo preconceito, em que os falares dos diversos grupos sociais são, como já dissemos, hierarquizados, Paulino de Brito busca no latim, uma língua legitimada, a legitimidade que falta a essas construções linguísticas muito presentes na fala e na escrita dos brasileiros escolarizados. Nessa ressalva, o português de *cá*, e os brasileiros em si, seriam ainda civilizados, porque herdeiros do “*bom e velho latim*”.

Nessa esteira, os vários estudos sobre a colocação dos clíticos pronominais publicados nesse período – entre o final do século XIX e início do XX –, podem ser acomodados nesses dois pólos já conhecidos: parte se inscreve no contínuo da tradição, outros insurgem contra as regras emanadas de Portugal, em defesa das diferenças do português brasileiro. Com isso não devemos supor homogeneidade no interior de cada grupo; são comuns, nesses escritos, respostas divergentes a questões análogas.

Ainda no início do século XX, *pelo estado anormal das discussões* (cf. Leonardo Pinto, 1923), os gramáticos e demais estudiosos já começam a esboçar uma reação contrária à proliferação de estudos sobre esse tema. Sem ir muito longe, Said Ali (1908) assim se manifesta:

No estudo da collocação dos nossos pronomes persoaes complementos (não preposicionados) os grammaticos têm gasto muita tinta e inutilizado muita penna, para nos convencerem finalmente de uma só verdade: podem dar as regras que entenderem, no Brasil não se collocam nem jamais se hão de collocar os pronomes do mesmo modo que em Portugal (Said Ali, 1908, p. 29).

Ficam evidentes, nessas palavras de Said Ali, não somente os traços da querela - pelo século adentro - acerca das diferenças entre o português brasileiro e o português europeu ou, mais que isso, acerca do estatuto do português do Brasil em relação ao português europeu, mas também a inquietação e o incômodo causados pela muita discussão em torno do mesmo assunto.

Sem transpor o debate, o filólogo critica a inconveniente tentativa de formatar o português brasileiro de acordo com o modelo europeu, bem como a ausência de normas válidas nesse campo. Nesse ponto, acrescenta:

Em vez de desaproveitarem o tempo, propondo ou como que impondo duvidosas regras, de que ao cabo vêm zombar escriptores nossos em nada inferiores aos melhores portuguezes, mais avisados andariam os grammaticos se se contentassem com assignalar a divergência como um desses traços que distinguem o falar brasileiro do falar lusitano. Das discussões e dissertações se depreheende que o phenomeno foi mal estudado, que apenas um ou outro ponto se entrevê melhor, embora vagamente, reinando em geral muita incerteza. Dá-se então o que é commum nas sociedades humanas. No calor da refega os espíritos tornam-se intolerantes: apedreja-se a quem collocar mal os pronomes. Mas como contentar os intransigentes, se estes nem sequer sabem dar preceitos seguros e exactos? Nenhuma grammatica, nenhum estudo especial nol-os dá que prestem para todos os casos. E na verdade a quem hade o escriptor recorrer? (op. cit, p. 29).

Aos questionamentos de Said Ali, de cujo teor se pode deduzir a insuficiência das regras propostas, podemos acrescentar outro: se na escrita os brasileiros cultos lançam mão de alguns modelos, certamente afastados do português oral em uso no Brasil, que modelos são esses?

Inicialmente, convém notar que, segundo Paulino de Brito (1908, p. 15), pelas muitas regras e pela inconclusividade dessas mesmas regras, no início do *novecentos* andavam todos -, *magistrados, parlamentares, juristas, Ministros e até Presidentes* - “possuídos de amargas apreensões, pena alçada sobre o papel, horas e horas, vacilando entre o perigo de colocar desastradamente um pronome, e o pejo de implorar socorro a

algum escriba iniciando nesses miríficos arcanos!” Nas palavras desse gramático, nenhum escrevedor andava livre da suspeita de que em seus escritos pesavam os erros crassos de português; daí sujeitos muito letrados recorrerem a *engenhosos circunlóquios e metáforas* para escapar ao perigo dos pronomes.

Afora esse *incômodo* que, acreditamos, acometia boa parte dos letrados da época, resta que não sabemos por qual cartilha se orientavam os falantes escolarizados não especializados nas questões da linguagem. Se, pois, há diversos estudos e diversas gramáticas apontando regras sobre a colocação pronominal, não podemos esperar encontrar exatamente a mesma gramática na escrita de sujeitos diversos. Note-se que mesmo tratando de gramática da escrita, ou de normas gramaticais, não podemos perder de vista, na interpretação, as particularidades ligadas aos fatos.

Assim, considerando que a língua varia segundo o interlocutor e segundo a relação de produção linguística (cf. Bourdieu, 2008), nossa hipótese é a de que os falantes brasileiros, ao menos os letrados, chamados cultos, procuram, em situação formal, fazer uso de uma variedade linguística de maior valor na sociedade. Desse modo, esses falantes rejeitam, de forma consciente, os modos de dizer mais estigmatizados e mais desvalorizados pelos gramáticos. Nessa linha, a língua desses falantes apresenta maior variação em contextos livres de correção imediata. *No contexto mais livre, as diferenças entre os sujeitos afloram.*

No que diz respeito à sintaxe de ordenação dos clíticos, se julgarmos pelas discussões correntes nesse período, os contextos mais corrigidos são, justamente, dois daqueles apontados por Castilho (1871): 1º) orações com verbo precedido de palavras atrativas de clíticos e 2º) orações iniciadas pelo verbo. Note-se que a maioria das gramáticas do período não apresenta uma definição clara das palavras atrativas de

clíticos pronominais, assim, podemos dizer que o primeiro contexto é menos suscetível de correção imediata do que o segundo⁴⁸.

É importante enfatizar que somente algumas regras de ordenação dos pronomes se repetem nas diversas gramáticas circulantes nesse período (é justamente o que ocorre na regra de restrição ao clítico em início de frase, por exemplo). Observe-se que está na base da maioria das gramáticas a tese de que o pronome complemento, de modo geral, deve vir sempre posposto ao verbo. Diante disso, ocupam-se principalmente dos casos em que esta regra não é válida, ou seja, dos contextos de próclise, ou dos contextos em que há possibilidade de alternância ênclise/próclise (cf. Júlio Ribeiro, 1881; João Ribeiro, 1889; entre outros). Contudo, em alguns autores, a regra sobressai:

[...]Não se pode começar período com pronome obliquo, sendo de rigor a ênclise, si o verbo inicia a phrase. Não são, pois dignos de imitar os seguintes exemplos isolados nos mestres da língua: “Me avisam em muito secreto que Hespanha tem resolutu romper a guerra com França (A.V. - Me mellem se entendo o doutor (A.H.). Dir-se-ia melhor: Avisam-me...- “Mellem-me se entendo o doutor” (Eduardo Carlos Pereira, 1907, p. 242-245).

“[...]Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (me parece, te disse, lhe fallei). O povo (no Brazil) conserva-se, porem afferrado ás fórmulas proclíticas, que ainda são correntes no hesp. e no ital. (me voy, me ne vado), e eram dos primeiros documentos da língua portugueza, que moldou-as pela syntaxe latina.” (Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, 1887, p. 491).

“O pronome objecto e a partícula apassivadora se nunca devem começar a sentença: seria incorrecto dizer: “Te vejo sempre - Se contam cousas horríveis”. Deve-se dizer “Vejo-te sempre - Contam-se cousas horríveis”. (Júlio Ribeiro, 1881, p. 222-223).

⁴⁸ No compêndio de Leonardo Pinto (1923), destinado, inicialmente, aos alunos da “Escola de Commercio Álvares Penteadó”, na qual o autor lecionava, encontramos uma lista contendo 136 *palavras e locuções que obrigam a próclise* (ex.: *acaso, acolá, a fim de que, agora, ahi, ainda, alguém, ali, ambos [...] se bem que, segundo, seja que, sempre, sempre que, senão quando, sobre que, supposto que, talvez, também, tanto, tanto mais, tanto que, tarde, todo, tudo, uma vez que, visto como, visto que...*).

Da mesma forma, as gramáticas apresentam regras claras quanto à ordenação dos clíticos em contextos de negativas:

Há a notar que nas sentenças negativas, em todos os modos e tempos, colloca-se o pronome objecto entre a negação e o verbo (Júlio Ribeiro, 1881, p. 222-223).

Sempre que a oração seja negativa ou subordinada, as enclíticas pronominais passam para antes do verbo: Não se lhes diz; Para que nos digam. Se lh'ò dissessem. Nunca vol-o diria (João Ribeiro, 1889, p. 276-279).

É proclítico ou anteposto o pronome nas frases negativas, visto que a negativa, sempre anteposta, attrae para si o pronome: “Não me digas” - “Nada o commoveu” - “Ninguém a viu” - “Não se assimilava ás que parecem querer vingar-se do seu captivo” (A.C)[...]. Nota: Quando a negativa modifica o infinitivo, não raro é enclítico o pronome: “É não contentar-se de contente (C.) - [...]”. (Eduardo Carlos Pereira, 1907, p. 242-245)⁴⁹.

É proclítico: a) Depois de qualquer advérbio de negação, de tempo, lugar, quantidade e modo, quando a phrase começa por elle: Elle não me diz[...] (Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, 1887, p. 492).

Podemos observar que parte dos gramáticos não faz distinção entre operadores de negação e as demais palavras atrativas de pronome clítico. Na mesma linha de Castilho (1871), esses gramáticos dispõem um conjunto de contextos em que a próclise é preferível (cf. João Ribeiro, op. cit; entre outros). Assim, pertencem ao mesmo conjunto, além das orações negativas, as orações dependentes e as orações em que o verbo é precedido de algum tipo de advérbio ou de constituintes quantificados ou focalizados. Mais importante, entretanto, é o fato de que, no tratamento da próclise, as regras são geralmente fluidas, devido, sobretudo, às construções conformadas como exceções e aos muitos exemplos em contrário - visíveis nos clássicos e/ou na escrita dos “bons” escritores. Assim, as prescrições só se realizam parcialmente. Tanto que, para

⁴⁹ Esse gramático apresenta as regras com base nos estudos de Said Ali.

cada lista de advérbios ou de quantificadores, os gramáticos deixam sempre um *et cetera* fechando a enumeração como informação genérica.

Esse parcialismo está presente mesmo na verificação dos dados, no procedimento interpretativo e no apontamento de regras. Daí as variações e diferenças de preceitos entre os autores. As gramáticas não são completas e nem se completam. Cada uma se recorta sobre um conjunto de fatos da língua, deixando de fora outros tantos. Nem todas as gramáticas tratam da ordenação dos clíticos em orações contendo relativas ou em orações gerundivas, por exemplo⁵⁰. Entretanto, todas contêm um parágrafo destinado a acusar a obrigatoriedade de anteposição do pronome em complexos verbais com particípio passado.

Como não nos parece importante multiplicar os exemplos, podemos fechar esse quadro enfatizando, somente, que, naquele contexto, as regras apresentadas pelos gramáticos muitas vezes foram consideradas excessivas, despropositadas e incompreensíveis. As palavras de Baptista Caetano e Paulino de Brito nos servem de exemplo:

Como coordenar e decorar tudo isto? Como há de a gente entender-se neste desconchavo de preceitos, que não combinam uns com os outros, que se prejudicam mutuamente e que se não podem reduzir à regras precisas? O que é que governa a collocação de pronomes? São os advérbios ou as conjunções? Serão também as preposições? Concorrem para isso outros pronomes e outras partes da oração? Como é que certos advérbios ou pronomes exigem a anteposição do pronome conforme a regra de fulano, e não exigem conforme a de beltrano? (Baptista Caetano, 1871, p. 17)

Continuando as cousas no rumo em que vão, receiamos bem nos venha a succeder como aos sábios do Celeste Império, que, graças às maravilhas e surpresas do systema symbolico, alli ainda em uso, envelhecem e morrem sobre os livros, sem terminar jamais a aprendizagem da escripta e da leitura. Se o Sr. Candido de Figueiredo logra levar a cabo o sinistro empreendimento que annuncia, a vida humana passará como um sonho, antes que cheguemos a conhecer as volúpias da boa collocação dos pronomes (Paulino de Brito, 1908, p. 5)

⁵⁰ Considerando as gramáticas consultadas, Júlio Ribeiro (1881) é autor que não trata desses contextos.

Ainda que boa parte do que se alega a respeito das regras de colocação pronominal seja somente argumento lançado como meio de garantir um lugar privilegiado na disputa pela autoridade linguística, é fato que, por várias décadas, essa argumentação integrou os textos daqueles que insurgiram contra as propostas gramaticais dos chamados puristas.

É importante enfatizar dois pontos. Primeiro, as regras gramaticais dispostas (e impostas) não visavam à correção da fala da população *inculta*, mas, essencialmente, à uniformização da escrita dos sujeitos letrados; segundo, os gramáticos brasileiros referem os excessos da normatização e a incoerência das normas gramaticais, com a intenção de minimizar, pela racionalização, os efeitos da dominação sobre a língua do Brasil (veja que a ideia prevalecente é: “*si há incorreções no modo de fallar dos brasileiros, também o há no modo de fallar do portuguez moderno.*” (Caetano, op. cit., p. 4, grifo nosso)). Os argumentos não operam, portanto, no sentido de legitimar os chamados *erros crassos*, *a língua da gente inculta e incivilizada*, mas de neutralizar o valor das distinções.

4. “*Dificuldades da língua portuguesa*”: ainda os pronomes

Dito isso, parece útil destacar, de forma mais sistemática, algumas diferenças linguísticas que separam portugueses e brasileiros. No âmbito da gramática tradicional, se entrecruzam prescrições e descrições que, consideradas em seu conjunto, deixam ver não somente o modelo de língua socialmente legitimado, mas também o modelo desvalorizado pelos gramáticos. Todavia, conforme fizemos notar, esse modelo rejeitado muitas vezes não corresponde exatamente aos usos populares da língua.

No caso da colocação pronominal, as discussões produzidas entre o final do século XIX e início do XX denotam somente parte do que o sistema podia produzir. Isto porque, algumas construções atribuídas exclusivamente à *gente inculta* muitas vezes eram omitidas dos debates. Outras vezes, os debatedores encarregavam-se de negar a existência, no *português do reino*, de construções consideradas errôneas⁵¹.

São os estudos linguísticos produzidos a partir das primeiras décadas do século XX que nos oferecem um quadro mais completo dessas diferenças. Desse período, tomamos como referência apenas dois estudos: *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), de Said Ali, que focaliza as diferenciações linguísticas entre Brasil e Portugal, e *O Dialeto Caipira* (1920), de Amadeu Amaral, que trata das realizações do português em São Paulo. Esses trabalhos são comumente referidos como marcos nos estudos gramaticais e dialetológicos, respectivamente, sobretudo por suas ideias inovadoras.

Said Ali, ao subtrair (ao menos em parte) a conotação valorativa da língua, transpõe algumas concepções preconceituosas e falsas a respeito do português do Brasil. Na mesma linha, Amadeu Amaral, ao registrar traços da fala caipira, até então reduzidos ao estatuto de erros gramaticais usitados entre *incultos*, contribui para minimizar a ideia de padrão único da língua comum e abre caminho para o estudo dos falares de outras regiões, como o de Nascentes (1923), sobre o linguajar carioca, e o de Marroquim (1934), sobre a língua do nordeste.

O importante trabalho descritivo de Said Ali (1895; 1908) supõe que as divergências de ordenação dos clíticos no português brasileiro e europeu são motivadas por diferenças fônicas. Sua proposta pode ser resumida do seguinte modo: Em Portugal, os clíticos ocupam normalmente a posição pós-verbal. A próclise, nessa tese é, portanto,

⁵¹ Cf. Baptista Caetano (1871); Brito (1908); entre outros.

fruto do deslocamento do pronome. Essa deslocação ocorre em virtude de uma lei fonética, qual seja: “quando não há pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome átono passa a interpor-se, seja para amparar o primeiro vocábulo se tiver pronuncia fraca, ou para fazê-lo sobressair enfaticamente se tiver entonação própria (1908, p. 58).

A partir dessa lei, Said Ali extrai as seguintes regras com relação ao português europeu: 1) para as orações de verbo finito, a próclise é licenciada em contextos de subordinadas (com algumas exceções), negativas, interrogativas; 2) o discurso não deve começar por pronome átono; 3) em construções condicionais ou no futuro a posposição é substituída pela interposição; 4) nos tempos compostos o pronome é enclítico do auxiliar e não do particípio passado. Para esse filólogo, outros preceitos quaisquer relativos à próclise seriam errôneos, vagos e deficientes, visto que a ordenação, nos demais casos, depende sempre da pronúncia.

No português do Brasil, segundo o autor, o caso é outro. A pronúncia, invariavelmente mais forte, autoriza a anteposição do clítico. No caso das orações subordinadas, o *que* (relativo e conjuntivo) e o *se* (conjuntivo) são pronunciados mais fortemente do que em Portugal, assim, não obriga o avizinhamo aos pronomes complementos. O mesmo ocorre com as demais conjunções e locuções subordinativas. Said Ali acrescenta que em Portugal há exemplos de ênclise nesses contextos, mas são casos raros, geralmente motivados pela distância entre as palavras atratoras e os verbos. Já no Brasil, essa colocação é comum e se estende às negativas.

A tese de Said Ali apresenta o problema fundamental de procurar explicar, exclusivamente no campo fônico, as diferenças de comportamento linguístico entre brasileiros e portugueses, desconsiderando não somente os condicionamentos

morfossintáticos de cada variedade, mas, também, as condições sociais e históricas de produção linguística nos diferentes espaços sociais⁵². Entretanto, o mérito da análise está em tentar invalidar, pelo discurso científico, as ações corretivas sobre o PB. Sua tese encerra a ideia de que a ordenação dos clíticos é correta em Portugal, porque é de uso geral. Da mesma forma, é correta no Brasil, por ser igualmente de uso geral. Não há melhor ou pior nesse caso: “*Ocioso seria querer um povo imitar o outro, e tanto custa ao brasileiro imitar o Portuguez quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num paiz parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmospheria artificial.*” (Said Ali, 1908, p. 59).

Isto não quer dizer, entretanto, que Said Ali descarta as diferenças linguísticas que separam sujeitos de classes sociais distintas, ou que em sua obra se neutralizam os juízos de valor que recaem sobre a língua usada pelas parcelas não escolarizadas. Basta notar que o estudo assinala sua intenção de prevenir “*o absurdo de se considerar mais profundo conhecedor da nossa língua do que o mais culto Brasileiro o camponez analphabeto que, tendo tido a fortuna de nascer em Portugal, pronuncia átonos os pronomes e, conseqüentemente, os colloca bem à portugueza.*” (1908, p. 57, grifo nosso).

Em Amadeu Amaral (1920), as questões referentes à sintaxe não são muito discutidas. Na verdade, seu estudo se volta, efetivamente, a aspectos fonológicos e lexicais da fala caipira: mais da metade de sua obra é dedicada ao estudo do vocabulário. Apesar disso, a referência ao *Dialeto Caipira* nos parece importante porque garante melhor compreensão dos usos linguísticos em São Paulo.

⁵² Note-se que Said Ali procura evidenciar o aspecto diatópico da variação.

Em primeiro lugar, Amaral nos fornece pistas sobre as mudanças operadas na Província e na língua dos paulistas:

Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira - bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível - dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. (Amaral, 1920, p.1)

De acordo com Amaral, nas últimas décadas do XIX, a língua se modificou com a cidade. Perdeu-se no trabalho assalariado, nas vias de comunicação, na instrução pública, no comércio intensificado, na cidade agigantada: “Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social” (p. 1). Nas primeiras décadas do século XX, o que restava do caipirismo, outrora generalizado na província, estava acantonado na fala de pessoas idosas e nas pequenas localidades menos atingidas pelo “movimento geral do progresso”, embora traços remanescentes marcassem a linguagem corrente em todo o Estado.

Tratando da diferenciação relativa à colocação dos clíticos pronominais, Amaral também se vale da *tese fonética* para afirmar que, no Brasil, o ritmo da fala e o alongamento das vogais são importantes condicionantes. Enquanto no português europeu esses pronomes, sem existência autônoma, adjungem-se aos vocábulos acentuados, segundo leis naturais inconscientemente obedecidas (ênclise, próclise), no Brasil, a língua submete-se a outro ritmo, determinado por condições fisiológicas e psicológicas diversas, suficientes para quebrar a continuidade das leis de atração que agem em Portugal (p. 4).

Embora o autor não enfatize a questão da colocação pronominal, seu estudo revela que, no dialeto caipira, os casos oblíquos *nos* e *vos* têm emprego muito restrito.

De modo geral, os falantes preferem as formas analíticas – *pra nós, pra você*. Além disso, *vos* já não corresponde a *Vós*, mas a *você*, conforme exemplo a seguir: *você já deve de sabê, porque eu vos disse muntas vêis*.

Essa variante do português brasileiro se caracteriza, ainda, pela substituição dos clíticos acusativos de terceira pessoa por pronomes tônicos (ele/ela): *Peguei ele, enxerguei elas*: “Este fato é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do país. Dele se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o brasileirismo se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período ante-clássico do português. O pronome oblíquo *o/a* perdeu toda a vitalidade, aparecendo quase unicamente encravado em frases ossificadas: *Que o lambeu!* etc.”(p. 31).

O pronome *lhe* só é empregado em referência à pessoa com quem se fala: *Eu já le falei*. Para terceira pessoa, o caipira emprega preposição seguida de pronome lexical: *Eu já declarei pr'a ele, fulano me garantiu que escreveu pr'a ele*.

Para primeira pessoa, afora particularismos como “*Não qué bem eu*” ou “*não me qué bem eu*”, O uso comum é: “*Não me qué*”, “*não me obedece*”, “*não me visitô*”.

A análise de Amadeu Amaral coloca o leitor em contato, ainda nas primeiras décadas do século XX, com uma variedade do português que sequer faz uso continuado dos clíticos. Nisto marca-se a distância entre esses usos linguísticos e aqueles prescritos nos discursos normativos. A ordenação dos clíticos permanentes é, se julgarmos pelos exemplos apresentados pelo autor, predominantemente proclítica.

O Dialeto Caipira surge em um contexto de polêmica, assim, antes de avançarmos no estudo das diferenças, parece importante sublinhar a relação que esta obra estabelece com os muitos instrumentos de expressão (gramáticas e dicionários) em

circulação no mesmo período, os quais, conforme observamos anteriormente, se assentam em dois pólos distintos, mas concordantes quanto à taxação das variantes linguísticas empregadas pelas populações não escolarizadas, enquanto variantes de menor (ou nenhum) valor.

Embora Amaral não focalize a discussão política acerca da cisão linguística entre Brasil e Portugal, sua ideia é que a variedade própria da região de São Paulo é parte de uma língua brasileira, particularmente distinta do português europeu e efetivamente distante da língua portuguesa idealizada nos discursos normativos. Por outro lado ele conceitua os *falantes* do dialeto caipira como “*roceiros ignorantes e atrasados*”, que fazem uso de um conjunto lexical bastante restrito, consoante sua *simplicidade de vida e espírito* (Amaral, 1920, p. 41-55). As diferenças linguísticas significativas, portanto, ficam associadas a diferenças sociais e, nesse ponto, a visão de Amaral não se afasta por completo daquela defendida entre os gramáticos e demais debatedores das questões da língua. Podemos dizer, por fim, que esses escritos, nas reflexões que produzem, apesar de oferecerem uma contribuição distinta à análise do *problema da colocação pronominal*, acabam por expressar as contradições e conflitos que marcaram o processo de consolidação do Estado-nação brasileiro, sobretudo no que se referem às questões sociais de classe e raça.

5. O debate estendido: há uma língua brasileira?

Não é nossa intenção apresentar um panorama das discussões linguísticas promovidas no Brasil após as primeiras décadas do século XX, sobretudo porque esse “outro” período/contexto escapa muito às fontes e ao limite (espaço-temporal) traçado

para este estudo. Todavia, fechando esse quadro, devemos destacar que nos primeiros anos do novecentos, as condições de dominação linguística no Brasil já estavam de tal modo estabelecidas, que o discurso simbólico sobre a língua portuguesa recebia seu valor segundo um mercado linguístico bastante definido. Podemos dizer que a estrutura das relações sociais entre interlocutores brasileiros e portugueses foi redefinida com o esmaecimento das discussões acerca de uma língua brasileira e com o estabelecimento desse mercado linguístico, em parte orientado pela norma gramatical portuguesa.

Rodrigues (1998) já sublinhou que esse quadro, marcado pela prevalência do purismo, foi, de fato, favorecido pelo contexto geral (do pós década de 1920), em que o racismo científico se enfraquecera, e as questões linguísticas deixaram de ocupar o centro dos debates sobre a identidade nacional. Certamente não podemos supor o apagamento, nesse contexto, dos discursos raciais linguísticos, em que negros e índios, bem como suas línguas e culturas, aparecem como inferiores em relação à língua e cultura brancas. Todavia, esse novo contexto se nos apresenta como uma sequência complexa de discursos sobre a formação linguística do Brasil, voltados à discussão acerca do papel desempenhado pelas línguas indígenas e africanas na formação das variedades orais (ou populares) do português brasileiro.

Por vezes negando e por vezes reconhecendo a importância dessas interferências linguísticas (cf. Lucchesi, 2001) e, de modo geral, sustentando a tese conservadora do português do Brasil como herança do português quinhentista, os discursos produzidos nesse período (ver Jacques Raimundo, 1933; Gladstone Chaves de Melo, 1946; Serafim da Silva Neto, 1950, 1963; entre outros) vão repetindo as muitas contradições políticas e ideológicas presentes na sociedade brasileira desde os primeiros movimentos para consolidação do Estado-nação, sobretudo a dificuldade de lidar, nessa estrutura

hierarquizada, com as heranças da colonização e do escravismo. Desse modo, qualquer que seja a análise, resta assegurado o valor de uma única língua - *a portuguesa* -, como “entidade” livre de quaisquer *deformações* produzidas pelo contato. Nesse sentido, Paixão de Sousa (2010) observou:

Fundamentalmente, na discussão tradicional - aqui representada por Chaves de Melo (1946) e Silva Neto (1950) - há **um certo português do Brasil** que é fruto genético direto da língua clássica do século XVI, e **um outro português do Brasil** que é fruto do contato dessa língua com as populações “aloglotas”. O primeiro é o português “*culto*” (fundamentalmente, um português “*branco*”), no qual as análises enxergam a base para defender o elemento conservador da língua brasileira. Na descrição desta variante, encontramos termos como “*riqueza*”, “*complexidade*”, “*sutileza*”. Chamemos a esse eixo o eixo da **herança**: dos brancos colonizadores, herdamos a língua. O segundo, o “*outro*” português do Brasil, é o “*popular*” (fundamentalmente, um português “*negro*”), no qual as análises enxergam os efeitos de uma interferência negativa - que [...] aparece como um impacto redutor, não agregador. Na descrição desta variante, encontramos termos como “*empobrecimento*”, “*simplificação*”, “*redução*”. Chamemos a esse eixo o eixo da **perda**: dos índios e negros, não herdamos nada - restam-nos apenas “*cicatrizes*” e ausências[...] (Paixão de Sousa, 2010, p. 118).

O que existe, retomando as palavras de Rodrigues (op. cit.), é o *racismo reciclado*, que permite dissociar o problema racial linguístico, mas nos moldes já expostos.

Quanto às decisões propriamente políticas voltadas à proteção e imposição da língua portuguesa, os estudos historiográficos destacam desde os discursos conservadores da Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, pela associação de velhos debatedores das questões linguísticas brasileiras, tais como Olavo Bilac e Rui Barbosa, até as propostas do Estado Novo, especialmente no que toca ao projeto nacionalizador,

cujo traçado incluiu a educação cívica e a repressão das línguas faladas pelos imigrantes e seus descendentes (cf. Campos, 1998, 2006; Bueno, 2006)⁵³.

Não se pode negar que, na figura dos modernistas, em especial Mario de Andrade, a luta pela autoridade linguística e literária permaneceu em causa. Mas a discussão em torno da nacionalidade não chegou a abalar as bases do mercado linguístico estabelecido no Brasil.

São bem conhecidas as teses que evidenciam a busca dos modernistas por uma linguagem poética propriamente brasileira, que expressasse essa variação do português usado no Brasil; todavia o valor conferido a esses usos linguísticos não ocupava o centro do debate. É nesse sentido que Mario de Andrade, em correspondência pessoal, diz: “*Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci. Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz*”. De outra parte, em alguns momentos, Mario de Andrade debateu a língua do Brasil e chegou mesmo a projetar (sem concluir) uma *gramatiquinha* da fala brasileira. Se o intento do escritor era, de fato, debater o discurso da norma ou, ainda mais, criar um aparato de referência (pela literatura e pela *gramatiquinha*) à língua brasileira, o projeto não foi concluído. Ao fim e ao cabo, naquele universo hierarquizado, as produções dos modernistas, observadas enquanto *erro* (ou como *forma do fazer literário*), não causaram abalo à norma linguística já estabelecida e sustentada pelo discurso normativo dos gramáticos e pelo discurso científico dos acadêmicos e outros especialistas nas questões linguísticas (cf. Rodrigues, 1998; Pagotto, 1998; entre outros).

Para concluir esse capítulo, devemos lembrar ainda que, no final da década de 1950, momento em que os defensores do português do Brasil já eram chamados

⁵³ Note-se a existência de outras agremiações, como a *Propaganda Nativista* (1919), a *Ação Social Nacionalista*, no Rio de Janeiro e a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1917), originada da *Liga de Defesa Nacional*, que chegou a promover campanhas de alfabetização.

*neobrasileiristas*⁵⁴, Houaiss, fazendo um balanço dos debates sobre a língua, pergunta aos professores Celso Cunha, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia se eles reconheciam a existência de uma língua brasileira⁵⁵. Obviamente as respostas surgiram consoantes as teses dos depoentes. Recortando aqui os pontos que consideramos mais relevantes na argumentação de cada sujeito, temos que, para Serafim da Silva Neto, àquela época já não se podia cultivar dúvidas de que no Brasil se usa uma variedade da língua portuguesa, a qual se fragmenta numa série de variedades, de acordo com a região, com as classes sociais e mesmo de acordo com as pessoas. Essas variações, entretanto, não comprometeriam a unidade linguística. Ele acrescenta, ainda, que o problema da língua brasileira não é linguístico, mas político, formado na ideologia nacionalista. Repetindo sua tese, apresentada em 1950, propõe que Portugal e Brasil, “dois poderosos cérebros”, criam suas próprias formas linguísticas, mas, tudo se passa dentro da mesma língua. Se os brasileiros dizem “*aeromoça*” e os portugueses “*hospedeira*”, tudo é formação do patrimônio comum da língua portuguesa. Os “*dois cérebros*” pensantes criam formas diferentes, mas com o mesmo material. “O que sucede, muitas vezes, é que o português do Brasil manteve um padrão mais conservador do que o de Portugal. Os portugueses avançaram mais, inovaram mais na língua a partir do século XVIII, do que os brasileiros cultos.” (Silva Neto, apud Houaiss, 1960, p. 84).

Para Sílvio Elia, apesar da distinção de níveis linguísticos – língua escrita, língua falada, língua literária, língua padrão, língua culta – o problema ficaria restrito a este último nível – a língua culta, padrão – que é a mesma no Brasil e em Portugal. Assim,

⁵⁴ Serafim da Silva Neto, ao se dirigir aos defensores da língua brasileira, os denomina “*neobrasileiristas*”. Antonio Houaiss também adota o termo.

⁵⁵ É interessante notar que antes disso, em 1952, Homero Senna discutiu esses mesmos pontos com Souza da Silveira, sendo que as respostas deste gramático ficam bem alinhadas aos argumentos formulados por Cunha, Silva Neto, Elia e pelo próprio Houaiss.

do ponto de vista propriamente gramatical não haveria distinção linguística. Nisso reafirma suas ideias expressas em *O problema da língua brasileira* (1940). Nessa análise, se as divergências existentes de nenhum modo comprometem o sistema, não há que se falar em língua brasileira. Cerca de vinte anos depois, em *A unidade linguística do Brasil* (1979), reitera:

[...] uma verdade também facilmente comprovável - é que: a) a língua comum aos povos brasileiro e português é a mesma (embora com traços coletivos nacionais); b) essa língua comum apresenta, no Brasil (aliás, igualmente em Portugal), notável unidade, de norte a sul e de leste a oeste, quer nas camadas cultas, quer nas populares (1979, p. 13).

Na mesma linha, Celso Cunha propõe que tudo o que se apresentara como característico da língua do Brasil são fatos de ordem secundária, já que se verificam do ponto de vista da variação geográfica ou social. Na unidade, segundo o autor, está implícita a noção de diversidade. Sua conclusão é a de que o Brasil é um país de cultura portuguesa, descoberto por uma nação que, embora pequena, era naquele tempo a maior nação do mundo, assim, o Brasil não fica diminuído por conservar a mesma língua do ex-colonizador.

Conforme se vê, para nenhum dos depoentes existe uma língua brasileira. Diante disso, a conclusão de Houaiss compreende um tipo de tese coletiva: a língua falada no Brasil é de fato a língua portuguesa, a qual apresenta variações regionais, sociais, individuais. Os fatos dialetais devem ser estudados e devem estar na base de qualquer evolução linguística; todavia, por sua própria situação, podem e devem se desfazer na medida em que se consolida a unificação da língua comum. A língua escrita é essencialmente a língua padrão, culta. A canônica gramatical, entretanto, é passível de crítica, por pretender uma fixidez de um lado e uma exclusão de variedades e possibilidades de outro, mas, nesse caso, o defeito não é do instrumento, mas de quem

está encarregado de ensiná-lo⁵⁶. No mais, ele acrescenta que não parece haver razões ponderáveis para se abandonar a norma gramatical legitimada em favor de uma norma calcada no dialetismo “cuja generalidade está por ser apurada, mas cuja característica é sua pobreza, de vária natureza, em correlação com a limitação cultural de que é expressão.”(Houaiss, 1960, p. 129).

O debate formulado na década de 1950 ainda referia àqueles firmados cerca de um século antes. Isso porque diversos pontos das discussões ainda permaneciam em causa. Note-se que são da década de 1940 o acordo ortográfico do português do Brasil, bem como o debate acerca da denominação da língua nacional. Foi em janeiro de 1941 que Cassiano Ricardo defendeu, frente à Academia Brasileira de Letras, um projeto pleiteando a separação absoluta dos idiomas falados no Brasil e em Portugal e o reconhecimento imediato de uma língua brasileira, “destino de um povo livre e independente”. E essa tentativa de oficializar a língua brasileira repercutiu na imprensa, tornando-se motivo de intensa discussão entre os intelectuais da época. Isso mostra que, naquele momento, as questões da língua ainda eram matéria de debate político, sociocultural e, evidentemente, linguístico.

Por fim, levando em conta o quadro geral, em que se esboçam mais de um século de exposições de razões em defesa da autonomia linguística do Brasil ou, de outra parte, em defesa da unidade da língua portuguesa, podemos observar que em todo o tempo foram asseguradas as condições de produção e reprodução da língua legitimada (a portuguesa), pela sustentação das hierarquias linguísticas, que manifestam a hegemonia de grupos ou segmentos sociais. Nesse concerto, não há língua brasileira,

⁵⁶ Note-se que Houaiss trata exclusivamente das variações na língua de pessoas cultas. Nesse caso, ele cita como exemplo a construção brasileira “Tenho lhe dito” por oposição a “Tenho-lhe dito”, preferida em Portugal.

mas um português fragmentado – em *dois (ou três)*⁵⁷ – o de *lá*, o de *cá*, e *esse outro*, chamado *errado e errante*, que segue partilhando, de forma desigual, os espaços sociais.

⁵⁷ Nessa observação, lembramo-nos do estudo de Virginia Matos Silva, “O português são dois”, que aborda o problema da disparidade entre fala e escrita no Brasil atual e recupera fatos históricos que envolvem a questão.

CAPÍTULO III

A cidade **TRANSFORMADA**

*As coisas não querem mais ser vistas por
pessoas razoáveis:
Elas desejam ser olhadas de azul –*

Manoel de Barros, “Uma didática da invenção”

Essas discussões mais abrangentes sobre normatização, identidade e unidade linguísticas, apresentadas nas seções anteriores, formam um quadro de referência importante para compreensão e análise da intrincada relação língua-sociedade nesse cenário brasileiro singular: a *Pauliceia oitocentista*.

Neste capítulo, discutimos alguns elementos de configuração da sociedade paulista, enfocando o difuso processo de urbanização e adensamento populacional, no decurso do século XIX. Com o fim de traçar um panorama das transformações operadas nesse espaço urbano, recuperamos duas imagens-sínteses¹ acerca da cidade – “*burgo de estudantes*” e “*metrópole do café*” – construções simbólicas concebidas de forma

¹ O artigo *Imagens de São Paulo: Estética e Cidadania*, de Bresciani (1999), é o nosso ponto de partida para leitura do tecido urbano. A autora propõe que as cidades carregam sobre si sucessivas camadas de resíduos de tempos passados, “materiais da memória” que se associam e convivem com outras memórias diversas, fragmentadas, de modo a constituírem, em conjunto, uma imagem, uma ideia, ainda que difusa, do ambiente urbano. Ideia que se constrói na sobreposição de temporalidades diversas: “o tempo mensurável dos trajetos, dos obstáculos a serem superados, da distância entre casa e trabalho” e “um outro tempo, cuja textura se compõe de transmissões de memórias, conjunto de recordações coletivas e pessoais” (p. 12). Essas considerações de Bresciani suscitam indagações – discussões antigas – no tocante às relações entre história, memória, historiografia e construção de identidades. Trazendo à superfície conceitos complexos, associados à sobreposição de leituras e interpretações que se faz do espaço urbano, para e pelos sujeitos que de algum modo estão ligados a ele, e ao modo como as memórias diversas – “monumentos, prédios, traçados de ruas, costumes, atos de bravura, percursos, lutas e confrontos, tardes de domingo, trabalho na fábrica e na oficina de costura [...] mitos, lendas, recordações, projeções utópicas [...]” (p. 45) – conjugam-se na composição de uma “imagem-identidade” da cidade, a historiadora suscita outras tantas problemáticas, relacionadas ao modo como essas imagens são concebidas, de forma dinâmica, no interior dos processos históricos, políticos, econômicos e socioculturais, por vezes forjadas para atender interesses específicos.

Nesse capítulo, procuramos discutir duas dessas imagens-sínteses, formuladas, bem sabemos, enquanto expressões do pensamento das elites paulistas.

dinâmica no interior de diversificados processos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais (cf. Bresciani, 1999).

Na segunda parte do capítulo, analisamos as atuações dos integrantes do grupo de intelectuais republicanos paulistas (cf. capítulo 1-*seção 4*), para melhor compreender o modo como suas ideologias e orientações políticas influenciaram suas práticas linguísticas. Nessa direção, interrogamos sobre as possíveis relações entre língua e regionalismo político e econômico substanciado, nesse ambiente, sob a forma da “ideologia da paulistanidade”².

1. Do burgo de estudantes à metrópole do café

Nos relatos de viajantes e memorialistas, a São Paulo da metade do século XIX aparece retratada como a acanhada cidade dos estudantes. Augusto Emílio Zaluar, em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1860), propõe que a cidade era monótona, mesmo em seus dias de festa: em lugar do sorriso jovial, a tez taciturna e reservada “*como uma beata que vai à missa das almas com o rosto escondido na mantilha e as contas do rosário a aparecerem por baixo das rendas de um mantelete de seda.*” (p. 196).

² Entendemos *paulistanidade* conforme definido por Cerri (1998, p. 24): “ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao estado (numa operação de homogeneização, ao nível das ideias, de seus habitantes, e consequentemente excluindo outras identificações primordiais que não a regional), ao mesmo tempo em que institui uma série de valores e características como próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação através do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista”.

Outros historiadores, tais como Moutinho (1991), apresentam definições similares para esse termo, empregado, inicialmente, por Alfredo Ellis Junior, em *Nossa Guerra*, com fim de adjetivar o sentimento que levou os paulistas à guerra civil de 1932.

Para Zaluar, essa beata pobre e sonolenta tinha dupla fisionomia: a capital da província e a faculdade de direito; o burguês e o estudante; a sombra e a luz; a estacionalidade e a ação; a desconfiança de uns e a expansão de outros; e para concluir, uma certa monotonia personificada na população permanente e as audaciosas tentativas de progresso na população flutuante.

A impressão do viajante, portanto, era a de que a São Paulo tradicionalmente desconfiada e triste, mantinha-se viva pela Faculdade de Direito:

A mocidade acadêmica imprimi à povoação, durante a sua residência nella, uma espécie de vida fictícia, que, apenas interrompida [por ocasião das férias], a faz recahir, por assim dizer, no seu estado de habitual somnolencia (op. cit., p. 195).

E mais adiante, acrescenta:

Os habitantes da cidade e os cursistas da academia são dous corpos que se não combinão senão produzindo um precipitado monstruoso. Formão uma mistura; porém, continuando a servir-nos de uma comparação chimica, nunca poderão realizar uma verdadeira combinação. No em tanto, a pezar de toda esta diversidade de pensamentos, de hábitos e costumes que caracteriza os dous ramos da população da capital, é esta uma das condições infalliveis da sua prosperidade. Tirem a academia de S. Paulo, e esse grande centro morrerá inanido. Sem lavoura, sem industrias montadas em grande escala, a capital da província, deixando de ser o que é, deixará de existir (op. cit., p. 204).

Dessa forma, Zaluar fixa a noção de que São Paulo não era maior que a Academia, com seus estudantes incluídos. A ideia vai se firmando nos estudos historiográficos. Ernani Bruno, quase um século depois, ao caracterizar a cidade, define o lapso do tempo que vai de 1828 a 1872 como *burgo de estudantes*. Nisso o historiador recupera as impressões não somente de Zaluar, mas também de John Codman, em *Ten Months in Brazil*, Hadfield, em *Brazil and the River Plate in 1868*, entre outros, para defender o argumento central de que a Academia e seus estudantes formaram o motor

que animou o burgo, afastando-o do estado de dormência. A imagem concebida e cultivada se forma principalmente com base no valor social atribuído ao grupo, todos reconhecidos pela inteligência e muitos pelo nome de família. Em presença dos (futuros) bacharéis, se descarta ou minimiza o papel desempenhado pelos outros sujeitos que também habitavam a cidade, ou seja, a imagem do “burgo de estudantes” recobre a memória sobre os demais.

Do paulista, a historiografia tradicional traça o caráter desconfiado, pouco sociável, ameno, franco; delineia a fala descansada e marcada por um sotaque muito particular; denuncia os hábitos reclusos, a falta de ambição, o apego aos costumes rotineiros³. Mas é preciso indagar-se a respeito das ações desses outros sujeitos, numericamente mais expressivos do que a população transitória de estudantes. O modo de ser paulista – suas tradições, língua, cultura – chocava-se com o ritmo dos acadêmicos?

Bem sabemos que quando os constituintes de 1823 se perguntaram se era adequada a instalação da faculdade de direito em São Paulo, houve objeção à língua desse povo, de tal modo acoimada de ruim e incorreta, que se temiam seus efeitos sobre a fala dos estudantes. Assim, há motivos para questionarmos, inclusive, o lugar dessa *língua ruim* nesse burgo de estudantes. Se, conforme propõe Amadeu Amaral (1920), o dialeto caipira estava espalhado pela província, influenciando até mesmo a minoria culta, resta indagar se os futuros bacharéis, vindos das mais diversas regiões do Brasil, teriam sofrido a influência dessa variante do português brasileiro, assim como das rotinas sonolentas dessa cidade, ou se, contrariamente, somente os bacharéis produziram

³ Vale notar que nas descrições de Zaluar, o caipira é traçado como preguiçoso: “*se não anda nas suas aventurosas excursões, encontrá-lo-eis sentado à porta do lar, fumando o seu cigarro de fumo mineiro, e olhando o seu cavalo, que rumina tão preguiçoso como ele, a grama da estrada*” (op. cit., p. 73).

efeito sobre o burgo, forçando, desde cedo, o acantonamento daquela fala considerada ruim.⁴

Ora, o fato de a historiografia privilegiar a ação de alguns grupos, como o de estudantes, frente aos “*caipiras*”⁵, tem como consequência cabal a valorização, ainda que indireta, das experiências vividas pelas classes dominantes, frente às parcelas escravizadas, empobrecidas, não escolarizadas. Assim, não é exagero propor que a ênfase nas ações dos estudantes, bacharéis e intelectuais paulistas, e a visibilidade conferida à produção escrita desses sujeitos, sem a explicitação dos mecanismos sociais e políticos que lhe conferem valor, operam como instrumentos de reprodução (nos termos de Bourdieu, 2008), contribuindo para constância e difusão da norma linguística e para conseqüente desvalorização das demais variedades, minoradas nos estudos científicos, assim como são menosprezados os sujeitos que as utilizam⁶.

Voltando às questões relativas à cidade, é preciso dizer que a velha São Paulo, traçada nos estudos historiográficos (Taunay, 1953; Bruno 1953; Morse, 1970, entre outros), é, além de parva, essencialmente pobre. Tal interpretação tem como postulado a oposição entre a cidade crescida e opulenta construída pelo café e a pobreza paulistana nos idos do ciclo do açúcar. No recorte proposto, a cidade de meados do *oitocentos* ficara estacionada no modelo colonial.

Na direção contrária, alguns estudos como o de Lucília Araújo (2006), ao compor o panorama das atividades econômicas em São Paulo, evidenciam que algumas famílias paulistas vinham acumulando riquezas desde o século anterior, a partir de

⁴ Voltaremos à questão da língua na última parte deste capítulo.

⁵ Aqui observados como indivíduos naturais ou habitantes de São Paulo, especialmente os de origem rural.

⁶ Consideramos, aqui, a grande quantidade de estudos historiográficos e sociológicos que tratam direta ou indiretamente desse grupo.

atividades ligadas à produção de açúcar, ao comércio, ao estabelecimento de créditos, empréstimos, etc. De acordo com a análise dessa historiadora, concentrada no período entre 1800 e 1850, os paulistas construíram desde cedo uma infra-estrutura agrária e urbana, incluindo abertura de estradas, calçamento, construção de prédios e etc. Nessa esteira, a autora vai traçando o adensamento da cidade ainda no século XVIII:

Uma das primeiras medidas do governador Morgado de Mateus (1765-1777) foi normalizar o abastecimento de gêneros na cidade. Para isso, determinou a instalação de um mercado local vinculado à Câmara, denominado “Casinhas”. Este esquema funcionou com poucas alterações até meados do século XIX, época da criação do mercado municipal. Várias obras do governador Lorena, do fim do século XVIII, dariam novo perfil urbano à cidade de São Paulo: a construção do quartel, o calçamento de ruas, o chafariz do Largo da Misericórdia, a reconstrução da ponte do Anhangabaú e a construção da ponte do Lorena. Na gestão anterior, o capitão-general Francisco Cunha Meneses (1782-1786) fizera o calçamento das ruas da cidade, aterrara a várzea do Carmo, para acesso ao Brás, abriu a Rua da Constituição e construiu a Câmara e Cadeia. O governador seguinte, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça criou o Jardim Botânico, na Luz; instituiu uma grande feira anual conhecida como Feira de Pilatos; construiu o Hospital Militar e organizou o sistema de correios entre Santos e a capital. No limiar do século XIX, a cidade de São Paulo já possuía um princípio de organização urbanística (Araujo, 2006, p. 31-32).

O estudo de Araujo se alinha, dessa forma, a outras pesquisas produzidas nas últimas décadas, como o de Maria Luiza Marcílio (1974), que sinaliza o aumento da demografia e da renda per capita entre o 1765 e 1836, e de Elizabeth Darwiche Rabello (1972), que dá conta do crescimento do comércio e da ascensão dos comerciantes na sociedade paulista ainda na primeira metade do XIX.

Há de mais importante na tese de Araujo o apontamento de três grupos “detentores de riqueza” em São Paulo formados por: A - indivíduos muito ricos que, tendo acumulado riqueza mercantil, reinvestiam em engenhos das novas áreas agrícolas; B- negociantes, agricultores e funcionários bem sucedidos, “um misto de elite econômica e cultural” (p. 210), médios negociantes de atacado que ofereciam crédito

para o terceiro grupo; C- camadas médias, responsáveis pelas lojas de secos e molhados, agricultores e artesãos, burocratas da cidade e profissionais liberais.

Mas a infra-estrutura e a acumulação e produção de riqueza até as primeiras décadas do XIX não equivalem às mudanças processadas na segunda metade do século, especialmente nas duas últimas décadas.

A produção cafeeira, iniciada ainda na terceira década do XIX, se expandiu e, na década de 1850, dividindo espaço com a produção de açúcar, já despontava na pauta de exportação pelo porto de Santos (cf. Ellis Junior, 1979). Na década de 1860, com o auxílio do capital inglês, a região produtora do Oeste Paulista, por meio da ferrovia, foi ligada ao litoral. Em 1867, com a inauguração do trecho Santos-Jundiaí, resolvia-se o problema do transporte, anteriormente realizado em lombos de burros, pelas tropas de muares. A partir daí os fazendeiros paulistas passaram a investir na modernização da lavoura, procurando mecanizar os processos de beneficiamento, assumindo os empreendimentos ferroviários.

O sucesso da economia cafeeira desencadeou uma série de mudanças na província. A cidade de São Paulo vai se transformando, consolidando-se como ponto central no trânsito das importações e exportações. Pelas palavras de Ernani Bruno, a cidade ascende à posição de *metrópole do café*. Essa nova imagem se forma com base na ideia de que a riqueza gerada pelo café foi suficiente para provocar profundas alterações na cidade. Desse modo, a imagem-síntese não somente exprime as mudanças operadas na cidade, como também prenuncia sua principal causa. Contudo, de certa forma, promove o obscurecimento de iniciativas de menor porte e, por vezes, o total apagamento do papel desempenhado por alguns grupos sociais menos ligados ao café.

Novamente sobra lugar para as indagações a respeito dos caipiras mornos e retraídos, falantes do português *ruim*, na São Paulo transmutada.

Apesar das divergências quanto à datação dos apontamentos de mudanças operadas na cidade em períodos anteriores, a historiografia vem evidenciando que as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que incidiram sobre São Paulo tiveram seu ponto de inflexão em 1870, quando a transição da sociedade rural e provinciana à sociedade urbana adquire maior visibilidade. Trata-se de um momento realmente singular, como enfatiza Eurípedes Simões de Paula (1958), em seu clássico artigo *Segunda Fundação de São Paulo: da pequena cidade à metrópole de hoje*. Nessa conhecida periodização, o ano de 1872 constitui-se em linha limítrofe entre a pequena urbe e a cidade transformada. É nesse ano, no início do governo de João Teodoro, que o processo de urbanização caminha acelerado, com a inauguração da estrada de ferro Jundiaí-Campinas, instalação de lampiões a gás, formação da Companhia Cantareira de Água e Esgoto, linhas de bondes etc. A partir daí, e entrando pelo século XX, a cidade vive sua efetiva modernização. Os olhares reflexivos de memorialistas e viajantes, tocados pelas mudanças, denotam o contraste entre o velho e o novo. Neles, a cidade se mostra transmutada pelo imperativo do progresso sem limites, materializado e internalizado no espaço urbano (Brefe, 1993, p. 12). Não é sem motivo que Afonso Schmidt, em *São Paulo dos meus amores*, formula a nova cidade a partir de uma antítese:

Em 1897, São Paulo já não era a cidade descrita por Álvares de Azevedo: ‘Aqui o céu tem névoas, a terra não tem verdura, as tardes não têm perfume. [...] em 1897, São Paulo já era uma bela cidade. Os trens do Rio de Janeiro chegavam à Estação do Norte, os de Santos e do interior à Estação da Luz, os bondinhos de burros tragavam pelas ruas principais. (Schmidt, 1954, p. 13)⁷.

⁷ Brefe (1993) chama a atenção para este relato.

A ensaiada metáfora da nova “fundação” de São Paulo, geradora de diversos debates, não é, portanto, gratuita, mas motivada pelas sensíveis distinções entre a velha e a nova urbe. Assim, ainda que a transformação da cidade de São Paulo seja um processo contínuo e permanente, na década de 1870 essas mudanças adquiriram outra visibilidade.⁸

Ainda sobre as mudanças da cidade, Saes (2004) evidencia que, ao final da década de 1880, São Paulo contava com diversas atividades econômicas. O comércio somava mais de quinhentos armazéns de secos e molhados, mais de cem açougues, diversas padarias, restaurantes, hotéis, botequins e estabelecimentos atacadistas. Havia, ainda, oito bancos, fábricas de algodão, fósforos, chapéus, olarias, serrarias, além da Companhia Antártica Paulista, especializada em banhas e suínos. Multiplicam-se, por esse tempo, os advogados (58), médicos (40), engenheiros (8), dentistas (10) e redatores de jornais (14).

Empresas nacionais, como a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo e a Prado, Chaves & Cia, de grande peso no comércio varejista e atacadista de bens de consumo, passam a dividir espaço com estrangeiros de várias partes do mundo. Já no final do século os ingleses instalaram a fábrica da Casa Clark no bairro da Mooca, os franceses trouxeram a Livraria Genoud, os suecos, a casa Holmerg, Bech & Cia., entre outros (cf. Deaecto, 2002). De acordo com os apontamentos de Flavio Saes (1986), desde a década de 1850, São Paulo contava com a Caixa Filial do Banco do Brasil. No decorrer do século, surgem diversos outros bancos, inclusive estrangeiros.

Isso, sem dúvida, são os símbolos de modernização muitas vezes erguidos na historiografia, apagando os outros lados da cidade modernizada. Ora, São Paulo

⁸ Conforme propôs a Profa. Dra. Esmeralda Blanco Bolsanaro de Moura, em aula do curso de História Econômica (FFLCH/USP), ministrado no segundo semestre de 2007.

também abrigava becos, cortiços, casebres, bem como as populações que os habitavam. Conforme propõe Ferreira dos Santos (1998), as constantes mudanças vivenciadas pela pauliceia, evidenciadas por memorialistas e viajantes, muitas vezes refletem apenas um lado de uma transformação que é, essencialmente, dual: reflete o objetivo de remodelação da cidade nos padrões europeus – questão relacionada ao ideário de trabalho “civilizado” e “branqueamento” – e manifesta a existência, por vezes resistência, daqueles que, por se diferenciar do modelo urbanístico e sociocultural a ser implantado, foram descritos como desqualificados (op. cit., p.69).

Os olhares dos memorialistas, viajantes e fotógrafos se fixaram nos bairros elegantes da cidade, considerados o coração de São Paulo, isso porque os registros, ou parte deles, buscaram notar semelhanças entre São Paulo e a Europa, aspecto muito enfatizado em alguns relatos (cf. Ferreira dos Santos, 1998). Nesta linha, os que descreveram os cortiços, por exemplo, o fizeram somente para desqualificá-los, requerendo sua destruição, em nome da “reputação” da “querida cidade”. Nesse caso, *“palavras como civilização, progresso, prosperidade, modernização, europeização confundem-se com especialização dos espaços e exclusão...”* (Ferreira dos Santos, 1998, p. 73-74, grifo nosso). Para esse historiador, houve um movimento consciente para o apagamento dos traços identificadores dos nacionais pobres que subsistiram em São Paulo – em suas edificações, ruas, árvores, casas, praças, igrejas, costumes, hábitos.

Fraya Frehse (2005) também indica que a cidade de fins do Império carrega em si o encontro desencontrado entre o passado e o presente escravista e patriarcal: no espaço da cidade coexistem atividades sociais modernas, tais como *novos serviços de infraestrutura urbana*, e antigas, como o depósito de dejetos fecais nas vias públicas, os banhos e lavagem de roupas nas várzeas dos rios, etc.

Está claro que o processo de transformação da cidade não implicou somente o espaço construído. Envolveu, sobretudo, o conjunto de atores que, direta e indiretamente, foi responsável pela produção desse espaço (cf. P. Pereira, 2002, entre outros).

É importante o fato de que, para além da “alvenaria burguesa”⁹, diversas formas de sociabilidades configuraram a fisionomia citadina (Kogurana, 1999). O grande fluxo de imigrantes provocou expressivo crescimento populacional da cidade, sobretudo na virada do século, momento decisivo, em que a população ultrapassa 260.000 pessoas.

São, portanto, sujeitos diversos que ocupam esse quadro transformado – quer o espaço tangível e contíguo, destinado a uma diversificada população, quer os espaços criados a partir da lógica rentista (P. Pereira, 2002), quer o espaço social. Nas palavras de Maria Izilda Santos de Matos:

[...] a expansão urbana e capitalista dos finais do século XIX trouxe o aparecimento da noção de rentabilidade, eficácia do trabalho em todos os domínios, inclusive no espaço interior, destacando a importância da limpeza e da higiene para a saúde e bem estar da família. Nesse foco, a casa aparece como o centro do mundo, a partir do qual a cidade cresce e se constrói em várias direções: o quintal, o terreiro, a rua, o bairro, o rio e a várzea (espaço de secar a roupa, de jogar futebol, de acampar, de pescar lambari com peneira). (Matos, 2002, p. 44-45)

No embaraço das múltiplas sociabilidades, se vêem, à janela, mulheres sentadas para costurar, descascar legumes e conversar; crianças bulindo com os passantes, moças flertando nas soleiras. Através da janela, a casa e a rua se misturam, o público e o privado se interpenetram (Matos, op. cit.).

Na rua, principal refletora desse amplo quadro de mudanças e consequentes tensões, o burburinho que se ouve é plurilíngue. Vem de homens, mulheres e crianças

⁹ Expressão do arquiteto Carlos Lemos, 1983(apud Pereira, 2002, p. 3)

de nacionalidades diversas, de grupos distintos; vem do comércio, dos bondes, dos animais, dos pregões, das cançonetas, etc. A cidade transformada é, portanto, a cidade dobrada, assentada sobre si mesma (cf. Bresciani, 1996), recortada e preenchida em suas brechas, recoberta por personagens variadas – o novo e o velho – entre elites, grupos intermediários, trabalhadores, desempregados, transeuntes, passantes, moradores, etc. É esse redimensionamento social que leva Moreira Pinto (1979[1900]) a dizer surpresa:

São Paulo, quem te viu e quem te vê! Não passavas naqueles tempos de uma pobre aldeia, completamente segregada do Rio de Janeiro. Fazia-se a viagem por mar até Santos e daí pela estrada de ferro até o alto da Serra do Cubatão. Tinhas então em tuas ruas sem calçamento, iluminadas pela luz bala e amortecida de uns lampiões de azeite, suspensos a postes de madeira; tuas casas, quase todas térreas, tinham nas janelas umas rótulas através das quais conversavam os estudantes com as namoradas; os carros de bois guinchavam pelas ruas, sopesando enormes cargas e guiados por míseros cativos, que empunhavam compridas varas com um ferrão na ponta [...]. (Moreira Pinto, 1979 [1900], p.7, grifo nosso).

E encaminhando essa descrição singular, o autor apresenta uma nova São Paulo:

Está V. Ex. completamente transformada, com proporções agigantadas, possuindo opulentos e lindíssimos prédios, praças vastas e arborizadas, ruas todas calçadas, percorridas por centenaes de pessoas, por faustosos e ricos trens tirados por soberbas parelhas de cavallos de raça e cortadas por diversas linhas de bonds; bellas avenidas, como a denominada Paulista [...], com uma população alegre e animada, commercio activissimo, luxuosos estabelecimentos bancários, centenaes de casas de negócios e as locomotivas soltando seus sibilos progressisas, diminuindo as distancias e estreitando em fraternal amplexo as povoações do interior (Moreira Pinto, 1979 [1900], p.10, grifo nosso).

Entre os “ruídos” da cidade depreende-se facilmente a voz da imprensa, muito estabelecida no interstício do público e privado. As folhas diárias ou domingueiras, os almanaques, as revistas, produzidas no espaço público, tornam-se mais presentes, reproduzindo suas ideologias próprias, difundindo seu discurso. Conforme propõe Cruz (1994, p. 12), jornais e revistas projetavam sobre a cidade as

demandas de diferentes grupos sociais, tornando mais visível o processo acelerado de ocupação/invenção dos espaços públicos da metrópole em formação. Nesse processo, a imprensa em expansão, apresentando-se como importante suporte documental, mostrava-se, ela mesma, como faceta cultural importante da formação/transformação da vida urbana.

Isso certamente não significa que o jornal estava face a face com a população da época. Heloisa Cruz (op. cit.) já mencionou que, apesar da expansão da imprensa entre o final do XIX e início do XX, é sempre difícil apreender, nessa complexa rede de sociabilidades, os circuitos de difusão dos periódicos. O que reiteramos, embora desnecessariamente, é que essa imprensa tem face dupla, porque não é passiva. Ela altera o curso da cidade, e a cidade, nas suas múltiplas facetas, altera seu curso.

Paradoxalmente, considerando o fato de que a imprensa sempre esteve nas mãos de uma elite cultural, poderíamos acusar, nesse duplo, uma via de mão única. Contudo, a transformação da cidade inclui também a popularização da cultura letrada. No início do século XX, São Paulo conta com periódicos endereçados a todos os públicos. A imprensa deixa de ser espaço exclusivo da elite masculina-branca-letrada e passa a englobar, ainda que de forma esparsa, os jornais destinados aos negros, e às mulheres, e aos operários etc. (cf. Sodré, 1983; Cruz, 1994), além, evidentemente, da importante imprensa imigrantista.

Nesse caso, é necessário dar importância para o fato de que essa imprensa popular não promove, necessariamente, a aproximação entre o “povo” e as elites. O diálogo travado a partir da expansão da imprensa se estabelece nas (e pelas) diferenças.

Na disputa pelos espaços, a tradicional elite letrada, redatora e fundadora da “imprensa burguesa”, passa a afrontar a disposição dessas publicações populares,

desqualificar seu uso linguístico, subverter sua intenção, visando assinalar sua distinção em relação às demais. Na outra via, parte dessa imprensa popular, notadamente a imprensa operária de feição anarquista, emerge como imprensa de combate e de denúncia, debatendo, entre outras questões, os fundamentos da norma linguística e propondo as vantagens da simplificação ortográfica e da escrita fonética, sobretudo para facilitar o acesso da população plurilíngue ou menos letrada à escrita¹⁰. Segundo Cruz (1994:201), essas mudanças, adotadas na escrita dos jornais operários, alcançaram, além da Academia Brasileira de Letras, importantes compêndios gramaticais da época¹¹.

Nas relações de força entre os grupos, ficam expostas as estruturas de produção linguística, enquanto relação de força simbólica, nos termos de Bourdieu (2003, p. 144-152). Nesse processo, a imprensa dominante e considerada legítima impõe sua língua e seu modo de dizer, apresentando-se como único emissor autorizado, para relembrar ao outro (no caso aos autores da imprensa vulgar) essa autoridade, fazendo-o crer que ela de fato existe¹².

Encerrando esse quadro, reiteramos somente que, para além da descrição propriamente dita, importa a apreensão do fenômeno social, ou seja, a observação de que as transformações operadas em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, resultaram na modificação de diversos processos sociais, pela ação efetiva dos diferentes sujeitos que a habitavam; deu-se em consequência a alteração definitiva da imagem identificatória da cidade.

¹⁰ Sobre essas questões, ver Cruz (1994).

¹¹ Sobre a imprensa operária ver especialmente os jornais *O Amigo do Povo* de 03/09/1904 e *A Terra Livre* de 18/08/1907(notas de Heloísa Cruz, 1994, p, 207).

¹² Vale lembrar que, segundo Bourdieu (2009, entre outros estudos), a estrutura de relação de produção linguística é uma relação de *força simbólica*, baseada numa relação de autoridade-crença.

2. Paulistas na pauliceia: entre intelectuais, fazendeiros e ideologias

Se abandonarmos as estatísticas e as interpretações generalizantes, nos restarão as interrogações sobre o lugar ocupado pelos sujeitos na sociedade transformada e sobre o desdobramento de suas ações no cotidiano da cidade. Para os efeitos de nossa pesquisa, focalizamos, entre as muitas faces cidadinas, no conjunto dissimétrico da população crescida, alguns aspectos das experiências sociais e políticas vivenciadas por sujeitos pertencentes a dois grupos distintos: o seletivo e heterogêneo grupo de intelectuais republicanos paulistas e os imigrantes portugueses (tratados no capítulo 4).

2.1 Em presença dos intelectuais

O exame das transformações sociais e econômicas processadas no século XIX e início do XX conduz alguns historiadores à conclusão de que a expansão cafeeira e o desenvolvimento urbano converteram fazendeiros em empresários (cf. Viotti da Costa, 1999, entre outros): no *oitocentos*, os senhores agrários diversificaram suas atividades, passando a atuar fora do contexto econômico da lavoura, associando-se a novas empresas e, especialmente, ao comércio¹³. Esse fato social e econômico contribuiu para as mudanças políticas consolidadas no final do século. Isso porque, no horizonte amplo de vigência do regime monárquico, as novas elites “acumuladoras de capital” passaram a assumir atitudes mais progressivas, impulsionando os ideais republicanos.

¹³ O fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, em 1850, também é um fator decisivo nesse período, já que liberou o capital até então empregado na aquisição dessa mão-de-obra, impulsionando ainda mais o desenvolvimento de novas atividades econômicas. Com isso, a organização hierárquica da sociedade, ainda que timidamente, passou a sofrer alguma alteração (cf. Viotti da Costa, 1999).

Em meio às agitações e conflitos que percorreram o Segundo Império, as disposições políticas dos senhores agrários não se mostraram homogêneas. As ações mais progressistas encontraram adeptos somente nas áreas de maior produtividade, lugar em que a acumulação de capital corria acelerada. “Os fazendeiros das regiões decadentes assumiram frequentemente atitudes mais conservadoras, apegando-se aos antigos sistemas de produção e formas de valores da sociedade tradicional.” (Viotti da Costa, 1999, p. 260, com base nos estudos de Nogueira, 1954). Apesar disso, com o latifúndio e a exportação de produtos tropicais na base da economia nacional, a força dos conservadores começa a se desvanecer.

É importante notar que até meados do XIX, as estruturas de poder do velho regime – escravismo, dominação senhorial, forma monárquica – eram, conforme propõe Alonso (2002), “uma espécie de senso comum da elite, percebidas, ambas, como ordem natural das coisas. Expressava o espírito do regime, a essência do modo médio de pensar, encarnado nas práticas sociais e nas próprias instituições políticas” (op. cit., p. 52). Nessa interpretação comum, a urbanização e o fim do tráfico de escravos são os elementos que deflagram o descompasso entre o poder político e o poder econômico. A consequência mais direta desse descompasso é o abalo da ordem estabelecida: os governantes ficam obrigados a escolher entre a manutenção da estrutura de poder e a expansão da economia e desenvolvimento da sociedade.

Por essa época, período singular, muitas vezes reconhecido na historiografia como “tempo Saquarema” (nos termos de Rohloff de Matos, 1987)¹⁴, apesar da

¹⁴ Matos (1987) levanta a hipótese de que, no século XIX, o grupo conservador, conhecido como Saquarema, imbuído pelas idéias liberais, importadas de uma Europa “civilizada”, produziu e estabeleceu no Brasil um Estado Imperial, assim como uma classe senhorial.

Nessa análise, o autor traz para o primeiro plano não somente os problemas sociais e econômicos do Brasil, mas os conflitos políticos que marcaram a época, evidenciando o modo como os Saquaremas procuraram produzir um Estado Imperial forte, centrado na figura do imperador, cujo principal papel seria

admissão, ainda que parcialmente, da nova sociedade na vida política da nação, e das propostas de extinção de parte dos obstáculos que se levantavam nos planos jurídico e político, especialmente no tocante à legislação comercial e ao problema da imigração, as reformas executadas entre as décadas de 1860 e 1870 se restringiram ao que se chamou “modernização conservadora”, operada de cima para baixo, sem implicar qualquer ação efetiva que ferisse a ordem estabelecida nas décadas anteriores (conforme Alonso, 2002; Viotti da Costa, 1999; entre outros). As estruturas das instituições políticas perpetuavam o mecanismo de restrição à cidadania e à ascensão social, mantendo o *status quo* imperial (Alonso, op. cit.).

Nesse quadro, é essa incapacidade de lidar com a nova ordem social que dá lugar às dissensões políticas. Com efeito, o crescimento das elites letradas, associado sempre ao surgimento de novas elites econômicas, move o espaço de debate, porque inclui outras camadas da sociedade (Alonso, 2002; Viotti da Costa, 1999). Mas é importante observar que, para alguns historiadores, essas disputas não surgem na forma de uma efetiva oposição de classes. Segundo Viotti da Costa (1999, p. 261; entre outros), a oposição entre burguesia e aristocracia, setores urbanos e setores rurais, que caracterizaram outras sociedades, não se manifestou com a mesma agudeza no Brasil. Os conflitos, no caso brasileiro, ficaram mesmo circunscritos ao campo de luta entre iguais: setores agrários decadentes *versus* setores agrários em ascensão.

o de confirmar os ideais liberais de ordem e civilidade. Note-se que, segundo Matos, “manter uma Ordem não significava, unicamente, prevenir ou reprimir os diferentes crimes públicos [...] E nem apenas forjar, em alguns casos meramente copiar, um conjunto de instituições políticas, administrativas, judiciárias e, de outra natureza, velando pelo seu correto desempenho. Manter uma Ordem significava, efetivamente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos [...]. Significava, ainda, garantir a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da Coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e políticas e da dominância do capital mercantil. Significava ainda mais; o monopólio da responsabilidade pelo Soberano [...], preservar a integridade territorial do Império, embora preservando as diversas regiões e a preponderância da região da agricultura mercantil-escravista[...]”. Significava reproduzir um mundo hierarquizado, em que cada pessoa tem um lugar e um papel social definido (op. cit., p. 281-2).

Os intelectuais, nesse contexto, desempenharam um papel político importante, mas não de oposição ao patriarca: compondo o grupo de fazendeiros ou ligados ao setor agrário por laços de família ou de amizade, assumiram, mormente, o papel de seu representante:

O melhor testemunho da atitude dos bacharéis é dado pelo comportamento dos intelectuais.[...] Localizando suas atividades nos centros urbanos mais importantes, onde o contato mais íntimo com a cultura europeia e com a vida urbana lhes dava relativo distanciamento da realidade rural, opunham-se, às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio, a escravidão; preconizavam métodos de ensino mais modernos. Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela. Alguns vivendo nas cidades que se modernizavam rapidamente tenderiam a não ver a realidade mais ampla que estava atrás das fachadas modernas e das instituições políticas importadas, esquecendo-se de que o sertão ainda governava o país (Viotti da Costa, 1999, p. 262).

Na formulação crítica de Viotti da Costa (1999), esse grupo, inserido nesse universo sociocultural contraditório, falava em nome do povo e dos pobres, ao mesmo tempo em que se mostrava incapaz de se aproximar das massas rurais – formada por escravos e por imigrantes recém-chegados. Desse comportamento, decorrem as limitações de sua proposta reformista e a ineficácia de suas atuações, algumas vezes restritas ao verbalismo incipiente.

Parte dos estudiosos, entretanto, destacadamente Gilberto Freyre, atribui maior importância ao papel desempenhado pelos bacharéis na luta contra as elites dominantes. Segundo Freyre, a ascensão dos bacharéis e dos mulatos constituiu-se um fator antagônico à manutenção da sociedade patriarcal. Nesse caso, “o bacharel, magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia seria, na luta de quase morte entre a justiça imperial e a do *pater familias* rural, o aliado do governo contra o próprio Pai ou

o próprio Avô” (Freyre, 1977). Mas, ao que parece, essa ruptura radical, delineada por Freyre, não ocorreu de fato. Nas palavras de Sergio Adorno (1988), as ações políticas dos intelectuais bacharéis – formados para atuar nos órgãos centrais e regionais de governo, muitas vezes ocupando altos cargos na estrutura de poder do Estado –, percorreram outros caminhos: “[...] os bacharéis agiram no sentido de promover a homogeneização dos estratos sociais de que eram originários.”

Com a implantação da República, as relações entre os intelectuais e as elites econômicas não sofreram grandes alterações. Segundo Nunes Leal (1975), esse consórcio entre o patriarca e o bacharel, foi somente substituído pela aliança entre este e o coronel:

A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou, por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidade de comando e educação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados dos coronéis (Leal, 1975, p. 22).

Na leitura de Viotti da Costa (1999), essa “filiação” sucedânea se formulou como um compromisso tácito entre os homens “europeizados” dos salões e cafés do Rio de Janeiro e os líderes do Brasil sertanejo, fincados nas fazendas e raramente frequentadores dos ambientes citadinos.

Dividiram-se as áreas de influência e de prestígio. O bacharel, ao contrário do que se diz, não se opôs ao patriarca. Frequentemente conciliou, e quando não o fez teve sua atuação limitada por lhe faltarem bases sociais às suas reivindicações mais radicais. Ele próprio não se sentiria, no Brasil do século XIX, capaz de outras alianças (Viotti da Costa, 1999, p. 256-266).

Não é surpreendente que, pela superveniência de novas elites, as alianças indispensáveis tenham se renovado, pois, nesse contexto em que o processo de desagregação da ordem política imperial se tornava mais evidente, se buscava, invariavelmente, o fortalecimento do poder político e econômico. Na verdade, essa foi a

mola que moveu não somente republicanos paulistas¹⁵, mas a geração de 1870¹⁶, ao debate público (cf. Alonso, 2002).

2.2 Os republicanos paulistas e os movimentos separatistas

Convém lembrar que o movimento republicano brasileiro nunca foi homogêneo. Na verdade, os historiadores evidenciam que, tomando formas distintas nas várias províncias do país, os debates muitas vezes assumiam feições regionalistas e encaminhavam-se pelas vias do separatismo.

Até a década de 1870, o republicanismo não se sustentou por uma ação organizada ou por um planejamento revolucionário, mas se desenhou enquanto pensamento “utópico” (Viotti da Costa, 1999, p. 479). No plano geral, os discursos políticos produzidos no interior do movimento mormente manifestavam o desgosto generalizado com a administração imperial, considerada excessivamente centralizadora e ineficiente na resolução dos diversos problemas sociais e econômicos que acometiam a sociedade de meados do século XIX.

Apanhados no conjunto, esses problemas revelam um quadro social e político marcado por inquietações e contradições. Conforme demonstrou Viotti da Costa:

¹⁵ Diferentemente do que ocorria no Rio de Janeiro e demais províncias, o Partido Republicano em São Paulo não era formado somente pelos representantes das camadas urbanas. Apesar de somar uma importante parcela de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, comerciantes, eram os fazendeiros do Oeste Paulista que formavam o núcleo mais importante do partido (Viotti da Costa, 1999).

¹⁶ Composta por, ao menos, cinco agrupamentos, na verdade bastante díspares – novos liberais, liberais republicanos, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas gaúchos e federalistas –, essa geração se unia pelo objetivo comum de propor mudanças na ordem política vigente (cf. Ângela Alonso, 2000). É nossa intenção estender a análise a respeito dos intelectuais da geração de 1870, pois parte dos textos analisados neste estudo foram produzidos por integrantes desse movimento.

Os meios industriais pleiteavam uma política protecionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional. Os fazendeiros do Oeste Paulista almejavam uma política favorável à imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação preferindo estimular a criação de núcleos coloniais. Alguns grupos urbanos não comprometidos com o sistema escravista empenhavam-se na Abolição e pleiteavam maior representação na vida política do país, exigindo a substituição do sistema de eleições indiretas que propiciava a preponderância dos grupos tradicionais pela eleição direta. [...] Havia ainda problemas decorrentes da penetração do capitalismo internacional em vários setores [...]. O crescimento da população urbana, por sua vez, gerava reivindicações novas referentes a instalação e ampliação da rede de esgotos, água, melhor iluminação, abastecimento de gás, linhas de bonde etc. (Viotti da Costa, 1999, p. 469).

Não é sem motivo, portanto, que o ideal federativo – garantia de descentralização – ganha volume no contexto brasileiro, atraindo, entre as décadas de 1870 e 1880, grande número de adeptos. Embora tal proposta também figurasse na agenda de alguns monarquistas, foram os republicanos que alçaram essa bandeira. Nesse sentido, o *Manifesto* de 1870, assinado por personalidades políticas diversas, apresenta e considera a proposta de descentralização como meta e princípio:

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solemne que inscrevemos na nossa bandeira. O regimen da federação baseado, portanto, na independência reciproca das províncias, elevando-as a cathegoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defeza exterior, é aquelle que adaptamos no nosso programma, como sendo o unico capaz de manter a communhão da familia brasileira. (*Manifesto Republicano, 1870*).

No que respeita a São Paulo, José Murillo Carvalho (1996) chega a propor que os motivos de preocupação entre os paulistas não eram nem o governo representativo, nem os direitos individuais, mas essencialmente a autonomia provincial. Com essa

proposição, talvez exagerada¹⁷, o historiador não deixa dúvidas quanto à importância desse ideal descentralizador, de fato bastante marcado nas propagandas republicanas.

Nesse ambiente de fermentação política, em que se observa a desagregação das instituições imperiais¹⁸, o republicanismo firma suas bases: ainda em 1870, estabelece o Partido Republicano no Rio de Janeiro e, nos anos seguintes, o núcleo paulista (PRP). Clubes e jornais republicanos foram espalhados por todo o país, especialmente nas províncias do Sul (Viotti da Costa, 1999; entre outros).

No decorrer da década de 1880, na medida em que o movimento se fortalece, o núcleo paulista, congregando tipos distintos – elementos urbanos (entre eles médicos, advogados, comerciantes, jornalistas, etc.) e principalmente os fazendeiros do Oeste Paulista¹⁹ – avança com seus projetos reformistas (op. cit.). Recrudescem a proposta de federação e o ideal separatista, com a propagação da ideologia de superioridade do povo paulista frente aos demais brasileiros.

Na verdade, desde o final da década de 1870, se assiste à multiplicação das elucidações acerca do separatismo e, concomitantemente, ao processo de caracterização do “*ser paulista*”, representação simbólica de sua identidade regional (Moutinho, 1991).

¹⁷ O estudo de Costa (2006) demonstra que, embora os problemas econômicos ocupassem o centro das atenções, as questões relativas aos direitos e liberdades individuais estavam bem presentes na propaganda republicana em São Paulo.

¹⁸ Os historiadores costumam apontar as dissoluções da Câmara dos Deputados e a queda do Gabinete de Zacarias Góis (1868) como fatores desencadeadores do processo que culminou na mudança do regime político. A queda do Gabinete repercutiu profundamente no Partido Liberal, que cindiu em duas alas: os radicais e os moderados. Aqueles passaram a cultivar idéias republicanas, fundando o Partido Republicano no Rio de Janeiro (cf. Viotti da Costa, 1999; Leite, 1989; entre muitos outros).

¹⁹ Para esses fazendeiros, o republicanismo se formulava como “*um instrumento na revitalização de suas aspirações de mando*” (Viotti da Costa, 1999, p. 479). De fato, é a oligarquia cafeeira – propensa à sustentação do trabalho escravo “rotineiro e garantido” (cf. Gorender, 2002) –, que dá o tom da campanha paulista; daí a exclusão, em seu programa, de discussões sólidas acerca da abolição da escravatura.

Nessa direção, Ferreira de Menezes, ainda em 1877, delinea esses conceitos, tais como eles se anunciam:

O paulista, pela iniciativa é poeta, poeta do progresso, poeta prático. Seus versos são estes: boas estradas, máquinas, navegação, lavoura, melhoramentos ... Ama-se (a si mesmo) e por isso é bairrista como nenhum povo. A seus olhos a primeira qualidade que pode por graça de Deus tocar a uma creatura é ser Paulista ... O amor próprio do paulista alcança já o sonho de independência. Um país independente, o querido torrão, eis a ideia que sorri-lhes, dia e noite. Todos os anos, somam os paulistas o que receberam do governo geral e comparam com o que deram ao mesmo, ora como já dão mais do que recebem, em sendo como são homens positivos, poetas práticos, já murmuram: Por que não havemos de ser Independentes? (Ferreira de Menezes, 07/06/1877, apud Viotti da Costa, 1999, p. 471).

Podemos acusar no discurso de Ferreira de Menezes os traços da “paulistanidade” – ideologia afirmadora da superioridade paulista (cf. Cerri, 1996; Moutinho, 1991). Note-se que na difusão do sentimento de pertença a um grupo, caracterizado pela condição comum de *ser paulista*, forja-se a superioridade étnica, a ser somada à ideia de superioridade econômica e política dos naturais desse Estado, em relação aos demais brasileiros (cf. Love, 1975, 1982).

Conforme observa Cerri (1996, p.24), essa construção resume uma operação de homogeneização dos habitantes de São Paulo e, conseqüentemente, de exclusão de outras formas de identificação que não a regional; as diversas características e valores estabelecidos cumprem o papel de legitimar essa construção.

Aducci (2000) já sublinhou que o discurso da superioridade elaborado pelos separatistas é uma construção ideológica, cujo fim é justificar e legitimar as pretensões de mando das elites cafeeiras. Acrescentamos, com base nas teses de Bourdieu (1989), que essa diferença socialmente construída (e ratificada pelo volume do capital econômico dos fazendeiros do café), coopera para integração da classe dominante, porque a distingue das outras classes; ademais, legitima a ordem estabelecida, pela

firmação da hierarquia e sustentação das distinções. Os discursos sobre a identidade paulista atuam, portanto, como forma de manipulação simbólica, voltada à determinação da representação mental que os demais agentes sociais podem ter das propriedades (emblemas) paulistas, ligadas à origem, e da identidade paulista, recriada a partir desses estereótipos (força, coragem, honra etc.) comumente emprestados aos bandeirantes.

Expressões significativas dessa ideologia podem ser encontradas no *Almanaque Literário de São Paulo*. Com efeito, suas páginas comprometem-se com o objetivo de tornar mais visíveis os sinais da glorificação dos ancestrais paulistas, os quais, nessa leitura, são comumente caracterizados como corajosos desbravadores do território, precursores das ideias de liberdade e independência. O texto que segue exemplifica o tom laudatório que recobre o *Almanaque*:

O Caracter Paulista

Entre as velhas tradições locais que vogam na província há uma que friza bem o caracter moral dos paulistas.

Fernão Dias Paes e seus parentes, que descobriram Minas, quotisaram-se para brindar o rei de Portugal com uma peça em ouro massiço representando ao natural um cacho de bananas, e Fernão incumbiu-se de apresentá-lo ao rei. Este, maravilhado e nos alvoroços do seu contentamento, assentando que faria manifestar seu agradecimento concedendo graças pedidas, ordenou a um dos seus cortezãos que declarasse ao ofertante, que seria satisfeito em tudo que pedisse. O recado do rei foi dado, e o altivo paulista, formalisando-se ao ouvir-o respondeu pelo seguinte modo: “Pois si eu venho dar, como é que hei de pedir?” (Brigadeiro J. J. Machado d’Oliveira. In: ALSA, v. I, 1878)

É evidente que a leitura da exaltação ao bandeirante Fernão Dias Paes (1608-1681) exige a instauração do real objeto da exaltação. O caráter altivo do personagem, arrogado pela classe dominante, passa a simular o caráter próprio do paulista. No processo, o bandeirante é remido dos velhos estigmas associados à gente de São Paulo – considerada caipira, acanhada, interiorana, atrasada, quando não, rude, violenta e

ignorante²⁰ – e (re) apresentado como o herói povoador e digno patriarca desse povo igualmente heróico (Ferreira, 2002, p. 62-66).

O bandeirante, nessa composição, é um instrumento na construção do “mito paulista”. Segundo Aducci (2001, p. 211), a grande maioria dos ideólogos da pátria paulista defendeu a tradição histórica, o caráter, a origem, a etnia e os limites geográficos na elaboração social do “*ser paulista*”, o que contribuiu para inscrever a individualidade desse povo, possibilitando a construção de uma nacionalidade.

Ainda no espaço do *Almanaque*, encontramos manifestações mais claras da *paulistanidade*. No texto de Alberto Sales, por exemplo, publicado no quinto *Almanaque* (1880), o autor vai tecendo a superioridade da província de São Paulo mediante a aplicação de uma tese determinista, desdobrada a partir da hipótese de que o clima não somente define o tipo de flora e fauna, mas também influi no caráter de um povo:

Em S. Paulo não há como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças físicas sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no animo do homem e não desalento; os agentes físicos são inferiores aos estímulos da intelligencia.

D’ahi a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniaes[...]. D’onde vem essa energia? Qual a razão de não encontrarem exemplos semelhantes nas outras províncias? Parece-nos que a explicação desse phenomeno encontra-se em parte na influencia benéfica que sobre o desenvolvimento da actividade humana exerce sobre o clima desta província. Sem duvida que não é este o único factor do problema; há também o elemento ethnico que deve ser tomado em consideração. Há mais sangue europeu nesta província do que em outra qualquer[...]. E se antigamente distinguiam-se como audazes exploradores dos mais remotos sertões, hoje sobresaem pelo espírito emprehendedor que principalmente os caracteriza.[...] é justo, portanto, concluirmos que a índole eminentemente emprehendedora dos paulistas é devida em parte á influencia que sobre o desenvolvimento de sua actividade exerce o clima de nossa provincia” (p.184-6).

²⁰ Tais quais os bandeirantes, muito bem caracterizados pelos jesuítas.

Nessa construção, o processo de crescimento material da cidade é tomado como prova completa de que, diferentemente do que ocorria em outras partes do país, a força dos paulistas predominava sobre os fatores naturais. Segundo Sales (1887), o clima ameno de São Paulo era favorável ao desenvolvimento de uma raça superior, de sangue europeu. Nessa composição, os negros e índios, mais associados às regiões de clima tórrido, ou seja, às províncias da região Norte/Nordeste, seriam definitivamente eliminados no processo evolutivo (cf. Aducci, 200; entre outros). É, portanto, sintomático, conforme propõe Ferreira (2002, p. 68), não haver lugar para a cultura negra no *Almanaque Literário de São Paulo*: “não obstante o sentimento humanitário demonstrado para com os escravos, a retórica e os poemas abolicionistas presentes no almanaque, a mentalidade da elite letrada oitocentista não comportava [...] qualquer identificação com as manifestações originais da cultura negra”.

Esse sentimento de superioridade, retroalimentado pelo crescente poder econômico, abarrota as páginas do *Almanaque*, o que contribui para composição dos argumentos em favor do ideário separatista.

É importante observar que nas reuniões políticas, conforme já mostrou Aducci (2000), essas ideias certamente estavam presentes, mas, até o final da década de 1870, se mostravam esparsas. Os sucessivos discursos de Martins Francisco Ribeiro de Andrada exemplificam o trabalho ainda imaturo de difusão da proposta de superioridade de condições e viabilidade de autonomia paulista:

Não quero cansar a atenção da assembléa com algarismo e comparações; mas posso assegurar que, em consequência de estudos, e bazeado em dados estatísticos, verifiquei não existir na América do sul região alguma que, tendo a mesma área agricultada que a província de S. Paulo, produza eguaes rendimentos.

Dá pena, senhores, ver tanta riqueza tão mal barateada; uma província que por si só poderia constituir um estado, e que, em menos de 10 annos de paz e de trabalho, seria a primeira potencia da America do Sul, em virtude do

desgoverno, pôde ter por horisonte a bancarrota e o descrédito (Martins Francisco Ribeiro de Andrada. Assembléia Provincial de São Paulo, março de 1879, apud Aducci, 2001, p. 63)

Em discurso proferido em agosto de 1884, Andrada esboça o rebustecimento desses conceitos:

Negam-nos tudo! Quando queremos progredir, ostentam-se contra nós os anneis da engrenagem centralisadora; ocupam os nossos empregos com gente estranha á nossa vida, aos nossos interesses e aos nossos meios de acção; recusam-nos até polícia, afugentando para S. Paulo os gatunos e a escoria da população perseguida aqui pelos agentes da autoridade[...] (Martins Francisco Ribeiro de Andrada. Discurso pronunciado na Camara dos Deputados, em agosto de 1884, apud Aducci, 2001, p. 64)

Os historiadores procuram atestar que é somente em meados da década de 1880, no auge do movimento republicano, que os ideais separatistas passam a ser sistematizados (cf. Aducci, 2000; Moutinho, 1991; entre outros). Tácito de Almeida (1934) indica o artigo de Francisco Eugenio Pacheco e Silva, publicado em 11 de fevereiro de 1887, em *O Diário de São Paulo*, como marco do movimento, a despeito das publicações de Andrada que, naquele momento, já renunciara, de forma clara, a proposta paulista de emancipação (cf. Aducci, 2001).

No decorrer do mesmo ano (1887), os jornais *A Província de São Paulo* e o *Diário Popular* passam a publicar uma série de artigos apregoando o movimento (cf. Aducci, 2001). Nessa esteira, outros periódicos, incluindo revistas, almanaques, jornais acadêmicos, passam a cooperar, direta ou indiretamente, para divulgação desses ideais.

Os artigos ufanistas de Francisco Eugênio Pacheco e Silva, recolhidos, ainda em 1887, sob o título “A Pátria Paulista”, bem como a obra de Alberto Sales, publicada no mesmo ano e sob título idêntico (*A Pátria Paulista*), procuram legitimar a proposta de separação.

O trabalho de Sales se apresenta enquanto fundamentação teórica dos ideários separatistas. No traçado proposto, sustentado no racismo fundado no darwinismo social, o estado republicano, projetado no futuro, se delineia como fruto do processo evolutivo, “como se adaptasse a marcha universal que rege todos os organismos, inclusive os sócio-políticos” (Moutinho, 1991). Nessa marcha, o separatismo se apresenta como uma etapa do desenvolvimento orgânico da sociedade:

[...] às vezes são as características de raça que, por se tornarem muito vivas determinam a desintegração e a formação de novos organismos; outras vezes são as condições geográficas auxiliadas pelas diferenças de raça, ainda que fracas, ou pelas vantagens econômicas e políticas; outras vezes ainda são as diferenças psicológicas, estimuladas também, ou pelo condicionamento geográfico ou pelo condicionamento etnológico.

Todas as vezes, portanto, que qualquer destes fatores aparecer no seio de uma sociedade, adquirindo de dia em dia uma intensidade cada vez mais considerável, é evidente que um desmembramento social e político, muito embora caminhando surdamente, mas minando constantemente a organização governamental estabelecida, se aproxima fatalmente [...].

Ora, a aspiração separatista, que tão espontaneamente brota em nossa província, segundo o nosso modo de pensar, é um resultado inevitável de um destes fatores [...] conseqüentemente, tem em si todos os elementos que a justificam plenamente, em face da evolução política. Não vemos, portanto, porque o partido republicano não há de sistematizá-la convenientemente em proveito próprio (Alberto Sales. *A Pátria Paulista*, 1983[1887], p. 39).

A independência paulista seria, desse modo, “um processo natural de evolução política” (Sales, op. cit.), desencadeado pela hegemonia dessa província em relação a “suas irmãs”, expressa não somente no crescimento material, mas também na genealogia e na cultura moral²¹.

Conforme fizemos notar anteriormente, o movimento republicano abrigou pensamentos político-ideológicos diversos. Assim, não podemos esperar que todos os

²¹ Sales (1983 [1887], p. 102) propõe que: “*Os colonos povoadores da capitania de São Vicente, eram muito superiores pela sua cultura moral e pela sua genealogia, aos outros que eram mandados pelo governo português para as províncias do norte. Estes eram, na maior parte, condenados deportados, criminosos homiziados e gente de baixa extração, sem costumes, sem moral e sem escrúpulos. Individuos que na sua pátria constituíam elementos de perigo e dos quais Portugal se livrava mandando-os deportados para as províncias do norte principalmente[...]*”

republicanos tenham acatado, de igual modo, as ideias separatistas. Aducci (2001) já observou que a imprensa, pela difusão das ideias, abriu espaço para os debatedores, que por vezes criticavam a forma, por vezes o projeto em si. Mesmo entre os defensores da proposta havia divergência: alguns argumentavam em favor de ações cautelosas, outros exigiam ações mais concretas. O que não se discutia, entretanto, era a pretensa superioridade dos paulistas.

Alonso (2002) chama a atenção para o fato de que boa parte desse grupo de intelectuais reformistas alcança o poder com o advento da República, daí a necessidade de se considerar a continuidade do processo político, especialmente pelo impacto das ações desses sujeitos na ordem política que se consolidaria nos anos seguintes.

Note-se que a “mística paulista”, segundo Viotti da Costa (1999), esteve presente de modo intenso durante toda a Primeira República. Ademais, bem sabemos que a ameaça separatista voltaria, a toda prova, em 1932, mas em um contexto político, social e histórico que não discutiremos aqui.

3. O lugar da língua

As ações políticas dos intelectuais paulistas, levadas adiante, essencialmente, pelo discurso, desencadeiam alguns importantes questionamentos relativos à língua e às condições sociais de produção linguística. Como as ideologias e os ideais políticos influem nos usos linguísticos desses falantes? No processo de construção da identidade do povo de São Paulo, que se faz, conforme evidenciamos, pela tentativa de definição e valorização do “*ser paulista*”, há lugar reservado às variedades linguísticas que o identificam, considerando que a língua é comumente tomada como critério objetivo de

identidade regional²²? Que relações se estabelecem, nesse ambiente, entre a língua e o regionalismo político e econômico?

Nesse contexto, em que o encaminhamento do separatismo e da “paulistanidade” se faz pela exclusão de negros e índios, a primeira ideia que se constrói é a de que a (s) variedade(s) usada(s) por esses falantes não apresenta(m) os traços linguísticos estigmatizados na sociedade paulista. Ademais, considerando o fato de que a formação da norma linguística brasileira se fez com vistas no modelo europeu – não por imitação, mas pela adaptação do modelo à realidade brasileira, no conjunto das práticas políticas e ideológicas das classes dominantes (cf. *capítulo 2*), entenderemos, ainda, que a produção linguística desses falantes é sempre controlada por fatores exógenos ao campo estritamente linguístico, de tal modo que a gramática subjacente aos seus textos tende a se manifestar como expressão última de suas ideologias e ações.

O eixo argumentativo se construiria, nesse caso, pela ideia de que os defensores das teorias que sublinharam a superioridade da raça branca não usariam variedades linguísticas identificadas como pertencentes às raças consideradas inferiores²³, não somente pela cultivação da ideologia racista, mas para evitar os efeitos negativos desse uso no projeto de civilização do Brasil (e de São Paulo): o maior afastamento da norma padrão europeia resultaria, em última análise, prejuízo ao modelo civilizador.

²² Segundo Bourdieu (1989, p. 112), na prática social esses critérios são objetos de representações mentais, ou seja, são atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento.

²³ Vale lembrar que, por essa época, as variantes que caracterizam o português brasileiro eram observadas por boa parte dos gramáticos como sendo próprias de negros, mestiços e das gentes incultas. Já notamos que Candido de Figueiredo, ao formular o “problema” da colocação dos pronomes no português do Brasil, propõe que: “*Os milhares ou milhões de Negros, que a colonização do Brasil chamou da África para a América, foram aceitando naturalmente o vocabulário português, construindo a frase a seu modo; e os lavradores e colonizadores, certamente em menor número que o dos trabalhadores dos campos e das roças, e curando mais de borracha e café, do que de invasões gramaticais, deixaram-se indolentemente imbuir dos modismos que, a toda hora, lhes feriam os ouvidos.*

Esses modismos passaram dos campos para as cidades; e, quando os gramáticos brasileiros deram conta do desatino, a muitos pareceu que já era tarde para correção, e outros, como o Sr. Paulino de Brito, tentaram dar foros de cidade á gramática dos Negros.” (Figueiredo, 1921 [1909], p. 120, grifo nosso).

Todavia, a adoção dessa hipótese exige cautela, pois além do perigo de se licenciar, por meio de malabarismos analíticos, a relação imediata entre texto e contexto, essa conjectura apresenta o problema fundamental de não ponderar o lugar da competência linguística (nos termos gerativistas). Assim, um dos pontos a se considerar, em uma análise mais coerente, é o fato de que o uso da norma nem sempre é intencional e/ou consciente. Da mesma forma, nem sempre o processo de alinhamento de um texto à norma padrão é suficiente para filtrar todas as formas linguísticas socialmente desprestigiadas. Portanto, não é difícil que em algumas ocasiões as variantes constitutivas da língua oral dos falantes aflorem, apesar de algum esforço de ajustamento do texto à norma padrão ou a alguma ideologia²⁴.

Nesse cenário singular, em que prevaleceram, inclusive, as variantes identificadas como *dialeto caipira*, a melhor compreensão dos usos linguísticos exige não somente o reconhecimento do processo de legitimação da norma e dos efeitos da normatização sobre o imaginário linguístico das elites intelectuais paulistas, mas também a contemplação dos fatores linguísticos propriamente ditos.

A análise que desenvolvemos aqui evidencia que a variedade culta do português em São Paulo se distancia não somente da gramática do português brasileiro, mas também, por traços sutis, da norma linguística desenhada entre os portugueses²⁵. Logo, podemos dizer que as variáveis sociais que condicionam as produções linguísticas desses sujeitos não operam para o alinhamento dessa escrita ao modelo lusitano.

²⁴ Convém reiterar que propomos, com base nos pressupostos da teoria gerativa, que a produção escrita desses falantes pode não ser fruto de sua gramática internalizada, construída na infância, no processo natural de aquisição da linguagem, mas resulta da gramática da escrita, adquirida por meio do processo de escolarização. Para discussão sobre “gramática da escrita”, ver Kato (2005).

²⁵ Conforme análise apresentada no quinto capítulo deste estudo.

De qualquer modo, não podemos negar o fato de que a escrita desses falantes sofre os efeitos do trabalho de normatização, que encerra o processo de correção e de desvalorização de algumas variedades linguísticas. Nesse plano, as diferenças linguísticas fazem parte de um sistema de oposições que reproduz um sistema de diferenças sociais²⁶.

O que estamos dizendo é que o valor concedido ao português culto deixa pouco espaço para o uso formal das variedades socialmente desvalorizadas, daí os intelectuais republicanos rejeitarem as formas linguísticas estigmatizadas; conseqüentemente, o discurso da “paulistanidade” faz esquecer a língua, enquanto critério objetivo de identidade regional. Sendo a hierarquia linguística conhecida e reconhecida pelos paulistas, o uso formal do *dialeto caipira* seria inviável, pela restrição dessa variedade a um espaço inferior àquele dedicado à variedade culta do português brasileiro.

Ainda que a representação do caipira pelas elites letradas tenha sido dúbia²⁷ - ora representado como um tipo cultural (e não propriamente racial), portador dos traços das raízes e da peculiaridade dos paulistas (cf. Ferreira, 2002), ora representado como sujeito rústico, matuto ou mesmo preguiçoso e vadio²⁸ -, não é no *dialeto caipira*, já

²⁶ Nos termos de Bourdieu (2008, p. 39-41).

²⁷ Sobre a representação dos caipiras pelas elites letradas ver: Ferreira (2002); Oliveira e Kewitz (2002); Pereira (2011).

²⁸ O texto “Quem é um caipira”, de Silvio Romero (1908), soma evidências do pensamento das elites brasileiras em relação a esse grupo social, tal como esboçado no início do século XX: “[...] não é a zona, nem a raça, nem a profissão que outorgam o direito de ser caipira [...]. Caipira, mulato, tabaréu, mandioca, capichaba, e outros congêneres, – são expressões de menospreço, de debique, atiradas pelas gentes das povoações, cidades villas, aldeias, e até arraiaes, contra os habitantes do campo, do matto, da roça. São expressões dum antagonismo secular. São chulas dos desfructadores de empregos, profissões, officios e outros variados meios de vida, que a habilidade de certas populações faz nascer nas grandes agglomerações de gente, especialmente contra os que mourejam nas rudes tarefas do amanho das terras, do cultivo dos campos, os homens do povo, que são os operários ruraes. O caipira, o mulato, o tabaréu e, fundamentalmente e acima de tudo – o homem do campo, o homem do matto, o homem da roça, repito, qualquer que seja a sua cor, a sua profissão, e a zona em que habite [...]. Assim, pois, a cidade e a roça eis os dois pólos oppostos; eis os dois termos de grande antinomia social brasileira [...]” (Silvio Romero. Quem é o caipira. In: Provocações e Debates, 1908).

estigmatizado em relação à variedade culta da língua portuguesa, que os separatistas vão buscar as marcas de sua suposta diferença cultural.

Isto porque, uma vez que o sistema de diferenças linguísticas se une ao sistema de diferenças econômicas e sociais (cf. Bourdieu, 1977), a valorização do dialeto caipira, em grau suficiente para elevá-lo à categoria de língua legitimada na sociedade brasileira, só seria possível mediante sua imposição no campo escolar, político, etc. Assim, se por uma manobra política (de unificação, por exemplo) os intelectuais republicanos paulistas, sujeitos socialmente reconhecidos como portadores da “*melhor variedade linguística*”, passassem a empregar em seu discurso formal o *português caipira*, eles teriam de lidar com essas diferenças que separam os grupos sociais, as quais encontram seu princípio justamente nos modos de aquisição socialmente distintos e distintivos²⁹.

Mas os separatistas e republicanos paulistas em geral não tocam essas questões, sobretudo porque o uso da língua normatizada reforça as hierarquias sociais que as elites desejam manter. Nesse quadro em que está em jogo o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão (nos termos de Bourdieu, 1977), a *paulistanidade* vai sendo construída pela elevação de símbolos outros, forjados por essas mesmas elites que procuram fixá-los.

²⁹ Nos termos de Bourdieu (1977, p. 22).

CAPÍTULO IV

Pistas sobre A IMIGRAÇÃO

*Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber:
[...]
Usar algumas palavras que ainda não tenham
idioma...
Repetir repetir – até ficar diferente..*

Manoel de Barros, “Uma didática da invenção”

A presença portuguesa

Um corte profundo na sociedade paulista ocorre efetivamente com a entrada maciça de imigrantes europeus, consequência direta das crises econômicas na Europa e da política de mão-de-obra adotada pelos fazendeiros de café, por ocasião da desagregação do escravismo, nas últimas décadas do XIX.

Diversos estudos historiográficos têm evidenciado que, para além dos quadros estatísticos, que põem em relevo dados relativos ao crescimento populacional, a presença de imigrantes em São Paulo mudou as relações sociais, econômicas, políticas e culturais da cidade. Neste capítulo, procuramos sublinhar alguns aspectos dessas relações – instáveis e conflituosas –, enfocando a imigração portuguesa.

Conforme fizemos notar na introdução deste estudo, esperamos recuperar, na configuração dos processos de formação e transformação da cidade, questões a propósito dos fundamentos das vinculações sociais entre brasileiros e portugueses, especialmente no que respeita aos usos linguísticos dos diferentes sujeitos. Ficam em relevo, nesse concerto, questões identitárias diversas, principalmente as que configuram o designado “*sentimento antilusitano*”.

1.0 Um olhar sobre a imigração

No apontamento das mudanças operadas em São Paulo, é especialmente significativo o fato de que, entre a década de 1870 e os anos iniciais do século XX, a população da cidade multiplicou-se aproximadamente em vinte e duas vezes:

Tabela IV-1 — Variação Percentual da População da cidade de São Paulo (1872 a 1920)

ANO	POPULAÇÃO	PERÍODO
1872	26.020	1872-1890
1890	64.934	1890-1900
1900	260.000	1900-1910
1910	314.000	1910-1920
1920	581.435	-

(Dados adaptados de Ferreira dos Santos, 1998, p. 33)¹

É certo que o movimento migratório não constitui o único fator responsável pelo crescimento populacional em São Paulo, contudo, não se pode minimizar seu impacto sobre a cidade, já que, no período de 1872 a 1895, a parcela estrangeira representava mais da metade de seu crescimento demográfico (cf. Santos, 1998, p. 35) e, em 1893 (e nos anos seguintes), correspondia a mais de 50% de sua população.

¹ Esse historiador calcula a população de São Paulo a partir de fontes diversas, incluindo compilações estatísticas do Estado, anuários, dados do recenseamento de 1900, dados de estudos historiográficos, etc. Bem sabemos que os diversos autores discordam quanto às estimativas de entrada de estrangeiros/habitantes na cidade nesse período, isso porque as fontes muitas vezes não são precisas e sequer podem ser confirmadas. Apesar disso, os dados nos parecem suficientes para evidenciar as mudanças no quadro populacional da cidade no final do século XIX e primeiras décadas do XX.

Tabela IV-2 — Habitantes da cidade de São Paulo - Nacionais e Estrangeiros

ANO	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	TOTAL
1872	23.938	2.082	26.020
1886	35.407	12.290	47.697
1890	50.631	14.303	64.934
1893	53.715	67.060	120.775
1895	59.000	71.000	130.000

(Dados apresentados por Ferreira dos Santos, 1998, p. 35)

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Departamento de Imigração e Colonização (1962, apud Freitas, 2006, p. 41), chegaram ao Estado de São Paulo, entre 1885 e 1909, um total de 1.270.483 imigrantes, a maioria italianos (58%). Os portugueses formaram o terceiro maior grupo nesse período (cerca de 10%), perdendo somente para os espanhóis (14%). Entre 1910 e 1934 essas proporções se inverteram: do total de entrados (1.062.734) cerca de 25% eram portugueses; os espanhóis formavam ainda o segundo maior grupo (19%), seguido dos italianos (17,5%). Nesse segundo período, a imigração europeia ainda era predominante (62%), mas se dividia, sobretudo, com a imigração japonesa (15%), que começou a ocorrer na primeira década do XX. Essa imigração em massa, em parte subsidiada pelos governos da Província/Estado e da nação, alterou não somente os quadros populacionais e as relações de trabalho, mas os espaços urbanos, as culturas, as formas de sociabilidade, as imagens das cidades.

Não é sem motivo que, nos idos dos 1900, Alfredo Moreira Pinto, ao dar conta dessa marcante presença estrangeira, chega a dizer: *“Era então S. Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana!!”*(p. 9). Do alto da Rua General Carneiro, o olhar do memorialista abarca, além das casas comerciais e do Banco Itália-Brazil, o vaivém diário de centenas de indivíduos de todas as classes e nacionalidades,

entre os quais, ressalta: “*Lindas italianas com cestinhas enfiadas no braço sobem e descem a ladeira da rua, enquanto outras apregoam com uma voz meiga os objectos que vendem.*”(p. 230).

E para além dessas movimentações mais visíveis, Jorge Americano, ao tratar das elites econômicas em São Paulo (ao redor de 1900), incorpora à sua lista, ao lado dos Prados, Prates, e Penteados, o português José Duarte Rodrigues, “*solteirão e perdulário [...], com fortuna de três mil contos*” e outros estrangeiros: “*Gambá, Crespi, Pugliesi, Matarazzo, Jafet, Calfat. Vinte mil contos*” (1957, p. 368). Fechando seu inventário, acrescenta em tom jocoso:

Perguntava-me há dias um velho ituano, torcendo-me o botão do casaco, na Praça do Patriarca:
- Onde é que nós vamos parar com estes estrangeiros todos? Onde é que estão os paulistas?
- No Automóvel Clube, formulando planos de salvação do Brasil.

Esses olhares sobre a cidade, ao fixarem a agitação das ruas, o envolvimento de mulheres brancas em trabalhos outros, não-domésticos², ou, ainda, a inquietação dos nacionais com a ascensão social dos estrangeiros, dão indícios bastantes de que as transformações provocadas pela entrada de imigrantes vão muito além dos números e da reconfiguração dos espaços físicos. De fato, diversos estudos historiográficos têm procurado evidenciar as mudanças operadas nas cidades em decorrência dos movimentos migratórios. Da expansão do comércio, com a abertura de casas bancárias, hotéis, restaurantes, confeitarias, cafés e etc., passando pela inclusão de novos hábitos, inclusive alimentares e de vestuários, e pela difusão de novas línguas, especialmente a

² Alzira Lobo de Arruda Campos (2004) chama a atenção para esse aspecto.

italiana³, com influência da imprensa imigrantista, aos problemas sociais profundos, como a falta de habitações, a carência de escolas e de assistência médica, o aumento da criminalidade, etc., tudo na São Paulo do final do século XIX e início do XX passa pela presença de imigrantes.

Do ponto de vista linguístico, a presença desses sujeitos desencadeia questões diversas. No que diz respeito à ordenação dos clíticos pronominais, ainda está pendente de discussão, por exemplo, os efeitos, na variante do português paulista, dos *inputs* linguísticos contraditórios⁴ – ênclise do português europeu e próclise do italiano e do espanhol (em contexto de verbos finitos). Em outras palavras, o que se questiona é se, nesse período de disputa linguística e de estabelecimento da norma padrão brasileira, com a preconização do português europeu moderno, a presença dessas outras línguas europeias em São Paulo, e em outras grandes cidades, teria sido suficientemente forte para provocar mudanças linguísticas.⁵

Supor que os contextos menos controlados pelas gramáticas normativas, ou seja, os contextos livres de correção imediata – a ordenação dos clíticos em construções com verbos infinitivos introduzidos por preposição, por exemplo – tenham deixado espaço

³ Segundo Alzira Lobo de Arruda Campos (2004, p. 35) a população falava tanto o português quanto o italiano, e mesmo o alemão estava bastante vulgarizado. É muito provável que esse bilinguismo tenha ficado restrito à população imigrante, que, ao chegar ao Brasil, procurava a aprender a língua portuguesa. Contudo, mesmo considerando essa situação de diglossia, é fato que essas línguas passaram a ter importância no cenário paulista.

4

SEM ATRADORES			COM ATRADORES		
	V [+finito]	V[-finito]		V [+finito]	V[-finito]
Italiano	Próclise	Ênclise	Italiano	Próclise	Ênclise
Espanhol	Próclise	Ênclise	Espanhol	Próclise	Ênclise
Português	Ênclise	Ênclise	Português	Próclise	Ênclise (se prep. <i>a</i>) / próclise

⁵ Embora não seja nossa intenção analisar a influência do italiano e do espanhol no português do Brasil, nos situamos nesse quadro de disputas linguísticas para discutir se o “português europeu” trazido para o Brasil pelas sucessivas levas de imigrantes, nas últimas décadas do século XIX, influenciou o português brasileiro em São Paulo.

para interferência dessas línguas românicas, mesmo na escrita, não é nenhum absurdo, visto que, no plano social, essas línguas são consideradas boas e civilizadas. Vale ressaltar que muitas vezes os gramáticos recorreram às estruturas de outras línguas para justificar um ou outro uso do português brasileiro. Já observamos que Paulino de Brito (1908), por exemplo, em debate com Candido de Figueiredo, visando defender a colocação proclítica em início de frase, afirma que o português do Brasil estaria em “*boa camaradagem*” com o francês, italiano e espanhol.

Essa argumentação pressupõe que, numa situação de contato linguístico, a influência de uma língua sobre a outra implica valorizações relacionadas às condições sociais de produção e reprodução linguísticas. Nas últimas décadas do século XIX, momento em que, como já observamos, os debates acerca da língua se vinculam às discussões políticas e culturais sobre raça, nacionalismo, integração social, identidades, etc., os usos linguísticos formais, especialmente a escrita, são controlados pelo mercado linguístico já estabelecido. Assim, a influência dessas línguas europeias (no caso o espanhol, o italiano e esse português europeu trazido pelos imigrantes⁶) nos usos formais do português brasileiro, só seria admissível numa relação de força simbólica, na qual os valores respectivos das línguas em contato não estivessem fixados de forma absoluta, mas relativa, sob o efeito da relação de interação verbal⁷.

Certamente, nesse contexto, a variedade do português oral também não se guiou exclusivamente por fatores intralinguísticos; a São Paulo oitocentista revelou-se um caldeirão étnico, cultural e linguístico, assim, a relação dos falantes com a linguagem sempre foi mediada pela origem (em sentido amplo) de cada indivíduo e determinada

⁶ Bem sabemos que não havia homogeneidade linguística em nenhum dos grupos de imigrantes entrados no Brasil. Boa parte desses sujeitos falava dialetos.

⁷ Nos termos de Bourdieu (1997; 2008).

pelas estruturas de interação linguísticas e pela posição dos interlocutores no campo de interação, definida, inclusive, na relação do falante com a norma padrão imposta naquela sociedade. As influências linguísticas se realizam, portanto, numa relação de coação simbólica⁸.

Tomando esse quadro como ponto inicial das nossas reflexões, antes de passarmos às discussões centrais sobre o movimento migratório em São Paulo, convém retomar um aspecto importante sobre a imigração no contexto brasileiro.

Já referimos, no decorrer deste estudo, que os europeus que aqui aportavam, até o início do século XX, tinham a tarefa não somente de substituir o trabalho escravo, mas também de embranquecer a população. Com efeito, o projeto político de importação de mão-de-obra europeia se amparou na concepção de que os brancos, supostamente mais inteligentes, eficientes e produtivos que os negros, além de conservarem o *status* de liberdade e os valores morais e religiosos desejados, eram também agentes do progresso (cf. Hofbauer, 2003). Ora, as bases dessas ideias são, evidentemente, anteriores ao projeto imigratório do final do século XIX. Conforme propõe Schwarcz (2001, entre outros), antes que se firmassem as teorias raciais, o continente americano, em meio aos elogios à natureza tropical, foi taxado como distante, estranho, decaído, inferior. No século XIX, quando a concepção de ‘negro’ e ‘branco’ já se mostrava mais “naturalizada”, o Brasil surgiu como cadinho das raças, conceito que, desde então, se estabeleceu no debate político, adentrando tanto os discursos daqueles que defendiam a conservação da ordem social e econômica quanto os discursos dos que combatiam o escravismo (Hofbauer, 2003). Mas, conforme mencionamos no segundo capítulo deste estudo, em meados do século, com as teorias evolucionistas e com o darwinismo social

⁸ Nos termos de Bourdieu (1983; 2008).

já bem firmados, os teóricos brasileiros passam a explicar a desigualdade como inferioridade, a mestiçagem como atraso, ao mesmo tempo em que apostam na “miscigenação positiva” (Schwarcz, 2001, p. 23):

A partir da segunda metade do século XIX, tingido e maquiado pela entrada maciça de imigrantes brancos, tomou corpo no Brasil um pensamento bastante particular que em vez de apostar na falência do cruzamento entre raças, descobriu nele possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração europeia, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro” (Schwarcz, 2001, p. 23).

A ideia, bem assentada no *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil*, do médico Francisco Soares Franco (1821), era a de que, a partir do casamento entre mestiços e brancos, no tempo de três gerações a “raça negra” seria bastante reduzida e, deste modo, a nação dos trópicos se tornaria livre e forte:

“Os mestiços conservão só metade, ou menos, do cunho Africano; sua cor he menos preta, os cabellos menos crespos e lanudos, os beiços e nariz menos grossos e chatos, etc. Se elles se unem depois á casta branca, os segundos mestiços tem já menos da cór baça, etc. Se inda a terceira geração se faz com branca, o cunho Africano perde-se totalmente, e a côr he a mesma que a dos brancos; ás vezes inda mais clara; só nos cabellos he que se divisa huma leve disposição para se encrespem.” (FRANCO, 1821:18, apud Hofbauer, 2003, p.80).

Mas é somente na última década do século XIX que as políticas de imigração brasileiras passam a adotar claramente as teorias raciais europeias, fundamentadas na ideia de desigualdade de raças, como fator decisivo na determinação do modelo de imigrante.

O movimento migratório do final do século XIX foi recebido pelas elites políticas e econômicas, portanto, como um bem, tanto nesse plano político-ideológico, quanto no plano econômico, já que possibilitaria a purificação étnica da população,

resolveria o problema da falta de braços para o trabalho e, conseqüentemente, estimularia o processo de modernização nas cidades brasileiras.

Vale sublinhar que nesse projeto, em que europeização e modernização se igualam, a seleção de imigrantes obedece não somente à demanda do branqueamento, mas à disponibilidade à assimilação (cf. Lippi Oliveira, 2006, entre outros), assim, ao lado de outros grupos europeus, como os alemães, italianos e espanhóis, os imigrantes portugueses aparecem na lista dos grupos preferidos⁹.

2. Portugueses em São Paulo

Se observarmos os quadros estatísticos, verificaremos que o movimento de portugueses no Brasil é contínuo. Esse é o grupo nacional mais numeroso que se destinou para o Brasil emancipado, com o total estimado de um milhão e novecentas mil pessoas, entre 1822 e 1945 (cf. Mendes, 2008)¹⁰. Além disso, teve a mais ampla difusão geográfica e o mais completo quadro de imigração espontânea¹¹.

⁹ Os teóricos divergiam quando o assunto era a representação do imigrante ideal. Conforme observa Seyferth (1995), alguns, por exemplo, defendiam a imigração alemã, não somente por critérios raciais, mas também de classe. Nesse caso, além de evidenciarem a importância da imigração de camponeses e artesãos, acentuavam o benefício da presença de alemães protestantes no combate ao poder temporal da igreja católica, muitas vezes observada como entrave ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, alguns viam na imigração germânica uma ameaça, dada à suposta dificuldade de integração e propensão ao enquistamento.

¹⁰ No decorrer de seu texto, o autor pontua que parte dos portugueses entrava no Brasil para, em seguida, deixá-lo, rumando para outras regiões da América, notadamente Argentina e Estados Unidos.

¹¹ Mendes (2008), entre outros historiadores, observa que, nesse período sócio-histórico, conhecido como o da *Grande Emigração*, as propagandas voltadas à atração dos imigrantes eram comuns, principalmente entre portugueses, o que relativiza a ideia de espontaneidade. De qualquer forma, o autor propõe que a imigração portuguesa foi espontânea por oposição à imigração beneficiada por subsídios do poder público.

Com notável crescimento na fase final do Império, especialmente após a abolição dos escravos, a imigração portuguesa apresenta três picos, intercalados por anos de refluxo e menor número de desembarques: 1888/1898; 1904/1915 e 1919/1930 (cf. Mendes, 2008, entre outros). Vejamos a tabela a seguir:

Tabela IV-3 — Imigração portuguesa por período (no Brasil)

PERÍODO	IMIGRANTES PORTUGUESES
De 1888 a 1898	241.893
De 1904 a 1915	427.725
De 1919 a 1930	337.723
De 1888 a 1930	1.007.341

(Adaptado de Mendes, 2008)

No que respeita ao estado de São Paulo, observa-se que o auge da imigração portuguesa ocorreu entre 1910 e 1919, com a entrada de 132.682 portugueses (DET, São Paulo, 1921, apud Freitas, 2006, p. 51)¹². Essa onda imigratória foi motivada, sobretudo, pela crise econômica e política em Portugal, agravada pelas enchentes no norte do país. No quadro sócio-político brasileiro, a principal motivação foi o declínio da imigração italiana, no início dos 1900, devido às denúncias de maus tratos na lavoura cafeeira (Mendes, 2008, entre outros).

Os destinos dos imigrantes portugueses entrados em São Paulo eram diversos, mas a maior parte rumava diretamente para as fazendas. Os que se dirigiam para as cidades trabalhavam como estivadores e carregadores de bagagem no porto, pedreiros, vendedores em armazéns, condutores de bondes e ferroviários, entre outras ocupações. É importante, também, a atuação desses indivíduos na construção da malha ferroviária

¹² Deve-se considerar, quando se trata de estatística, a controvérsia acerca da dimensão da imigração ilegítima e, conseqüentemente, do número de imigrantes que viveram na clandestinidade. Os dados que apresentamos aqui, coletados da historiografia, ilustram, de qualquer modo, alguns aspectos da imigração portuguesa.

do Estado de São Paulo, nos serviços de transporte urbano da *The São Paulo Tramway*, na produção e distribuição de energia da empresa *Ligth & Power Co. Ltda.*, em que chegou a compor, em 1930, 31% da mão-de-obra da empresa (cf. *Annual Report for 1930, The São Paulo Tramway, Light & Power Company*, apud Klein, 1993).

Entre as famílias que se dirigiram para as atividades rurais, entre 1890 e 1920, houve um progresso lento, mas contínuo, na aquisição de terras. Em 1920, os portugueses detinham, na totalidade no país, 2,1% das terras de exploração agrícola. Trata-se de um número elevado, considerando que o grupo representava somente 1,4% dessa população (cf. Klein, 1993, p. 256). Na década seguinte, de acordo com o recenseamento agrícola de 1934, os portugueses representavam 6% da produção e das propriedades entre os fazendeiros de café, abaixo somente dos italianos (21,5%) e dos espanhóis (7,4%). Destacavam-se também na produção de cereais, frutos e produtos hortícolas, chegando a assumir 22% da produção de peras e 12% da produção de morangos no estado de São Paulo (Klein, op. cit.).

Entre os trabalhadores fabris estrangeiros, sobressaíam os italianos, mas a presença portuguesa sempre foi expressiva. Dados do Departamento Estadual do Trabalho (1911-912, apud Freitas, 2006) mostram que em algumas fábricas, como Sant'anna e Santa Chantal, a mão-de-obra lusa era muito significativa, senão preferível. Entre os cerca de 10.000 trabalhadores na indústria têxtil de São Paulo em 1911, os portugueses constituíam 8% do total, sendo ultrapassados somente por brasileiros e italianos. Representavam, ainda, aproximadamente, 38% – quase a mesma porcentagem de brasileiros – entre os trabalhadores não especializados empregados pelo governo do estado (cf. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1911-1912*, apud Klein, 1993, p. 262), dados que, ao que parece, denotam a preferência pelo trabalhador

estrangeiro, em detrimento do nacional – não pela quantidade de mão-de-obra disponível, mas pela cultivação da ideia de superioridade dos trabalhadores brancos europeus¹³.

Quanto às atividades empresariais, o recenseamento de 1920 aponta 891 estabelecimentos fabris, no Brasil, pertencentes a portugueses (Simões, 1934, p. 44, apud Freitas, 2006), cuja presença é notável nos centros urbanos. De fato, a capital paulista contava, em 1929, com 203 estabelecimentos comerciais e industriais com participação societária desses mesmos imigrantes (Freitas, 2006, p. 85).

No recenseamento estatal das indústrias, realizado em 1934, verifica-se que os imigrantes portugueses eram proprietários de 460 fábricas e oficinas no estado de São Paulo, ocupando novamente o terceiro lugar, abaixo de brasileiros e italianos. Não obstante esse terceiro lugar, assinala Herbert Klein (op. cit., p. 261) que as oficinas de portugueses, considerando a capacidade de produção média, tendiam a ser maiores do que as dos demais imigrantes (excetuando-se os sírios e as multinacionais anglo-saxónicas).

Ainda “contabilizando” os espaços sócio-econômicos desse grupo, no início do século XX um número significativo de propriedades particulares pertencia a imigrantes lusitanos. Aliás, esse fato tem certo relevo na historiografia, sobretudo porque os portugueses eram sempre alvos dos ataques populares por serem identificados como proprietários exploradores¹⁴.

¹³ Sobre essa questão, ver o estudo de Carlos José Ferreira dos Santos (1998).

¹⁴ Para Mendes (2008, entre outros), essa visão cooperou para ocultar a vasta proporção de operários, trabalhadores subalternos e assalariados portugueses. Em outras palavras, a estatística contribuiu para ocultar a presença do imigrante pobre.

Ressaltando as experiências sociais, os estudos historiográficos têm evidenciado a tendência mais acentuada dos portugueses para a endogamia, se comparado aos demais grupos de imigrantes europeus¹⁵ (Klein, 1993; Florentino e Machado, 2002; Oliveira, 2006). Segundo Klein (1993), os dados estatísticos referentes ao casamento endogâmico indicam os problemas relacionados à constância do fluxo imigratório e ao processo de (des) integração desses indivíduos na sociedade receptora. Já na leitura de Florentino e Machado (2002, p. 105), esses dados deixam ver um padrão de imigração transitiva, constituída como estratégia parental, e não individual, pois que não implicou a ruptura das relações sociais, econômicas e/ou afetivas entre os familiares residentes no Brasil e em Portugal.

Parece haver um comportamento modelo: remetia-se os jovens como uma espécie de tentáculos de ação familiar em novo terreno a ser explorado. Como não tinham experiência rural (seus pais não haviam herdado terras, e a maioria declarava profissão urbana), teriam mais chances nas grandes cidades. Uma vez que a experiência da imigração não significava o fim dos compromissos com a família e dos laços com sua terra, boa parte deles tinha uma relação muito objetiva com a sociedade e o país em que se estabeleceram: era um campo de possibilidades econômicas. Daí que sua socialização (sobretudo a escolha da esposa) continuasse a ter Portugal por referência (Florentino e Machado, 2002, p. 109).

Não seria incoerente conjugar as conclusões desses historiadores, pois tanto o caráter transitório e parental da imigração portuguesa quanto o problema da integração social podem ter favorecido a endogamia. Todavia, se essas análises estão no caminho certo, torna-se necessário indagar a natureza dos laços entre Brasil e Portugal, ou seja, é preciso compreender de que maneira as reiteradas afinidades entre os dois povos favoreceram a estada dos portugueses no Brasil¹⁶.

¹⁵ Note-se que dos japoneses que se casaram entre 1908 e 1962, apenas uma pequena parcela, 3% de homens e 0,3% das mulheres realizaram casamentos mistos.

¹⁶ Voltaremos a esse ponto no capítulo que segue.

O problema da integração social ganha evidência quando se consideram alguns números menos enfatizados nos estudos historiográficos: só na cidade de São Paulo, das 165.218 prisões realizadas entre 1894 e 1916, 55% correspondem a imigrantes e, desses, 10,5% são portugueses (Fausto, 2001 [1984], p. 71)¹⁷. Essas estatísticas sobre a capital paulista mostram que os portugueses constituíram o segundo maior grupo envolvido em atividades criminosas, ficando abaixo somente dos italianos, cuja população total residente na cidade superava muito a dos portugueses.

Alguns pesquisadores creditam esses e outros dados referentes aos portugueses à natureza mais urbana desses sujeitos em relação aos demais imigrantes. Para Klein (op.cit.), essa maior concentração nos centros urbanos explicaria, também, o fato de as mulheres portuguesas tenderem a apresentar uma taxa mais elevada de filhos ilegítimos (3,5%) do que as espanholas (2,4%) ou as italianas (2,7%) (Klein, op. cit.)¹⁸.

Contudo, nesses casos, a leitura nos parece um pouco simplista, porque releva esse fator social, ocultando outros tantos aspectos distintivos ligados à experiência desse grupo nas cidades, em especial, a história pregressa desses indivíduos, o problema do desenraizamento, o embate cultural, a pobreza e miséria que assaltava boa parte da população (cf. Fausto, 2001; entre outros).

¹⁷ Segundo Boris Fausto, o problema é saber se esses dados revelam a propensão dos imigrantes a cometer crimes, ou se, na verdade, evidenciam o traço discriminatório do sistema que conduzia esses indivíduos à prisão. Na conclusão do historiador, o que se pode dizer, com segurança, é que boa parte dos imigrantes viveram tempos difíceis no Brasil, sofrendo violências e privações materiais e psicológicas, todavia não há evidência de correlação direta entre as experiências vividas por esses indivíduos e a maior propensão de cometer delitos (Fausto, op. cit., p. 74). Quanto à correlação discriminatória, diferentemente do que ocorreu com a população negra, sempre estigmatizada, no caso dos estrangeiros, esta foi conjuntural, centrando-se no período de imigração em massa (Fausto, op. cit.). Ainda nas conclusões do historiador, é preciso considerar que, na relação entre estrangeiros e nacionais, os imigrantes não constituíram uma parcela inerme da população, pronta a sofrer maus tratos. Antes, se valeram da imprensa, como mecanismo de denúncia e como meio de influenciar a opinião pública; protestaram contra as arbitrariedades das autoridades brasileiras, promoveram comícios, bateram-se contra a polícia, procuraram garantir seus direitos, quer pela contratação de advogados, quer pela pressão exercida sobre as testemunhas.

¹⁸ Dados referentes ao período de 1906 e 1910, no Estado de São Paulo.

Mesmo no caso dos portugueses, cuja experiência de imigração é sempre amenizada pela história comum, pela semelhança linguística, identidade de religião, etc., há que se considerar as condições sociais que levam o indivíduo a emigrar, além da experiência migratória em si, que altera o estatuto (social, jurídico, político) do sujeito. Afora isso, deve emergir como fator explicativo, mais uma vez, a problemática da integração social.

Ora, as afinidades entre brasileiros e portugueses são evidentes. Não se pode descartar o benefício encontrado pelo imigrante que adentra uma sociedade em que se fala uma língua similar a sua e em que se conserva a mesma religião. Todavia, conforme propõe Sayad (1998, p.236 em diante), o imigrante, na sociedade acolhedora, se caracteriza como estrangeiro, sem igualdade de direitos com os nacionais. Ainda que naturalizados, esses indivíduos, em qualquer circunstância em que seja necessária a distinção, são remetidos ao seu país de origem e à sua própria nacionalidade, ou seja, socialmente, sua condição de “não nacional” é sempre lembrada.

Para melhor pontuar essas questões, um último aspecto a ser destacado nesse levantamento sucinto sobre a presença portuguesa em São Paulo diz respeito à formação de comunidades portuguesas – associações de socorros mútuos, hospitais, sociedades literárias, bibliotecas, etc.¹⁹. Segundo Eulália Lobo (2001, p. 105), os imigrantes lusitanos tinham grande sentido de cooperação e solidariedade, “que talvez fosse oriundo das práticas de mutirão e trabalho conjunto nas fainas agrícolas e de pastoreio dos pequenos povoados em que a população aldeã mantinha também vínculos

¹⁹ O associativismo é uma característica do fenômeno migratório, assim, não se refere especificamente à imigração portuguesa. Nizza da Silva (1992, p. 94) chama a atenção para o fato de que, desde a época da independência, núcleos imigrantes menos numerosos, como os suíços (Sociedade Filantrópica Suíça, 1821), franceses (Sociedade Francesa de Beneficência, 1836) e ingleses (Sociedade Inglesa de Beneficência, 1837), já possuíam associações de caráter filantrópico.

consanguíneos”. Ainda nessa direção, Pascal (2005, p. 94) acrescenta que o movimento de cooperação e ajuda mútua teria fundamento no característico *espírito humanitário cultural-religioso português*.

É preciso lembrar que, independentemente dos valores portugueses e das diferenças essenciais entre os grupos migrantes, as associações étnicas atendem a um modelo comum: cultivam sempre o objetivo de fomentar a socialização e, ao mesmo tempo, preservar a identidade social e cultural do grupo a que se destina. Essa característica fundamental coopera para que essas entidades e instituições movam-se a partir de um duplo objetivo: reforçam a inscrição do grupo como imigrante e minimizam sua inscrição como estrangeiro²⁰, ou seja, essas sociedades, formadas por elementos de grupos diversos, distintos entre si, compõem-se pela consciência de pertença a uma dada comunidade, região, nação. Conforme propõe Cánovas (2007, p. 290)²¹, as sociedades se fundamentam, ainda, na percepção das semelhanças, pelo compartilhamento de um determinado processo, como as mudanças no seu modo de vida, e/ou as adversidades e incrementação de necessidades provocadas pelo ato emigratório em si mesmo, ou das motivações comuns da expatriação, por exemplo.

Entendidas, assim, como uma unidade, as práticas, discursos e mediações, enfim, os signos coletivos produzidos em seu interior podem significar o grau de conformidade e pertencimento dos membros de dada coletividade aos padrões culturais do seu grupo podendo, eventualmente, indicar como cada grupo reage e reatualiza elementos ancestrais de seu universo cultural simbólico frente ao novo ambiente, à nova realidade – neste caso, dupla: um país diferente e um meio estranho, urbanizado (Cánovas, op. cit.).

²⁰ Observe-se que os limites entre esses conceitos são, essencialmente, sociais e políticos.

²¹ O estudo de Cánovas focaliza os espanhóis na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1922.

Assim, o associativismo entre portugueses, bem como entre imigrantes de grupos diversos, deve ser compreendido no bojo das questões relacionadas à integração social do indivíduo ao grupo étnico de que faz parte²².

Além das organizações filantrópicas, formaram-se as de caráter cultural e recreativo, que começaram a surgir, em número considerável, a partir da década de 1920. Diferentemente das associações beneficentes, que se concentraram na atividade assistencial²³, as associações recreativas, além de divulgar a cultura portuguesa, tinham o objetivo político de defender o imigrante hostilizado e promover sua inserção na nova sociedade (cf. Lobo, 2001, p. 95). Ficam nesse grupo o *Recreio Dramático da Juventude Portuguesa* (1915), voltada para música, dança e teatro; a *Sociedade Nova Banda de Música da Colônia Portuguesa* (1921); *A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1923), *O Clube Português* (1920), entre muitas outras. Vale notar que o exercício da benemerência e a atuação na administração das associações cooperaram

²² É certo que esses conceitos são perpassados por questões muito mais densas do que deixamos transparecer aqui. Na verdade, ficam sempre pendentes de discussão as relações entre imigração e poder – em suas diversas formas –, relações que passam por questões de classes sociais, de etnicidade, etc.

²³As primeiras associações, datadas de meados do século XIX, cultivaram, inicialmente, o caráter beneficente, desempenhando papel importante na assistência aos imigrantes necessitados, já que não eram poucos os compatriotas desafortunados. Muitas dessas associações forneciam alimentos, assistência médica e farmacêutica, auxílios funerários, ajuda para emissão de passaportes e para repatriações, além de auxílio para obtenção de empregos. Parte dessas instituições, nas décadas seguintes à sua fundação, passou a atender também brasileiros. Bom exemplo é a *Beneficência Portuguesa de São Paulo* (1859), cuja primeira ação de socorro, muito restrita ao âmbito da colônia, foi a de resgatar, ainda em 1860, um negro português que fora escravizado. Mas nas décadas seguintes, sobretudo pela inauguração de seu primeiro hospital, em 1876, extrapolou seus ideais comunitários originais e tornou-se importante na assistência médica à população paulista (cf. Freitas, 2006, p. 150).

Nos anos de 1880, operou-se uma grande mutação do associativismo, com o desenvolvimento das sociedades de socorros mútuos. Esse mutualismo refletiria as novas disposições da população proletária que, sem querer depender das ações de caridade, contribuía com cotas tiradas do salário do trabalhador para a formação de um fundo comum, de modo a acautelar o futuro dos associados e de seus familiares (cf. Nizza da Silva, 1992).

para que as elites imigrantes, muitas vezes rejeitadas pelas elites locais²⁴, alcançassem notoriedade no interior da colônia (cf. Pascal, 2001, p. 101).

O traçado sócio-histórico apresentado até aqui, sublinhado por alguns quadros estatísticos, certamente não dá conta da importância da imigração portuguesa, nem de seus efeitos sobre a sociedade brasileira/paulista. Mas o que pretendemos relevar, na conjugação de dados numéricos e sociais, é o fato de que os números se referem a indivíduos concretos, na maioria anônimos, espalhados pelas ruas, metidos nos comércios, nas fábricas, nos serviços públicos e mesmo nas cadeias. Esses mesmos números incluem sujeitos ilustres, comerciantes, empresários, empreendedores, homens de letras e arte. Dito de outro modo, jaz por debaixo desse conjunto a que chamamos *grupo de imigrantes*, um diversificado e intenso movimento de pessoas.

Diante desse quadro, que evidencia o espalhamento dos portugueses pelas áreas urbanas e rurais de São Paulo, temos base para questionar se a gramática do português europeu transplantado para o Brasil por esses diversos imigrantes provocou mudanças na variedade paulista do século XIX.

Dito isso, avançaremos um pouco com as discussões sobre a natureza das relações entre brasileiros e portugueses.

3. As relações luso-brasileiras

Inicialmente, é preciso notar que a constante presença portuguesa no Brasil é, talvez, o fato mais importante para se compreender a peculiaridade das relações entre

²⁴ Os estudos historiográficos mostram que as oligarquias não abriram, facilmente, espaço social ou político aos estrangeiros e seus descendentes. Todavia, essa segregação não foi completa, pois várias famílias tradicionais se uniram, pelo casamento, a famílias de imigrantes.

brasileiros e imigrantes portugueses. Os lusos estão na América desde o tempo dos descobrimentos, nos séculos XV e XVI, assim, são os enlaçamentos históricos que melhor explicam a condição característica desse imigrante na terra brasileira, sobretudo, no tocante aos privilégios políticos e jurídicos que, desde a emancipação política, consumada em 1822, cooperaram para fixá-los “numa espécie de limbo entre o nacional e o estrangeiro” (Mendes, 2008, p. 9).

Nesse lugar, ainda difuso, ocupado pelo imigrante português, as medidas políticas e jurídicas de favorecimento coexistiram indivisamente com inúmeros conflitos e tensões (cf. Mendes, 2008) alongados no tempo e no espaço²⁵. Nesse período sob análise (1890-1920), marcado especialmente pelo início da República, as dissensões entre brasileiros e portugueses, muitas vezes recolhidas nos estudos historiográficos sob a rubrica do *antilusitanismo* ou do *lusofobismo*, tornaram-se mais visíveis, ou foram de fato alargadas em decorrência das mudanças e instabilidades no quadro social, político e econômico.

Para um bom número de historiadores, o sentimento antilusitano esteve vinculado, acima de tudo, à predominância de portugueses no comércio, irremediavelmente responsabilizados pela carência e carestia de produtos, à disputa no mercado de trabalho, às moradias. Contudo, essa leitura parece mascarar a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas entre nacionais e estrangeiros. De uma perspectiva mais pragmática, alguns historiadores observam que os portugueses se tornaram uma espécie de bode expiatório das elites políticas e econômicas, que procuraram canalizar a hostilidade popular contra esse grupo

²⁵ O artigo “*Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses*”, de Robert Rowland (2001), evidencia que mesmo no decorrer do século XX, momento histórico em que o português passa a ocupar um lugar cada vez menos relevante na sociedade brasileira, persistem, ainda que transformados e/ou minimizados, os estereótipos negativos herdados do século XIX.

específico. Nessa linha, Ribeiro (1994, p. 1) evidencia o antilusitanismo como parte de um jogo voltado ao controle social e, de modo sutil, ao controle do poder. Assim, acrescenta que as representações e imagens sobre o estrangeiro e, especialmente, sobre o português, “*passaram por uma questão de classe e de recriação dos preconceitos raciais e nacionais existentes naquela sociedade*”, manifestando-se não somente como exigências formuladas no âmbito social, mas também para atender as necessidades da nova ordem sócio-econômica, baseada no valor do trabalho e voltada à reconstrução da nacionalidade. Daí em um momento os portugueses surgirem como morigerados “trabalhadores” e em outro como “exploradores” vorazes.

Parece importante notar que essas leituras, ao menos no olhar inábil de um linguista, deixam sem foco a ação dos portugueses nesse processo e não pontuam sua conduta ou comportamento, de modo que não é possível dizer se as imagens estereotipadas correspondem a sujeitos concretos. Em outras palavras, se o que emerge da literatura é um “português genérico” (nos termos de Gomes, 1998), permanecemos cuidadosos quanto a um sujeito mais humanizado. De qualquer forma, é relevante, nesse traçado, a ideia de que, no jogo de controle e poder, o português – muitas vezes empobrecido e rebaixado na hierarquia social – é apresentado (e visto) por boa parte dos brasileiros como o explorador que ameaça sua sobrevivência²⁶.

Já mencionamos que na representação que se faz desses imigrantes como desorganizadores sociais, os portugueses são acusados, ainda, de usurpar o lugar dos brasileiros no mercado de trabalho em formação: “A disputa por empregos gerava rivalidades nacionais e disputas por espaços e pela posse da terra. Esta seria uma das formas de participação, na micropolítica do cotidiano” (Ribeiro, 1990, p. 64).

²⁶ O estudo de Gladys Sabrina Ribeiro volta-se à cidade do Rio de Janeiro, todavia, o lusofobismo não é tratado na historiografia como um fenômeno regional.

Note-se que, nesse quadro, os imigrantes são muitas vezes apresentados como protótipos do *bom trabalhador*, por oposição aos trabalhadores nacionais, mormente mulatos ou pretos (op. cit.). Todavia, pela observação dos diversos casos em que os portugueses resistiram à exploração excessiva, Ribeiro alcança a conclusão de que:

[...] havia uma “conveniência” na adoção do bem trabalhar. Não havia, portanto, uma assimilação “natural” da ideologia do trabalho. Muito menos esta era própria do “ser português”[...], o imigrante luso vestia a consciência e a ética do trabalho de acordo com as circunstâncias e com seus diferentes interesses. Elas faziam com que partilhassem a vida com uns e lutassem contra outros na árdua tarefa de sobrevivência na “Terra da Promissão” (Ribeiro, 1990, p. 43).

Mas não podemos abordar as experiências individuais e/ou coletivas dos portugueses sem atentar para o próprio das relações que se estabelecem entre trabalhador e imigrante no interior da sociedade brasileira oitocentista. Ora, com a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, os conceitos de trabalho, honestidade e honra estão interligados.

Ademais, conforme sublinhou Sayad (2002), o trabalho é uma questão central que perpassa a existência dos imigrantes. Ocorre que o imigrante é essencialmente uma força de trabalho. Dito de outro modo, é o trabalho (ou a possibilidade de trabalho), apresentado como oportunidade de integração social e de ascensão ao imigrante, que fundamenta ou justifica o movimento migratório, autorizando a estadia do imigrante em uma dada sociedade (op. cit., p. 52-55).

No caso dos portugueses, cuja presença maciça na sociedade brasileira é anterior à necessidade de mão-de-obra para lavoura cafeeira, é necessário indagar se seu estatuto nessa sociedade em que “*o trabalho dignifica o homem*” é o mesmo dos demais imigrantes. Ora, no período de colonização, em que o português desempenhou papel hegemônico no Brasil, inteirando a maior parte das elites intelectuais, econômicas, políticas e mesmo provendo os quadros religiosos e militares, controlando o comércio e

o artesanato (ver Lobo, 2001; Barbosa; 2003), a experiência dos portugueses no Brasil era, evidentemente, de outra ordem. Primeiro porque, até a emancipação política brasileira, os portugueses não eram, politicamente, os estrangeiros, mas os colonizadores, que muitas vezes agiram no Brasil como se nunca tivessem saído de casa (cf. Lippi Oliveira, 2006). Nas palavras de Lourenço (2001, p. 45-46), esse empreendimento de caráter planetário chamado “expansão”, “conquista”, “colonização” não se confunde com a emigração propriamente dita, em que as partidas e expatriações para as terras longínquas ou continentes novos representam a procura de uma sorte melhor, assinalada pelo contínuo desejo de regresso a casa.

Talvez, do ponto de vista social, essa observação seja exagerada, todavia, é justa do ponto de vista político. Basta lembrar que a constituição de 1824 adotou o entendimento de que, até a data da independência, todos os homens livres no Brasil, com exceção dos estrangeiros residentes, eram portugueses, independentemente do lugar de seu nascimento. Com a emancipação, tornaram-se cidadãos brasileiros (cf. Mendes, 2008)²⁷. Assim, a noção de imigrante, associada a indivíduo estrangeiro, sequer se aplicava àquele contexto social e político. Nas décadas seguintes, a condição dos portugueses no Brasil foi a de assimilados (cf. Nizza da Silva, 1992), e as circunstâncias que determinavam a existência de um imperador português nesta nação garantiam, de certa forma, essa integração.

Afora isso, enquanto predominou no Brasil a mão-de-obra escrava, a relação do e/imigrante com o trabalho sempre foi distinta. Em um quadro amplo, no período imperial, a imigração envolvia a ocupação do território, preferencialmente por uma população branca. Assim, os estrangeiros eram atraídos para povoar e colonizar os

²⁷ Mendes chama a atenção para o fato de que essa constituição confundiu cidadania e nacionalidade, referindo-se indistintamente ao primeiro termo, num país em que grande parte da população era constituída por escravos e homens livres sem direitos políticos.

vazios demográficos, possibilitando a produção de riquezas e o conseqüente desenvolvimento econômico. O imigrante esperado era o agricultor, que se encaminharia para as colônias dispostas nas terras devolutas do governo, e organizadas em sistema de pequenas propriedades (cf. Lippi Oliveira, 2006; Petrone, 1982; entre outros)²⁸. Mesmo quando a colônia Brasil se torna um espaço de imigração, por conta do ouro de Minas Gerais, a imigração desencadeada é de certa forma distinta, porque, “na ordem simbólica tudo se passa como se o português nunca tivesse emigrado” (Lourenço, 2001, p. 49).

Ainda no que se refere à imigração portuguesa, considerando esse período que antecede o de imigração em massa, Alves (1994, p. 406), sublinhando os movimentos de pessoas do nordeste de Portugal (especialmente do Porto) para o Brasil, observa que a representação mais persistente é a da expansão capilar por meio de redes familiares e de vizinhança. Citando um artigo publicado na *Revista Universal Lisbonense*, em 1843, ele acrescenta: “*A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande número de negociantes e lojistas d'essa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e n'outros portos, os quaes pelas suas relações de parentesco, vizinhança e amizade atrahem muitos mancebos aquella corte, onde são quasi exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazéns.*”

Na mesma linha, Sousa e Cirne (2007, p.204), observando a emigração do norte de Portugal para o Brasil entre 1805 e 1832, evidenciam que, nesse período, entraram no Brasil famílias inteiras de portugueses, parte em busca de trabalho (geralmente

²⁸ Conforme resume Petrone (1982, 17), a colonização por meio da pequena propriedade tinha o objetivo de “ [...] ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária, e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifundiário e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava.”

negociantes e caixeiros), parte visando tratar dos seus negócios, visto que as relações econômicas do Porto com o Brasil eram muito relevantes.

Já os portugueses que chegaram ao Brasil entre as últimas décadas do século XIX e início do XX vieram, primordialmente, substituir o trabalho escravo²⁹. Desse modo, os primeiros grupos assentados na fazenda Ibicaba e, sobretudo, os entrados no período da *grande migração*, podem ser considerados, finalmente, imigrantes. Vale reiterar que o princípio que vigora, nesse contexto, é o de que ser imigrante é ser força de trabalho, ainda que, conforme notamos anteriormente, não se conformassem, ao menos não coletivamente, ao estereótipo do trabalhador. Lourenço (2001, p. 50-51)³⁰ arremata bem essa questão ao afirmar que:

A grande vaga migratória do fim do século passado e do princípio do nosso século dá o último retoque à imagem do emigrante europeu. É aquele que parte de sua casa para ir trabalhar onde muitas vezes tinha sido senhor. O inglês vai para os Estados Unidos, como o português para o Brasil - todos os anos mais de 40 mil no princípio do século -, ou o espanhol para o México. A cor da pele protege-o e humilha-o, no novo papel de homem branco que tem de carregar nos ombros o fardo de antigo colonizador.

Essas proposições de Lourenço sublinham o caráter ambíguo e conflituoso das relações entre o imigrante europeu, ex-colonizador, e a sociedade receptora, ex-colônia. Os indivíduos pobres que aqui chegavam para trabalhar tinham de lidar com o desprezo e com os maus tratos a que eram constantemente submetidos, tinham de aprender a língua e lidar com as diferenças. Mesmo no caso dos portugueses, aprender o português brasileiro (essencialmente o léxico e a prosódia) era uma tarefa indispensável para

²⁹ É verdade que em algumas Províncias/Estados a imigração teria se voltado ao povoamento e desenvolvimento agrícola, pela formação de núcleos coloniais. Todavia, em São Paulo, entre outras províncias/estados, a imigração foi direcionada à substituição da mão-de-obra escrava.

³⁰ O artigo, intitulado *A Nau de Ícaro ou o fim da imigração*, é de fevereiro de 1993.

aqueles que pretendiam permanecer no Brasil³¹. Nesse quadro, no que toca à experiência individual e, ainda mais, à experiência coletiva, o “ter sido” colonizador é um peso a mais a ser carregado pelo imigrante.

É preciso notar, ainda, que as concepções raciais nunca estiveram dissociadas das relações de poder (*status*, riqueza) (cf. Hofbauer, 2003, p. 77). O negro escravo, que realizava o trabalho pesado, era também o indivíduo despossuído, não letrado, excluído da vida política, tomado como objeto no exercício do poder senhorial. O “status social” elevado, nesse contexto, se confunde com a cor/raça branca. Em outras palavras, a possibilidade de ascensão está sempre ligada à transformação da “cor de pele”, ou de “metamorfose” de “raça” (cf. Hofbauer, 2003, p. 78). Mas, quando o imigrante passa a substituir a mão-de-obra escrava, torna-se necessário vencer o estigma associado ao trabalho, não pelo trabalho em si mesmo, mas pela correlação com os indivíduos que o exerciam³². A cor / raça é sempre um benefício, porque, no contexto já exposto, coloca o imigrante em um patamar mais elevado em relação ao negro. Todavia, o trabalho braçal, desvalorizado naquela ordem social e política, o mantém em condição inferior na hierarquia social, tanto em relação às elites brancas, quanto em relação aos indivíduos que desempenham tarefas consideradas mais dignas.

Queremos dizer, com isso, que esses imigrantes, ao se estabelecerem no Brasil, tiveram de lidar com essas questões sociais, econômicas, culturais e políticas que perpassavam a sociedade brasileira, inclusive com o estigma associado ao trabalho e com os demais preconceitos. A ordem social e política do Brasil do final do século XIX e início do XX dava margem a essa contradição: o imigrante era o agente de civilização

³¹ Entrevistamos um imigrante português chegado ao Brasil em 1945. Para esse informante, assim como para seu pai e demais parentes aqui radicados desde o início do século XX, aprender a língua (especialmente o léxico e a prosódia) era o principal desafio.

³² Sobre essa questão, ver o estudo de Carlos José Ferreira dos Santos (1998).

e de modernização, responsável não somente pelo avanço da economia, mas pelo melhoramento da raça brasileira. Valorizado por ser branco e civilizado, mas desvalorizado por ser trabalhador braçal, pessoa estrangeira, pobre, de pouco ou nenhum letramento.

4. O lugar da língua

No Brasil do final do século XIX e início do XX, a língua dos imigrantes também era desvalorizada. O chamado português *ruim e errado* de imigrantes italianos, espanhóis e mesmo lusitanos era constante alvo de zombaria.

Não é demais lembrar que, no caso da imigração italiana em São Paulo, o denominado *português macarrônico*, por exemplo, foi muitas vezes recriado, em tom paródico, para marcar a diferença da língua do *outro*³³. Note-se, ainda, que a representação do imigrante italiano na obra “Belenzinho (1910)”, do memorialista Jacob Penteadó (1962), se faz predominantemente por sua língua, sempre anunciada na tentativa de transcrição de eventos orais, conforme citação abaixo:

A origem do termo, “CARCAMANO”, aliás, é pitoresca. Dizem que os negociantes italianos, em geral os do mercado, quando o filho pesava um artigo para o freguês e faltavam algumas gramas, diziam-lhe, em surdina:
– Calca la mano, figlio mio![...] (Penteadó, 1960)

Os modos de dizer do imigrante italiano também são observados a partir de sua inscrição como um tipo popular:

³³ Sobre a língua misturada dos imigrantes italianos, ver os estudos de Orlandi (1996) e Marques (2004), bem como referências citadas.

Lembro-me, também, do jornaleiro italiano, como todos, então, que passava correndo pelas ruas, gritando: Diário Popular, Platéia, Gazeta!”Mas, fazia-o tão depressa e misturava tanto as palavras, que pouca gente o entendia. Conheciam-no, por isso, como “*O Diabo a pular no azeite!*”
Às quartas-feiras, trazia o “Tico-tico”, a única revista infantil da época [...] quando avista um provável leitor, gritava-lhe:
– O Tico-Tico, guaglió! [...] (op.cit.)

Nesse recorte, é possível perceber a língua, os hábitos e ocupações do imigrante associados na construção de sua identidade, quer para sua inscrição como um tipo popular, quer para sua inscrição como estrangeiro. Dessa perspectiva, o imigrante é diferente do brasileiro/paulista, e essa diferença fica bem marcada na (e pela) oposição entre as duas línguas – a nacional e a estrangeira – e no modo próprio de ser do indivíduo que a emprega. O que se coloca, portanto, é a forma como a língua também é responsável por determinar, na interação social, o lugar desses sujeitos na sociedade da época.

No caso dos falantes de línguas mais distantes do português, como os japoneses, por exemplo, a manifestação de preconceito vai muito além da paródia. Muitas vezes esses imigrantes foram observados como indivíduos desagregadores, que ameaçavam a nação brasileira. Sujeitos perigosos, que promoveriam a heterogeneidade linguística (por causa de sua língua originária) ou corromperiam (pelo mau uso) a língua nacional (cf. Bueno, 2006).

Nesse contexto de evidente intolerância, há lugar para disposições políticas, como a de Silvio Romero (1906), em “*Allemanismo no Sul do Brasil*”, que, tomando a língua como elemento central, propõe que os alemães, pelo apego aos valores germânicos, não se deixavam assimilar pela sociedade brasileira. Em seu discurso de crítica à condescendência do governo, que permitia a constituição de colônias homogêneas, Romero procura evidenciar, por meio de citações de artigos publicados,

sobretudo no *Jornal do Commercio*, que esses imigrantes cultivavam o projeto de tornar a região Sul independente do Brasil. Para o autor, a própria história dos alemães – que assumiam em seu discurso o estereótipo dos bárbaros que destruíram Roma –, e o desprezo com que tratavam os brasileiros confirmavam a má intenção desses indivíduos. A preservação dos hábitos linguísticos demonstrava, segundo o autor, o caráter de um povo conquistador e ambicioso³⁴.

Quanto aos imigrantes portugueses, também falantes da língua portuguesa, o caso é, certamente, distinto, já que, conforme dissemos na introdução deste estudo, as diferenças entre o PB e o PE não caracterizam, ao menos no plano político, a cisão da língua portuguesa. Todavia, apesar da similaridade linguística, no espaço da nova sociedade, os lusitanos são incluídos como estrangeiros e, nesse caso, também são determinados pela língua que falam.

Na imprensa caracterizada pela disposição antilusitana, como o jornal carioca *O Jacobino*³⁵, dirigido por Deocleniano Martyr, a construção do estereótipo desse grupo de imigrantes passa, certamente, pela língua. Analisando algumas edições publicadas

³⁴ Bueno (2006) apresenta uma interessante análise deste texto de Silvio Romero.

³⁵ Os estudos historiográficos evidenciam que o movimento jacobino era bastante forte no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do XIX e esteve ligado ao processo de implementação do republicanismo brasileiro.

Apresentado enquanto grupo social e político, os jacobinos se reconheciam como republicanos puros e históricos, imbuídos do dever de proteger a República das parcelas inimigas (Simas, 1994). Abominavam os monarquistas e condenavam a colonização e a presença portuguesa nos assuntos políticos, econômicos e sociais brasileiros. Nas palavras de Simas (op. cit.), entre os jacobinos “*O republicanismo adquire ares de religião, na medida em que a República funciona como um elo de ligação entre uma comunidade que se agrupa em torno dela, movida por um mesmo sentimento: a fé em seus desígnios*”. Defendendo uma república forte e militar, visando ao progresso e à civilização, os jacobinos responsabilizam o Império pelo fracasso pelo atraso do país (cf. Oliveira, 1990; Triches, 2009).

Triches (2009) observa que as classes mais populares aderiram ao movimento jacobino pelo viés do radical antilusitanismo: nos discursos do final do século XIX esses imigrantes eram apontados como “o mal” da nação brasileira. Nessa direção, vale como exemplo a crônica de Raul Pompéia, publicada no *Jornal do Comércio* (em 1892), na qual a população da capital federal foi classificada como povo bom e mau. Nessa composição, os bons eram os brasileiros republicanos, nacionalistas e florianistas e os maus não eram senão os portugueses, antinacionais e monarquistas (op. cit.). Note-se que a imprensa cumpriu papel fundamental na difusão dessas idéias.

entre 1895 e 1896, encontramos uma grande quantidade de piadas, charges, notícias e artigos voltados à caracterização do imigrante português como explorador, desonesto, sujo, e também como estrangeiro ignorante, portador de uma língua ruim, *atamancada* (cf. Triches, 2009).

Na edição de nº 41 (12/12/1895), por exemplo, surge na primeira página de *O Jacobino* uma coluna intitulada “*Perfis Portuguezes*”, na qual os editores adjetivam e tipificam esses imigrantes:

Começamos hoje, conforme promettemos, á estampar em nossas columnas os “*frontespicios*” de diversos “profissionaes” da excrementalissima luza-raça do reino do munjolo.

Em cada uma dessas boçaes e acavalladas caras, encontrará facilmente o leitor a designação exacta da respectiva profissão que elles exercem em nossa tão explorada Patria...

Olhem este... o que se parece? Advinhem lá... Não descobriram ainda? Pois é o perfeito typo de um [...] (*O Jacobino*, 12/12/1895).

Sucedo ao texto uma figura que, deformada pelo traçado exagerado e pela expressão ridícula, é apresentada como um “BELCHIOR”. Na mesma edição, submetem-se, ainda, mais dois tipos: “*o pasteleiro*” e o “*o taverneiro*”.

Segundo os editores do jornal, essa exposição verbal e figurada assegurava a faina de “por meio do ridículo e do descrédito” fazer a “gallegada infame e desmoralisadora” tomar vergonha e “deixar de intrometter-se nos negócios do Brasil” (*O Jacobino*, 19/10/1895). Assim, em cada descrição jocosa e em cada expressão caricaturesca, os jacobinos seguiam compondo um único quadro, em que esses sujeitos tipificados se apresentavam como um “mal” à nação brasileira³⁶.

³⁶ Além desse discurso voltado à ridicularização dos portugueses, os jacobinos dirigiam-se diretamente a qualquer um que se mostrasse favorável à causa lusitana. Ainda na edição de 12/10/1895, sob o título “*Isto é um desaforo*”, lê-se a seguinte reprimenda: “Pois não é que a velhacaria morasmenta do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro nomeou seu sócio honorário o gallegão **thomaz antonio ribeiro**, o injuriador da farda do nosso Exército e o diffamador da honra da mulher Brasileira. Qual, esses velhos já

Os números seguintes desfilaram outros perfis: “o agiota”, “o barbeiro”, “o soldado da guarda nocturna”, “o leiloeiro”, “o carroceiro”, “o padre”, “o açougueiro”, “o carregador”, “o litterato”, “o senhorio”, “o zangão”, etc.. Nessa esteira, a edição de 30/11/1895, submete a seguinte caricatura:

Hoje, para variar, apresentamos aos nossos leitores um dos mais exactos specimens da acavallada e suina raça.

Este frontespício representa o gallego taverneiro que, do alto de seus tamancos, de suspensórios, em mangas de camisa, sem meias, com o indispensável par de óculos e a estufada barriga, chama um vendedor de jornaes e lá no fundo da taverna (para que ninguém o veja) delicia-se (para não dizer ao contrario) na leitura do “*malbado e xafadu “Jacuvino”*”.

É tal qual, caros leitores pena é que não possamos estar atraz de uma porta, para ver e ouvir o que de pragas e de descomposturas elles nos passam quando lêem o nosso positivo jornal[...].

E são esses excrementaes immigrantes, que se dizem nossos “irmãos d’alem mar” e pretendem imiscuir-se em o nosso meio político e social!

Felizmente, nós damos a elles o seu real merecimento.

Ora, tinha graça, nós irmãos de gallegos! (*O Jacobino*, 30/11/1895, grifo nosso).

Emerge com a figura grotesca descrita como “*português taverneiro*”, a representação de uma “*língua ruim*”, marcada, essencialmente, pela troca do **v** pelo **b** e pelo uso do **s** chiante, traços dialetais próprios da região norte de Portugal (cf. Cintra, 1971; entre outros). Nas piadas, o desprezo à língua desses sujeitos fica mais nitidamente indicado:

Um Brasileiro perguntou a um gallego:

– Oh! barbalho, tu onde querias ser distinguido? Entre os burros ou entre os homens?

– **Entre os vurrus! Istá vem bistu!** Disse o azno.

– Mas por que? Retorquiu o Brasileiro.

perderam o brio o decoro! Ora, o gallego membro do Instituto! Que desaforo! Qual! Isso só a chicote!” (*O Jacobino*, 12/12/1895, grifo nosso).

Note-se que os nomes próprios portugueses, bem como o nome Portugal, aparecem sempre grafados em letras minúsculas, de modo a marcar a suposta inferioridade do povo e das coisas portuguesas. A seção de notícias certamente seguia a mesma linha: “Os commissarios de Hygiene do 3º districto, inutilizou à rua do Gamboa nº 42, 8 barricadas contendo 833 kilos de carne podre. Como não deve estar o gallego triste! Bem feito, deveria ainda ir parar na cadeia, para não ser miserável. Que coisa boa, a desgraça de gallego! O Brasileiro deve preferir estar ao lado de qualquer animal feroz, do que ao de um gallego, pois aquelle é temerário e este é traiçoeiro, pestilento, feio e perigoso. Fugam delles, Brasileiros” (*O Jacobino*, 12/10/1895).

– **Ospois, antã nõ xavi qui eu entre us vurrus xou xempri portugueis i entre us homis na xou naida?** (*O Jacobino*, 11/07/1896, grifos nossos)

Lição de portuguez a um gallego:

Professor: O verbo transitivo é aquelle que pede depois de si um complemento directo, como: amo a meu pae, amo a minha mãe e amo à Gloria.

O verbo intransitivo é aquelle que não pede complemento algum depois de si, como: Pedro dorme, etc., etc.

Gallego – **já xei, já xei: u bervu tranjitivo aima a Gloria, u Voita-foigu, u Catumvy, u Pidrigulhu e a Laipa, i u bervu intranjitibu nõ aima coija ninhuima purqui istá a durmiri!** (*O Jacobino*, 18/07/1896, grifos nossos)

Outro exemplo, apresentado no estudo de Oliveira e Kewitz (2002), foi extraído do jornal *O Correio Paulistano*; trata-se de uma carta, publicada em 22/09/1865, na qual sobressaem esses mesmos aspectos fônicos tão satirizados na imprensa lusofóbica:

Recebi a bossa carrta datada de hontem, e bourexponder tudo nõ exqueceu-me debauxe antex bauxe é quem exqueceuxe de nós; podex mandar o piqueno que eu aperto com helle afim de aprender vem, já estão respondidox doux período da boxa carta faltão doux; [...] (*O Correio Paulistano*, 22/09/1865. In: Oliveira e Kewitz, 2002, p. 150).

Segundo as autoras, é possível que essa carta seja meramente caricatural, o que facilita sua inclusão entre as representações debochadas da língua desses sujeitos, na mesma linha do que se apresenta no jornal *O Jacobino*.

Neste contexto, ainda que o brasileiro seja capaz de compreender perfeitamente (ou quase) a língua do *outro*, alguns aspectos dessa língua, sobretudo a variação da pronúncia e as diferenças lexicais, são observadas como marcas de distinção e, por isso, muitas vezes são tomadas como objetos de correção e mesmo de zombaria.

Lembramos, seguindo Lyons (1987, p. 249), que as diferenças de pronúncia, assim como ocorre com outras diferenças sintáticas e lexicais, muitas vezes são observadas pelos membros de uma comunidade linguística não somente como

indicadores da proveniência regional do falante, mas também como marcas de inferioridade social ou de educação.

Nessa mesma linha, Bourdieu (1983, p. 12) chega a afirmar que propriedades tais como “posição” da voz (nasalização, faringalização) e pronúncia podem oferecer melhores índices do que a sintaxe para a localização da classe social dos locutores.

5. Ainda a questão linguística

Iniciamos essas notas sobre as questões linguísticas relacionando as concepções negativas a respeito da língua *do outro* aos demais preconceitos alimentados contra o imigrante. Todavia, torna-se necessário questionar se o preconceito linguístico atinge, indiscriminadamente, a todos os imigrantes, ou se diz respeito à língua praticada pelos indivíduos pobres e não-letrados.

O que podemos dizer a esse respeito é que a discriminação social dá margem ao preconceito linguístico. Estabelecido o preconceito, a variação estigmatizada sofrerá, na maioria das vezes, uma apreciação crítica negativa. Não podemos dizer que isso ocorre independentemente da posição que o falante ocupa na sociedade, pois, a aplicação de variedades estigmatizadas pode ser observada enquanto estratégia de subversão às hierarquias objetivas e também estratégia de condescendência, desde que o falante seja suficientemente letrado para que sobre ele não pese a suspeita de inferioridade social (Cf. Bourdieu, 2008, p. 55-56). À preservação do sotaque e/ou à mistura linguística podem ser atribuídos valores positivos, desde que os ouvintes avaliem as diferenças linguísticas como marcas de prestígio, associadas às características superiores de um determinado grupo sócio-cultural.

Pensando sobre a sociedade brasileira do século XIX, propomos, portanto, que o uso linguístico considerado incorreto seria provavelmente alvo de preconceito entre os intelectuais brasileiros. Contudo, a variação de pronúncia ou mesmo a mistura linguística no discurso de um estrangeiro letrado, falante do inglês, francês ou alemão, por exemplo, poderia ser tomada, entre os mesmos intelectuais brasileiros, como indicativos de uma cultura superior. Vale lembrar que, nessa época, não era raro encontrar entre os intelectuais quem publicasse seus textos em outras línguas, com o fim não somente de demonstrar conhecimento, mas de inserir o Brasil (ou o brasileiro) no quadro das nações civilizadas. Um exemplo externo é o caso de Tobias Barreto que, em uma cidadezinha esquecida no interior do Brasil, fazia publicações em alemão, “*jornal que certamente não encontraria leitores*” (Viotti da Costa, 1999, p. 263).

Mas em uma situação discursiva distinta, entre não-letrados, por exemplo, essa mesma variação linguística pode ser estigmatizada. Nesse caso, é bastante ilustrativo o relato da imigrante alemã, Anne Maria Auguste Hoffmann, radicada no Brasil em 1922:

Eu ia na rua tentar me comunicar com as crianças, voltava chorando, porque me... tinha uns vizinhos que eram ingleses e eu me entendia com as crianças, porque tem um dialeto em Hamburgo, uma linguagem popular, que é bastante parecido com o inglês. Eu me entendia com os ingleses, mas a mãe dos ingleses não queria que as crianças brincassem com uma alemã, então a gente se encontrava no fundo do quintal, escondido da mãe, da inglesa. Mas, português muito mais tarde. Português eu fui aprender quando tinha 14 anos, me revoltei do colégio das freiras e fui fazer exame de admissão na Escola de Comércio José Bonifácio. E tinha um professor que me examinou em francês, matemática, geografia, essas coisas... depois o exame eliminatório era no fim, era português. Aí o professor me deu uma cola, no mataborrão naquele tempo dava para fazer cola. Eu fui agradecer na rua, ele disse: ‘Não lê. Deixe que eu me arrependa, que eu vou ser seu professor de português’. Ai eu estudei, estudei no duro, aí no fim do ano era a primeira da classe. Passei cola para um brasileiro que sentava atrás de mim, que remendava o meu sotaque. Nunca mais ele me remendou, né? (HOFFMANN, Anne Maria Auguste Josephine. São Paulo, Memorial do Imigrante, Setor de História Oral, apud Bueno, 2006).

O que podemos concluir, a partir disso, é que os critérios de avaliação e o valor da língua flutuam de acordo com o mercado linguístico (cf. Bourdieu, 2008). Quanto mais elevado o lugar ocupado pelo falante na sociedade, maior é o peso de sua linguagem e mais favorável lhe é o mercado, ou seja, a situação discursiva (formal/informal; oficial/não-oficial, etc.), o grau de letramento e a posição social do falante, o reconhecimento que os ouvintes concebem àquela língua e àquele falante é que determinam o valor da língua ou da variação linguística em uso. O mesmo vale para os portugueses, já que, dependendo da situação, o imigrante pode ser observado simplesmente como o *estrangeiro*, que usa uma língua melhor ou mais civilizada, ou diferente, ou engraçada, ou ridícula, a depender do critério subjetivo usado pelo interlocutor para julgar o discurso do *outro*.

Nem mesmo o uso linguístico prestigiado, em situação formal/oficial, em que a autoridade do locutor é antecipadamente reconhecida, é suficiente para garantir a eficácia do discurso (cf. Bourdieu, 2008, p. 57). Tudo depende sempre da pronúncia e, secundariamente, do vocabulário empregado, observados enquanto índices da autoridade e competência social e linguística do locutor³⁷.

³⁷ Bourdieu acrescenta, ainda, que “A avaliação prática da relação de força simbólica determinante dos critérios de avaliação vigentes no mercado em questão somente leva em conta as propriedades propriamente linguísticas do discurso na medida em que elas anunciam a autoridade e a competência sociais daqueles que a pronunciam. Processo semelhante envolve outras propriedades não linguísticas, como, por exemplo, a empostação da voz [...], disposição duradoura do aparelho vocal que constitui um dos marcadores sociais mais poderosos, bem como todas as qualidades abertamente sociais, tais como os títulos nobiliárquicos ou escolares, o vestuário, em especial os uniformes e as vestimentas oficiais, os atributos institucionais, o púlpito do padre, o estrado do professor, a tribuna e o microfone do orador, que colocam o locutor legítimo em posição eminente e estruturam a interação através da estrutura do espaço que tais propriedades lhe impõem, até chegar à própria composição do grupo no interior do qual se realiza a troca [linguística]”.

6. Conjugando dados

Os estudos historiográficos deixaram bem registrado que a forma de inserção dos imigrantes portugueses na sociedade brasileira era diferenciada, se observada em relação às demais correntes migratórias. A constante presença portuguesa, a similaridade de língua e cultura, as redes sociais de parentes e amigos facilitaram não somente o assentamento, mas a aculturação do imigrante português no Brasil.

Isso não quer dizer, entretanto, que esse grupo encontrou aqui todas as portas abertas. Ao que parece, não houve essa instantânea integração sócio-cultural e política dos imigrantes lusos no Brasil. Assim como ocorria com os demais imigrados, a maioria dos portugueses era pobre; as possibilidades de ascensão social eram quase inexistentes; a estrutura da sociedade brasileira e a própria mentalidade das elites econômicas facilitavam a exploração. Conforme propõe Martins (2002), a ideia de que o imigrante obteve sucesso e ascensão social no Brasil mascara essa outra realidade de indivíduos que permaneceram por mais de meio século na condição subalterna de colono pobre das lavouras cafeeiras, empenhando toda a família para sobreviver, “em grande parte porque o novo regime de trabalho e do colonato, combinava relações de trabalho de várias datas históricas: produção direta dos meios de vida, parceria, renda de terra em trabalho, obrigação de dias gratuitos de serviço e apenas em escala reduzida, o salário anual em dinheiro.” (Martins, 2002, p. 167).

Embora algumas teses mostrem a ascensão de parte dos imigrantes, e está claro que no curso de um longo período migratório uma pequena parcela de imigrantes foi se tornando pequenos e médios proprietários de terra³⁸, ou desempenhou papel importante

³⁸ Alguns imigrantes se tornaram grandes proprietários (cf. Boris Fausto, 1991; Klein 1989).

nos negócios urbanos,³⁹ é fato que, independentemente da linha de análise seguida pelos historiadores, “ninguém nega a dureza da vida do colono imigrante no período de imigração em massa” (Fausto, 1991, p. 22, grifo nosso). Além das dificuldades relacionadas à pobreza, às péssimas condições de trabalho, à dificuldade de se integrar à nova sociedade, os imigrantes tiveram de lidar com os preconceitos contra o estrangeiro:

O preconceito permeou o debate pragmático sobre a promoção de etnias desejáveis e rejeição das indesejáveis, incorporou diferenciações regionais preferindo entre os italianos os “mansos vênets”, distinguindo entre libaneses finos e sírios boçais, etc. [...] Em um plano menos visível, lembro o preconceito que permeia as relações sociais cotidianas, a partir de pequenos gestos, palavras e atitudes cujo revelador mais óbvio são as figuras estereotipadas do “turco embrulhão”, do “judeu da prestação”, do “espanhol encrenqueiro”, do “lituano bicho d’água”, etc. (Fausto, 1991, p. 51).

No caso dos imigrantes lusos no Brasil, o problema da interação social passou, ainda, por relações históricas que enraizaram ressentimentos, desconfiança e preconceitos contra os portugueses, observados enquanto ex-colonizadores. Entre as figuras estereotipadas, esses sujeitos, conforme mostramos no decorrer deste capítulo, surgem como cobiçosos, exploradores, inescrupulosos, gananciosos, não raramente, atrasados, brancos, rústicos (cf. Nelson Vieira, 1991, p. 102-120⁴⁰; Ribeiro, 1998; Triches, 2009; entre outros). Nesse contexto, a língua também é um referencial do estereótipo. O modo de falar do imigrante português não somente contribuiu para sua identificação como estrangeiro, mas para articulação de uma imagem negativa e classificatória sobre esses indivíduos.

³⁹ Cf Boris Fausto (1991).

⁴⁰ O autor trata da representação do imigrante na literatura brasileira do século XIX e XX, e evidencia o modo como essas representações são colhidas no interior dessa sociedade, no contexto de instabilidade econômica e política e de busca pela identidade nacional. A literatura, nesse caso, teria contribuído para acentuação da postura antilusitanista.

Um ponto central a ser destacado, considerando esse quadro, diz respeito ao valor conferido, no Brasil, à língua portuguesa. Ora, está claro que nenhuma língua goza de virtudes intrínsecas, antes, ela vale em seu mercado (cf. Bourdieu, 1983). No caso brasileiro, a língua dos imigrantes portugueses *pobres, não escolarizados*, embora oriunda de Portugal, não funciona como capital linguístico, sobretudo porque esses falantes não dispõem de poder e autoridade nas relações de força econômicas e culturais; em outras palavras, *“ao nível dos grupos tomados em seu conjunto, uma língua vale o que valem aqueles que a falam, ao nível das interações entre os indivíduos, o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina”* (op. cit., p. 11). Ademais, ainda com base nas teses de Bourdieu (1983; 2008), podemos dizer que a variedade de maior valor na sociedade brasileira (a norma linguística) não é senão um artefato, cuja eficácia depende sempre dos instrumentos de produção e reprodução linguísticas, especialmente da escola, principal responsável por medir a competência dos falantes. Nessa construção, não se considera a competência propriamente linguística dos imigrantes portugueses, mas o conjunto de propriedades constitutivas de sua capacidade social, que diz respeito às formas de capital que ele possui.

CAPÍTULO V

Questões de LÍNGUA

*O delírio do verbo estava no começo, lá
onde a criança diz: Eu escuto a cor dos
passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não
funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um
verbo, ele delira.*

(Manoel de Barros, “Uma didática da invenção”)

Parte I

Fatos da Língua

Na introdução deste estudo, observamos que a literatura linguística tem evidenciado um conjunto de traços (sintáticos, morfológicos, fonológicos, etc.) distintivos do português brasileiro contemporâneo. Esses traços são comumente interpretados como frutos de um processo de mudança linguística, ou por (semi) crioulização, com subsequente descrioulização, ou pela deriva histórica natural¹.

Bem sabemos que o conceito de mudança implica, necessariamente, a cisão entre o passado e o presente da língua. Assim, proposto o corte essencial (no século

¹ O debate acerca da origem do português do Brasil permanece vivo. Até aqui se discute *como* e com *quanto* as populações indígenas e africanas contribuíram para formação da realidade linguística brasileira. Em estudo bastante recente, Lucchesi (2009) reitera que os obstáculos ideológicos, determinados por uma visão de superioridade cultural do ex-colonizador europeu, e o próprio formato das pesquisas no campo linguístico (“opções teóricas imanentistas”), além, obviamente, da falta de evidências empíricas que comprovem as hipóteses aventadas, dão margem a essas velhas interrogativas: o sistema gramatical brasileiro é fruto de uma mudança natural, ou tem origem crioula?

A hipótese do substrato crioulo admite que sua gênese resulta do confronto entre dois sistemas: as línguas nativas dos grupos colonizados e a língua de um grupo dominante. Nessa concepção, a língua nativa teria deixado traços profundos na língua brasileira. Essa proposta fundamenta-se, essencialmente, nas condições históricas da colonização brasileira semelhantes as de outros povos colonizados que desenvolveram pidgins e crioulos (cf. Zimmerman, 1999; Lucchesi, 2009; entre muitos outros).

Ainda mais complexa e de difícil comprovação é a hipótese de que o PB não somente se constitui em crioulo, mas está em processo de descrioulização.

Têm relevância, no conjunto de hipóteses contrárias ao crioulo, os estudos que propõem que o PB popular resulta de uma mistura de fatores que, em ambiente adequado às realizações variáveis previstas no sistema, acelerou e elevou ao máximo as diferentes possibilidades estruturais, tornando-as mais salientes no Brasil, quando comparadas com o PE (cf. Naro & Scherre, 2007, entre outros estudos). O que os autores propõem é que as variáveis já existiam na língua portuguesa e, após o contato linguístico, assumiram características próprias no PB.

XIII) que marca o início da história da língua portuguesa, o que temos é o decurso de ao menos cinco séculos até o assentamento da gramática do português brasileiro.

Na periodização tradicional, que reconhece três grandes fases da história da língua portuguesa² – arcaica, clássica e moderna –, o português brasileiro fica alocado no último período, especificamente no século XIX.

Na proposta de Charlotte Galves (et. al.)³, desenvolvida pela observação das gramáticas (nos termos gerativistas) que se sucedem na história do português, a gramática brasileira emerge a partir do *português médio* – fase intermediária, entre a segunda metade do século XIV e o início do XVIII, que contorna parte do período arcaico mais o clássico. Nessa divisão temporal, o português médio constitui a base da gramática do português brasileiro e do português europeu moderno, ambas assentadas, por percursos distintos, no século XVIII.

Essa formulação acentua um pressuposto básico de nossa pesquisa: o português brasileiro e o europeu constituem gramáticas distintas. Ainda com base nesses estudos

² Para clareza, seguem algumas propostas de periodização, conforme apresentadas por Mattos e Silva (2005, p. 25, com base em Castro, 1998).

	Leite Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
Até séc. IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até ± 1200 (1214-1216)	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385/1420	Português arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Português antigo
Até 1536/1550		Português comum	Português pré-clássico	Português médio
Até século XVIII	Português moderno	Português moderno	Português Clássico	Português clássico
Até século XIX/XX			Português moderno	Português moderno

Para uma discussão sobre a periodização do português, remetemos o leitor para Mattos e Silva (1994, 2004, 2006) e Galves (2010).

³ Galves (2004); Galves; Brito; Paixão de Sousa (2004); Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2005); entre outros.

(cf. Galves, 2004; Galves, Brito e Paixão de Sousa, 2005, entre outros), assumimos que as características que singularizam o português brasileiro resultam de mudança ocorrida em relação ao português clássico.

Nas seções que seguem, estendemos um pouco mais essas notas preambulares, para apresentar alguns aspectos da cliticização nas duas variedades do português.

1. Os clíticos

Retomando as observações que introduzem a obra *Aspects of the theory of clitics*, de Anderson (2005), a literatura linguística está repleta de estudos, artigos, notas e diversificadas pesquisas que tratam especificamente das propriedades dos clíticos; todavia, não há consenso entre os estudiosos e, conseqüentemente, as muitas definições derivadas desses múltiplos estudos, tendem a repetir que a noção de clíticos ainda é de difícil apreensão.

De fato, Zwicky (1977) se refere a *clíticos* como “*umbrella term*”, ou seja, é muito mais um nome para um conjunto de fenômenos que misturam propriedades de diversos tipos, do que a designação de uma construção teórica. Na mesma linha, Halpern (1998) enfatiza que o termo *clítico* acaba por reunir um conjunto bastante heterogêneo de morfemas que se distinguem pela ausência de acento inerente; pela pertença a uma classe fechada (pronomes, auxiliares, etc.); pela distribuição distinta com relação a outros elementos com função semelhante.

Sem discutir a longa tradição de pesquisas linguísticas que sustentam as diversas conceituações, convém dizer simplesmente que no quadro geral, no qual amparamos nossa análise, os clíticos (denominados pronomes oblíquos, nas gramáticas tradicionais

e escolares) constituem uma classe de elementos pronominais desprovidos de acento e, tal como os afixos, dependentes de um hospedeiro que os contenha (cf. Kayne, 1975). Além dessas características fonológicas, esses elementos se caracterizam por um conjunto de propriedades sintáticas. Ficam sempre em destaque sua dependência em relação à base verbal, sua função sintática de complemento – destacando a impossibilidade de alocá-los nas posições argumentais (1-2), não-argumentais (3)⁴ –, sua insubmissão aos processos de isolamento (4), de coordenação(5), de modificação (6) e acentuação contrastiva (7)⁵, conforme os estudos de Kayne (1969, 1975), Zwich (1977), entre outros.

- (1) *Eu encontro constantemente *a*
Eu encontro constantemente **Julia**.
Eu encontro constantemente **ela**
- (2) *Deixa que eu devolvo o livro para *a*.
Deixa que eu devolvo o livro para **Julia**.
Deixa que eu devolvo o livro para **ela**.
- (3) ***A**, eu encontro constantemente.
A Julia, eu encontro ela constantemente.
Ela, eu encontro constantemente.
- (4) *Quem você encontra constantemente? **A**
Quem você encontra constantemente? **A Julia**
Quem você encontra constantemente? **Ela**

⁴ A análise aqui proposta considera a terminologia da gramática gerativa, que ampara a maior parte dos estudos que tomamos como referência.

⁵ Os linguistas geralmente apontam a impossibilidade de acentuação dos clíticos. Contudo, enquanto falantes do PB, consideramos aceitáveis sentenças como “Julia **ME** beijou, e não **TE** beijou” em (7a).

- (5) *Ele encontrou-**me e a Julia**.
* Ele encontrou-**me e a**.
Ele encontrou o **Pedro e a Julia**.
- (6) *Eu encontrei somente/também **a**.
Eu encontrei somente/também **a Julia**.
Eu encontrei somente/também **ela**.
- (7) (?) Julia ME beijou, e não TE beijou.
Julia beijou o PEDRO, e não o JOÃO.
Julia beijou a MIM, e não VOCÊ.

Para além desse traçado descritivo, a ênfase na peculiaridade desses elementos se articula à ênfase no contraste entre o sistema pronominal do português europeu (PE) e o sistema pronominal (defectivo?) do PB. Com efeito, tem-se dedicado muito tempo e recurso à comparação entre as duas gramáticas. De modo geral, a substituição, cada vez mais frequente, no português brasileiro, dos clíticos acusativos de terceira pessoa (o/a) por uma categoria vazia (objetos nulos) ou por pronomes lexicais (nominativos – ele/ela), além do uso do pronome *lhe* em referência a segunda pessoa, correspondendo à forma ‘você’, são fatores apontados como os mais fortes índices dessa distinção⁶.

⁶ Por se tratar de um estudo interdisciplinar, vale reiterar que a terminologia empregada neste estudo não corresponde àquela apresentada nas gramáticas normativas e escolares. Assim, esclarecemos:

GRAMÁTICA TRADICIONAL E ESCOLAR <i>Pronome oblíquo átono</i>	1ª Pessoa (eu) - me	}	SINGULAR
	2ª Pessoa (tu) - te		
	3ª Pessoa (ele/ela) - se, o, a, lhe		
	1ª Pessoa (nós) - nos	}	PLURAL
	2ª Pessoa (vós) - vos		
	3ª Pessoa (eles/elas) - se, os, as, lhes		

Categoria vazia ou objeto nulo se refere à ausência desses pronomes em construções tais como exemplificadas em (8a). Os pronomes lexicais (tônicos) são chamados pronomes pessoais do caso reto (eu, tu, ele, nós, vós, eles) nas gramáticas normativas e escolares.

(8) a. Eu vi o carro e comprei_. (PB)

Eu vi o carro e comprei-**o** (PE)

b. Esperei **ele** por uma hora. (PB)

Esperei-**o** por uma hora. (PE)

c. Eu já **lhe** falei mil vezes (falei para você) (PB)

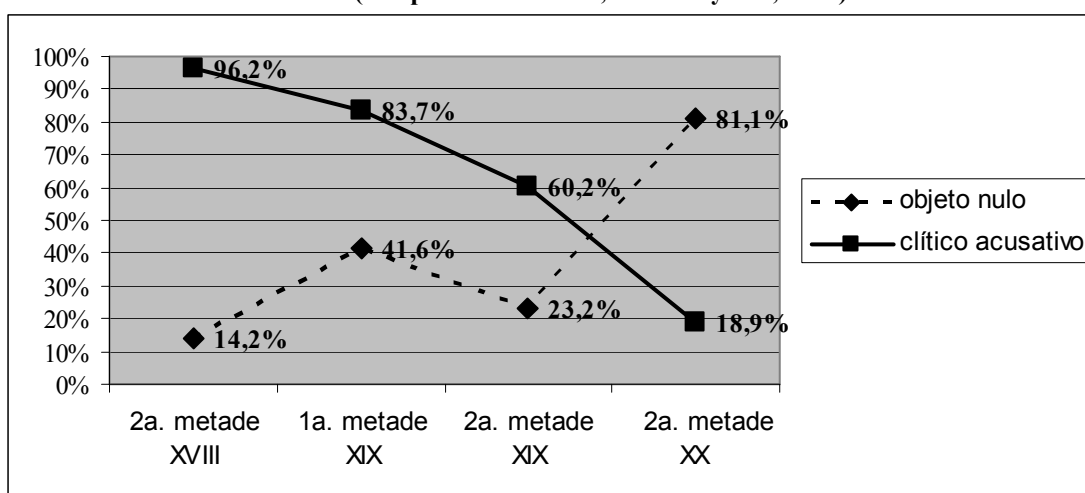
Eu já **te** falei mil vezes. (PE)

De fato, Duarte (1986), pelo estudo estatístico, evidencia que o clítico acusativo de terceira pessoa é a variante menos usada pelos brasileiros (4,98%, contra 62,6% de ocorrências de categoria vazia), estando totalmente ausente na fala de jovens entre 15 e 17 anos. A análise de Reche Corrêa (1991) coincide com a de Duarte no apontamento da infrequência do clítico acusativo de terceira pessoa (apenas 6 ocorrências de um total de 433) nos dados de escolares. Ausentes na fala de adultos não alfabetizados, esses pronomes começam a aparecer na escrita entre a 3ª e 4ª séries e, na fala, somente entre a 5ª e 6ª séries, com maior frequência de uso entre universitários (cf. Correia, 1991), pelo que, a escolaridade é comumente apontada como o principal fator explicativo da ocorrência de clíticos na produção linguística de brasileiros. Indo mais além, Cordeiro (2004) e Oliveira (2004; 2007) propõem que o processo de aquisição desses pronomes, no contexto escolar, tem caráter sequencial, implicando a aprendizagem tardia.

É importante notar que a língua portuguesa apresenta um sistema nominativo-acusativo. Isso diz respeito à forma como o sistema linguístico marca a diferença entre os argumentos do verbo, isto é, entre o sujeito e o objeto. No português, como bem sabemos, temos uma forma pronominal para o sujeito e outra para o objeto: “Eu (sujeito/nominativo) me (objeto/acusativo) vi em um beco sem saída”.

Paralelamente, na abordagem diacrônica, os estudos de Tarallo (1983) e Cyrino (1993) apontam para a correlação entre a diminuição dos clíticos e o aumento do objeto nulo na história do português brasileiro. Entre a segunda metade do século XVIII e a segunda metade XX, o uso dos clíticos sofre um decréscimo de 96,2% para 18,9%, enquanto a ocorrência de objeto nulo aumenta de 14,2% para 81,1%.

Gráfico V-1 – Retenção pronominal e apagamento de acordo com o período de tempo (Adaptado de Tarallo, 1983 e Cyrino, 1993)



Conforme se vê, na segunda metade do século XIX a ocorrência de clíticos acusativos de terceira pessoa fica em torno de 60%, com queda progressiva nas décadas seguintes.

Os textos escritos, entre o final do século XIX e início do XX, por intelectuais paulistas não revelam, entretanto, esses traços que singularizam o português brasileiro contemporâneo. Devemos notar, de primeiro, que as construções com clítico acusativo de terceira pessoa (o/a) são muito frequentes na escrita desses sujeitos, de tal modo que são observáveis, inclusive, alguns casos de clíticos neutros com antecedente sentencial, construções incomuns no português brasileiro do século XIX (cf. Cyrino, 1990, 1992,

1997)⁷ (cf. exemplo em 9). Ademais, os dados não registram ocorrência de pronome lexical (ele/ela) em posição de objeto (ex. 8b); as construções com objeto nulo (ex. 8a), embora atestadas, são desfrequentés⁸.

- (9) O que nos tem resultado d'ahi, não precisamos dizer, que todos o sabem. A influencia official tem introduzido no ensino superior um charlatanismo verdadeiramente calamitoso (Alberto Sales, *Política Republicana*).

Esse ponto nos parece importante porque o clítico acusativo de terceira pessoa integra o conjunto de formas linguísticas que marcam a distinção entre falantes⁹. Nesse sentido, já sublinhamos (cf. *Capítulo II*) que o uso de pronome lexical em posição de objeto sempre foi considerado erro pelos letrados em geral, inclusive pelos que defendiam a autonomia do português do Brasil.

O português europeu moderno, por outro lado, apresenta pouca variabilidade no que se refere à realização dos complementos com clíticos pronominais, uma vez que nessa gramática as construções com objeto nulo podem ocorrer somente em contextos específicos (cf. Raposo, 1986) e as construções com pronome tônico na posição de objeto são agramaticais¹⁰.

⁷ Cyrino (1997), com relação à evolução das posições nulas com antecedente sentencial, registra os seguintes dados: séc. XVI (20%); séc. XVII (17,9%); séc. XVIII (46,3%); séc. XIX (83,9%); séc. XX (90%).

⁸ Como focalizamos, neste estudo, a ordem dos clíticos pronominais, não procuramos controlar essa variante (presença/ausência de clíticos). Todavia, pela observação não sistemática dos dados extraídos do *corpus* de referência, chegamos a essas conclusões.

⁹ Voltaremos a essa questão no *Capítulo Final* deste estudo.

¹⁰ Algumas construções, como “*João viu ___ na TV ontem*”, em que a posição de objeto não está preenchida, são gramaticais no português europeu. Outras construções, tais como “*(*) Que você compre ___ de particulares me aborrece*”, são agramaticais. Já no português brasileiro as duas sentenças são boas. Para explanação dessas questões, remetemos os leitores aos estudos de Raposo (1986), Cyrino (1994, 1997, 2000, 2006, 2008).

Passando à sintaxe de ordenação dos clíticos, devemos reiterar, inicialmente, que no PE moderno a variante mais comum é a pós-verbal, sendo um aspecto distintivo importante na gramática dessa língua, em relação às demais línguas românicas, a obrigatoriedade de ênclise em orações com verbo inicial (V1) e em orações-raiz afirmativas, com verbo antecedido por um sujeito referencial ou um tópico.

Sem propor uma descrição exaustiva, podemos dizer que no PE a próclise é licenciada somente em algumas construções, notadamente em orações negativas, orações dependentes e interrogativas – com elemento interrogativo em posição pré-verbal –, em construções em que um sintagma focalizado ou quantificado precede o verbo, ou orações em que o verbo está no escopo de certos advérbios.

Os aspectos mais relevantes da ordenação dos clíticos na gramática do português europeu moderno são sistematizados no quadro que segue¹¹:

¹¹ O estudo de Ribeiro (1998), que nos serve de referência, já apresenta os quadros relativos à ordenação de clíticos no português clássico e no português europeu moderno; para composição dos quadros em (V-3) e (V-5) acrescentamos alguns tópicos e referências de estudos recentes.

PORTUGUÊS EUROPEU MODERNO

- Próclise quase categórica em construções com orações dependentes, em orações com marcador de negação sentencial, em orações introduzidas por quantificadores, focalizadores e certos advérbios (já, sempre, ainda, talvez, também, etc.) em posição pré-verbal (Martins, 1994; Galves, 2001; entre outros)¹²;
- Ênclise obrigatória em orações com verbo na posição inicial absoluta (Martins, 1994; Galves, 1992; 1994; 2001; entre outros);
- Ênclise categórica em orações-raiz afirmativas com sujeitos referenciais (ordem SV) (cf. Torres Morais, 1995; Galves, 2001; GBPS, 2005¹³; entre outros);
- Variação entre próclise e ênclise em orações-raiz com a ordem XV(s), dependendo do estatuto funcional do elemento que ocupa a posição inicial na oração. Se o elemento é um tópico, tem-se a ênclise, se é um foco, a próclise;
- Ênclise sistemática em sentenças coordenadas, em que o verbo é antecedido por uma conjunção coordenativa (Torres Morais, 1995; GBPS, 2005);
- Ênclise obrigatória em sentenças com ordem [sentença adverbial + V...] (Torres Morais, 1995; Galves, 2001);
- Em orações com complexos verbais, tem-se: próclise ao verbo flexionado ou ênclise ao verbo infinitivo, em contextos em que o verbo é precedido por um elemento que motiva a próclise; ênclise ao verbo finito ou ao verbo infinitivo em contextos “neutros”;
- Variação entre próclise e ênclise, com ênclise categórica em orações infinitivas preposicionadas por *a* e *com*; e predomínio de próclise em orações infinitivas introduzidas pelas demais preposições (Godoy, 2006; Martins, *no prelo*).

No PB, os pronomes clíticos ocupam, geralmente, a posição pré-verbal, independentemente de qualquer processo sintático relacionado à subordinação, topicalização, negação, etc. Devemos sublinhar as exceções relativas aos clíticos

¹² Martins (1994), bem como Galves (2004), entre muitos outros, apontam a próclise como regra categórica nas orações finitas dependentes. Todavia, a maioria dos estudos registra casos de ênclise nesse contexto, os quais são apresentados como exceção.

¹³ Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005).

acusativos de terceira pessoa “*o/a*”, que em construções com infinitivo muitas vezes ocupam a posição pós-verbal – ambiente em que aparecem com um *onset* superficializado. Também em início de sentença o clítico *o* é essencialmente enclítico, podendo ocorrer em posição pré-verbal somente quando há elementos foneticamente realizados à sua esquerda¹⁴. Outra diferença importante, já apontada por Teyssier (1976), entre outros, diz respeito à ordenação dos clíticos em grupos verbais. Enquanto no PB o pronome aparece frequentemente proclítico ao segundo verbo, no PE prevalece a ênclise ao primeiro ou ao segundo verbo. Essa regra é alterada somente quando há algum elemento pré-verbal motivando a próclise.

Ainda que a ordenação proclítica seja a “tendência natural” do PB, como propôs Teyssier, a variedade culta do português brasileiro registra ênclise em vários contextos. No quadro em (V2) apresentamos uma descrição da ordenação dos clíticos nessa variedade¹⁵:

¹⁴ Embora escassos no português oral/informal, esses clíticos acusativos por vezes aparecem na produção espontânea. Afora isso, são comuns na linguagem televisiva, incluindo as programações destinadas às crianças.

Quanto ao uso dos clíticos no PB, a interpretação mais corrente é a de que esses elementos são frutos de um processo de aquisição linguística tardia (Correia, 1991), com interferência da escola, assim, seguem o padrão do português europeu (cf. Galves, Torres Moraes e Ribeiro, 2005, entre outros). Contudo, argumentaremos mais adiante que, na gramática dos falantes do século XIX, esse clítico pode ter um estatuto diferente.

¹⁵ A bibliografia linguística sobre a ordenação dos clíticos no português brasileiro é extensa. Para compor esse quadro, partimos, especialmente, dos estudos de Teyssier (1976); Monteiro (1991); Cyrino (1993); Ribeiro (1995); Galves (2001), Galves, Torres Moraes e Ribeiro (2005).

Quadro V-2 — Português Brasileiro (*culto*) (do século XIX ao XXI)

PORTUGUÊS BRASILEIRO
<ul style="list-style-type: none">▪ Variação entre próclise e ênclise, com predomínio de próclise, em construções com orações dependentes e em orações com operadores de negação predicativa, orações introduzidas por quantificadores, focalizadores e certos advérbios;▪ Variação entre ênclise e próclise em orações com verbo na posição inicial absoluta;▪ Variação entre ênclise e próclise em orações-raiz afirmativas com sujeitos referenciais (ordem SV);▪ Variação entre próclise e ênclise, com predomínio de próclise, em orações-raiz com a ordem XV(s), independentemente do estatuto funcional do elemento que ocupa a posição inicial na oração;▪ Variação entre ênclise e próclise, com predomínio de próclise, em sentenças coordenadas, em que o verbo é antecedido por uma conjunção coordenativa;▪ Variação entre ênclise e próclise, com predomínio de próclise, em orações com ordem [sentença adverbial + V...];▪ Variação entre ênclise e próclise em orações contendo complexos verbais, com tendência à próclise ao verbo infinitivo;▪ Variação entre ênclise e próclise, com predomínio de ênclise, em orações com verbo infinitivo preposicionado, em todos os contextos sintáticos.

As distinções apontadas não ocultam, todavia, as semelhanças entre as orações geradas nessas duas gramáticas. Vejamos os exemplos no quadro a seguir¹⁶:

¹⁶ Os exemplos de orações em PE foram adaptados de *blogs* e sites interativos portugueses; os exemplos de orações em português brasileiro foram criados a partir das orações em PE, mediante julgamento intuitivo de aceitabilidade.

(10)	(11)	(12)
PB <i>oral, popular, informal</i>	PB <i>Culto</i>	PE <i>Moderno</i>
a. Me viu	a. Viu-me / Me viu	a. Viu-me
b. Pedro me viu	b. Pedro viu-me	b. Pedro viu-me / Pedro me viu
c. O que ele te falou?	c. O que ele te falou?	c. Que te falou ele?
d. Pedro se enganou?	d. Pedro enganou-se? / Pedro se enganou?	d. Pedro enganou-se?
e. Pedro não me viu.	e. Pedro não me viu.	e. Pedro não me viu.
f. Quando (eles) me conheceram.../ O homem que me telefonou...	f. Quando me conheceram.../ O homem que me telefonou.../ Quando conheceram-me / O homem que telefonou-me	f. Quando me conheceram.../ O homem que me telefonou...
g. Alguém viu (ele).	g. Alguém o viu.	g. Alguém a viu
h. Já me falaram.	h. Já me falaram.	h. Já me falaram
i. Antes de me ver...	i. Antes de ver-me / Antes de me ver.	i. Antes de ver-me / Antes e me ver
j. Pode se atrasar.	j. Pode atrasar-se / Pode se atrasar / Pode-se atrasar	j. Pode atrasar-se / Pode-se atrasar

Esses exemplos são suficientes para assinalar a semelhança entre as sentenças geradas no português europeu e no português brasileiro (sobretudo a variedade culta). Nesse sentido, é especialmente relevante o fato de que a maior parte das sentenças do PE não é agramatical no PB. Mas, a despeito disso, podemos dizer que as construções agrupadas em (10) e (12) são estruturalmente distintas¹⁷.

¹⁷ Acreditamos que no português brasileiro atual a(s) gramática(s) subjacente (s) às variedades cultas é (são) própria(s) da escrita, isto é, não constitui (em) conhecimento linguístico internalizado (nos termos discutidos por Kato, 2005).

Reconhecemos que pouco podemos dizer sobre a Língua-I de falantes dos séculos passados; as análises desenvolvidas com base em textos escritos ficam sempre longe de explicar integralmente os fenômenos linguísticos. Contudo, devemos considerar que no Brasil do século XIX *nem tudo era língua portuguesa*.

Embora não seja nossa intenção propor uma análise teórica para derivação de próclise/ênclise nas gramáticas do português, nem mesmo trazer para reflexão as diversas propostas teóricas recentemente apresentadas, nos parece necessário demonstrar que as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu não são superficiais, mas estruturais.

Da extensa bibliografia linguística sobre a sintaxe de ordenação dos pronomes clíticos nas gramáticas do português, referimos neste estudo somente a proposta teórica de Galves, Torres Moraes e Ribeiro (GTMR, 2005), segundo a qual a derivação de próclise e ênclise nessas gramáticas resulta da interação de duas propriedades distintas: uma sintática e uma morfofonológica.

A partir de uma perspectiva comparativa, as autoras analisam os padrões de ordenação dos clíticos pronominais nas variedades brasileira e portuguesa¹⁸, apontando a especificidade do paradigma pronominal do PB, notadamente no que se refere à perda

Entre os nascidos no Brasil, dadas as condições de aquisição da língua, não se pode descartar a hipótese de que grupos sociais distintos tenham adquirido a língua de forma dessemelhante. Em outras palavras, não devemos esperar que os dados da experiência das crianças negras que habitavam as senzalas, por exemplo, tenham sido os mesmos compartilhados por crianças brancas expostas, de alguma forma, ao português da corte ou os mesmos compartilhados por filhos de imigrantes lusitanos.

Além disso, é possível dizer que os grupos sociais distintos formaram *habitus* linguísticos distintos. Nesse sentido, considerando que o *habitus* linguístico é “*uma disposição permanente em relação à linguagem e às situações de interação objetivamente ajustada a um dado nível de aceitabilidade*” (Bourdieu, 1977), devemos supor uma distribuição desigual dos dados linguísticos entre os diversos grupos. Ainda que a variedade prestigiada do português estivesse distribuída por toda a sociedade brasileira, a aquisição seria desigual, dada a disposição linguística do grupo no qual o aquirente se insere. Esse é um fato importante, visto que, sob esta perspectiva, diferentes usos linguísticos podem estar indicando a presença de gramáticas também distintas, pelo que nem todo uso linguístico distanciado do que acreditamos ser o português brasileiro do século XIX deve ser observado como manifestação do português culto ou reprodução do português europeu moderno.

Essas observações deixam mais evidentes a complexidade dessas questões, as quais não constituem, neste estudo, objeto de análise ou de demonstração.

Sublinhamos somente que, para desenvolvimento deste trabalho, assumimos a hipótese de que os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas não resultam diretamente de sua gramática natural, internalizada na infância, mas de uma “gramática” (cf. Kato, 2005) modelada por suas experiências sociais, com interferência das instituições de ensino.

¹⁸ Para desenvolvimento do estudo, as autoras comparam a versão original brasileira à versão portuguesa do romance *O Alquimista* (1990), de Paulo Coelho.

do clítico acusativo de terceira pessoa, mudança associada ao enfraquecimento da concordância (*Infl*)¹⁹.

As autoras propõem, no desdobramento do estudo, que os clíticos no português brasileiro são marcados com caso inerente de dativo e, na derivação, são adjungidos ao verbo que lhes atribui papel temático²⁰. Assim, diferentemente do que ocorre no PE, em

¹⁹ Quanto ao desaparecimento dos clíticos acusativos de terceira pessoa no PB, ver Nunes (1992), para hipótese da mudança na direção da cliticização; e ver Galves (1991, 1993, 2001, entre outros estudos), para hipótese de enfraquecimento da concordância.

²⁰ O estudo de Galves é proposto com base na teoria X-barra, a qual procura explicar “a natureza do constituinte, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como os constituintes se hierarquizam para formar a sentença” (Miotto et. al., 2004, p. 46).

Na bibliografia linguística, um constituente não é senão uma unidade sintática construída hierarquicamente. Por exemplo, na frase “*O historiador conhece o linguista que escreveu essa tese*”, podemos identificar algumas unidades sintáticas, tais como [o historiador conhece o linguista], [o historiador], [essa tese]. Esses constituintes, chamados sintagmas, são formados a partir de um núcleo, de tal modo que, no domínio verbal, o núcleo é verbo (V), e no domínio não verbal, o núcleo pode ser um nome (N), um adjetivo (A) ou uma preposição (P). Em volta desses núcleos de sintagmas, outros elementos se combinam e se distribuem, de acordo com as propriedades seletivas desse núcleo e de acordo com as regras sintáticas da língua²⁰.

	Sigla
Verbal Phrase (sintagma verbal)	VP
Noun Phrase (sintagma nominal)	NP
Adjectival Phrase (sintagma adjetival)	AP
Prepositional Phrase (sintagma preposicional)	PP

O que se propõe, a partir dessas categorias lexicais (V, N, A, P), são esquemas sintáticos abstratos em três níveis hierárquicos²⁰ de projeção. Cada projeção é designada pela notação X, sendo X uma variável cujo valor depende da categoria do núcleo do constituinte. Nessa projeção em três níveis, XP é o próprio constituinte, a projeção máxima de um núcleo; o nível mínimo, designado pela notação X ou X^o, é preenchido pelo item lexical; já o nível intermediário, designado por X', dá conta da localidade da relação estabelecida entre um núcleo e seu complemento, distinta da relação indireta que ele mantém com seu especificador. Por exemplo, o constituinte “*O historiador conhece o linguista*” é um VP, cujo núcleo - “*conhecer*” - seleciona dois argumentos: um externo (o historiador), que ocupa a posição de especificador (que corresponde ao sujeito), e um interno (o linguista), que ocupa a posição de complemento (nesse exemplo, o objeto direto).

Além dos núcleos lexicais, a teoria X-Barra considera a existência de núcleos funcionais, que se referem especialmente a elementos do sistema gramatical. É certo que o conjunto de categorias funcionais tem variado ao longo da teoria gerativa, contudo, podemos considerar, essencialmente, a flexão (I), que encabeça o sintagma flexional (abreviado por IP, do inglês *inflectional phrase*), e o complementizador (C), que encabeça a categoria CP (*complementizer phrase*). Essas duas categorias, projetadas acima de VP, formam a estrutura da sentença:

O sintagma flexional (IP) codifica as propriedades gramaticais que definem finitude/ não-finitude de uma sentença. O núcleo I^o é responsável pelo licenciamento de traços morfológicos, tais como os traços formais de tempo, pessoa e número, comumente associados aos verbos. Considerando que sem esses traços as orações não se completam, dizemos que a categoria flexão (I) confere ao constituinte verbal o estatuto de sentença.

Vale observar que I é identificado com a flexão verbal, assim, pelo fato de, em muitas línguas, a flexão verbal ser composta de flexão tempo e número e pessoa, nas análises mais recentes I é cindido em dois

que o clítico é adjungido a *Inflectional (Infl)*, caracterizando-se, portanto, como *Infl-clitics*, em PB, a categoria para a qual os clíticos são sintaticamente adjungidos é V, o que os caracteriza como *V-clitics*.

- (13) Não te espero ver (PE)
- (14) Não espero ver-te (PE)
- (15) Não espero te ver (PB)
- (16) Não posso **no momento** lhe esperar (PB)
- (17) Estava **sempre** te esperando (PB)

núcleos: tempo (T, do inglês Tense) e número e pessoa (Agr, do inglês agreement), encabeçando as projeções máximas TP (*tense phrase*) e AgrP (*agreement phrase*).

A categoria CP tem como núcleo um complementizador, que abriga tópicos, foco, operadores de interrogação, relativização, etc. A partir de Rizzi (1997), entendemos que o CP desempenha, ainda, o papel de viabilizar a interface entre um conteúdo da proposição (IP/VP), e a estrutura superordenada (uma oração mais alta ou mesmo o discurso).

Concluindo a enumeração dos núcleos funcionais, temos o DP (*determiner phrase*), cujo núcleo (D) é um determinante (artigos definidos e indefinidos o/a(s), um/a(s)), além dos demonstrativos (este/a(s), esse/a(s), aquele/a(s)). Nessa direção, propõe-se (a partir de Abney, 1987) que o sintagma nominal (NP) é inserido na estrutura da oração como complemento de D°. A proposta central é de simetria entre a configuração do NP e a configuração de VP, ou seja, há uma categoria funcional DP projetando o NP, assim como há uma categoria funcional IP projetando o VP.

Note-se, ainda, que no modelo da teoria de Princípios e Parâmetros, as propriedades de seleção semântica e categorial dos núcleos lexicais são abordadas de uma perspectiva gramatical, no âmbito da teoria dos papéis temáticos. A premissa é que cada item lexical traz do léxico informações sobre sua grade temática. Isso quer dizer que o item lexical é capaz de realizar a seleção semântica (s-seleção) – que especifica os traços semânticos que constituem os argumentos; e seleção categorial (c-seleção) – que determina, para cada núcleo, seus constituintes frásicos (ver Chomsky, 1999, p. 70-71). No exemplo “*O linguista conhece o historiador*”, a grade temática do verbo *conhecer* prevê a realização de dois argumentos, um interno (o historiador), ao qual o núcleo atribui papel temático de tema, e um externo (o linguista), ao qual é atribuída a função temática de agente. Os argumentos selecionados pelo verbo *conhecer* são obrigatoriamente nomes (NPs) que ocupam a posição sintática de objeto direto e de sujeito.

Outro pressuposto assumido no desenvolvimento da teoria gerativa (Princípios e Parâmetros), é que, embora o caso morfológico seja uma propriedade de algumas línguas, tais como o grego, latim, russo, o caso estrutural é um princípio universal da gramática. Nessa abordagem, a categoria Caso é um traço formal que regula a distribuição dos sintagmas nominais na oração, sem que seu significado seja alterado (cf. Adger, 2003, 211). O princípio da Teoria do Caso é: “*todo NP (sintagma nominal) foneticamente realizado tem de receber um Caso (abstrato)*” (Chomsky e Lanisk, 1999, p. 173). Nas línguas em que há um sistema nominativo-acusativo, como o português, o sujeito de uma oração finita recebe *Caso nominativo*; o complemento de um verbo transitivo recebe *Caso acusativo*; e o objeto de uma preposição recebe *Caso oblíquo*.

Em PE os clíticos se anexam aos verbos flexionados e nunca ao gerundivo ou particípio do verbo temático, além disso, conforme demonstrado em (13), a subida do clítico ao verbo flexionado (próclise ao primeiro verbo)²¹ é licenciada. A construção em (14), segundo as autoras, não constitui argumento de que o clítico se fixa a *V*, uma vez que se pode assumir (na linha de Stowell, 1982) que as orações infinitivas também podem ser projeções de *Infl*. Dessa forma, nas duas orações o clítico é adjacente a *Infl*, de modo que a diferença entre (13) e (14) deriva da reestruturação das sentenças.

No PB a questão é de outra ordem. Há indícios de que os clíticos não alçam a *Infl*, mas que, em quaisquer circunstâncias, acompanham *V*; as orações em (16) e (17), em que há um advérbio entre as duas formas verbais, constituem evidências de que o clítico está proclítico ao verbo temático e não enclítico ao auxiliar.

Nessa formulação, um postulado fundamental (com base em Galves e Sândalo, 2004), é o de que os clíticos não têm autonomia sintática, mas são a realização morfológica de traços funcionais; assim, estão sujeitos às regras de formação de palavras, tal como os demais afixos. A definição da ordem relativa verbo-clítico / clítico-verbo se dá, nesse quadro, a partir da interação das seguintes restrições:

(a) *Edgemost*: um clítico está alinhado à margem esquerda do I-barra;

(b) *Non-initial*: clítico não pode ser o primeiro elemento de uma oração.

Para postular a restrição *Edgemost*, as autoras se baseiam na hipótese de que os sufixos e prefixos estão sujeitos à restrição (left-most ou right-most), que alinha os morfemas à margem das palavras no componente morfológico (conforme Prince &

²¹ Retomaremos essas questões na segunda parte deste capítulo, em que analisamos essas construções nos dados produzidos por *intelectuais paulistas* e na *imprensa imigrantista*, respectivamente.

Smolensky, 1993). Na análise proposta por Galves e Sândalo (op. cit.), os clíticos, sempre sujeitos a essa restrição, são alinhados à esquerda de X-Barra. Mas o ponto crucial na definição da ordenação dos clíticos na frase é a interação dessas duas noções – *Edgemo*st e *Non-initial*.

Sempre que essa última restrição está ativa na morfologia de uma determinada língua, o clítico é realizado como um sufixo do verbo. Ora, bem sabemos que no português europeu a ênclise é obrigatória nos contextos em que o verbo ocupa a posição inicial, enquanto no português brasileiro, a próclise é licenciada. Assim, na gramática do PE, dizemos que a restrição *Edgemo*st é violada; já no PB, em que a restrição *Non-initial* não está ativa, a restrição *Edgemo*st, que é *default*, alinha o clítico à esquerda do verbo.

Vale, nessa formulação, a ideia de que a próclise é a ordem natural dos clíticos. Além disso, a ênclise, embora dependente da estrutura da frase, não deriva de processos sintáticos, mas de operações no componente morfofonológico. Ademais, a ênclise, nesse modelo, não é dependente de V1 (verbo em posição inicial absoluta), já que *Non-initial* não é afetada pela presença de um sujeito no especificador de IP. Isto significa que não há necessidade de se colocar o sujeito pré-verbal fora dos limites do IP para derivar a ênclise.

Para rematar essa seção, convém sublinhar que essa exposição bastante simplificadora (porque não faz constar uma descrição pormenorizada da teoria, tampouco as várias proposições assumidas, nesses estudos, com base no gerativismo), visa, sobretudo, à explicitação de que o português brasileiro e o português europeu moderno constituem sistemas linguísticos distintos.

2. Uma nota sobre a mudança

2.1 Do português clássico à gramática do português europeu moderno

No início deste capítulo, propusemos, seguindo Galves (2004) e Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), entre outros estudos, que o PE e o PB têm uma base gramatical comum – o português médio –, período que abrange parte do português arcaico tradicional mais o português clássico. Para compreendermos melhor essa proposta, que lastreia a hipótese de que essas duas gramáticas (PB e PE) resultam de diferentes percursos linguísticos, retomaremos algumas questões relativas ao processo de mudança.

Iniciamos pela apresentação das características mais gerais sobre a ordenação dos clíticos no português clássico:

PORTUGUÊS CLÁSSICO

- Variação entre ênclise e próclise, com forte inclinação para o uso de próclise, em sentenças raiz (cf. Martins, 1994; Lobo, 1990; 1992; Pagotto, 1992; GBPS (2005); entre outros);
- Próclise quase categórica em construções com orações dependentes e em orações com operadores de negação predicativa, orações introduzidas por quantificadores, focalizadores e certos advérbios em posição pré-verbal;
- Ênclise quase categórica em orações em que o verbo ocupa a posição inicial absoluta (Pagotto, 1992; entre outros);
- Variações entre ênclise e próclise, com maior frequência de próclise, em sentenças coordenadas, em que o verbo é antecedido por uma conjunção coordenativa (Torres Morais, 1995; GBPS, 2005; MENEZES, 2003);
- Variação entre próclise e ênclise, com predomínio de próclise em orações com a ordem [oração adverbial + V...];
- Variação entre próclise e ênclise, com predomínio de próclise em orações com verbo infinitivo preposicionado (Martins, 1994; Pagotto, 1992);
- Ênclise sistemática em infinitivos não preposicionados e gerúndios (cf. Pagotto, 1992);
- Próclise ao primeiro verbo em grupos verbais (subida de clítico) quase categórica no século XVII e opcional no XVIII (cf. Salvi, 1990);
- Interpolação de diferentes tipos de constituintes entre o clítico e o verbo (cf. Lobo, 1992; Martins, 1994; Ribeiro, 1996; Namiuti, 2008), com perda desse uso a partir do século XVIII, exceto pela interpolação da negação ou do sujeito pronominal.

Martins (1994) observou, pela análise dos padrões de colocação dos clíticos nos sermões de Antonio Vieira (1608-1697), que a gramática do português europeu

moderno data do século XVII. Outra hipótese, levantada por Galves (e outros)²² é a de que as transformações sofridas pelo português clássico resultam de uma mudança fonológica sobrevenida na segunda metade do século XVII, a qual teria afetado o ritmo da língua portuguesa no decorrer do XVIII²³.

Nessa esteira, Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), pela análise qualitativa e quantitativa de dados referentes ao período compreendido entre os séculos XVI e XIX, considerando os ambientes de variação e de não-variação na ordenação dos clíticos em relação ao verbo²⁴, argumentam que somente em meados do século XVIII os textos começam a implementar o padrão sintático enclítico do português europeu moderno²⁵.

²²Especialmente os colaboradores do projeto *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística*, cujo principal objetivo é modelar a relação entre prosódia e sintaxe na sequência de operações do português clássico ao português europeu moderno.

²³ Para melhor compreensão dessas questões, remetemos o leitor para os estudos originais: Galves e Galves (1995) e Galves et. al. (1998). Para desenvolvimento de nossa análise, basta dizer que, na conclusão dos autores: “o português brasileiro e o português europeu instanciam prosódias radicalmente distintas, apontando em última análise para uma diferença nos domínios relevantes para a aplicação das restrições e processos fonéticos. Isso tornou possível um modelo de articulação mudança prosódica/mudança sintática compatível com a hipótese inicial de que a mudança sintática teria sido desencadeada pela mudança prosódica” (Galves et al., 1998).

²⁴As autoras consideram os seguintes contextos:

Variação I – orações com verbo precedido por sujeitos não focalizados (ex.1); por advérbios fronteados que não funcionem como modificadores de VP (ex.2); por sintagmas preposicionais (não argumentos) (ex.3). **Ex. 1** (a) Eu **corro-me de dizer o que padeço**... (Melo, 1608); (b) Ele **me disse que pasmava como lhe abastava o que tinha**... (Sousa, 1554); **Ex. 2** (c) Depois **sucedeo-lhe o Mirão, seu sobrinho** ... (Couto, 1542); (d) Hoje **me parto**... (A. Chagas, 1631); **Ex. 3** (e) Em troca disto, **ofereço-lhe da parte de Inglaterra defesa de tôdas as suas colônias e** ... (Alorna, 1750); (f) Para os críticos **me deu Nosso Senhor excelente coração, porque sempre**... (Melo, 1608).

Variação II – Orações segundas-coordenadas com verbo na primeira posição (Ex. 4); orações com verbo precedido por orações dependentes (Ex. 5).

Ex. 4 (a) **Achou-os ditosamente, falou-lhes, e rendeu-os a largarem aquela vida brutal**... (A. Barros, 1675); (b) **Durando as persuasões do padre, chegou preparada uma mezinha, e lhe pediram se retirasse** (Bernardes, 1644); **Ex. 5** (c) Para os começar a render, **amimou-os com donativos**... (A. Barros, 1675) (d) Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé **lhe disse: De quem sois meu menino?** (A. Barros, 1675).

Os chamados contextos de “**não variação**” (próclise em contextos em que o verbo é precedido por focalizadores, operadores afetivos e advérbios VP (Ex. 6); ênclise quando o verbo ocupa a primeira posição absoluta da oração (Ex. 7), foram excluídos da análise.

Ex. 6 (a) Bem **me importava** entender ao certo o que se passa ... (Melo, 1608); (b) Muito **vos desejei** cá ontem para ouvirdes explicar a Ene êste retrato. (Melo, 1608); **Ex. 7** (c) **Defendeu-o**, emparou-o (bem sabe Vossa Paternidade a história) e como verdadeiro amigo escreveu-lhe... (Sousa, 1556);

Até o final do século XVII, a ocorrência de ênclise em contexto de *variação I* (orações com verbo precedido por sujeitos não focalizados; por advérbios não fronteados de VP; por sintagmas preposicionais)²⁶, fica em torno de 10%. No período seguinte, a proporção de ênclise sofre aumento gradativo, de tal modo que, entre o primeiro autor nascido no século XVI e o último nascido no século XIX, a taxa de ênclise passa de 10% para 85%²⁷.

Quanto ao contexto de *variação II* (orações coordenadas com verbo na primeira posição; verbo precedido por orações dependentes), a ordem verbo-clítico é gradualmente estabelecida como opção favorita entre autores nascidos a partir de 1700²⁸.

Todos os exemplos são de GBPS (2005).

²⁵ Os autores selecionados por GBPS (2005), com base no *Corpus Tycho Brahe*, são: Diogo do Couto (nascido em 1548); Luis de Sousa (nascido em 1556); Francisco Rodrigues Lobo (nascido em 1579); Padre Manuel da Costa (nascido em 1601); Padre Antonio Vieira (nascido em 1608); Francisco Manuel de Mello (nascido em 1608); Frei Francisco das Chagas (nascido em 1631); Manuel Bernardes (nascido em 1644); José Cunha Brochado (nascido em 1651); Maria do Céu (nascida em 1658); André de Barros (nascido em 1675); Alexandre Gusmão (nascido em 1695); Matias Aires (nascido em 1705); Antonio da Costa (nascido em 1713); Luis Antonio Verney (nascido em 1714); Correia Garção (nascido em 1724); Marquesa de Alorna (nascida em 1750); Almeida Garrett (nascido em 1799); Ramalho Ortigão (nascido em 1836).

²⁶ Vide nota 24, neste capítulo.

²⁷ Uma discussão abrangente (especificamente sobre a ordenação dos clíticos) acerca da gramática do português entre 1400 e 1700 é apresentada por Paixão de Sousa (2004).

²⁸ Segundo as autoras, a ênclise, nesse contexto, está relacionada à prosódia. Os dados evidenciam que a frequência de ênclise é significativamente maior para orações longas, isto é, com mais de oito palavras fonológicas. No século XVIII, a estrutura da oração no sistema do português clássico sofre uma mudança gramatical. No novo quadro, a duração da oração pré-verbal deixa de ser relevante para o posicionamento do clítico.

Note-se que o estudo de GBPS oferece uma proposta explicativa da mudança gramatical na origem do português europeu moderno. Na linha de estudos realizados sobre o português clássico e para outras línguas românicas (cf. Salvi, 1990; Benincà, 1995, entre outros), os quais propõem que o recurso à ênclise pode ser considerado como aplicação da "Lei Tobler-Mussafia", admite a hipótese de que a próclise é a posição padrão na língua portuguesa e a ênclise está limitada a estruturas em que o verbo ocupa a posição inicial.

Nessa interpretação, o domínio de aplicação da restrição ao clítico em primeira posição é o primeiro XP da estrutura oracional; argumenta-se que na ocorrência de ênclise em estruturas XV, o X deve ser interpretado como um adjunto, externo à oração, análise coerente com outros estudos sobre o português (cf. Barbosa, 1996, 2000). Amparadas na análise de Galves e Sândalo (2004), já referida, segundo a qual

Embora as autoras não tratem da colocação dos clíticos em orações infinitivas preposicionadas, é interessante sublinhar que até o final do século XVI esse é um ambiente de forte variação no português. De acordo com o estudo de Godoy (2006), também realizado com base no *corpus Tycho Brahe*²⁹, é somente no último quartel do século XVII que a ênclise em orações infinitivas preposicionadas por *a* se tornam categóricas. Diante disso, a autora cogita a relação desse processo de mudança com esse outro, operado nos contextos de orações finitas (op. cit., p. 51); hipótese que carece de confirmação.

2.2 A gramática do português brasileiro

Do complexo e desdobrado quadro de estudos sobre o assentamento da gramática do português brasileiro, recortamos somente um breve conjunto de

a ênclise na gramática do português europeu deriva da aplicação da restrição morfofonológica “*non-initial*”, as autoras propõem que o domínio de aplicação de restrição ao clítico não é mais o primeiro XP, como ocorre no português clássico, mas o primeiro X-barra. Isso valeria tanto para o verbo em posição inicial, quanto para orações Sujeito-Verbo.

Já observamos que, se a restrição se aplica ao domínio X-barra (e não ao XP), a presença de um componente no especificador de IP é irrelevante para a *Non-initial*. Nesse modelo não há, portanto, necessidade de se colocar o sujeito pré-verbal fora dos limites do IP para derivar a ênclise. A próclise é derivada quando uma categoria X-barra é projetada, no domínio da oração, acima de IP. O constituinte projetado requer um nível X-barra, que passa a ser o primeiro da estrutura, o que licencia o clítico na primeira posição.

Nessa análise, a diferença entre as gramáticas do português clássico e do português europeu se refere, portanto, ao domínio no qual “*non-initial*” se aplica. O efeito superficial, como propõem as autoras, é o mesmo, o que explica a ênclise sempre categórica nos contextos em que o verbo ocupa a posição inicial. A diferença mais evidente diz respeito às construções Sujeito-Verbo:

Português Clássico (ênclise só ocorre com adjunto; e sujeito topicalizado): S # [V → SVcl

Português Europeu (ênclise pode ocorrer mesmo com sujeito não focalizado; e com complementos retomados): # [SV → SVcl.

²⁹ Godoy descreve os textos escritos por: Francisco de Holanda (1517); Diogo do Couto (1542); Luis de Souza (1556); Rodrigues Lobo (1579); Manuel da Costa (1601); Antonio Vieira (1608); Manuel de Melo (1608); Antonio das Chagas (1631); Manuel Bernardes (1644); Cunha Brochado (1651); Maria do Céu (1658); André de Barros (1675); Jerônimo Contador de Argote (1676); Alexandre Gusmão (1695); Cavaleiro de Oliveira (1702); Matias Aires (1705); Verney (1713); Antonio da Costa (1714); Correia Garção (1724); Marquesa de Alorna (1750); Almeida Garret (1799); Ramalho Ortigão (1836).

proposições e resultados de pesquisas diacrônicas que têm contribuído para melhor compreensão desse processo de mudança gramatical; evocamos especialmente os dados de pesquisa relativos ao século XIX, com o fim de acentuar a distinção entre as variedades do português.

A próclise ao verbo em primeira posição absoluta (V1) é, sem dúvida, o traço sintático mais sublinhado nos estudos linguísticos devotados à análise dos padrões de ordenação dos clíticos no português brasileiro. Com efeito, esse aspecto da sintaxe marca de forma visível na superfície dos textos a distância da gramática brasileira em relação ao português europeu, caracterizado, como bem sabemos, pela restrição ao clítico em posição inicial na oração.

A implementação dessa mudança, de acordo com os estudos diacrônicos, data do século XVIII; contudo, é somente no correr do século XX que essas construções proclíticas se tornam majoritárias na produção escrita dos brasileiros (cf. Pagotto, 1992; Carneiro, 2005; Martins, 2009, Lobo, 2001; entre outros). Para o século XIX, os dados das diversas análises apresentam ênclise sistemática nesse contexto linguístico, de modo que o percentual de próclise não ultrapassa 5%.

Fato dos mais intrigantes, considerando a predominância de próclise no português brasileiro contemporâneo, diz respeito à ordenação pronominal em orações-raiz com verbo antecedido por sujeitos. Nesse contexto, os dados de Pagotto revelam o aumento gradativo dos percentuais relativos à ênclise, que passam de 15%, na segunda metade do século XVIII, para 71%, nas primeiras décadas do século XX³⁰.

³⁰ Pagotto (1992) registra uma queda na frequência dessas construções enclíticas nas décadas seguintes.

O estudo de Carneiro (2005) também sinaliza o aumento dos percentuais de ênclise em orações-raiz³¹, partindo de 40%, entre autores nascidos no século XVIII, para 77% nas cartas de remetentes nascidos nas últimas décadas dos novecentos. Já nos resultados apontados por Martins (2009)³², fica em evidência o declínio gradativo de ênclise a partir dos novecentos, com média de 98% de próclise entre os autores nascidos na segunda metade do século.

Mas os resultados dessas pesquisas se prestam a discussões. Para Pagotto (1992), a ênclise que emerge nos textos do século XIX não reflete a gramática PB, mas é consequência direta da pressão exercida pelos padrões linguísticos europeus na escrita de falantes brasileiros. Da mesma forma, Carneiro (2005), ao defrontar elevados percentuais de ênclise na escrita baiana oitocentista, repete essa leitura, embora seus dados revelem traços bastante peculiares da gramática brasileira, tais como a próclise em construções com verbo em início absoluto. De fato, é essa co-ocorrência de padrões muito distintos na ordenação dos clíticos que leva a autora a interpretar a diversidade linguística do século XIX como um caso de competição de gramáticas (nos termos de Anthony Kroch, 1989).

Outro aspecto fundamental que distingue a gramática do PB diz respeito, conforme observamos anteriormente, à ordenação dos clíticos em orações com complexos verbais. Nesse contexto, a estrutura da sentença em português passa a impedir a alocação dos clíticos junto ao verbo mais alto da oração e, de outra parte, a licenciar a ordenação proclítica ao verbo não-finito (V *c/V*). Na análise de Cyrino

³¹ Em Pagotto (1992), o conjunto de orações analisadas inclui as declarativas afirmativas (coordenadas ou não); já em Carneiro (2005), o conjunto analisado se refere especificamente a “orações raízes declarativas afirmativas, principais”. Martins (2009) analisa orações simples, principais coordenadas não disjuntivas; as coordenadas disjuntivas são analisadas juntamente com as coordenadas sindéticas.

³² O autor analisa peças de teatro escritas por autores catarinenses, nascidos entre 1829 e 1969.

(1990, 1993)³³, a próclise ao segundo verbo mostra-se visível, em que pese o percentual diminuto (0,7%), a partir do século *XVII*; nos dados de Pagotto (1992, 1993)³⁴, essa construção aparece somente a partir do século *XVIII* (2 casos, em um total de 327 orações), tornando-se mais frequente no século *XIX*. Outros *corpora* formados por textos escritos no século *XIX* registram resultados similares. Nos dados de Lobo (2001)³⁵, por exemplo, há 13 ocorrências (8,9%) de próclise nesse contexto; em Carneiro (2005)³⁶, a frequência de ordem *V cIV* é de 6,12%, a maioria entre as últimas décadas do século *XIX* e o início do *XX*³⁷.

Com a alocação do clítico nas posições mais baixas das sentenças, registra-se a perda gradativa de construções com a ordem *cl- NEG V V* (ex. *Pedro lhe não queria falar*), a partir do século *XVIII*:

³³ Cyrino analisa um conjunto de peças de teatro; uma relação das peças analisadas consta de Cyrino (1993, p. 179-181).

³⁴ Pagotto investiga a diacronia dos clíticos, considerando o período que vai do século 16 ao século 20. São analisadas 1.436 sentenças no total, as quais foram extraídas de um conjunto não uniforme de documentos (documentos oficiais, cartas de natureza vária e textos literários). O autor classifica os dados por períodos de meio século, todavia, não especifica o ano de nascimento e a nacionalidade dos autores dos textos.

³⁵ Lobo (2001) analisa a ordem dos clíticos pronominais no português na Bahia do século *XIX*, contrapondo a norma escrita de falantes brasileiros à de imigrantes portugueses. O *corpus* se constitui de 158 cartas particulares escritas predominantemente no Recôncavo da Bahia, no século *XIX*. Pela identificação dos remetentes, a autora distingue dois sub-*corpora*: cartas escritas por remetentes portugueses e cartas escritas por brasileiros. Em ambos os casos, os remetentes são pertencentes ou às elites ou aos grupos sociais de maior prestígio na sociedade baiana oitocentista.

³⁶ Carneiro edita e analisa um conjunto de cartas pessoais escritas por brasileiros, nascidos no litoral e no sertão baiano, no período de 1809 a 1907. Para análise, a autora faz distinção entre *remetentes cultos, da costa baiana*, e *semi-cultos, do sertão baiano*.

³⁷ Além disso, há outras 32 (5,15%) orações com próclise provável ao segundo verbo, construções que a autora classifica como ambíguas, pela ausência de marca gráfica ou material interveniente entre o primeiro e o segundo verbo.

Tabela V-1 – Pronome proclítico em relação à negação (cl- NEG V V)

	CYRINO(1993)	PAGOTTO(1992)
1ª. Metade do séc. XVIII	18 %	75 %
1ª. Metade do séc. XIX	0%	0%
2ª. Metade do séc. XIX	0%	0%
1ª. Metade do séc. XX	0%	2 %
2ª. Metade do séc. XX (a)	0%	
2ª. Metade do séc. XX (b)	0%	

Último aspecto, igualmente importante, todavia menos enfatizado pela literatura linguística, diz respeito ao contexto de orações infinitivas preposicionadas. Já observamos que no português europeu, ao menos até o século XVI, a variação entre próclise e ênclise atinge todas as preposições. No caso brasileiro, o que se vê é uma ascendência do uso proclítico no decorrer do século XIX, especialmente em contextos de preposição *a*. Nos dados de Oliveira (2011)³⁸, o percentual de colocação enclítica cai de 96,5%, no século XIX, para 11,4% no início do século XX.

Essas considerações nos parecem suficientes para sublinhar as mudanças linguísticas que levaram à configuração do PB contemporâneo e, ainda, deixar mais visíveis algumas particularidades que envolvem o fenômeno da cliticização na escrita brasileira na passagem do século XIX ao XX.

Nas seções que seguem, passaremos à análise das duas amostras linguísticas: uma extraída de textos escritos por intelectuais republicanos paulistas e outra da imprensa imigrantista portuguesa. Conforme mencionamos no segundo capítulo deste estudo, o foco incide nas ordens lineares entre clíticos e verbos em três contextos sintáticos: 1) orações dependentes introduzidas por um pronome relativo ou por uma

³⁸ Oliveira analisa cartas de escritas por escritores portugueses: Almeida Garret (1799-1854); Alexandre Herculano (1810-1877); Camilo Castelo Branco (1825-1890); Eça de Queirós (1845-1900); Fernando Pessoa (1888-1935); e por escritores brasileiros: Marilza de Oliveira analisa cartas de escritas por José de Alencar (1829-1877); Álvares de Azevedo (1831-1852); Machado de Assis (1839-1908); Lima Barreto (1881-1922); Mario de Andrade (1893-1945).

conjunção subordinativa; 3) orações não finitas, introduzidas por uma preposição; 3) orações contendo complexos verbais.

3. Entre paulistas

A amostra da escrita dos intelectuais republicanos paulistas apresentou um total de 1679 orações contendo clíticos pronominais³⁹. Validando os contextos com verbos simples (finitos e não-finitos), a distribuição primária resultou em 47% de próclise e 53% de ênclise, demonstrada na tabela a seguir:

Tabela V2 – total de orações / próclise e ênclise em orações com verbos simples (finitos e não-finitos)

	Total de orações (verbos simples e grupos verbais)	Verbos simples (finitos e não-finitos)				Total
		Próclise		Ênclise		
Alberto Sales	453	183	46,9%	207	53,1%	390
Campos Sales	518	192	45,5%	230	54,5%	422
Prudente de Moraes	221	75	38,9%	118	61,1%	193
Rodrigues Alves	406	163	48,9%	170	51,1%	333
Júlio Mesquita	81	49	68,1%	23	31,9%	72
Total	1679	662/47 %		748 /53%		1410

Esse resultado bruto tende a se mostrar irrelevante no diagnóstico da variação, porque oculta os aspectos que particularizam os processos de clitização do português,

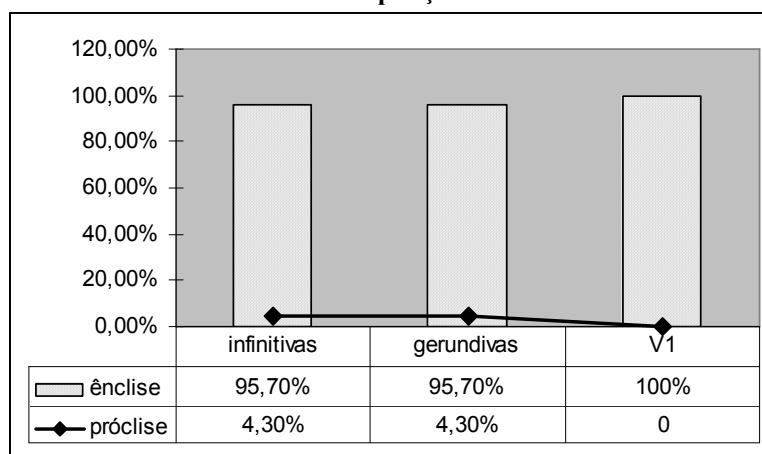
³⁹ Nesses dados, não computamos as orações contendo o clítico *se*.

notadamente os contextos sintáticos que apresentam pouca variação na ordenação dos clíticos, tais como *orações com verbo em posição inicial absoluta* e *orações dependentes*, em que a ênclise e a próclise, respectivamente, são quase categóricas⁴⁰.

Todavia, no caso do português brasileiro e, especificamente, da variedade paulista, em que a variação recobre quase todos os contextos, os percentuais de próclise e ênclise podem ser tomados não somente como indicativos da preferência pela colocação enclítica, mas também como indícios de que a escrita dos paulistas não apresenta uma regra básica de ordenação dos clíticos pronominais.

De modo geral, é a ênclise que sobressai na escrita dos paulistas: se considerarmos os cinco contextos⁴¹ em que, inicialmente, subclassificamos as 1.410 orações com verbos simples extraídas da amostra, somente no contexto indicado por *orações dependentes* encontramos predominância de próclise. De fato, dos quatro ambientes linguísticos com prevalência de ordem *Vcl*, três se caracterizam pela ênclise categórica ou absoluta. Para esses contextos, formamos o seguinte quadro:

Gráfico V-2 — Ênclise em orações infinitivas não preposicionadas, orações gerundivas e orações finitas com verbo na posição inicial absoluta.



⁴⁰ Referimo-nos, aqui, aos dados da escrita que são objeto dessa análise.

⁴¹ 1)Orações coordenadas (exceto primeira coordenada), orações-raiz com antecedente; 2)orações com verbo em posição inicial absoluta; 3)orações infinitivas; 4)orações gerundivas; 5)orações dependentes (relativas, clivadas, adjuntas, completivas).

Note-se que há somente 4 casos (em 92 dados) de próclise em contexto de orações infinitivas, ainda assim, trata-se de verbo flexionado:

- (18) a. O Código Civil Italiano, instituindo a obrigatoriedade do casamento civil, e não reconhecendo outra união válida, para os efeitos jurídicos, sinão aquella celebrada perante o official civil, todavia julgou conveniente instituir o regimen tão preconizado hoje pelos impugnadores do projecto, isto é, o regimen do livre arbítrio, sendo facultado aos nubentes o celebrarem antes ou depois do casamento religioso ou civil (Campos Sales – Discurso de 23 de julho de 1891)
- b. [...] o que mais concorreu para augmentar o meu pasmo e me convencer da grande contradicção em que V. S. se tinha deixado desastradamente cahir, foi o confronto que commigo mesmo comecei a fazer do aphorismo de Augusto Comte (desculpe a rudeza a minha imparcialidade) com aquella sua nomenclatura (Alberto Sales, Cartas a Júlio Ribeiro).
- c. [...] entretanto, nos convenceremos, desde já, que os phenomenos sociaes não devem mais continuar a ser interpretados pela theologia ou pela metaphysica, porque nem uma, nem outra, poderá nos dar uma solução exacta e verdadeira do problema politico, tal como elle se apresenta nos tempos modernos (Alberto Sales, Política Republicana).
- d.[...] nos mostrarmos desunidos no atual momento e incapazes de uma deliberação harmônica, que era preciso evitar isto a todo [] em beneficio de nosso Estado (Rodrigues Alves, Diário).

Quanto às construções com gerúndio, também temos somente 4 casos de próclise, em 92 dados. É interessante que o estudo de Lobo (1992), que descreve o português oral culto contemporâneo, com base em dados do NURC (último quartel do século XX), evidencia que, mesmo na atualidade, esse é um contexto de conservação de ênclise (69% do total de dados). Esse fato leva, certamente, a um questionamento: por que o português brasileiro, notadamente proclítico, ainda apresenta esses casos de ênclise majoritária?

Como o *corpus* que analisamos se constitui de documentos escritos entre o final do século XIX e início do XX, e os dados orais examinados por Lobo foram produzidos

por brasileiros cultos, fica difícil escapar à interpretação mais comum de que esses usos linguísticos estariam de tal modo condicionados por fatores exógenos ao campo linguístico, que não nos forneceriam indícios da língua-I dos falantes. Mas, acreditamos que essa conclusão não tem grande poder explicativo, visto que, para os demais contextos sintáticos, ao menos do século XX em diante, esse fator externo parece ter pouca relevância. Observemos, por exemplo, as orações principais com verbo em posição inicial (ex. 19), contexto muito controlado pela escola, em que o percentual de ênclise, ainda nos dados de Lobo (1992), é de 55% (sempre com o clítico *se*), dados que indiciam o padrão proclítico do PB contemporâneo.

- (19) a. Me impressionou notadamente uma... uma série de artigos do historiador e sociólogo Oliveira Viana SP. III. M (Lobo, 1992, p. 132, ex. i)
- b. Chama-se esta mastectomia de mastectomia alargada SSA. II. F (Lobo, 1992, p. 132, ex. ii).

Para o português brasileiro escrito no século XIX, propomos que a prevalência de ênclise nesses contextos específicos e a amplitude da variação com próclise nos demais ambientes linguísticos está associada a um conjunto mais amplo de fatores, do qual a escolaridade faz parte.

Afora esses contextos de ênclise categórica, no *corpus paulista* a alternância entre próclise/ênclise ocorre nos mais diversos domínios:

Orações com marcadores de negação

- (20) a. E como o Estado, segundo a phrase de T. Braga, nada mais é do que o agente coordenador de todo o funcionalismo social, esta claro que a sua attitude, em relação ao commercio, deve consistir tão somente em garantir o mais possível a sua independencia, a fim de facilitar o seu constante desenvolvimento, e não roubar-lhe essa mesma liberdade e independencia,

por meio de regulamentos e pesados impostos aduaneiros (Alberto Sales, Política Republicana, p. 186).

b. E como as gerações se sucedem, e se substituem, fôra iniquo que o contracto de hoje obrigasse de antemão a vontade da geração futura, dispondo do que não lhe pertence, e instituindo uma tutela perenne que seria a primeira negação da propria soberania nacional (Alberto Sales, Política Republicana).

Orações dependentes

(21) a. Aquelle que indicou-me o [mercado] parece [homem] competente e serio. (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio).

b. [...] pedi ao Nhosinho que os compre no Rio - e que mande-me a conta para pagar. (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio).

c. Agradecei à elles esse obsequio que nos fizeram. (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio).

Orações coordenadas precedidas por conjunção

(22) a. Mas si lhe commettemos esta missão e lhe retiramos os meios de acção, seria o mesmo, segundo a imagem de Thiers, que cortar as pernas a um homem, e depois dizer-lhe - correi! Não; isto não é pratico, não é justo, não é rasoavel. (Campos Sales, Discursos)

b. Essa auctoridade, porem, lhe é conferida directamente pela sociedade, para ser applicada por elle em seu beneficio exclusivo, como órgão especial da idea fundamental do direito, e não como propriedade de um individuo ou de uma familia em particular. Desde que a sociedade crea o Estado e assigna-lhe certas e determinadas attribuições, revestindo-o ao mesmo tempo de uma certa somma de auctoridade, não abdica por isso de seus direitos, nem tão pouco assim procede em beneficio exclusivo de uma certa família (Alberto Sales, Política Republicana).

Orações com verbo em segunda posição precedido de sujeito

(23) a. O Jorge Fernando communicou-nos que vai casar-se com uma filha do Victorino [Carmello]. (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio)

b. O João Sampaio **vos entregou** a quantia de 50.000 - para vosse pagar o professor de canto pelas lições d'este mez, de modo que em principio de Abril[...](Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio)

c. A historia **nos fornece** diversos exemplos d'esta forma de governo. Um d'elles é o antigo Egypto (Alberto Sales, Política Republicana).

Verbos não finitos, regidos por preposição

(24) a. **Para o reconhecer** basta consultar a opinião, ouvir o que se diz em toda a parte (Campos Sales, Discursos).

b. Em idênticas condições, acredito que não teremos motivos **para queixarmonos** da fraqueza, do indifferentismo do caracter brasileiro (Campos Sales, Discursos).

c. Dizia que o partido republicano conservador trabalhava **para nos isolar** que era preciso manter os nossos compromissos e que qualquer idéa de aproximação do governo nos enfraqueceria ante a opinião (Rodrigues Alves, Diário).

f. É possível que o partido conservador tenha, como você diz, o pensamento **de nos isolar** (Rodrigues Alves, Diário).

d. Esta eleição estava a cargo do Cincinato, que não chegou a dar parecer por ter de se ausentar do país. Disse-me o Sarmiento que ouviu dele que era incontestável o direito do Maciel e que não desapareceu porque não estaria aqui **para defende-lo** no plenário mas que o Peixoto (Carlos) faria isso (Rodrigues Alves, Diário).

Grupos verbais

(25) a. Estimo que continui a gosar saude- e a estudar bastante-; nada **póde ser-me** mais agradável do que isso (Prudente de Moraes, carta ao filho Antonio).

b. Foi por isso que apresentei esta indicação. Senhores, não fallemos como orgaos dos países que **possam inspirar-nos** no momento; (Campos Sales, Discursos)

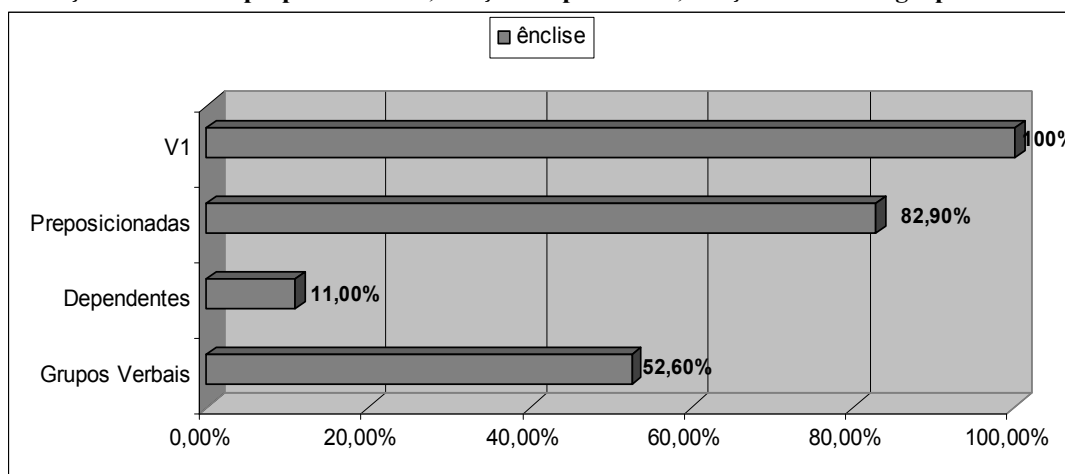
c. Por consequência, temos que o Estado, como orgam do direito, é que recebe a competencia para dar ao acto a fôrma, que **lhe possa garantir** a efficacia das relações jurídicas. Esta é a função do poder leigo. (Campos Sales, Discursos)

d. O que tem parecido, pois, conveniente aos dirigentes da política para o fim de provocar uma harmonia completa, é que não devemos nos afastar daquelas normas, assegurando a continuidade de uma ação equitativa e tolerante, ou se trate de assuntos de administração ou de ordem eleitoral (Rodrigues Alves, Diário).

e. Mostra que os thesouros litterarios dos antigos nunca podem ser tão bem compreendidos no original como nas traducções, em razão do imperfeito conhecimento que se pôde adquirir da língua no collegio; que, além disso, os modelos que poderiam nos oferecer as línguas mortas têm sido tão usadas que já passaram para as línguas que há muito tempo fallamos (Rodrigues Alves, Diário).

Passando aos contextos sintáticos dos quais pretendemos nos ocupar, notadamente *orações infinitivas introduzidas por preposição*, *orações dependentes* (relativas, completivas, adverbiais adjuntas) e *orações contendo grupos verbais*, temos o seguinte quadro:

Gráfico V-3 — Ênclise em orações com verbo em posição inicial absoluta (V1); Orações infinitivas preposicionadas; orações dependentes; orações contendo grupos verbais



Esses resultados, tendo em vista os padrões de variação na ordenação dos clíticos na diacronia do português, aparentemente não divergem dos dados encontrados em *corpus* constituído de textos escritos no século XIX por falantes de outras regiões do Brasil. Mas, incluímos no gráfico (V-3) o resultado referente à ordenação dos clíticos

em orações finitas com verbos simples em posição inicial absoluta, justamente porque pretendemos iniciar esta análise discutindo a ênclise categórica nesse contexto⁴²; um fato interessante, considerando o *corpus* sob análise, constituído de documentos diversos, inclusive cartas pessoais e diários íntimos. Isolando esse contexto, temos 149 orações, distribuídas conforme segue:

Tabela V-3 – Ênclise em contexto V1

	Total de orações
Alberto Sales	32/32
Campos Sales	35/35
Prudente de Moraes	22/22
Rodrigues Alves	49/49
Júlio Mesquita	11/11
Total	149/149
Ênclise - 100%	

Vejamos alguns exemplos:

- (26) a. **Acautelai-vos** contra as variações bruscas de temperatura que ahi são constantes e perigosas (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio).
- b. **Lembre-lhe** que o Dr. A. [Gordo] já fallou á elle á meu respeito e elle prometeu-me [servir] bem e com brevidade. (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio)
- c. **Parece-me** que estou curado, só restando-me a fraquesa, mas como estou me alimentando bem, esta [irá] cessando (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio).
- d. **Basta-nos** agora mostrar a intima relação que existe entre estes attributos fundamentaes da natureza humana e as forças de conservação e

⁴² Neste estudo, denominamos contexto V1 aquele em que não há, na sintaxe visível, nenhum elemento antecedendo o verbo. Incluímos, portanto, entre as orações V1, aquelas em que o verbo antecede o sujeito (VS), construções que podem ser consideradas orações XV estruturais. Não contabilizamos, por outro lado, as orações antecedidas por vocativos, elementos discursivos e orações dependentes, bem como orações com tópicos marcados; entendemos, de qualquer forma, que esses contextos podem ser considerados XV superficiais (cf. Paixão de Sousa, 2004; GBPS, 2005).

renovação, que se encontram no seio das sociedades (Alberto Sales, Política Republicana).

e. Parece-nos, pois, que um governo, para ser estavel, permanente e limitado, não póde de modo algum prescindir de uma constituição. Seria isso o mesmo que negar-se peremptoriamente todo o merecimento á lei organica do poder politico, aliás um dos meios mais engenhosos que se têm inventado para a completa racionalisação da arte de governar (Alberto Sales, Política Republicana).

f. Fiz-me sentinella dos direitos dessa honrada classe, outr'ora tão desprotegida (Campos Sales, Discurso proferido em 7 de janeiro de 1891).

g. Esta foi, portanto, a preocupação que eu trouxe commigo para o governo, acceitando nelle o logar de honra que me foi offerecido. Acceitei-o persuadido de que a minha collaboraçaõ poderia ser de alguma utilidade na applicaçaõ dos principios da minha escola política (Campos Sales, Discurso proferido em 7 de janeiro de 1891).

Levando em conta o conjunto de estudos sobre o português do século XIX, apresentados na primeira parte deste capítulo, podemos dizer que a ênclise categórica, nesse contexto, não é fortuita. Nos dados do *Almanaque Literário* (Santos Silva, 2010)⁴³, encontramos somente 1 caso (em 30 dados) de próclise nesse contexto; Pagotto (1992, 1993) registra somente 6 casos de próclise em contexto V1 absoluto, sendo 3 ocorrências (em 19 dados) em textos dos séculos XVI ao XVIII e, depois, 3 ocorrências (em 27 dados) no século XX⁴⁴; resultado similar àquele apontado por Lobo (2001), que também não apresenta próclise em posição inicial absoluta no século XIX, com exceção

⁴³ Analisamos um total de 776 orações extraídas de um conjunto de textos publicados no *Almanaque Literário de São Paulo*, dos anos de 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1884, 1885. Vale notar que este estudo foi produzido com o fim de prover um *corpus* de controle para o estudo que desenvolvemos aqui. Conforme fizemos notar no capítulo 3, o *Almanaque* é um periódico interessante para análise, porque apresenta textos de diversos paulistas; ademais, deixa visível os valores ideológicos e os ideais políticos do grupo de republicanos. Nesse sentido, além de propor uma visão do fato linguístico sob análise, esses dados facilitam a compreensão das relações entre os usos linguísticos dos paulistas e as condições sociais de produção de seus escritos (no final do século XIX). No mais, pelos motivos já elencados, os resultados dessa análise autorizam uma comparação com os dados da imprensa imigrante portuguesa.

⁴⁴ O autor não especifica, todavia, se essas ocorrências de próclise foram observadas em contextos de orações simples, principais ou coordenadas.

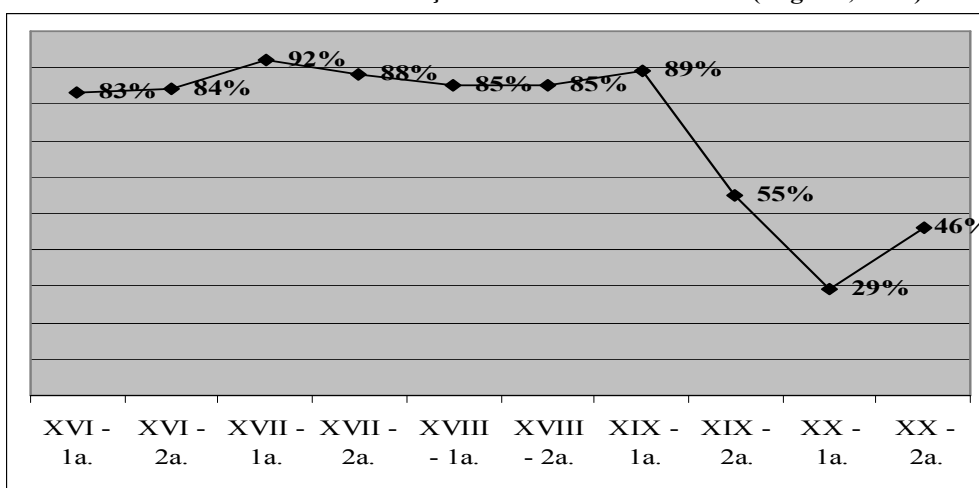
de uma ocorrência de próclise parentética (intercalada) que, conforme observa a autora (com base em Jucá Filho, 1965), é construção comum em textos portugueses do século XVI ao XIX⁴⁵.

Pagotto (1992; entre outros) já observou que tanto a tendência à ênclise, nos casos em que o verbo é o limite do período, quanto a tendência à próclise, em contexto de verbo precedido por um elemento lexicalizado, se mantêm em todos os períodos de tempo. De modo geral, os dados são altamente sensíveis à posição ocupada pelo verbo na superfície da sentença, pelo que há uma gradação nos usos de próclise, conforme o contexto sintático:

Verbo em início de período < Verbo em início de oração < Verbo precedido de algum elemento no nível interno da sentença (op. cit.).

Já observamos que até o início do século XIX prevalece a próclise em orações simples e principais finitas com verbos simples. Esse quadro é alterado somente a partir dos textos do final do século XIX e início do século XX, momento em que a próclise passa a sofrer quedas significativas:

Gráfico V-4 — Próclise em orações-raiz com verbos finitos (Pagotto, 1992)



⁴⁵ Lobo interpreta esse caso de próclise parentética (citando Juca Filho, 1949) como uma variante estilisticamente marcada de colocação dos clíticos própria da língua literária.

Todavia, a despeito dessa mudança, a posição V1 é conservadora de ênclise em todo o período histórico.

Se observarmos os dados relativos à escrita de falantes de regiões diversas no Brasil, é certo que encontraremos alguma variação *clV/Vcl* em contexto V1, entretanto, sempre com baixíssima proporção de próclise. Nos dados de Martins (2008), colhidos de textos escritos por catarinenses, se observa que entre os oito escritores nascidos no século XIX, somente três empregam próclise nesse contexto sintático. No total, são 5 orações (ex. 40), em 598 construções, o que equivale a menos de 1% dos dados; ainda assim, somente em (27a) e (27c) o verbo inicia o período.

- (27) a. **ME chamaste**, meo coração? [*LIVRAMENTO, 1853*] (Martins, 2008, p. 173, ex. 58a)
- b. Ai! Que eu estou sufocado! **ME largue!** [*LIVRAMENTO, 1853*] (Martins, 2008, p. 173, ex. 58b)
- c. **TE recordas** se Valentim era ruivo?... [*LIVRAMENTO, 1853*] (Martins, 2008, p. 173, ex. 58c)
- d. *Maria Rosa* – Já sei; já sei que a festança vai ser grossa, pois foi convidada toda aquela gente rabujenta e de altos coturnos que aqui esteve no dia em que os patrões festejaram as bodas de prata. / *Maneca (Aproximando-se)* – Mas, **TE digo**, Maria Rosa, com muita sinceridade: não tenho inveja de nada disso... [*JUVENAL, 1884*] (Martins, 2008, p. 173, ex. 58d)
- e. Não me culpes. **ME perdoa**. Foste mais forte, confesso. [*NAHAS, 1898*] (Martins, 2008, p. 173, ex. 58e)

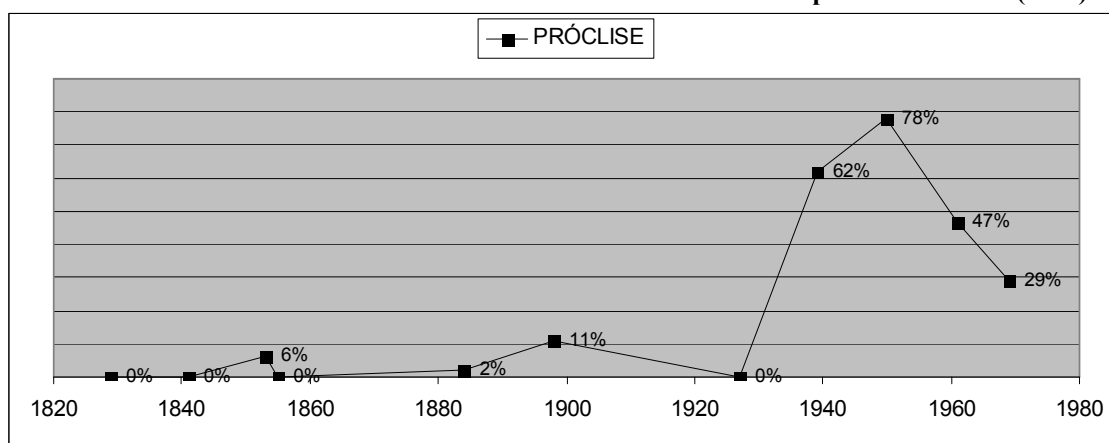
Carneiro (2005), registra somente 3,4% de próclise em posição inicial absoluta (13 ocorrências em 379 orações, considerando, inclusive, orações com grupos verbais)⁴⁶, conforme exemplos em 28.

⁴⁶ Em orações declarativas, afirmativas principais com verbo único, há 8 ocorrências de próclise com verbos em posição inicial absoluta, sendo todos os casos encontrados entre escritores nascidos entre 1800 e 1851.

- (28) a. ***Me parece*** que nao proponho, nem tenho pe-|-dido nenhum deproposito, para que ate hoje| não tenha sido attendido, e tenha de ver a offi-|cina continuar no estado pouco lisongeiro| em que a consideram.| carta 158 (Carneiro, 2005, p. 168, ex. 3.58)
- b. ***Me entendi*** com o Joao Victorino a serca| do seo boi que matarao, e depois disto>| 4r. tudo resolvido trataremos da liqui|dacao, me pairesse e *que* o tal sugui=|to nao tera com *que* pague, com *quanto*| a pesar de ser morador aqui eu| nao conheco bem se elle pode pa|gar.| carta 418 (Carneiro, 2005, p. 168, ex. 3.58)
- c. ***Me foi entregue*** sua carta de 8 do| vigente; e serto que as forcas rece-|berao balla e *muita* da garganta de| Cocorobo ate Canudos, sendo o| ataque em Cocorobo no dia 25 do *passado*| e houve grande perda nas forca,| tao bem morrendo jaguncos, o Coro-|nel Sucupira foi victima de| duas ballas no Trabubu, distan-|te meia legua de Canudos, a lem| de outros officiaes; chegando a|lv.a Collunna do General Lavaget| a Canudos no dia 27; carta 418 (Carneiro, 2005, p. 168, ex. 3.58)
- d. ***Me diz*** a consciencia *que* ainda| nao commetti acto algum com| relacao a sua pessoa pelo qual|2r. se posso dizer que eu hoje sou menos| dedicado a si, entretanto que aqui| se diz o contrario, e se me tem como| um dos mais dedicados e afeicoados| seu. carta 442 (Carneiro, 2005, p. 168, ex. 3.58)

Esse quadro, conforme fizemos notar na primeira parte deste capítulo, sofre alterações no curso do século XX. Nos dados de Martins (2008), por exemplo, as taxas de próclise em textos de brasileiros nascidos entre 1829 e 1969 são as seguintes:

Gráfico V-5 — Próclise em contexto V1 na escrita catarinense - adaptado de Martins (2008)



Essa variação mínima em meados do século XIX vem sendo analisada como evidência da gradação no uso de próclise, o que indicaria a emergência, ainda que de forma inconsistente, da gramática do português brasileiro nos textos oitocentistas.

Os altos percentuais de ênclise, nessas análises, são interpretados como indícios da gramática do PE, que teria exercido forte pressão sobre a escrita dos brasileiros. De fato, o século XIX (conforme discussão apresentada no *capítulo 2*), é marcado por um amplo debate a respeito da língua e da literatura brasileira. No bojo dessa discussão estão os discursos voltados ao reconhecimento e à legitimidade da língua em uso no Brasil. Parte dos letrados brasileiros cultivava a expectativa de que as diferenças do PB deixassem de ser observadas enquanto *erros* linguísticos e passassem a ser consideradas formas legítimas de dizer de um povo e de uma nação.

Já observamos, por outro lado, que os letrados que atuavam em defesa de uma língua nacional não lutavam, todavia, contra a noção de erro linguístico, mas contra a desvalorização de algumas variantes consideradas próprias do português do Brasil. É certo que, nessa disputa, o português brasileiro permanecia em desvantagem em relação à língua de Portugal, porque esta – já sancionada pelas instituições de ensino, bem como pelos clássicos, literatos e gramáticos – era muitas vezes reconhecida como única língua correta. A empreitada nacionalista brasileira levou adiante, portanto, a tarefa de desbastar o discurso de valorização do português europeu e elevar o *status* da língua brasileira, mas sem perder de vista os sistemas de diferenças linguísticas classificantes e hierarquizantes, ou seja, sem abandonar a noção de que, no confronto entre falares, tendo em conta a posição ocupada pelo falante na estrutura social, um determinado uso linguístico é (ou pode ser) considerado inferior a outro.

Em outras palavras, o conjunto de diferenças linguísticas entre falantes manteve-se associado às diferenças sociais. Conseqüentemente, na construção de uma norma linguística brasileira, privilegiaram-se algumas construções em detrimento de outras. Valorizaram-se as variedades mais raras, empregadas por uma parcela da população que, ou dispôs de condições diferenciadas de aquisição linguística, ou aprendeu a variedade mais rara por meio do processo de letramento/escolarização.

Já observamos, seguindo Bourdieu (2008, p. 44), que nas diversas sociedades, devido à relação entre o sistema das diferenças linguísticas e o sistema das diferenças econômicas e sociais, se lida com o efeito próprio da raridade distintiva e com o universo hierarquizado de desvios linguísticos perante uma norma reconhecida como boa e correta. Nesse ambiente, as diferenças não se relativizam mutuamente. Antes, uma vez preenchidas algumas condições essenciais, das quais se destacam a unificação do mercado linguístico e a distribuição desigual das oportunidades de acesso aos instrumentos de produção e legitimação dessa norma considerada correta, os usos linguísticos dos grupos dominantes asseguram um lucro de distinção em sua relação com os usos dos demais falantes. Assim, são os grupos usuários dessas variedades mais valorizadas que impõem, nos mais diversos mercados (escolar, político, administrativo, etc), suas próprias produções.

O português culto brasileiro (e paulista) se forma nesse ambiente aparentemente contraditório, em que se busca, por um lado, uma língua distinta do português europeu, ou seja, em que se espera alcançar o direito de criar, impor e reproduzir suas próprias normas linguísticas, e, por outro, em que se cultivam os sistemas de distinção, de modo a produzir e legitimar uma variedade linguística suficientemente afastada do português usado pelas parcelas não escolarizadas.

Dessa perspectiva, a ênclise categórica ou majoritária em *contexto VI* nos textos escritos por paulistas e brasileiros em geral pode ser interpretada como parte dessa larga elaboração, que busca assentar uma língua própria, mas distinta da língua de negros, índios, imigrantes e iletrados. É preciso enfatizar que os letrados brasileiros discutiam sua própria norma, ou, em outras palavras, procuravam formar e controlar os mercados linguísticos brasileiros; assim, o uso de ênclise por esses falantes não pode ser tomado como simples imitação da gramática do português europeu. Nesse momento em que se procura forjar uma língua nacional, os textos podem não somente incorporar os estilos convencionalmente aceitos na escrita e na fala formal, mas também expressar as ideologias próprias de cada grupo.

3.1 Ênclise em orações dependentes

Retomando as orações que constituem nossa amostra, temos uma taxa de 10,5% de ordem *Vcl* em orações dependentes (relativas, clivadas, completivas, adjuntas) finitas (52 ocorrências em 472 dados)⁴⁷.

⁴⁷ Para este estudo: I) não consideramos os resultados referentes às orações interrogativas parciais com sintagmas-QU (cf. quadro a seguir); II) não distinguimos entre *porque* circunstancializador (que introduz uma oração circunstancial causal) e o *porque* coordenativo (que introduz uma oração coordenada explicativa).

Interrogativas descartadas	Total
Alberto Sales	2
Campos Sales	2
Prudente de Moraes	3
Rodrigues Alves	1
Total	8

Note-se que as *orações completivas* são geralmente denominadas, nas gramáticas tradicionais e escolares, *orações subordinadas substantivas*; já as orações circunstanciais ou adjuntas são comumente denominadas *orações subordinadas adverbiais*.

Por fim, denominamos interrogativas -Qu as orações introduzidas por pronomes interrogativos.

Tabela V-4 – Próclise/Ênclise em orações dependentes (por falante)

	Próclise		Ênclise		
Alberto Sales	130	92,2%	11	7,8%	141
Campos Sales	135	88,8%	17	11,2%	152
Prudente Moraes	45	71,4%	18	28,6%	63
Rodrigues Alves	83	93,3%	6	6,7%	89
Júlio Mesquita	27	100,0%	0	0,0%	27
	420	89,0%	52	11,0%	472

Seguem alguns exemplos:

(29) a. Outras vezes inconscientemente aumentam por tal forma a intensidade de suas forças progressivas, exagerando a necessidade das modificações políticas ou sociaes, ***que lançam-na*** á esses doloros periodos de destruição, que culminam quasi sempre em terriveis crises revolucionarias e que mais servem para esgotar, do que para dar ampla e util satisfação ás forças de renovação (Alberto Sales , Política Republicana,)

b. Sr . presidente, ***quando inscrevi-me*** para este debate, fiz desde logo o proposito de, ao subir á tribuna, abordar immediatamente a questão sem me occupar, siquer incidentemente, de assumptos estranhos á materia em discussao, e principalmente daquelles que por sua natureza se acham fóra da competencia desta assemblea.(Campos Sales, discurso pronunciado na sessão de 7 de janeiro de 1891)

c. Saude e estudo - é o ***que desejo-vos***. (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio)

d. Foi o A. Fidelis ***quem mandou-me*** o recibo com o conhecimento do piano por isso foi elle quem pagou os 2,,000. (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio)

Apesar do baixo valor quantitativo, está claro que a ordenação *Vcl* ocorre em diferentes tipos de orações dependentes:

Tabela V-5 – ênclise em orações dependentes (por tipo de oração)

Tipos de orações dependentes	Alberto Sales	Campos Sales	P. de Moraes	R. Alves	J. Mesquita	Total
Relativas/Clivadas	5	8	12	1	0	26
Adjuntas	4	4	3	2	0	13
Completivas	2	5	3	3	0	13
Total	11	17	18	6	0	52

Outro ponto importante, convém destacar de antemão, é a variação de uso entre os diversos falantes:

Tabela V-6 – ênclise em orações dependentes - por tipo de oração

	Alberto Sales	Campos Sales	Prudente Moraes	Rodrigues Alves	Júlio Mesquita	Total
Relativas	5,8% (5/86)	9,1% (8/88)	29,3% (12/41)	1,9% (1/52)	0,0% (0/18)	9,1% (26/285)
Outras dependentes	10,9% (6/55)	14,1% (9/64)	27,1% (6/22)	13,5% (5/37)	0,0% (0/9)	13,9% (26/187)

As variações quanto ao tipo de oração nos parece menos importante; todavia, as opções individuais desses falantes (quase 30% de ênclise nos escritos de Prudente de Moraes e nenhum caso nos escritos de Júlio Mesquita) exigem alguma discussão. Quanto à produção escrita de Prudente de Moraes podemos antecipar que sua amostra linguística contém cartas pessoais e, efetivamente, a maioria dos casos de ênclise em orações dependentes emerge nessas cartas que Prudente envia a seu filho (Antonio de Moraes) nos primeiros anos do século XX. Nesses escritos, a ordem *Vcl* em contexto de orações dependentes alcança quase 50%; todavia, em seus textos mais formais, editados e publicados, os percentuais de ênclise se mantêm elevado. Em discurso proferido em 26/03/1879, por exemplo, a frequência dessas construções é de 18%. É intrigante que esse autor faça uso frequente dessas construções enclíticas justamente nesses textos menos formais. Contudo, acreditamos que essa variável independente – tipo de texto (*pessoal/menos formal*) – diz pouco sobre a variação, já que esse fator só aparece numa relação tal em que esses usos linguísticos são possíveis e frequentes na língua. Na leitura que fazemos, a opção pela ênclise, nesse contexto, está relacionada à posição desse falante (e do grupo de falantes) nas relações sociais de produção linguística. Deixaremos essa discussão para o final deste capítulo, com o fim de aproveitarmos, na

interpretação desses dados, outros argumentos e resultados de pesquisa que reunimos nessa exposição.

Focalizando o quadro geral, temos que, na escrita paulista, a média de 11% de ênclise em orações dependentes se aproxima das taxas percentuais encontradas por Carneiro (2005), em *Cartas Brasileiras* – 17% (180 ocorrências em 1058 dados); por Martins (2008)⁴⁸, na *Escrita Catarinense* – 13,8 % (106 dados em um conjunto de 765 orações); e, ainda mais, dos dados de *Álvares de Azevedo* – 13,5%, conforme análise de Oliveira (2011).

Esses resultados, pouco significativos numa análise quantitativa, parecem facilitar a conclusão de que a ordem *Vcl* em orações dependentes é um caso de hipercorreção, ou seja, um uso linguístico incorreto, equivocado, motivado pela aprendizagem deficiente da gramática do português europeu, mais valorizada nessa sociedade do que o português brasileiro. De fato, é como indício de hipercorreção que Lobo (2001) analisa as 11 ocorrências (5,1%) de ênclise em orações dependentes registradas em seus dados. Martelotta (et. al., 2009)⁴⁹, que encontra 9% (17 ocorrências) de construções enclíticas nesses contextos, acolhe, assim como outros estudiosos, essa mesma interpretação, qual seja, a ordem *Vcl* em orações dependentes registra a tentativa, por parte dos brasileiros, de alcançar a gramática alvo – o PE.

Ora, pode parecer bastante adequado, do ponto de vista sociolinguístico, interpretar essa variação na escrita brasileira como processo de hipercorreção, uma vez que a ênclise em orações dependentes é uma variante infrequente na história da língua

⁴⁸ Marcos Martins não analisa as orações finitas dependentes, assim, não sabemos quantos são os dados referentes ao século XIX. Todavia o autor apresenta esses dados em nota de fim de página (nota 58, p. 134).

⁴⁹ Os autores analisam o *corpus* denominado *Cartas a Rui Barbosa*, constituído por textos escritos no período de 1866 a 1899.

portuguesa. Ademais, se a gramática do PB oral já se mostrava predominantemente proclítica no século XIX, a ordem *Vcl*, nesse contexto, não teria motivação.

Mas é preciso considerar as consequências dessa análise, sondar seus limites. Inicialmente, devemos levar em conta dois fatos igualmente importantes. É preciso ter claro que essas construções não se restringem à produção linguística de um segmento social, mas podem ser encontradas mesmo na escrita formal de falantes com alto grau de letramento. Além disso, na escrita de alguns falantes o percentual de ênclise é bastante elevado. Na amostra analisada por Carneiro (2005), a ordem enclítica entre falantes cultos é de 11% (69/620), enquanto entre semicultos alcança 25% (111/438), percentual que se aproxima muito daquele indicado, no *corpus* que analisamos, aos escritos de Prudente de Moraes (29,3%), (cf. *tabela V-6*).

O segundo fato a se considerar diz respeito à constância dessas construções nas várias gramáticas do português, questão importante quando se discute a afirmativa de que a próclise é a única ordem possível em orações dependentes na língua portuguesa.

Partindo do estudo de Martins (1994), iteramos que os clíticos pronominais ocorrem em posição pré-verbal em todas as épocas (do século XIII ao século XVI), independentemente dos tipos de orações subordinadas. De fato, no *corpus* de documentos notoriais analisado pela autora, não há exceções relativamente a essa regra, de modo que a ordem *clV* ocorre mesmo em construções com complementador nulo (ex. 30) e em orações coordenadas de dependentes (31).

(30) Pedjmdo por mercê ao dicto senhor prior -- **lhe perdoasse** ho atrás pasado se pella uetura paguo nõ fose (NO, 1514. Martins, 1994,p. 96, ex. 36)

(31) e porque se nos a nos ho Priol agrauou e **se nos queyxou** que **nos tragíamos** o dito quarto do dito Cassal contra voentade de deus e a perigoo de nossas almhas.

nos porê nos quytamos e nos partimos do dito quarto do dito Cassal (NO, 1299. Martins, 1994,p. 94, ex. 16)

Todavia, não obstante o que se observa nos documentos notoriais, está claro que as exceções existem. Os exemplos que aparentemente contrariam essa regra são colhidos dos estudos de Ogando (1980), Cintra (1954) e Mattos e Silva (1989), e reapresentados pela própria autora⁵⁰:

(32) a. et o rromeu disse **que** avendo batalla co huu seu ymigo, deralle cõ aquela seeta por la queixada seestra et foralle por medeo da cabe[ç]a, et o biquo dela **foralle** ferir ena nariz (ogando, 1980, p. 266, apud Martins, 1994, p. 98)

b. Onde aveo assy depois que, enno tempo que os Romããos assenhoravam o mudo e foy aquella grande desaveeça **que** ouve antre Júlio Cesar e Pompeio, seu jenrro, que eram ambos senadores, os Romããos **evyarõnos** a conquistar o mudo (Cintra, 1954, apud Martins, 1994, p. 98).

c. Diz que todos aqueles **que** Jesus Cristo receberam e creeron que era filho de Deus, **deu-lhis** el poderior (Mattos e Silva, 1989, p. 839, apud Martins, 1994, p. 99).

Para o português arcaico, Ribeiro (2010), discutindo o estatuto sintático dessas construções com orações dependentes, demonstra que, embora em número reduzido, os casos de ênclise são atestados em diversos tipos de subordinadas, conforme exemplos a seguir:

⁵⁰ Nos estudos tradicionais (Ogando, 1980; Eijk, 1989; Silva Dias, 1918, Said Ali, 1908, entre outros)⁵⁰, a distância existente entre o conector subordinativo e o clítico é apontada como o principal condicionador da ordem *Vcl* nesses contextos. Todavia, para A. M. Martins essa explicação não é suficiente, porque não considera o fato de que, em apenas dois tipos de orações subordinadas - completivas e consecutivas, com verbos no indicativo - se atestam exemplos de ênclise. Segundo a autora: “*Intuitivamente, parece então que a oração introduzida por **que**, tal como a introduzida por **o/a seguinte**, tem de alguma forma o caráter de não dependente*” (Martins, op. cit, p. 100). Desse modo, frases como as apresentadas em (48) não representariam exceções à colocação pré-verbal dos clíticos em orações dependentes, mas um tipo de estrutura que não pode ser classificada como tipicamente subordinativa. A argumentação de Martins (1994) apóia-se na proposta de Uriagereka (1992).

(33)

Completiva

a. “E mãdamos **que** se alguu ome demanda contra el rey peçalhy mercee en puridade” (FR – XIII, Ribeiro, 2010, ex. 16a)

Causal

b. e porque dos bêes das vertudes **que** se pagava huum, pagavase o outro (DSG – XIV, Ribeiro, 2010, ex. 18a)

Clivada

c. A outra he **ca**, se bõõ he, homilda-se mais (DSG – XIV, Ribeiro, 2010, ex. 19c)

Relativa

d. que as leis e justiça eram taaes como a tea da aranha, na quall os mosquitos pequenos caindo som rreteudos e morrem em ella, e as moscas grandes e que som mais rrijas, jazendo em ella, rrompem-na e vaan-sse (CDP-XV, Ribeiro, 2010, ex. 19b)

Para o português dos séculos XVI ao XIX, Lopes (2010), com base no *corpus Histórico Tycho Brahe*⁵¹, atesta a presença de ênclise ao longo de todo o período e em diversos tipos de orações dependentes, em que pese a frequência de uso diminuta: somente 32 ocorrências (0,22%) em um conjunto de cerca de 14.600 dados; conjunto

⁵¹ A autora analisa os seguintes textos (aqui rerepresentados em ordem cronológica): Fernão Mendes Pinto (1502) – Peregrinação; Francisco de Holanda (1510) – Da pintura Antiga; Diogo do Couto (1542) – Décadas; Luís de Sousa (1566) – A vida do Frei Bartolomeu dos Mártires; F. Rodrigues Lobo (1579) – A vida na Côrte e Noites de Inverno; Manuel da Costa (1601) – A arte de furtar; Francisco Manuel de Melo (1608) – Cartas Familiares; Antônio Vieira (1608) – Cartas; Antônio Vieira (1608) – Sermões; Antônio das Chagas (1631) – Cartas espirituais; Manuel Bernardes (1644) – Nova Floresta; José da Cunha Brochado (1651) – Cartas; Maria do Céu (1658) – Vida e morte Madre Helena da Cruz; André de Barros (1675) – Vida do Apostólico Padre Antônio Vieira; Contador de Argote (1695) – Regras da Língua Portuguesa; Alexandre Gusmão (1695) – Cartas; Cavaleiro de Oliveira (1702) – Cartas; Matias Aires (1705) – Reflexões sobre a Vaidade dos Homens; L. Antônio Verney (1713) – Verdadeiro Método de Estudar; Antônio da Costa (1733) – Cartas; Marquesa da Fronteira d’Alorna (1750) – Cartas; Almeida Garrett (1799) – Viagens na minha terra; Marquês da Fronteira d’Alorna (1802) – Memórias do Marquês da Fronteira e d’Alorna; Ramalho Ortigão (1836) – Cartas a Emilia.

que inclui 14 orações dependentes iniciadas pelo conectivo *porque*, tomado como um facilitador da ênclise nessas construções (cf. Lopes, 2010; entre outros).

(34) a. “ Mas eles como touros magoados das garrochas dos inimigos, bramindo, e assoviando, arremetiam com êles, e os magoavam bem, trazendo êles já muitas feridas; e assim se detiveram até chegar o esquadrão, **que** remetendo com aquele cardume, **desbarataram-no** logo, recolhendo aqueles dous valorosos soldados.” (Diogo do Couto; Lopes, 2009, p. 20, ex. 1)

b. Em casa cheia (disse Solino) depressa se faz a ceia, e em entendimento tão rico como o vosso, nem de cousas, nem de palavras pode haver pobreza; guarde-vos Deus de uns meus senhores que as pedem fiadas aos livros de cavalarias, com suas sentenças de cabo de capítulo, **que**, se se lhe atravessa um escarro de um dos ouvintes, **varreu-lhe** tôda a prègação da memória, e vão com a prática em muletas até tomarem assento com muito trabalho seu e de quem os escuta.” (F.R. Lobo; Lopes, 2009, p.20, ex. 2)

c. Nas minhas haverá tanta diligência, **que** pelo menos **desculpe-me** os meus desconcertos” (F.M. de Melo; Lopes, 2009, p. 20, ex. 3)

d. “Somos como os **que** navegando com vento e maré, e correndo velocissimamente pelo Tejo acima, se olham fixamente para terra, **parece-lhes** que os montes, as torres, e a cidade é a que passa; e os que passam, são elles.” (Vieira –Sermões; Lopes, 2009, p. 21, ex. 4)

e. Donde vem **que** os Italianos, achando no Latim as letras dobradas, **pronunciaram-nas** como dobradas; e, por este mesmo princípio, pronunciando o Italiano com alguma semelhança do Latim, dobraram também as letras da sua língua; por cuja razão são nela desculpadas as repetições.” (Verney; Lopes, 2009, p. 21, ex. 8)

Quanto ao português europeu contemporâneo, podemos recortar do estudo teórico de Vigário e Frota (1996) os seguintes exemplos de ênclise em orações dependentes:

(35) a. O João disse **que** a Maria **deu-lhe** um beijo (Frota e Vigário, 1996, p. 26, ex. 39a).

b. O Pedro disse **que** o livro encomendado à Biblioteca Nacional **foi-lhe** entregue ontem (Frota e Vigário, 1996, p. 26, ex. 39d).

c. Tem chovido tanto que, quanto à região do Mondego os campos alagaram-se excessivamente (Frota e Vigário, 1996, p. 26, ex. 39g).

Esse quadro é suficiente para evidenciar que essas construções, embora pouco numerosas, são uma constante na língua portuguesa. Não temos a intenção de discutir as interpretações teóricas sobre a ordenação dos clíticos nessas orações dependentes⁵². Todavia, não podemos deixar de sublinhar que tanto no português arcaico, quanto no português clássico e no português europeu moderno a ênclise em orações dependentes parece condicionada por alguns fatores linguísticos. Como não há exemplos de conjunção subordinativa imediatamente seguida de *Vcl* no português médio, Lopes (2010) conclui que é o elemento que fica entre o verbo e a conjunção que licencia a ênclise nessas orações. Essa também é a conclusão apresentada no estudo de Vigário e Frota (1998), segundo o qual, no português europeu moderno, essa construção só é possível quando há ao menos um constituinte não nulo intervindo entre o complementador e o verbo⁵³. Além disso, Lopes (op.cit.) chama a atenção para o fato, já observado por Martins (1994), de que a ênclise em orações dependentes ocorre, preferencialmente, com verbos no indicativo.

Já no português brasileiro, ao que parece, a ordem *Vcl* em contexto de oração dependente não é condicionada por nenhum desses fatores intralinguísticos. De fato, conforme se observa no português brasileiro contemporâneo (ex. 36) e na amostra de escrita do português paulista (ex. 37), a ênclise é empregada em qualquer contexto sintático.

⁵² Para uma discussão teórica sobre a derivação da ênclise em orações dependentes, ver Vigário e Frota (1998); Lopes (2010); Ribeiro (2009).

⁵³ Mantida a distância relativas às opções teórico-metodológicas e às propostas teóricas resultantes das análises, podemos dizer que essas interpretações parecem ficar par a par com a análise proposta nos estudos tradicionais (Ogando, 1980; Eijk, 1989; Silva Dias, 1918, Said Ali, 1908, entre outros), segundo a qual a distância existente entre o conector subordinativo e o clítico é o principal fator condicionante da ênclise nesses contextos.

- (36) a. É a garota que apaixonou-se por você (escrita universitária, Ribeiro, 2009, p. 27, ex. 24a)
- b) Fiquei feliz quando ligaram-me (dado de fala, Ribeiro, 2009, p. 27, ex. 24b)
- c) A situação é tão grave que corre-se o risco de o País perder a sua própria identidade (A Tarde, 18/11/00, p. 3 – Gerson dos Santos, Ribeiro, 2009, p. 27, ex. 24c)
- (37) a. Outras vezes inconscientemente aumentam por tal forma a intensidade de suas forças progressivas, exagerando a necessidade das modificações políticas ou sociais, que lançam-na á esses doloros periodos de destruição, que culminam quasi sempre em terriveis crises revolucionarias e que mais servem para esgotar, do que para dar ampla e util satisfação ás forças de renovação (Alberto Sales, Política Republicana).
- b. Sr . presidente, quando inscrevi-me para este debate, fiz desde logo o proposito de, ao subir á tribuna, abordar immediatamente a questão sem me occupar, siquer incidentemente, de assumptos estranhos á materia em discussao, e principalmente daquelles que por sua natureza se acham fóra da competencia desta assemblea.(Campos Sales, discurso pronunciado na sessão de 7 de janeiro de 1891).
- c. Mas, posso affirmar perante o Senado, perante a nação, que só a compreensão do dever e da responsabilidade obrigava-nos a conservar aquellas posições tão cheias de difficuldades e de desgostos. (Campos Sales, discurso pronunciado na sessão de 31 de agosto de 1891).
- d. Aquella que indicou-me o [mercado] parece [homem] competente e serio. (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio).
- e. Saude e estudo - é o que desejo-vos. (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio).

A presença constante, ainda que infrequente, dessas construções em todos os estágios do português nos oferece bases para questionarmos a hipótese de que a ordem *Vcl* em orações dependentes em textos escritos no século XIX tem natureza hipercorretiva.

Não dispomos de dados sobre a produtividade dessas construções na fala dos portugueses que aqui aportaram nas diversas épocas, assim, nada podemos dizer sobre a

aquisição linguística da criança brasileira. Conseqüentemente, não podemos atestar a natureza gramatical dessas construções na língua dos brasileiros. Todavia, independentemente desse fato, podemos reconhecê-las como uma variante do português que, com valor estilístico ou gramatical, figura na produção dos diversos falantes.

Ademais, nas discussões sobre os usos linguísticos de brasileiros no século XIX, não podemos perder de vista os debates formulados em torno da língua – nacional/estrangeira –, e em torno das formas de expressão – correta/incorrecta, boa/ruim, etc. Isto é, a análise linguística não pode descartar as escolhas e ações refletidas de intelectuais brasileiros e portugueses com relação à formação e uso da norma brasileira.

É importante reiterar, portanto, que a ênclise em orações dependentes, um dos tópicos amplamente debatidos entre gramáticos e demais grupos letrados, foi tratada tanto no interior de discursos de defesa a uma língua nacional brasileira, quanto de rechaço. As palavras de Cândido Figueiredo, no prólogo à primeira edição de *O problema da colocação de pronomes* (1909), são bastante ilustrativas dessas ações:

[...] levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor os direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, eles e eu topamos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo nativismo os leva a aceitar como boas e de lei estas e outras formas da linguagem vulgar do Brasil:

-Quem chamou-me?

-Me disseram que estavas doente.

-E todos levantaram-se.

- **Ninguém atreveu-se** a falar.

(Candido Figueiredo, 1921[1909], p. 16, grifo nosso)⁵⁴,

Já sublinhamos, no decorrer deste estudo, que entre os nativistas a que Figueiredo se refere está Paulino de Brito, um dos principais interlocutores do

⁵⁴ Vale ressaltar que, exceto pela segunda oração apresentada por Figueiredo (*Me disseram...*), todas as outras apresentam casos de ênclise em contextos em que, no português europeu moderno, se espera a próclise.

gramático português. Enquanto Candido Figueiredo propõe que não somente na literatura portuguesa, mas também na brasileira há exemplos bastantes de que se deve dizer “*Porque o pai lhe haviam morto (Gonçalves Dias)*” e não “*Porque o pai haviam-lhe morto*”, Paulino de Brito (1908) escreve:

Assim, por exemplo, no portuguez do Brasil “espero que *me faça* o favor” e “espero que *faça-me* o favor” são equipotentes; tanto se diz “*não lembrou-se do recado*” como “*não se lembrou do recado*”. No portuguez da Europa não se nota a mesma liberdade: *diz-se* invariavelmente “espero que *me faça* o favor – *não se lembrou do recado*”, sempre com o pronome antes do verbo.

O Sr. Candido de Figueiredo, com uma dose de orgulho nacional que não censuramos, mas ate invejamos para os nossos patricios, entendeu e ensinou que d’aquelas duas maneiras de falar dos brasileiros só uma era legitima – a usada pelos portuguezes, devendo a outra ser condemnada e banida como erro crasso.

Ora, quer a construcção directa, quer a transposta, são legítimas. Tão correcto é dizer “espero que *faça a Paulo este favor*” como espero que a Paulo *faça este favor*; e isto se reduz, nos exemplos propostos, a collocação dos pronomes: n’um caso depois do verbo, porque a construcção é directa; n’outro antes, por ser transposta.

Onde, pois, a incorrecção de uma d’essas fórmulas? No facto de não ser empregada pelos portuguezes?

A futilidade d’esta razão é evidente;urgia encontrar outra, e em breve o gênio inventivo, dos grammaticos e philologos de boa vontade, descobriu uma lei de gravitação, em virtude da qual certos vocábulos, uma vez precedendo ao verbo, attrahiam os pronomes pessoaes atônicos, com o inilludível rigor da cega fatalidade.

A theoria da attracção foi acceita com a mesma docilidade com que o fora a lição do Sr. Candido de Figueiredo. Ficava assim o nosso falar enriquecido de mais uma nódoa, e a linguagem dos nossos escriptores, ainda os melhores, acoimada de espúria e inçada de crassas incorrecções. Ninguem se preocupou com isto. (Brito, 1908, p. 12 e 13).

Paulino de Brito formula, portanto, uma crítica cerrada ao discurso dos gramáticos portugueses. A partir da pontuação das diferenças do português do Brasil, ele propõe que esses letrados, notadamente Candido Figueiredo, se revestem de uma base retórica de cientificidade para impor os padrões linguísticos de Portugal, como uma forma de dominação do povo brasileiro. Há um esforço, por parte de Brito, para provar que no Brasil não valem as regras gramaticais portuguesas. Assim, a variação *Vcl/clV* em orações dependentes é apresentada como simples reflexo das propriedades

gramaticais que distinguem o padrão culto brasileiro da gramática do português europeu⁵⁵.

Ao que parece, parte dos letrados brasileiros procurou cultivar a ideia de que a língua escrita no Brasil não se ampararia em uma norma única. Antes o contrário. A variedade culta do português brasileiro, ou seja, aquela usada pelos letrados, seria mais flexível, passível de mais variação e de adequação às múltiplas situações discursivas. Essas variações, evidentemente, seriam autorizadas, reconhecidas e também controladas pelo próprio grupo que as empregava, de modo a garantir as distinções e as consequentes hierarquias linguísticas. Isso é outro modo de dizer que o espaço da variedade culta do PB não era tão aberto ao ponto de abrigar qualquer forma linguística estigmatizada, mas apresentava mais “*elasticidade*” do que a norma padrão que se desenhava no decorrer do XIX. Desse modo, podemos dizer que a ênclise em contexto de orações dependentes tinha espaço na variedade culta do português brasileiro do século XIX e início do XX.

Está claro que em São Paulo essas construções eram usadas por pessoas cultas e, de certo modo, aceitas pelos interlocutores da época; haja vista a escrita de Prudente de Moraes, em que o percentual de ênclise, nesse contexto sintático, atinge quase 30%. Nos dados extraídos do *Almanaque Literário*, a média é de 10% no decorrer do período (1876-1885), alcançando 14%, 19% e 21,5% de ênclise, nos anos de 1876, 1877 e 1878, respectivamente. No plano geral, esses percentuais anunciam que, mesmo em textos muito planejados e muito corrigidos, a ordem *Vcl* aflora ao lado da próclise.

⁵⁵ Nessa direção, Oliveira (2011), ao analisar textos escritos por escritores brasileiros (focalizando os paulistas), propõe que a ênclise em oração subordinada, bastante produtiva no PB do século XIX e, ao que parece, livre de condicionamentos linguísticos, talvez tenha se apresentado como um traço distintivo dos paulistas, senão dos brasileiros.

Ora, nesse quadro sócio-histórico e linguístico, em que se destaca, por um lado, a constância dessas construções na língua portuguesa e, por outro, o elevado grau de tensão nas relações de produção linguística, com um grupo impondo-lhe censura e outro exigindo, dada a frequência de uso entre falantes cultos, sua imediata valorização, a interpretação dessas construções enclíticas⁵⁶ como parte de um trabalho de hipercorreção é um erro vulgar de cronologia.

Certamente os processos hipercorretivos são possíveis em uma sociedade hierarquizada, em que os diversos interlocutores distribuídos de forma desigual nos espaços sociais buscam o lucro advindo da produção linguística de maior valor social. Todavia, é preciso ter claro que a hipercorreção se inscreve na lógica da pretensão, fazendo com que os grupos que ocupam posições inferiores na estrutura social hierarquizada procurem se apropriar dos usos dominantes (cf. Bourdieu, 2008)⁵⁷. No Brasil do século XIX, os falantes cultos, ou os detentores de maior capital (cultural, econômico, político), vão formando e legitimando seus mercados linguísticos com base na experiência brasileira – escravista e desigualitária. Nesse mercado, o valor das produções linguísticas está diretamente relacionado ao valor conferido aos interlocutores, de tal modo que usos linguísticos semelhantes podem trazer lucros desiguais (nos termos de Bourdieu, 1977).

Dessa perspectiva, podemos suspeitar que a experiência brasileira não apresenta as condições necessárias ao desencadeamento da hipercorreção entre esses falantes cultos. A despeito do valor atribuído à norma linguística europeia e, mesmo por

⁵⁶ O mesmo vale para orações com operadores de negação e outras, em que há elementos que, no português europeu, disparam a próclise.

⁵⁷ Na definição de Bertoni-Ricardo (2004, p. 28), a hipercorreção é um “fenômeno que decorre de uma hipótese errada que o falante realiza num esforço para ajustar-se à norma-padrão”; nas palavras de Calvet (2004, p. 77), trata-se de “restituição exagerada das formas prestigiosas”.

isso, da influência dessa norma nos usos linguísticos dos brasileiros, é a posição dos falantes cultos na estrutura social que define o valor e autoriza o uso de determinados produtos linguísticos. Isto é outro modo de dizer que é o *habitus* linguístico dos grupos letrados que controla os esquemas de produção e de reprodução linguísticas⁵⁸. Daí dizermos que é anacrônica a interpretação que se faz dos usos linguísticos desses intelectuais brasileiros /paulistas como “*linguagem emprestada*”, mal adaptada à norma linguística europeia⁵⁹.

Ao que parece, a frequência de uso dessas construções nos textos escrito pelos republicanos paulistas, especificamente, está associada à posição por eles ocupada no espaço social e aos mecanismos de que se valem para marcar/manter o distanciamento em relação aos demais grupos sociais.

3.2 Orações infinitivas preposicionadas

Passando aos dados referentes à ordem dos clíticos em orações com verbos infinitivos introduzidos por preposição, reconhecemos, novamente, um quadro predominantemente enclítico; são somente 17% de próclise (34 casos em 199 dados), distribuídos da seguinte forma:

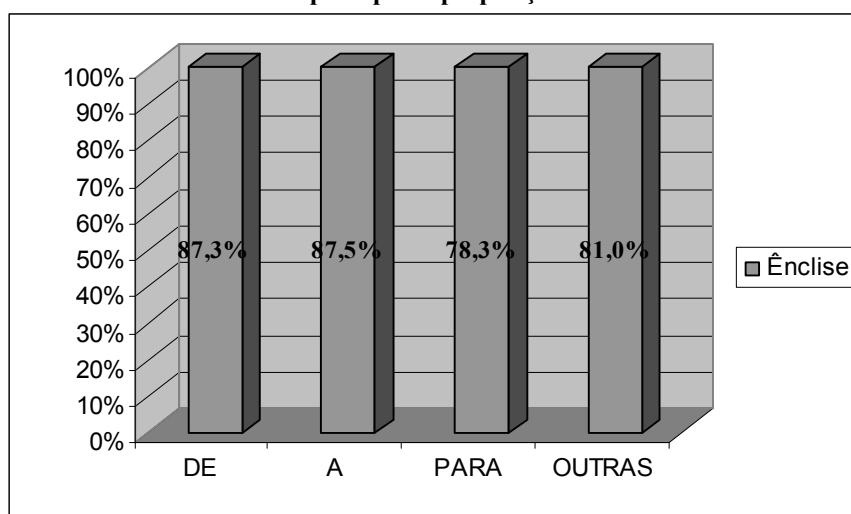
⁵⁸ Nas palavras de Bourdieu (1977, p. 22, grifo nosso), “*o uso dominante é o uso da classe dominante, aquele que supõe a apropriação dos meios de aquisição cujo monopólio essa classe detém*”.

⁵⁹ Estamos pressupondo, vale lembrar, que não há unificação entre o mercado linguístico europeu e o mercado linguístico brasileiro.

Tabela V-7 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas - por tipo de preposição

	Ênclise		Próclise		
DE	55	87,3%	8	12,7%	63
A	28	87,5%	4	12,5%	32
PARA	65	78,3%	18	21,7%	83
POR	7	87,5%	1	12,5%	8
SEM	4	57,1%	3	42,9%	7
EM	6	100,0%	0	0,0%	6
TOTAL	165	82,9%	34	17,1%	199

Gráfico V-6 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas - por tipo de preposição



Em (38) apresentamos alguns exemplos de próclise em infinitivas preposicionadas na amostra paulista:

(38) a. Sr. presidente, quando inscrevi-me para este debate, fiz desde logo o proposito de, ao subir á tribuna, abordar immediatamente a questão **sem me ocupar**, siquer incidentemente, de assumptos estranhos á materia em discussao, e principalmente daquelles que por sua natureza se acham fóra da competencia desta assemblea. (Campos Sales, discurso pronunciado em 7 de janeiro de 1891)

b. **Para o reconhecer** basta consultar a opinião, ouvir o que se diz em toda a parte. Pelo menos varreu-se das ruas a especulação dos boatos alarmantes; já não se annuncia uma revolução por dia, por hora; ao contrario, todos sabem que os elementos revolucionarios foram completamente extinctos e estão eliminados do seio da sociedade brasileira. (Campos Sales, Discurso - pronunciado em 11 de julho de 1892).

c. Em certas localidades, informa o escriptor de onde colligi estes dados, o clero foi ao encontro do perigo, esforçando-se elle proprio para o evitar, ora empenhando-se com os nubentes para que celebrassem immediatamente o acto civil, ora recusando-se a celebrar a união religiosa antes do acto civil. (Campos Sales, discurso pronunciado em 23 de julho de 1891)

d. O mesmo escriptor, autor da brochura e conselho, tão convencido estava da inefficacia da propaganda que, apesar do appello dirigido á iniciativa articular, achou conveniente propor tambem meios coercitivos, como a mais segura garantia da observancia da lei. Indicou, nesse proposito, que se comminassem penas contra todo aquelle que abusasse da boa fé e da ignorancia de alguém para o induzir a não casar-se sinão relligiosamente. (Campos Sales, discurso pronunciado em 23 de julho de 1891)

e. Já estão esgotados, mas dentro de poucos dias estarão reconstituídos - de modo á [ter] [ella] dinheiro meu para vos [fornecer] as mesadas e mais despesas necessárias (Prudente de Moraes, cartas ao filho Antonio)

f. Quero merecer agora o favor de me informar sobre a situação dos mercados americanos e como receberam eles o café deste ano; se há fundamento para o receio de uma nova campanha de baixa e se se lembra de alguma providencia para nos acautelarmos contra possíveis manejos para esse fim (Rodrigues Alves, *Diário*).

g. Estava autorizado por seus colegas a me mostrar aquella correspondência, - da qual eu já sabia alguma cousa, por conversa no Rio com D. J. Nery, bispo de Campinas (Rodrigues Alves, *Diário*).

Para análise desses dados devemos levar em consideração o fato, bem observado por Said Ali (1908), de que esse é um dos contextos sintáticos *de que menos se ocupam* os compêndios gramaticais (especificamente entre o final do século XIX e início do XX); provavelmente porque, na história da língua portuguesa, esse sempre foi um ambiente de variação.

Martins (1994) observa que, entre o século XIII e o início do XIV, cada preposição – *de*, *pera* e *a* – condiciona diferentemente a colocação dos clíticos no português. Todavia, seu comportamento uniformiza-se nos séculos seguintes, com a

prevalência da ordenação proclítica, independentemente do tipo de preposição (op. cit., p. 109). De modo geral, os dados analisados por Martins formam o seguinte quadro:

**Quadro V-4 - Padrões de ordenação dos pronomes em contextos preposicionados
(do século XIII ao século XVI)**

TIPO DE PREPOSIÇÃO	PERÍODO (XIII-XVI)
DE	Ordem <i>clV</i> em todos os períodos
PÊRA	Ordem <i>clV/Vcl</i> , com variação aparentemente livre entre o século XIII e início do XIV(até a década de 1340), após esse período, a ordem preferencial é <i>clV</i>
A	Ordem <i>Vcl</i> nos dados referentes ao século XIII e primeira metade do século XIV (até a década de 1340), após esse período, a ordem preferencial é <i>clV</i>
EM	Ordem <i>Vcl/clV</i> ⁶⁰
SEM	Ordem <i>clV</i> ⁶¹

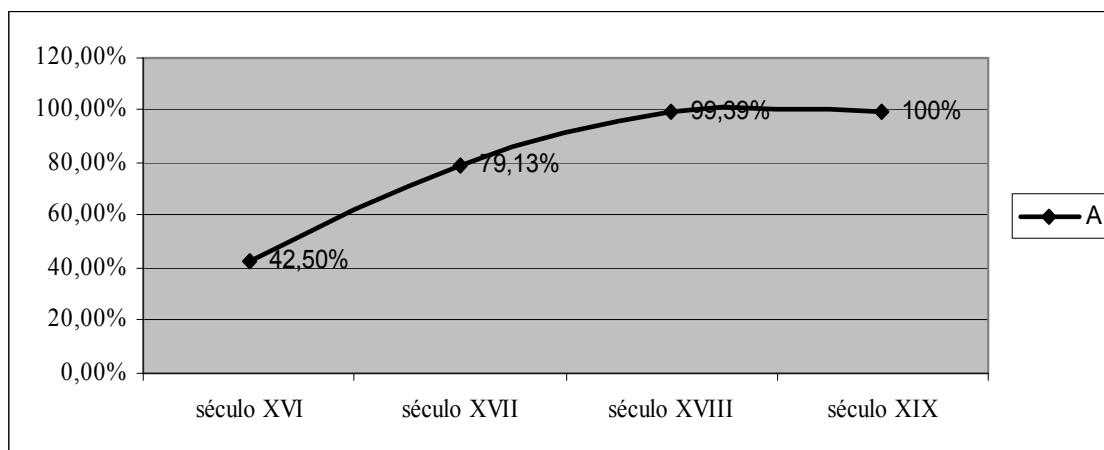
Já mencionamos, seguindo Godoy (2006), que nos textos escritos no século XVI predomina a próclise em infinitivas introduzidas pela preposição *a*. A partir do século XVII, mais especificamente a partir dos textos de Alexandre Gusmão, escritor nascido em 1695, a ênclise se torna categórica⁶².

⁶⁰ Os dados de A. M. Martins (1994) não são suficientes para evidenciar os limites dessa variação.

⁶¹ A autora dispõe somente de duas atestações, contudo, por se tratar de uma preposição que tem caráter de operador de negação, se supõe que a ordem *clV*, nesse caso, seria obrigatória.

⁶² Note-se que, apesar da predominância da ordem *Vcl*, a maioria dos escritores nascidos até o século XVII apresenta em seus escritos variação entre próclise e ênclise.

Gráfico V-7 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pela preposição *a*
(adaptado de Godoy, 2006)



Já nas orações introduzidas pelas preposições *de* e *para*, a ordem preferencial, até o século XVI, é *clV*. A partir do século XVII, há intensa variação na ordem dos clíticos nesses contextos.

Tabela V-8 — Ênclise x próclise em orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de* e *para*
(adaptado de Godoy, 2006)

	Século XVI		Século XVII		Século XVIII		Século XIX ⁶³	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
DE	98,2%	1,8%	72,7%	27,3%	61,4%	38,6%	75,8%	24,2%
PARA	98,1%	1,9%	79,5%	20,5%	72,6%	27,4%	100%	0%

Da mesma forma, as infinitivas introduzidas pelas preposições *sem*, *em*, *com*, *por* e *até*⁶⁴, que ocorrem com próclise até o século XVI, passam a apresentar variação ênclise/próclise nos séculos seguinte – XVII e XVIII –, com tendência, exceto pelas infinitivas introduzidas pela preposição *em*, ao uso proclítico.

⁶³ Esses dados são relativos aos escritos de Ramalho Ortigão (1836), único autor, no *corpus* analisado por Godoy, nascido no XIX.

⁶⁴ Infinitivas introduzidas pela preposição *com* são escassas em textos produzidos a partir do século XVII. Apesar disso, Godoy observa que há autores que, nesse contexto, empregam somente próclise, outros somente ênclise e, alguns, próclise e ênclise.

Para o século XIX, Oliveira (2011), analisando a ordenação de clíticos em cartas de escritores brasileiros e portugueses⁶⁵, apresenta os seguintes dados:

Tabela V-9 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira, 2011)

Tipo de Preposição	A. Garret	A. Herculano	C. Castelo Branco	Eça de Queirós	Fernando Pessoa
A	100%	100%	100%	100%	100%
DE	4%	2,3%	11,6%	0%	4%
PARA	4,7%	0%	0%	0%	0%
OUTRAS	0%	0%	0%	0%	30%

Vale observar que esses resultados não diferem muito daqueles apresentados no conhecido estudo de Said Ali (1908) – *Dificuldades da Língua Portuguesa* –, quanto à ordenação dos pronomes nos textos de Alexandre Herculano, Rebello da Silva e Castello Branco; naquele estudo, o percentual de ênclise em infinitivos introduzidos pelas preposições *de* e *para* não alcança 10%, sendo que, segundo o autor, parte dos casos de ênclise se deve a princípios de eufonia: “assim é que em Herculano lemos: *para metter-se às vagas, de segurar-se com ambas as mãos*; frases sem dúvida mais agradáveis de ouvir do que se começassem deste modo: *para me metter; de se segurar* (Said Ali, 1908; p. 40).

Esses estudos deixam claro que o modelo português especializa-se no uso enclítico no ambiente de preposição *a*, *e*, apesar de alguma variação, no uso proclítico com as demais preposições. Todavia, esse sistema dual não se repete nos textos produzidos por escritores brasileiros:

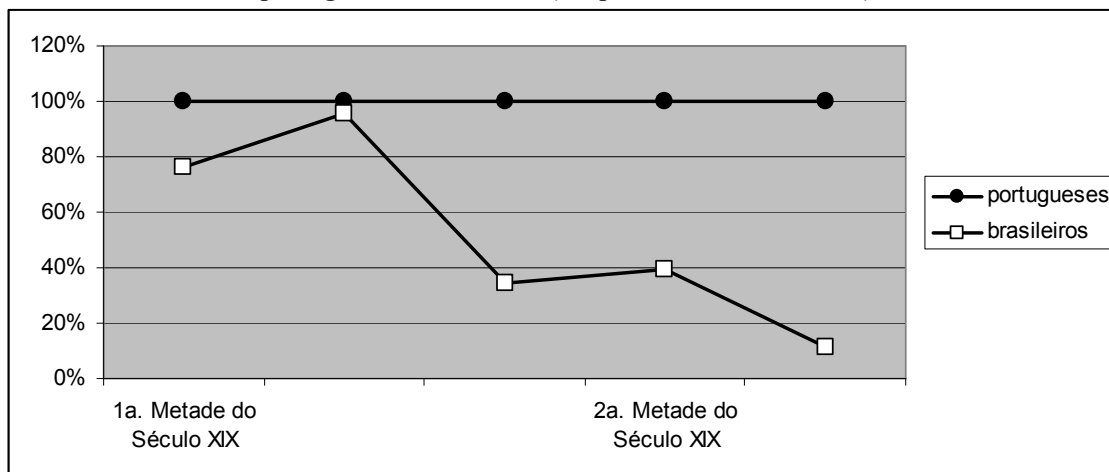
⁶⁵ Escritores portugueses: Almeida Garret (1799-1854); Alexandre Herculano (1810-1877); Camilo Castelo Branco (1825-1890); Eça de Queirós (1845-1900); Fernando Pessoa (1888-1935); escritores brasileiros: José de Alencar (1829-1877); Álvares de Azevedo (1831-1852); Machado de Assis (1839-1908); Lima Barreto (1881-1922); Mario de Andrade (1893-1945).

Tabela V-10 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira, 2011)

Tipo de Preposição	J. Alencar	A. Azevedo	M. Assis	L. Barreto	M. Andrade
A	76%	95,5%	34,5%	39,2%	11,4%
DE	87,5%	87,5%	40%	50%	11,8%
PARA	100%	100%	93,8%	64,7%	12,5%
OUTRAS	100%	50%	50%	16,7%	--

De fato, os dados indicam uma variação própria do português brasileiro: a alternância *Vcl/clV* atinge todas as preposições. Já em contexto de preposição *a*, os textos brasileiros revelam uma ascendência do uso proclítico no decorrer do século XIX. Assim, a partir de Machado de Assis, nascido em 1839, passa a predominar a próclise, que fica na margem de 90% nos escritos de Mario de Andrade, nascido em 1893.

Gráfico V-8 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pela preposição *a* - escritores portugueses e brasileiros (adaptado de Oliveira, 2011)

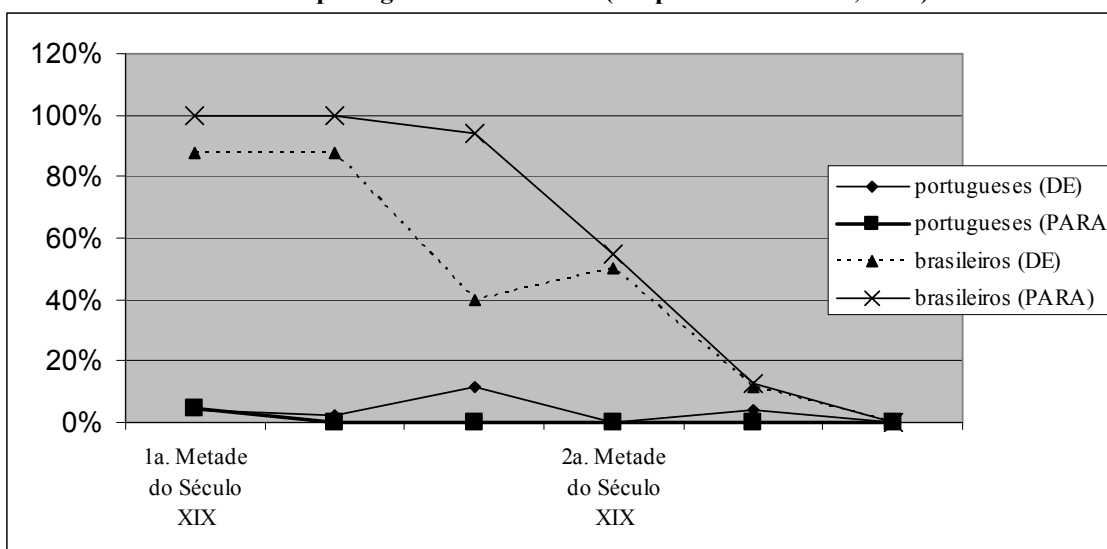


O contexto de orações infinitivas com preposição *a*, pouco enfatizado nas gramáticas normativas e mesmo na bibliografia linguística, distingue as variedades do português. O contraste apontado no gráfico em (V8) deixa ver que a ênclise categórica é

uma característica do português europeu moderno, por oposição ao português brasileiro, que registra aumento progressivo de próclise ao longo do século XIX.

Em infinitivas introduzidas pelas preposições *de* e *para* a alternância entre próclise e ênclise é mais frequente; todavia, considerando as diferenças entre os dois grupos de escritores, os dados evidenciam a predominância de ênclise nos textos dos três primeiros autores e próclise majoritária em textos de escritores modernistas.

Gráfico V-9 — Ênclise em orações infinitivas introduzidas pelas preposições DE e PARA-escritores portugueses e brasileiros (adaptado de Oliveira, 2011)



Segundo Oliveira (2011), a ênclise generalizada nos textos de escritores românticos se apresenta como um movimento consciente de afastamento com relação à configuração setecentista na qual está ancorado o português europeu moderno: “*quase como uma reação*” ao modelo português.

Se os escritores românticos maximizam o uso da ênclise como forma de oposição à gramática portuguesa, “os modernistas apresentam o leme voltado para a próclise” (op. cit.). Essa mudança na rota da cliticização, iniciada em Machado de Assis

e Lima Barreto é, segundo Oliveira, um outro modo de assegurar o distanciamento em relação ao PE.

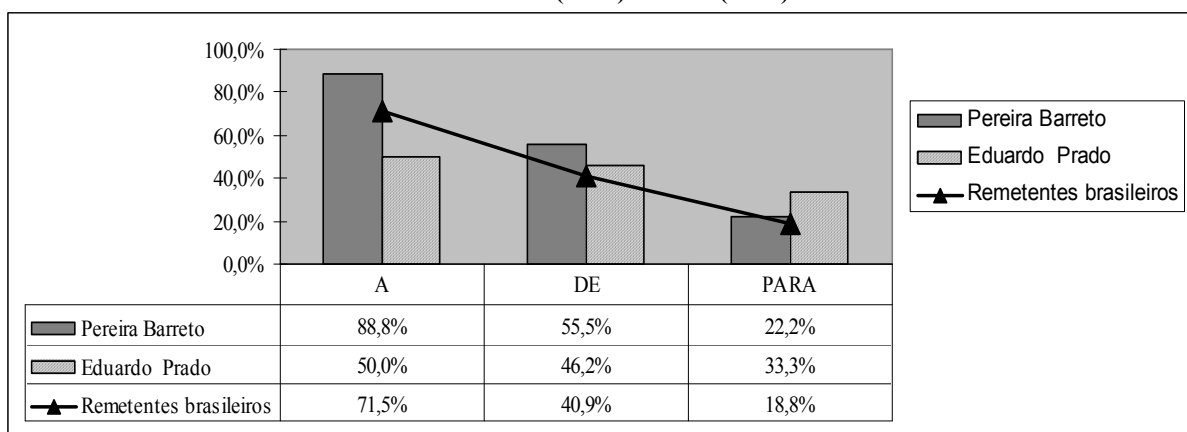
Analisando textos de intelectuais brasileiros, notadamente Pereira Barreto (nascido em 1840) e Eduardo Prado (nascido em 1860), a autora encontra dados que sustentam sua hipótese:

Tabela V-11 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas (cf. Oliveira, 2011)

	A	DE	PARA	OUTRAS
P. Barreto	88,8%	55,5%	22,2%	50,5%
E. Prado	50,0%	46,2%	33,3%	100,0%

Conforme se vê, esses intelectuais não seguem a gramática do português europeu. Não há especialização de ênclise com a preposição *a* e, tampouco, de próclise com as preposições *de* e *para*. Ademais, comparando esses dados apresentados por Oliveira (2011) com o estudo de Lobo (2001)⁶⁶, podemos reconhecer indicativos de que, na gramática de brasileiros, a variação *Vcl/cIV* não está condicionada a nenhum tipo de preposição.

**Gráfico V-10 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas
Dados de Oliveira (2011) x Lobo (2001)**



⁶⁶ Corpus constituído de cartas produzidas por falantes brasileiros, no século XIX.

Na leitura desses dados, não podemos desconsiderar o fato de que, no início do século XX, parte dos escritores brasileiros (notadamente os modernistas) reclamava a sistematização da norma brasileira. Nesse sentido, Mario de Andrade chega propor:

O melhor seria o governo entregar a normalização sintática contemporânea a um grupo de homens de valor, tais como naturalmente indicariam os nomes dos Snrs. Mário Barreto, João Ribeiro, Amadeu Amaral - falo valor linguístico - e que pesquisassem no falar brasileiro certas determinações fraseológicas mais ou menos gerais que pudessem ser estabelecidas como normas de sintaxe nossa (Mario de Andrade, 12-v, 7A; In: Gramatiquinha de Mario de Andrade; Pimentel Pinto, E., 1990).

E acrescenta:

Temos livros valiosos como A língua Nacional de J. Ribeiro, O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral, que são verdadeiros convites pra falar brasileiro. Porém os autores como idealistas que são e não práticos, convidam, convidam porém principiam não fazendo o que convidam. Não tiveram coragem (Mario de Andrade, 12-v, *Prefácio*; In: Gramatiquinha de Mario de Andrade; Pimentel Pinto, E., 1990).

Quanto aos grandes, os que sabem, não vê que tem coragem de se sacrificar pelos outros, façam o que eu digo, vivem a falar, dizendo pros outros abrasileirarem a língua porém eles mesmos vivem na cola de quanto Figueiredino chupamel nos vem da Lisboa gramatical (Mario de Andrade, 12-I, *Postfácio*; In: Gramatiquinha de Mario de Andrade; Pimentel Pinto, E., 1990).

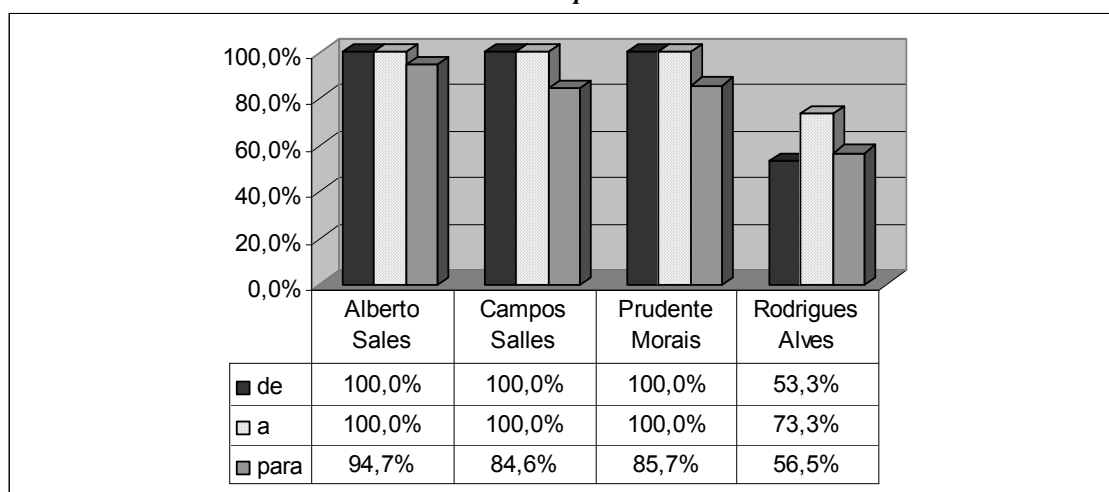
Está bem claro que Mario de Andrade não somente examina as possibilidades de variação da língua portuguesa, mas também questiona a existência de uma norma linguística socialmente dominante muito distinta dos usos linguísticos dos brasileiros; além disso, põe em relevo a possibilidade de uma redefinição (social, certamente) do que poderia ser considerado *língua legítima* naquela sociedade.

Ainda que a maioria dos escritores não tenha levado adiante o projeto de “*escrever brasileiro*” – criando, desse modo, as condições para redefinição da norma linguística brasileira –, é de se esperar que, ao menos nesses contextos menos corrigidos

pelos gramáticos, os usos dos escritores, no curso do século XX, tenham se conformado no modelo do português de cá.

Analisando, no interior desse quadro, os dados produzidos por intelectuais republicanos paulistas, temos a dizer que esses falantes assumiram um padrão enclítico – par e par com os usos linguísticos dos românticos e, conseqüentemente, distante dos usos modernistas. No gráfico a seguir (V-11), podemos observar que, excetuando os escritos de Rodrigues Alves, temos ênclise categórica em orações infinitivas introduzidas pelas preposições *a* e *de*; e, em infinitivas introduzidas pela preposição *para*, a taxa de próclise fica abaixo de 15%.

Gráfico V-11 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – por tipo de preposição - escrita de intelectuais paulistas⁶⁷



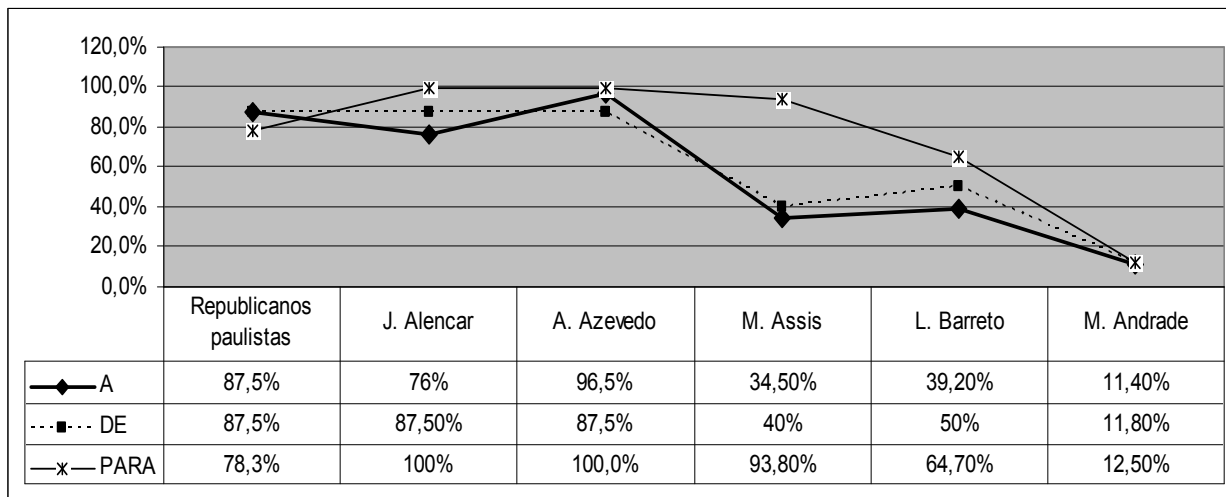
Cotejando esses dados⁶⁸ com os resultados de Oliveira (2011), encontramos maior similaridade com os usos linguísticos de José de Alencar e Álvares de Azevedo;

⁶⁷ Não encontramos nos escritos de Júlio de Mesquita orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de*, *a* e *para*.

⁶⁸ Vale reiterar que os dados apresentados se referem a cinco intelectuais paulistas: Campos Sales (1841); Alberto Sales (1857); Prudente de Moraes (1841); Júlio Mesquita (1862); Rodrigues Alves (1848).

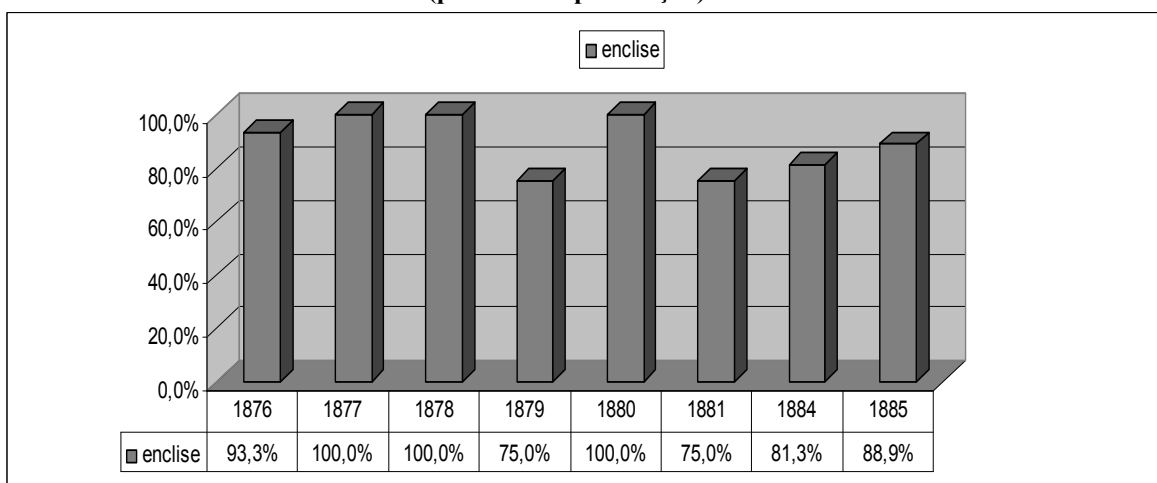
nesse caso, salientamos que, no conjunto analisado, este último é o único paulista entre os escritores do século XIX⁶⁹.

Gráfico V-12 — Ênclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - comparação entre o corpus Intelectuais paulistas e os dados de Oliveira(2011)



Na análise dos dados do *Almanaque Literário*, alcançamos resultados semelhantes:

Gráfico V-13 — Ênclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - *Almanaque Literário* (por data de publicação)



⁶⁹ Excluindo os dados de Rodrigues Alves, os percentuais para as preposições *a*, *de* e *para* são, respectivamente, 100%, 100%, 88,33% (média simples).

A média simples de ênclise nos dados do *Almanaque* é de 88,8% (79 ocorrências em 89 dados); nas amostras referentes aos anos de 1877, 1878 e 1880 a ênclise é categórica. Nas demais publicações, os percentuais ficam acima de 75%, o que evidencia a clara preferência, entre esses escritores, pela ordem *Vcl*.

Com base nesses resultados, podemos propor, seguindo a análise de Oliveira (op. cit.), que a “gramática” da escrita dos republicanos paulistas é enclítica e, desse modo, se mostra mais conservadora do que a de outros paulistas, como a de Mario de Andrade, cujos textos apresentam, no início do século XX, um padrão proclítico. Nossos dados indiciam, nesse sentido, um alinhamento da escrita da maioria dos republicanos paulistas ao modelo de língua dos românticos brasileiros, e não ao padrão português.

Todavia, na produção escrita de parte dos falantes – Rodrigues Alves, Eduardo Prado, entre outros paulistas (notadamente Sampaio Azevedo e João Tibiriçá Piratininga – responsáveis por mais da metade das ocorrências de próclise em infinitivas preposicionadas nos dados linguísticos extraídos da amostra do *Almanaque Literário*), os percentuais relativos à ordem *Vcl* ficam em torno de 50%.

Podemos supor que esses escritores caminham paralelamente a Machado de Assis e Lima Barreto, ou seja, a ordenação dos clíticos em seus textos ruma em direção à próclise que se assenta definitivamente nos séculos seguintes (cf. Oliveira, 2011). Todavia, sob este ângulo, ficamos com o ônus de explicar por que a mudança em direção à próclise alcança a escrita de apenas um grupo de intelectuais.

De primeiro, é preciso enfatizar que no *corpus* analisado a ordem *Vcl* ocorre independentemente do tipo de verbo e de preposição; além disso, a frequência de uso se

mantém elevada mesmo em presença dos chamados proclisadores, tais como as conjunções subordinativas e as expressões de negação (cf. ex. 39).

(39) a. Disse-me o Sarmiento que ouviu dele que era incontestável o direito do Maciel e que não desapareceu **porque não estaria aqui para defende-lo** no plenário mas que o Peixoto (Carlos) faria isso (Rodrigues Alves, Diário).

b. Falou-me na atitude dos Bispos do Estado, com relação á candidatura de Rodolfo de Miranda, malograda, e, **no seu propósito, de não ampará-lo** si fosse apresentada. Leu a carta, que, autorizado por seus colegas, escreveu ao general Pinheiro Machado, expondo as vistas do Espiscopado e o propósito de uma manifestação coletiva contra aquela candidatura (Rodrigues Alves, Diário).
Os padrões empíricos atestados também não deixam margem para a suposição

Observamos, ainda, que não há indícios de correspondência entre a ordenação dos clíticos em orações infinitivas preposicionadas e o uso dos clíticos na(s) oração (ões) que a precede(m):

(40) a. Na forma da lei a eleição para o congresso do estado (toda a camara dos deputados e terço do senado) tinha de se realizar a 1º de março. **A comissão Central procurou-me** no palácio dos Campos Elíseos **para me informar** das deliberações que havia tomado para a confecção das chapas. Apresentara chapa completa para deputados senadores, cabendo as duas vagas do senado ao Dr. Lins e Coronel Fernando Prestes (Rodrigues Alves, Diário).

Quanto às condições sociais de produção linguística⁷⁰, destacamos dois fatores especialmente importantes, já sinalizados no primeiro capítulo deste estudo. Primeiro é preciso lembrar que Rodrigues Alves estudou no Colégio Pedro II (RJ), instituição cujo

⁷⁰ Inicialmente consideramos, entre os fatores relevantes, a data de produção/publicação dos textos, especialmente porque a maioria dos escritos de Rodrigues Alves, o mais proclítico dos autores analisados, foi produzida no início do século XX, de modo que seus textos são os mais recentes no conjunto estudado. Todavia, o que verificamos é que essa variação próclise/ênclise em infinitivas preposicionadas já estava presente em textos produzidos pelo autor na década de 1860.

prestígio excedeu os limites do Império⁷¹. O curso, com duração de sete anos, além de conferir ao formado o título de bacharel em Letras, permitia seu ingresso em qualquer curso superior oferecido por instituições públicas brasileiras, sem a exigência de aprovação nos exames parcelados, obrigatórios a alunos oriundos de outras instituições. Alguns dos mais reconhecidos intelectuais do Segundo Reinado fizeram do Colégio D. Pedro um lugar de produção e reprodução do “saber acadêmico”; ademais, já está bem registrada nos estudos historiográficos a ligação estreita que o Imperador estabelecia com a instituição. Conforme observa Lília Schwarcz (1998), D. Pedro II, em carta a José de Bonifácio, chegou a dizer: “*Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e Colégio de Pedro II*” (op. cit., p.151).

É possível, portanto, que Rodrigues Alves tenha sido fortemente influenciado por esse ambiente letrado, que lhe ofereceu condições de aquisição da variedade linguística socialmente prestigiada na Corte. Esse fato, todavia, não explica a singularidade de sua escrita, em relação aos demais republicanos, pois, independentemente de seus saberes práticos, isto é, de seu *habitus* culto, nas relações objetivas lhe era facultada a apropriação do valor simbólico de outros elementos linguísticos dispostos a funcionar como marcador de distinção social.

Há um segundo fator que, a nosso ver, é mais decisivo na determinação da prática linguística desse intelectual, qual seja sua filiação ao Partido Conservador – de apoio ao governo imperial. Somente após a proclamação da República, Rodrigues Alves se torna republicano; já Eduardo Prado, que até 1889 aparentemente não assumira lugar definido na vida política, passa, com o advento da República, a defender a monarquia. O

⁷¹ Vale lembrar, nesse sentido, que esse Colégio é a única instituição de ensino citada e claramente protegida pela Constituição Federal de 1988 (art. 206, IV, parágrafo 2º). O texto legal reza que: *O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.*

que importa aqui não é a filiação partidária propriamente dita, mas os grupos sociais e o modo como os indivíduos partilham espaços, culturas, projetos, gostos, etc. Note-se, por exemplo, que Eduardo Prado estava muito ligado aos portugueses; amigo de Eça de Queirós, entre outros lusitanos, publicou artigos em periódicos portugueses, inclusive criticando a República e promovendo um discurso político pautado no ideal de restauração (cf. Janotti, 1986; entre outros). Da mesma forma, apesar de vinculado, por vários laços, aos integrantes do grupo dos republicanos (lembramos da Academia de Direito, da “*Bucha*”, dos ambientes políticos – em que pesem as diferenças partidárias –, etc.), Rodrigues Alves comungava as ideias da dissidência conservadora de Antonio Prado e, ainda, colaborava com este, ao lado de Eduardo Prado, entre outros, no Jornal *O Correio Paulistano* (cf. D’Amaral, 2003).

De outra parte, Alberto Sales, Campos Sales e Prudente de Moraes, chamados republicanos históricos, fizeram a propaganda republicana, difundiram a proposta de federação, cultivaram o sentimento de paulistanidade. Ao que parece, esses três sujeitos partilharam esse outro conjunto de propriedades distintivas, o qual, valorado na estrutura das relações sociais nas quais é gerado, produz efeito sobre as práticas dos sujeitos que o contém⁷². Decorre daí que as ações desses sujeitos podem marcar essas diferenças (o republicanismo, o federalismo, o sentimento de superioridade paulista, etc.) e, nessa esteira, suas escolhas linguísticas podem se constituir por oposição à escolha de outros indivíduos que, embora próximos no espaço social, estabelecem vínculos distintos com o grupo.

Ora, bem sabemos que não há perfeita correlação entre fatos linguísticos e sociais, todavia, na análise aqui proposta, esse fator não pode ser desconsiderado,

⁷² Nos termos de Bourdieu (2006[1979]).

porque diz respeito ao modo como os grupos se estruturam e se dispõem na sociedade. Voltaremos a essas questões no capítulo final.

3.3 Complexos (ou grupos) verbais⁷³

No primeiro capítulo deste estudo (*parte 2*), observamos que as possibilidades de ordenação dos clíticos em estruturas verbais complexas estão relacionadas à opcionalidade de subida (alçamento) de clíticos, isto é, à faculdade, em alguns predicados complexos, de realização do clítico vinculado ao domínio do verbo não-finito junto ao primeiro verbo da oração. Em contexto de alçamento, os clíticos podem aparecer, portanto, enclíticos ou proclíticos ao primeiro verbo; e em estruturas sem alçamento, podem se alocar junto ao verbo não-finito, conforme demonstramos nos exemplos a seguir:

Com alçamento

A) *cl V V*

a. Por consequência, temos que o Estado, como orgam do direito, é que recebe a competencia para dar ao acto a fôrma, que *lhe possa garantir* a efficacia das relações juridicas. Esta é a função do poder leigo. (*Corpus Paulista - Campos Sales, Discursos*).

B) *V-cl V*

c. É nesse sentido que digo que o telegrapho *tem-nos afastado* deste grande centro político (*Campos Sales, Cartas da Europa*).

⁷³ Embora alguns estudos teóricos sobre a cliticização em estruturas com mais de um verbo proponham distinção entre os dois termos, neste estudo interdisciplinar empregamos um pelo outro, sobretudo porque, no conjunto de estudos que tomamos como referência, não há uniformidade quanto à terminologia empregada.

Sem Alçamento

C) V V-cl

d. Foi por isso que apresentei esta indicação. Senhores, não fallemos como orgaos dos países que possam inspirar-nos no momento; (*Corpus Paulista - Campos Sales, Discursos*).

D) V cIV

b. Mostra que os thesouros litterarios dos antigos nunca podem ser tão bem compreendidos no original como nas traducções, em razão do imperfeito conhecimento que se póde adquirir da língua no collegio; que, além disso, os modelos que poderiam nos offerecer as línguas mortas têm sido tão usadas que já passaram para as línguas que há muito tempo fallamos (*Corpus Paulista - Alberto Sales, Cartas a Júlio Ribeiro*).

Considerando a estrutura dos complexos verbais, descartamos, nessa análise, os grupos com mais de uma forma verbal não-finita e as construções com verbo seguido de preposição. Desse modo, validamos a seguinte sequência verbal:

I) V₁ finito + V₂ não-finitivo (Infinitivo, Particípio, Gerúndio)

Ainda com o propósito de captar os condicionamentos em relação à variável *complexos verbais*, subclassificamos os verbos finitos em dois grupos:

(I) Verbos auxiliares temporais ou aspectuais;

(II) Verbos modais, aspectuais, volitivos, conativos, causativos, e perceptivos.

No primeiro grupo, incluímos os verbos *ir, vir + infinitivo; ter, haver + particípio; ir, vir, ficar (aspectuais) + gerúndio*. Nesse caso, os pronomes podem estar

enclíticos ao primeiro ou ao segundo verbo ou, ainda, proclítico ao verbo flexionado; no português europeu moderno, a subida de clítico ocorre, nesse contexto, em presença de elementos proclisadores; já no português brasileiro, a colocação proclítica, ao que parece, independe dessa condição sintática:

- (41) Finda a reunião, uma comissão composta dos senadores Azeredo, Eptácio, Alcindo, Índio do Brazil e deputados Antonio Carlos, Vespúcio de Abreu, Seabra, Celso [] e Tobias Pacheco, veio me trazer o resultado da convenção e felicitações. Falou o senador Azeredo: agradecei (Rodrigues Alves, *Diário*).

Com relação à ordem dos clíticos em complexos verbais, é interessante observar que os dados de Carneiro (2005) apresentam, inclusive, ênclise ao participio, construção agramatical no português europeu e pouco aceitável no português brasileiro:

- (42) Aqui nada mais v. de novo. Estava rezolvido ir até o Camuciatá, mas não achei uma montada sufficiente para esse fim. O nosso juiz de Direito vai indo, e segundo o que tem manifestado-se temos um Pompilio ou pior; disse-me que havia de contar-lhe aqui em tudo, e na fuctura Eleição Municipal não deixaria um governo obista votar, sobre pena de ser preso!! (Carneiro, 2005, p. 81, ex. 1.88; *carta 330*)

Classificamos no segundo grupo as construções com verbos *desejar*, *querer*, *permitir*, *poder*, *dever*, entre outros, que no português europeu tendem a ocorrer com ênclise; no português brasileiro contemporâneo, todavia, é comum a próclise ao verbo não finito (ex.43):

- (43) O que tem parecido, pois, conveniente aos dirigentes da política para o fim de provocar uma harmonia completa, é que não devemos nos afastar daquelas normas, assegurando a continuidade de uma ação equitativa e tolerante, ou se trate de assuntos de administração ou de ordem eleitoral (Rodrigues Alves, *Diário*).

Além desses verbos, incluímos os causativos *fazer*, *mandar*, *deixar*, e perceptivos *ver*, *sentir*⁷⁴; nesse caso, o pronome aparece enclítico ao primeiro verbo (no português europeu); no português brasileiro contemporâneo prevalece a próclise.

Neste estudo, não temos nenhuma intenção de retomar as hipóteses e análises teóricas sobre a ordenação dos clíticos em predicados complexos⁷⁵. Para desenvolvimento de nossa análise é suficiente enfatizar que, no português clássico, o alçamento dos clíticos era categórico em orações contendo “elementos proclisadores” (tais como quantificadores, focalizadores, certos advérbios, operador de negação oracional, etc.); já no português europeu moderno esse movimento é opcional⁷⁶. Todavia, o alçamento é obrigatório nos complexos verbais com verbos não-finitos no gerúndio e no particípio passado’.

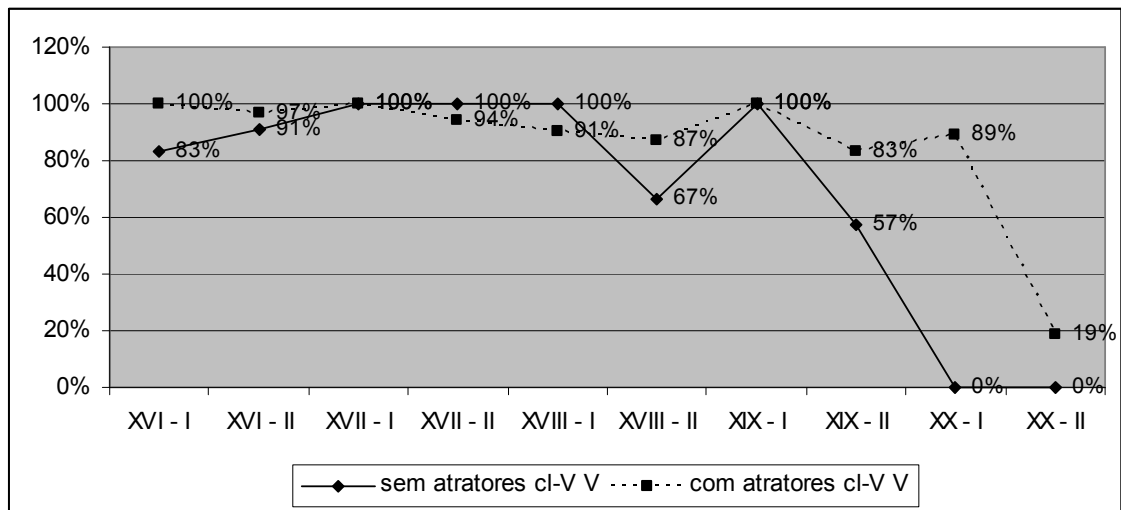
Antes de apresentarmos os dados da amostra da escrita paulista, parece importante focar que na passagem do português clássico para o português brasileiro, os clíticos perdem a propriedade de cliticizar-se nas posições mais altas da sentença. Retomando os dados apresentados no estudo diacrônico de Pagotto (1992), temos:

⁷⁴ Inicialmente classificamos os verbos em três grupos: auxiliares temporais ou aspectuais; verbos volitivos, modais, epistêmicos e conativos; e, verbos causativos e perceptivos. Todavia, o número de ocorrências desses verbos é bastante reduzido na amostra sob análise; assim, procuramos manter a classificação em dois grupos.

⁷⁵ Essas estruturas sintáticas tem sido objeto de bom número de análises. Citamos Gonçalves (1999); Martins (2000); Magro (2004); Andrade (2011).

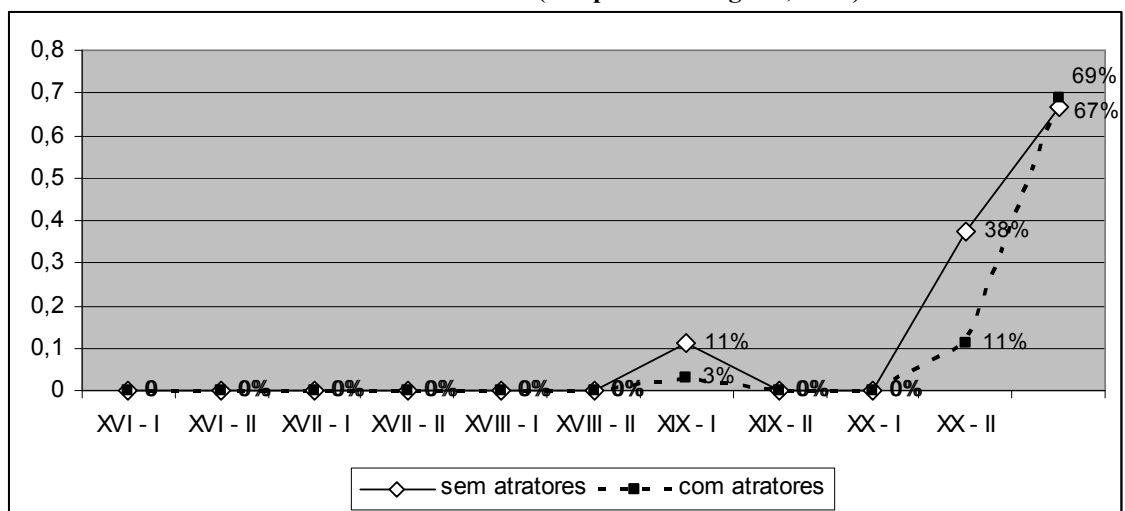
⁷⁶ Com o propósito de facilitar a leitura, repetimos, aqui, a **nota 63, do capítulo I**, que retoma a explicação oferecida por Ana Maria Martins (s/d): *Em algumas estruturas completivas infinitivas[...] o clítico pode ter como hospedeiro quer o verbo infinitivo de que é complemento (queres dar-me o livro ou não?) quer o verbo finito que selecciona a oração completiva infinitiva (queres-me dar o livro ou não?). Nesta segunda situação, o clítico não cliticiza ao verbo na forma infinitiva do qual depende sintactica e semanticamente (sendo o seu complemento indirecto e argumento interno), ligando-se antes ao verbo que selecciona a oração infinitiva. Utilizando uma linguagem metafórica, em linguística chama-se a este fenómeno ‘subida do clítico’ (porque o clítico como que “sobe” da forma verbal infinitiva da oração subordinada para a forma verbal da qual depende a oração subordinada).*

Gráfico - V14 — Frequência de próclise (*cl-V V*) (com e sem proclisadores) - séculos XVI- XX - Pagotto (1992)



O gráfico (*V-14*) evidencia que a próclise ao verbo flexionado é a forma mais usada até o final do século XIX, mostrando-se categórica entre o início do século XVII e início do XVIII. Em presença de elementos proclisadores, a ordem *cl-V V* é majoritária até a primeira metade do século XX, quando a variante (*V clV*)⁷⁷ se torna mais frequente.

Gráfico V-15 — Frequência de próclise (ordem *V clV*) – do século XVI ao XX – (Adaptado de Pagotto, 1992)

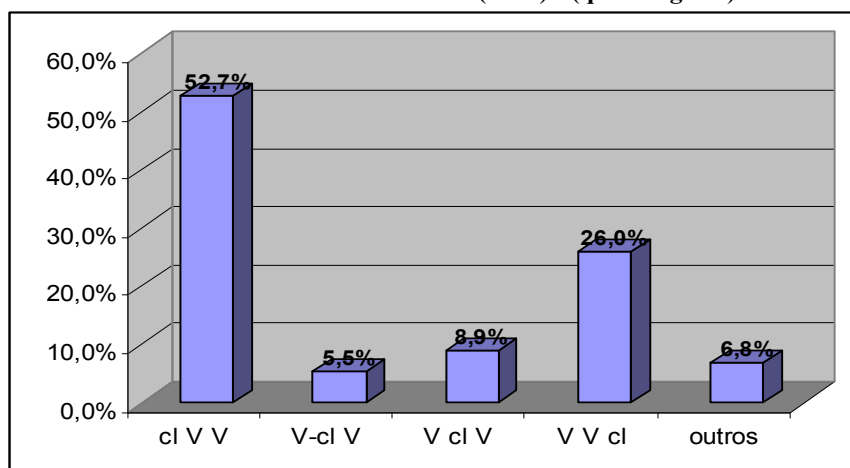


⁷⁷ Os diversos estudos diacrônicos sobre os clíticos no português não registram ocorrência da ordem *V clV* no período clássico.

De fato, muito nos interessam aqui essas construções com próclise ao segundo verbo, comumente apontadas, conforme observamos anteriormente, como uma inovação da gramática do português brasileiro. Pagotto (op. cit.) encontra um total de 33 ocorrências (em 327 dados) da variante *V cl-V* no *corpus* analisado, concentradas no século XX⁷⁸; há somente 2 ocorrências na segunda metade do século XVIII, uma em presença de elementos proclisadores e outra em contexto neutro, o que constitui indício de que a inovação do português brasileiro data desse período.

Nessa esteira, os resultados de Lobo (2001) evidenciam que, no século XIX, as construções com alçamento de clítico (*clV V*), entre remetentes brasileiros (na Bahia), ainda eram frequentes, apresentando, conforme demonstramos no gráfico em (*V-16*) a seguir, percentual superior àquele indicado para todas as outras variantes. O conjunto de 146 orações contendo complexos verbais forma o seguinte quadro:

Gráfico V-16 — Posição dos clíticos em complexos verbais - Remetentes brasileiros⁷⁹ Lobo (2001) - (quadro geral)



⁷⁸ No século XIX não há ocorrências dessa variante.

⁷⁹ “Outros”, no gráfico, se refere aos grupos verbais preposicionados, especificamente nove construções contendo V_1 finito + preposição (de) + clítico + V_2 infinitivo (Ex. *Eu não **fiquei de lhe mandar** o azeite doce, o que lhe disse foi que o meu amo não estava ali, e que o armazém estava dessortido e que não tinha azeite doce, nem eu tinha dinheiro para ir comprar fora, foi o que justamente lhe comuniquei.* MJL, III).

Esses resultados, portanto, não se distanciam muito dos dados de Pagotto (1992), em que a ordem preferencial, no curso do século XIX, é sempre *clV V* (100% e 76%, respectivamente - *com e sem atratores*).⁸⁰ Lobo (2001) encontra somente 13 ocorrências (em 146 dados) da ordem *V cl V/ V cl-V*, que corresponde a 8,9% do total de dados (ex. 44); com base nesses números percentuais, a autora conclui que a baixa ocorrência de próclise nesse contexto indicia a vinculação da escrita dos brasileiros aos padrões normativos portugueses.

- (44) a. pois já Le escrevi Atal respeito dando parte *que* nem Francisco Ignacio enem adonana **quis me em tregar** as teras FAP, V (Lobo, 2001, p. 761-762).
- b. Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa gamento pois tendo **mevisto** Veixada pela pouca Safra que fiz le dei a devida do Senhor Inocencio Marques para applicala para ese pagamento que devi fazelo Com prontidão MJE, IV(Lobo, 2001, p. 761-762);
- c. etendo Deos **nos dado** Conque se posa a Cabar, esta tudo enhão dos devedores sem ter vontade [de] paga[ar] ACM, V (Lobo, 2001, p. 761-762).

Nos dados de Carneiro (2005), o alçamento dos clíticos entre escritores (na Bahia) *cultos* e *semi-cultos*, nascidos até a segunda metade do século XIX, ocorre na margem de 45%; já nos dados de Martins (2009), o percentual é de 47,6% e 25,7%, para escritores catarinenses nascidos na primeira e na segunda metade do século XIX, respectivamente, com forte queda dessas construções, desde o início do século XX:

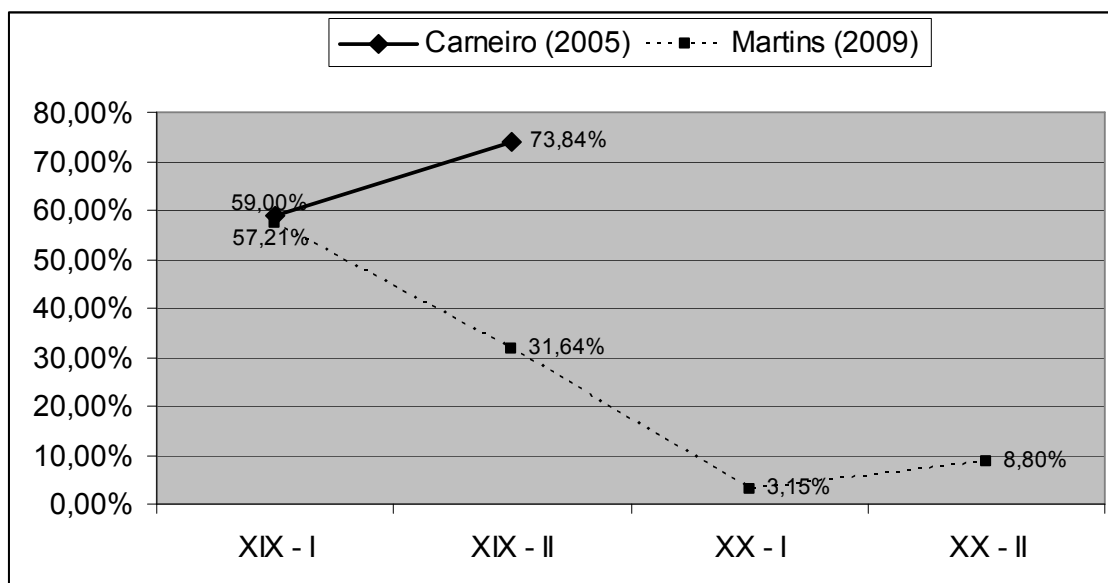
⁸⁰ Há quatro ocorrências de ordem *V-cl V* no *corpus* referente à segunda metade do século XIX (Pagotto, 1992); sendo duas em presença de elementos proclisadores e duas em contextos neutros. Somando-se esses dados aos demais, temos 92% (23/25) de ênclise/próclise ao primeiro verbo do grupo.

Tabela V-12 – Frequência de clíticos em construções com grupos verbais em *Cartas Baianas* (Carneiro, 2005) e na *Escrita Catarinense* (Martins, 2009) – por data de nascimento dos autores

	CARNEIRO (2005)		MARTINS (2009)			
	XIX - I	XIX - II	XIX - I	XIX - II	XX - I	XX - II
cl-V V	191/43,7%	29/44,6%	89/47,6%	61/25,7%	2/2,1%	3/8,8%
V-cl V	67/15,3%	19/29,2%	18/29,2%	14/5,9%	1/1,1%	0
V V cl	124/28,4%	10/15,4%	69/15,4%	131/55,3%	16/16,8%	3/8,8%
V cl V	55/12,6%	7/10,8%	11/10,8%	31/13,1%	76/80%	28/82,4%
TOTAL	437	65	187	237	95	34

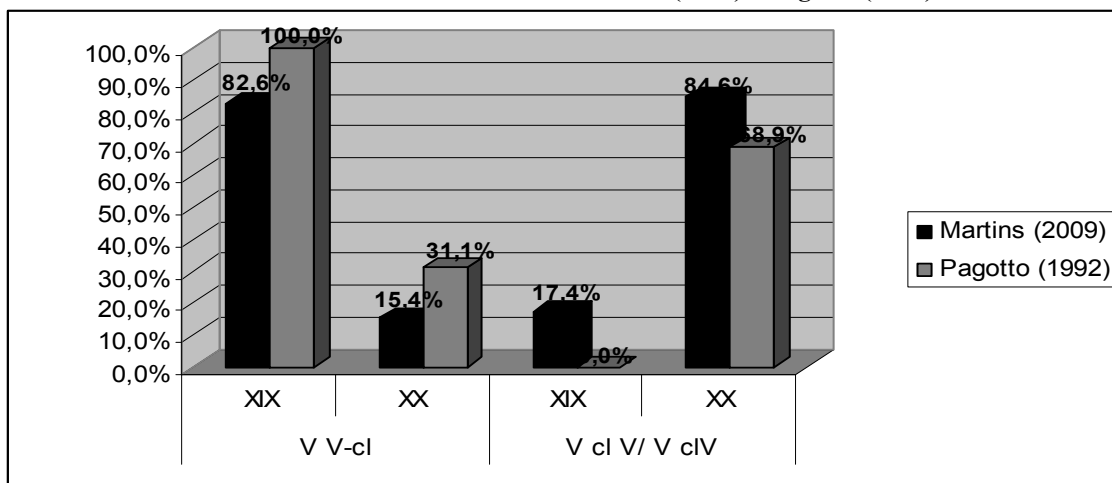
O gráfico a seguir, em que somamos os dados referentes às ordens *cl-V V* e *V-cl V* nessas duas pesquisas, deixa mais evidente essa variação:

Gráfico V-17 — Frequência de construções com alçamento de clíticos (*cl V V/V-cl V*) em *Cartas Baianas* (Carneiro, 2005) e *Escrita Catarinense* (Martins, 2009) – por data de nascimento dos autores



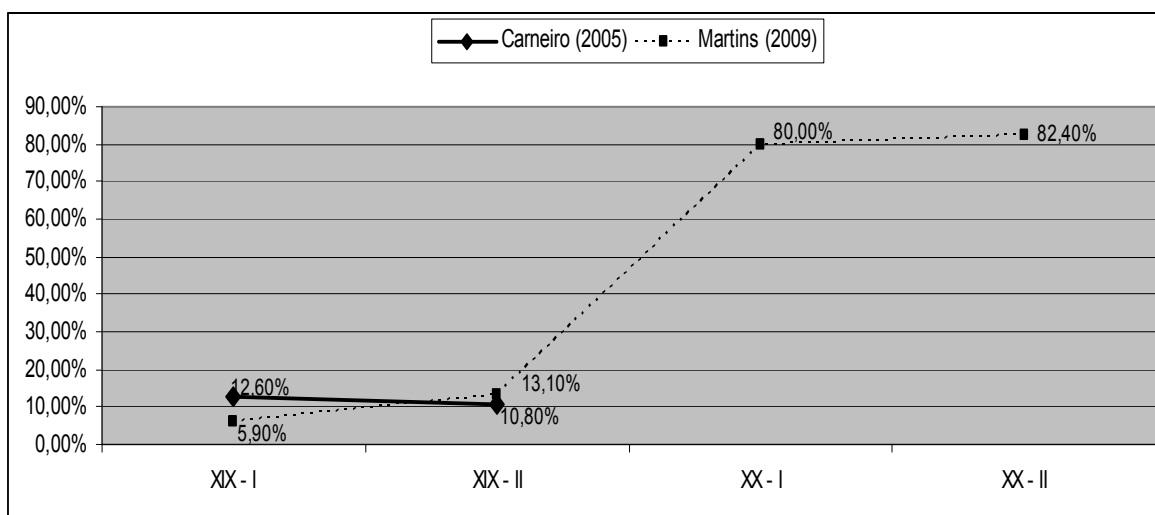
Tal como nos dados de Pagotto (1992), os estudos sobre a escrita catarinense evidenciam que, em construções sem alçamento do clítico, a ênclise ao segundo verbo sofre queda contínua no decorrer do século XX, enquanto a próclise (ordem *V clV*) se torna majoritária:

Gráfico V-18 — Frequência de ênclise (V V-cl) e próclise (V cl V/ V cl V)
nos séculos XIX e XX - Dados de Martins (2009) e Pagotto (1992)



No que se refere às construções *V cl V*, apontadas como inovações brasileiras, os dados de Carneiro (op. cit.) e Martins (op. cit.) apresentam a seguinte evolução:

Gráfico V-19 — Frequência de construções sem acento de clíticos (*V cl V/ V cl V*)⁸¹ em Cartas Baianas (Carneiro, 2005) e Escrita Catarinense (Martins, 2009) – por data de nascimento dos autores

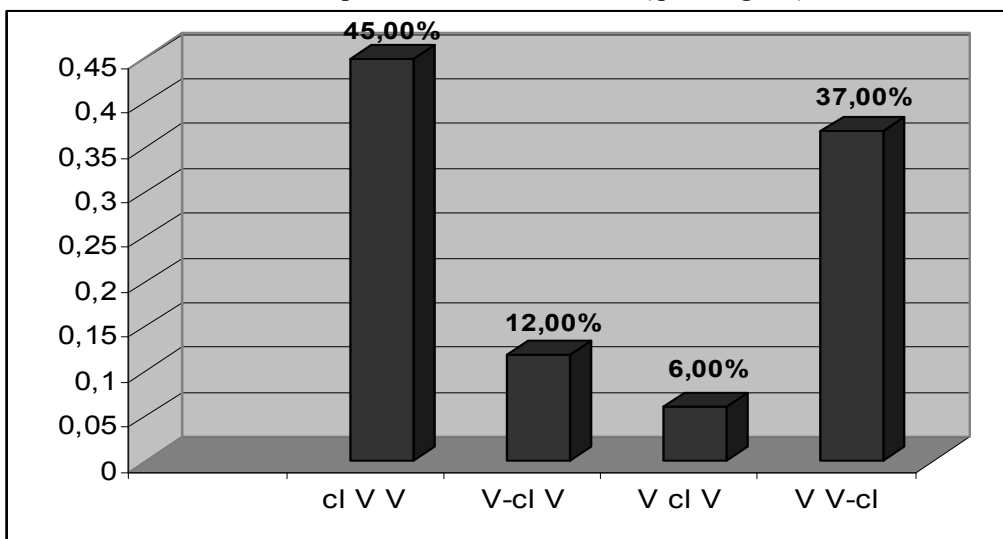


⁸¹ Os dados incluem os contextos ambíguos, ou seja, as construções *V cl V* em que não há marca gráfica e/ou material interveniente que comprovem a ênclise ao verbo finito ou próclise ao verbo não-finito. Em nosso estudo, não interpretamos esse contexto como sendo ambíguo, pimeiramente porque essas construções não aparecem nos textos escritos por portugueses; além disso, nos textos sob análise as pontuações, sinais e demais marcas gráficas são bem marcadas; especificamente, a hifenização sinaliza suficientemente as sequências sintáticas.

Conforme se vê, a próclise ao verbo não finito é atestada em textos oitocentistas, contudo, entre os nascidos na primeira metade do século XIX o percentual ainda é bastante baixo. Considerando somente as construções *não ambíguas*, tem-se não mais que 13/424 casos entre os escritos analisados por Martins (op.cit.), e 38/620 em textos analisados por Carneiro (op.cit.)⁸², correspondendo a 3,06% e 6,12%, respectivamente, do total de orações contendo grupos verbais.

Nessa esteira, os dados extraídos dos textos publicados no *Almanaque Literário* (cf. Santos Silva, 2010), os quais podem ser tomados como amostra da escrita paulista, somam indícios de que, mesmo no final do século XIX, esse ainda era um contexto resistente à próclise:

Gráfico V-20 — Frequência de clíticos em construções com grupos verbais no *Almanaque Literário de São Paulo* (quadro geral)



Nesses textos produzidos entre as décadas de 1870 e 1880, por autores nascidos no século XIX, o percentual de ordem *V clV* é de 6% (incluindo os contextos ditos

⁸² Incluindo os dados extraídos de textos escritos por falantes cujas datas de nascimento não foram identificadas.

ambíguos); percentual mais baixo, portanto, do que aqueles apresentados nos estudos de Lobo (2001), Carneiro (2005) e Martins (2009).

Os dados produzidos pelos intelectuais paulistas confinam com esse quadro geral: são somente 18 ocorrências (em 228 dados) de próclise ao segundo verbo:

Tabela V-13 - Ordenação dos clíticos em complexos verbais na Escrita Paulista – por autor (considerando o número de ocorrências)

	Alberto Sales	Campos Sales	P. de Moraes	R. Alves	J. Mesquita	Total
V V cl	30	45	18	18	2	113
V-cl V	2	6	0	0	0	8
cl V V	17	30	5	30	7	89
V cl V	4	2	2	10	0	18
Total	53	83	25	58	9	228

Podemos notar que a ordem *V clV* é mais recorrente nos escritos de Rodrigues Alves: das 18 ocorrências (ex. 57), 12 foram encontradas nos escritos desse autor, fato que revela, por indícios, a distinção da escrita de Rodrigues Alves em relação aos demais republicanos.

(45) a. Mostra que os thesouros litterarios dos antigos nunca podem ser tão bem compreendidos no original como nas traducções, em razão do imperfeito conhecimento que se pôde adquirir da língua no collegio; que, além disso, os modelos que poderiam nos offerecer as línguas mortas têm sido tão usadas que já passaram para as línguas que há muito tempo fallamos (Alberto Sales, *Cartas a Júlio Ribeiro*).

b. Ora, qual a significação que tem este appello, qual o meio que assiste ao Congresso para secundar os esforços do Executive no empenho de por termo á guerra civil? Francamente, não conheço outro que não seja este, de que estamos nos occupando (Campos Sales, *Discurso proferido em 6 de junho de 1895*).

c. Fallou-me no Figueiredo, com quem está previnido, sem rasão seria: disse lhe que havia me lembrado do Figueiredo exactamente por estar convencido que o Presidente terá n'ele um excellent auxiliar, mas que não seria nomeado

desde que julgasse conveniente ter outro companheiro (Prudente de Moraes, *Carta a Rodrigues Alves*).

d. E entrarem em explicações, este se comoveu e disse do Alvará que **queria lhe mostrar** como tudo andava e tirou do bolso uma carta do General Barbedo a Vitor da Silveira, redator da Gazeta e inimigo de Azeredo, despedindo-se (ia substituir em Mato Grosso o General Campos) e na qual dizia que conhecia a opinião do Vitor e não o deixaria mal! Lá o Azeve-/do pretendeu subornar o agente de confiança do governo, recomendando-o aos inimigos deste (Rodrigues Alves, *Diário*).

e. Conduziram o corpo na saída, os Drs. Altino Arantes e João Miguel, meus secretários, que foram conosco a Guaratinguetá, eu, o Virgílio, Eduardo Sobrinhos e Augusto Reis. O Enterro foi muito concorrido. Os dois secretários passaram a noite em casa. As 2 horas da tarde regressamos, chegando à capital às 7 da noite. O Dr, Frontih **mandou me dar** trem especial para a ida e para a volta (Rodrigues Alves, *Diário*).

f. Teve lugar a 1º de Maio. O Dr, Altino, secretario do interior **veio me buscar** na Rotisserie, acompanhado do Dr. Carlos Guimarães, vice-presidente. Tomamos todos assento no Landau, e mais o Oscar, e nos dirigimos ao Paço d'assembleia, onde prestamos o compromisso (Rodrigues Alves, *Diário*).

g. Estou acompanhando com muito cuidado o debate travado na imprensa, à propósito de pretensões da Cia. Light, junto á Câmara Municipal e, a todo momento, é solicitada a minha atenção por diversos interessados. Não **pude, até agora, me convencer** da oportunidade das providencias requeridas, nem da conveniência de se gravar uma população que cresce vertiginosamente, como a nossa, com uma emissão de longuíssimo prazo, tratando-se de serviços - cujas condições de preço se alteram de modo rápido e imprevisto (Rodrigues Alves, *Diário*).

h. Tomei a liberdade de escrever, hoje, ao nosso ilustre amigo, [] Barão de Duprat, á propósito das questões suscitadas na imprensa sobre pretensões da Cia Light. Ponderei ao digno Prefeito que - “até agora não **pude me convencer** etc. etc... de um modo rápido e imprevisto.” Venho pedir para o caso a atende V. Exa. Estou certo que os ilustre amigos, membros da Câmara, hão de entender e resolver o assunto com a solicitude e o zelo do costume (Rodrigues Alves, *Diário*).

i. O Centro Republicano, agora criado, pode prestar alguns serviços, qual o de manter a opinião bem informada dos acontecimentos que mais interessam o país. Penso, no entanto, que não devem entrar nessa organização, que conheço apenas por indicações da imprensa - qualquer outra atitude viria a reacender as lutas no Estado e renovar uma agitação, que todos **estamos nos esforçando** por extinguir de uma vez (Rodrigues Alves, *Diário*).

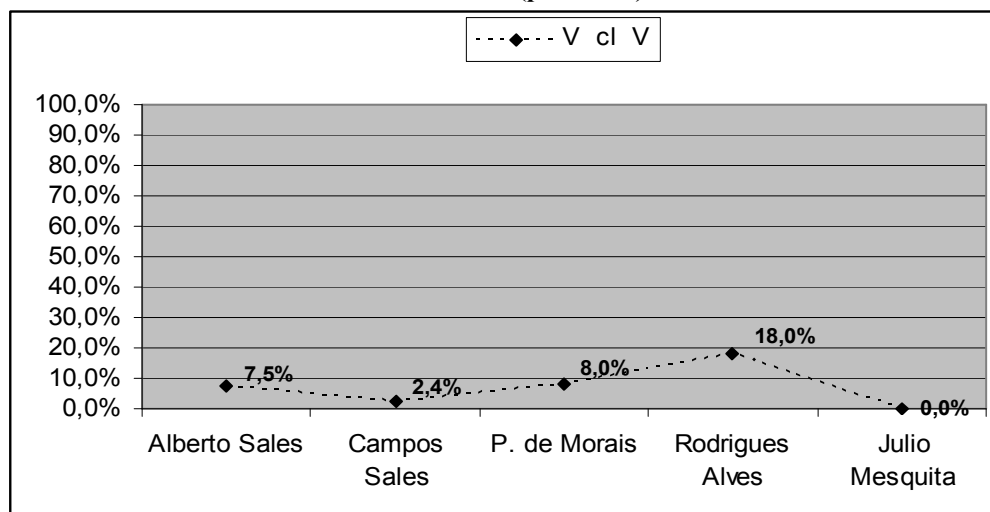
j. No dia 11 de novembro, ultimo despacho do Marechal, não foi assinado o decreto ***tendo nos constado***, por indiscrições do Alberto de Faria (um sujeito da praça, tido como grande capitalista), que o Marechal havia mudado de opinião e que nada assinaria relativamente às Docas. Efetivamente no Correio da Manhã de 13 vem uma nota referindo a mudança de opinião do Marechal e nos a pedido do “Jornal do Comercio” do mesmo dia vem um artigo assinado por “acionistas” das Docas e sob a epigrafe “Docas de São Paulo - O Tartufismo paulista”, evidentemente do tal Alberto de Faria, que o estava anunciando desde que soube do malogro da pretensão da empresa (Rodrigues Alves, *Diário*).

l. Contou-me mal a historia que veio claramente exposta em sua carta e eu respondi que ***ia me informar*** do que se passava. Penso que fará bem em insistir nos termos de sua primeira nota. O tratado de navegação, a que o ministro se referiu, não pode ter aplicação ao serviço imigratório (Rodrigues Alves, *Diário*).

m. E entrarem em explicações, este se comoveu e disse do Alvará que ***queria lhe mostrar*** como tudo andava e tirou do bolso uma carta do General Barbedo a Vitor da Silveira, redator da Gazeta e inimigo de Azeredo, despedindo-se (ia substituir em Mato Grosso o General Campos) e na qual dizia que conhecia a opinião do Vitor e não o deixaria mal! (Rodrigues Alves, *Diário*).

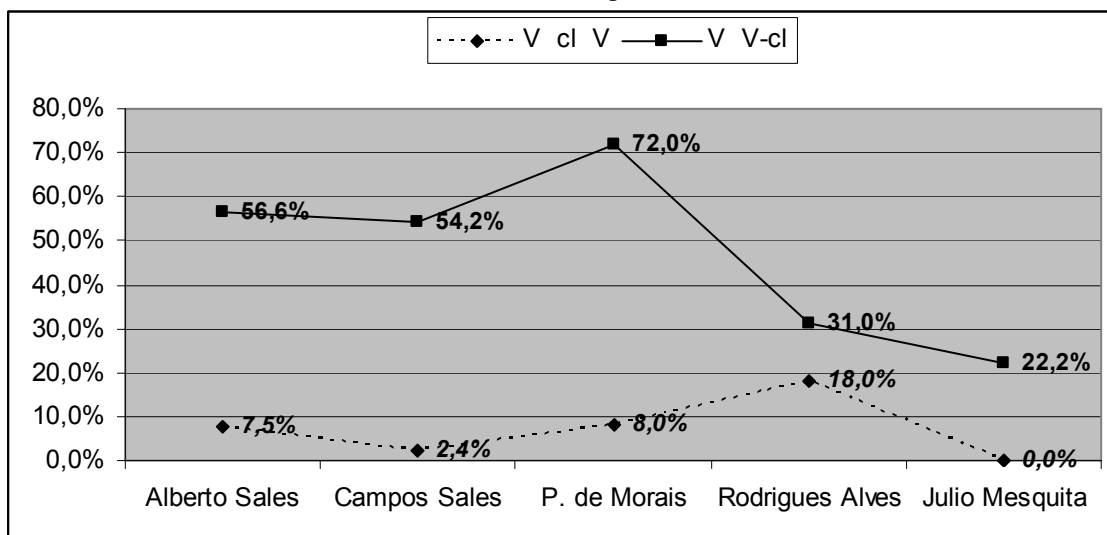
A ordem *V cl V*, conforme observamos na tabela em (V-13), apresenta o diminuto percentual de 7,9%, (média), resultado similar àquele apresentado no *Almanaque Literário*. Se excluirmos os dados de Rodrigues Alves, esse número fica abaixo de 5%:

Gráfico V-21 — Frequência de próclise (ordem *V cl V*) na *Escrita Paulista* (por autor)



Nos dados de Alberto Sales, Campos Sales e Prudente de Moraes a preferência é pela ênclise ao verbo não-finito.

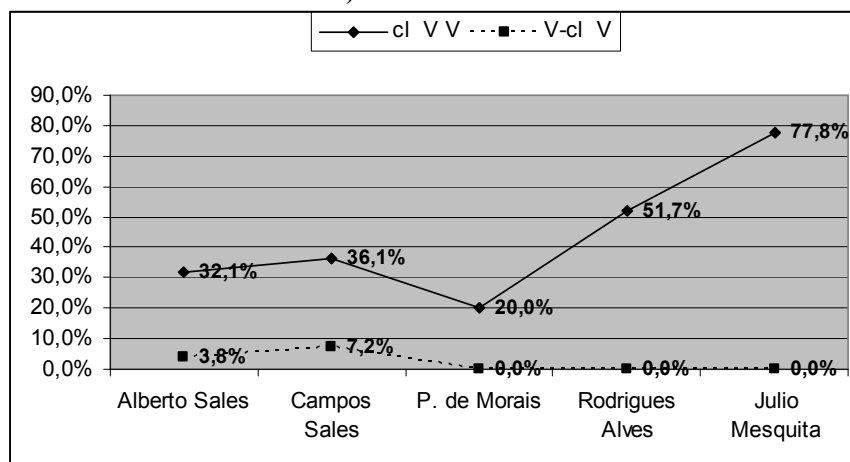
Gráfico V-22 — Frequência de próclise (V cl V) x ênclise (V V-cl) na Escrita Paulista - por autor



Nos dados de Júlio mesquita, o percentual de construções com alçamento de clítico é mais elevado, todavia, contamos somente 9 dados desse escritor, sendo 7 construções com a ordem *clV V*, para a sequência verbal V_1 finito + V_2 participio. Embora os dados de que dispomos não confirmem nenhuma hipótese, talvez esses usos linguísticos – a frequência de construções com *clV V* e também a ausência de ênclise em orações dependentes –, constituam indícios de distinção na escrita desse falante, em relação aos demais. Nesse caso, devemos considerar alguns aspectos de sua trajetória individual que poderiam desencadear essas diferenças linguísticas: Mesquita era filho de portugueses imigrados na primeira metade do século XIX e, muitas vezes, no decorrer de sua vida, reafirmou com orgulho suas raízes. Seus biógrafos costumam sublinhar seu hábito de cantarolar para os filhos, no sotaque avengo, cantigas aprendidas com a mãe (cf.

Goulart, 1981). Além disso, Mesquita cursou as primeiras letras em Portugal e, em sua carreira de escritor, dizem ter sofrido influência de escritores portugueses, especialmente Eça de Queirós. Assim, pela proximidade desse falante com o povo português e mesmo com Portugal, não podemos esperar que suas escolhas linguísticas sejam iguais a dos demais republicanos.

Gráfico V-23 — Ordenação dos clíticos em grupos verbais - construções com alçamento (*cl V V / V-cl V*) na *Escrita Paulista*



Efetivamente, considerando a sequência verbal e os tipos de verbos⁸³, devemos notar que, das 89 ocorrências de ordem *cl V V*, 56,2% correspondem à sequência V_1 finito + V_2 participio, construções em que o pronome tende a aparecer enclítico ao primeiro verbo ou, em presença de proclisadores, em posição pré-verbal.

⁸³ Total de orações com complexos verbais – por tipo de verbo (auxiliares temporais, aspectuais / volitivos, perceptuais, causativos, etc.).

	Auxs.	%	Outros	%	total	%
<i>cl V V</i>	57	58%	32	25%	89	39%
<i>V-cl V</i>	4	3%	4	1%	8	2%
<i>V V-cl</i>	31	32%	82	66%	113	51%
<i>V cl V</i>	8	7%	10	8%	18	7%
Total	100		128		228	

A preferência pela ênclise (*V V-cl*), mesmo em textos publicados já no final do século XIX e início do XX, e a baixa ocorrência de construções *V clV* fortalecem a hipótese de que, entre os intelectuais republicanos paulistas vinha se moldando uma “gramática” de ênclise na escrita. Os dados de Rodrigues Alves não contrariam essa hipótese, pois, conforme fizemos notar nas seções anteriores, seu vínculo com os demais republicanos era mais recente.

Concluindo essa seção, importa reter que os usos linguísticos desses intelectuais formam um produto normatizado e controlado; embora seja possível observar traços da gramática do português brasileiro, especialmente nos textos de Rodrigues Alves, a escrita empregada por esses sujeitos está predisposta a marcar as diferenças e manter o distanciamento entre os grupos sociais, como parte das estratégias que asseguram a relação de dominação. São falantes, escolarizados, cultos, que conhecem e reconhecem as possibilidades oferecidas pela língua, e sabem avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-las⁸⁴; na luta pela produção do conhecimento, criam condições para impor esse mesmo saber considerado verdadeiro e legítimo.

Sublinhamos, mais uma vez que, na estrutura social, na qual a língua funciona, está sempre em jogo o *correto/civilizado x incorreto/não-civilizado*; logo, no processo de produção e reprodução linguísticas, os falantes, alocados em posições sociais distintas e desiguais, não podem abrir mão da língua considerada boa, correta e socialmente legitimada. Dito de outro modo, esses falantes, ao empregarem uma determinada variedade, iniciam um jogo de regras previamente definidas, no qual os interlocutores podem optar por fazer uso de variedades linguísticas de maior valor; decorre daí a ênclise categórica com verbo em oração inicial, por exemplo. Nesse

⁸⁴ Nos termos de Bourdieu.

sentido, podemos dizer que a língua desses sujeitos tende a variar somente nesses contextos livres de correção imediata. Em contextos menos controlados, as diferenças afloram. Voltaremos a essas questões no capítulo final deste estudo.

4. Imprensa imigrantista

Já observamos que, enquanto no PB (oral e/ou informal e/ou popular) a posição proclítica é generalizada na maioria dos contextos sintáticos, no PE a variante mais comum é a enclítica, sendo que o clítico pré-verbal tende a ser licenciado somente em algumas construções, geralmente em contextos nos quais atuam os chamados operadores de próclise ou elementos proclisadores (quantificadores, focalizadores, marcador de negação oracional, alguns advérbios e complementadores).

Na imprensa imigrantista, a ordem dos clíticos é preferencialmente enclítica, contudo, não atestamos o perfeito alinhamento desses escritos ao modelo linguístico europeu. Considerando o contexto de intensa disputa linguística, bem como as questões sociais e históricas relativas à imigração, já discutidas no quarto capítulo deste estudo, as variações linguísticas atestadas nesses escritos são bastante reveladoras das relações que o falante estabelece com os demais interlocutores e com a língua portuguesa (brasileira e europeia).

Passando aos dados da amostra, analisamos, inicialmente, um total de 404 orações contendo clíticos pronominais⁸⁵, distribuídas em dois grupos – orações com verbos simples (finitos e não finitos) e orações com complexos verbais –, conforme demonstramos na tabela a seguir:

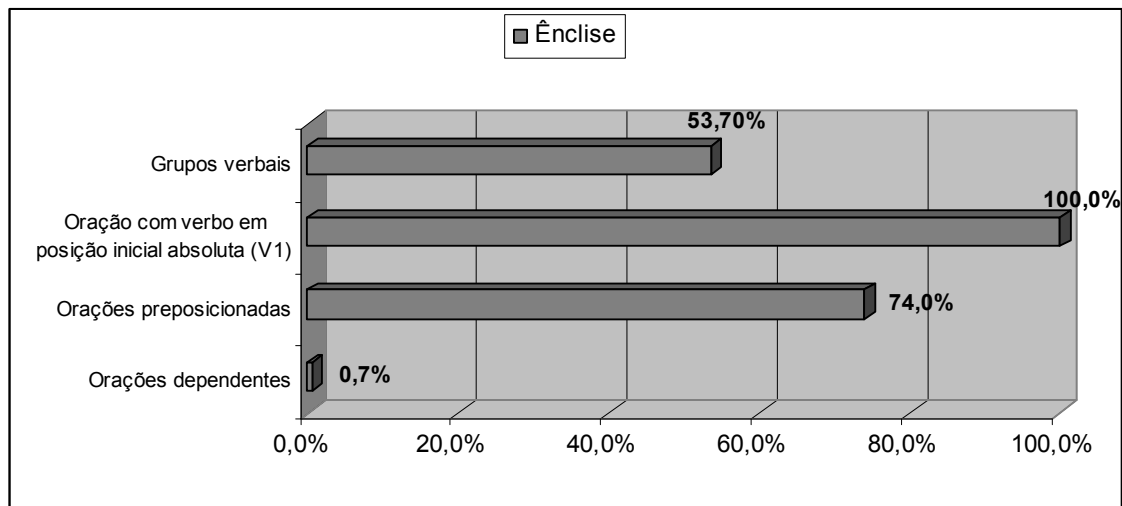
⁸⁵ Para a formação do *corpus*, conforme fizemos notar anteriormente, excluímos as ocorrências de clítico *se*.

Tabela V-14 – Próclise e ênclise em orações com verbos simples (finitos e não-finitos)

Verbos simples (finitos e não-finitos)				Total
Próclise		Ênclise		
190	56,4%	147	43,6%	337

Dos três contextos sintáticos focalizados neste estudo – *orações infinitivas introduzidas por preposição*, *orações dependentes* (relativas, completivas, adverbiais adjuntas) e *orações contendo grupos verbais* –, constatamos variação próclise/ênclise somente em contextos de verbos infinitivos introduzidos por preposição e em orações com complexos verbais, dois ambientes em que, no PE, a alternância na ordem dos clíticos é sempre prevista:

Gráfico V-24 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas; orações dependentes; orações com verbo em posição inicial absoluta – *Imprensa Imigrantista*



Os primeiros aspectos a destacar, validando os contextos apresentados no gráfico em (V-24), dizem respeito à ênclise categórica em construções contendo um verbo em posição inicial absoluta (ex. 46) e a próclise majoritária em orações dependentes

(clivadas, relativas, completivas, adjuntas) (ex. 47), ambiente em que registramos uma única ocorrência (em 147 dados) de posposição do clítico ao verbo (ex. 48).

- (46) a. **Executou-a** o artista José Ribeiro Mendes... (Jornal *O Lusitano*, 10/04/1908).
- b. **Honrou-nos** com sua amável visita deixando nos um cartão de boas-festas, os nossos compatriota, sr. Lourenço Plácido Campoza, dedicado auxiliar duma das folhas portuguezas, que se publica no Rio de Janeiro (Jornal *A Pátria*, 3/1/1904).
- c. **Lembrei-me** como abreviatura empregar o termo buiça (não é meu o baptismo), pelo seguinte facto: [...] (Jornal *A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908).
- (47) a. A colônia portuguesa em S. Paulo, em cujo coração jamais se exaurira o affecto fervoroso que vota à terra em que nasceu, não esconde de há uns mezes a esta parte a revolta **que lhes causam** infimamente, as objurgatórias que para um diário desta capital manda um indivíduo... (*A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908).
- b. ... a que achei um certo espírito de orgulho **quando me contaram** a scena. (*A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908)
- c. A este superior escopo deseja esta folha consagrar esforços sinceros e ardentes, porque reputa a união e a concórdia das colônias estrangeiras em paiz diverso o mais elementar dos deveres com a terra **que as hospeda**, e a necessidade primacial das mesmas colônias em relação às suas múltiplas necessidades (Jornal *O Lusitano*, 10/04/1908).
- d. Tanto quanto em si couber, este semanário promoverá e manterá esse accordo constante, de sorte a que a colônia seja forte entre si, e não perca jamais o respeito e o apreço **que lhe são** devidos (Jornal *O Lusitano*, 10/04/1908).
- e. Sirva isto como explicação áquelles **que nos tem interpelado** a respeito (Jornal *O Lusitano*, 10/04/1908).
- f. Um dos nossos principaes empenhos é manter entre os dous povos irmãos a mais perfeita harmonia e a affeição mais sincera e profunda, não só porque ambos estão ligados pelos laços de consanguinidade e parentesco, como **porque os une** interesses commerciaes e de família, que nenhum desacordo ou revez pôde destruir (Jornal *Echo Portuguez*, 8/04/1897)

- (48) [...] que a propaganda feita quer pela sua imprensa revolucionaria, quer nos comícios, pela palavra fluente dos seus oradores, poucos resultados colheu que podessem compensar os sacrificios feitos; pois a derrota foi tão esmagadora, **que** a illegibilidade dos seus candidatos por Lisboa [onde as suas grandes forças se acham aquarteladas], **devem-a** única e exclusivamente á abstenção de 16.853 eleitores monarchicos [...](Jornal *A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908).

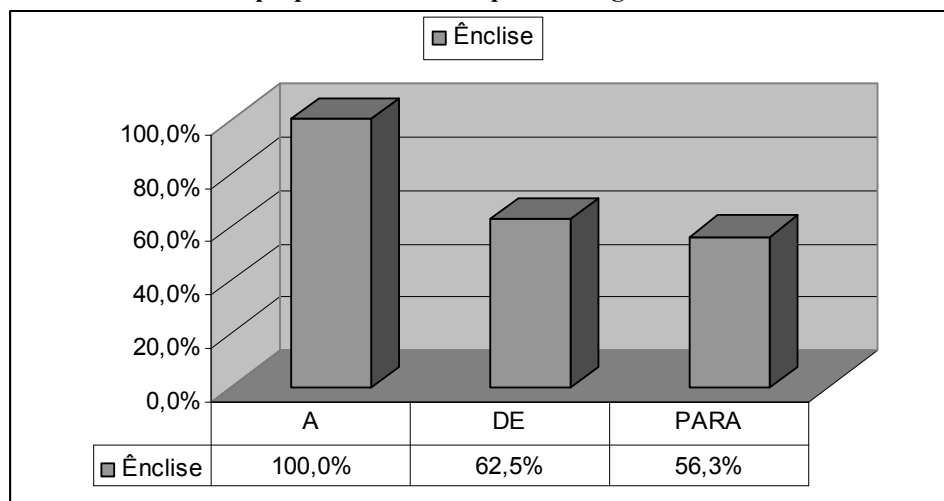
Esse resultado, previsível, nos obriga a defrontar velhas questões linguísticas. Uma delas consiste na decifração do lugar ocupado pela língua nas relações significativas entre o sujeito e seu meio social. É importante notar que o simples alinhamento de fatos sócio-históricos e linguísticos pode não ser suficiente para elucidar o que representa, de fato, a prática linguística de um determinado grupo na (e para a) sociedade na qual ele se insere.

No caso específico da imprensa imigrantista, considerando esse contexto de disputa linguística e de *luta* pela nacionalidade, fica difícil responder, entre outras questões, se a língua variante manifestada nesses escritos, semelhante ao PE, constitui a gramática internalizada por esses falantes, ou se é uma gramática própria da escrita, convencionalizada e legitimada pela sociedade letrada, ou, ainda, se é uma espécie de artefato social, apresentada com o fim de marcar a distinção entre as línguas e os grupos. À medida que expusermos os dados linguísticos da amostra, retornaremos a essas questões.

4.1 Orações infinitivas preposicionadas

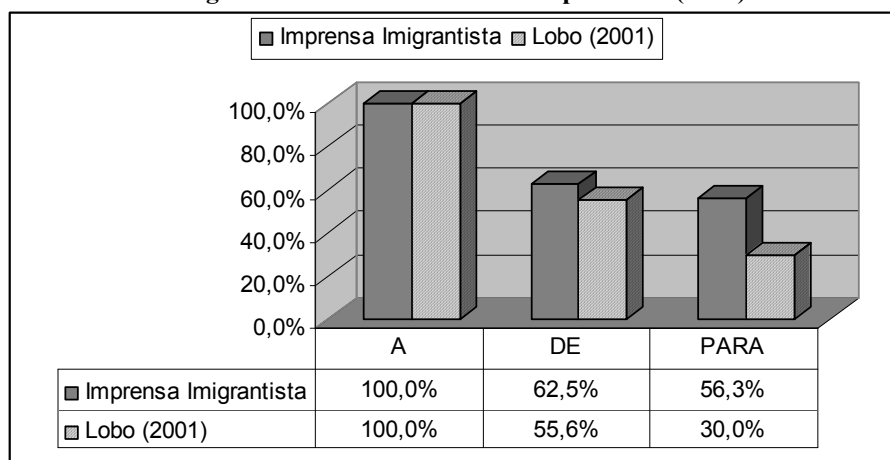
Em construções infinitivas preposicionadas – excetuando-se as infinitivas introduzidas pela preposição *a*, contexto em que o uso de ênclise é categórico – a alternância entre *Vcl/clV*, com prevalência de próclise, é frequente:

Gráfico V-25 — Ênclise/próclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas - imprensa imigrantista



De antemão, vale observar que Lobo (2001) registrou resultados semelhantes ao analisar textos produzidos por imigrantes portugueses na Bahia⁸⁶:

Gráfico V-26 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - comparação entre a imprensa imigrantista e os dados analisados por Lobo (2001)



Isso nos dá indícios de que, entre os portugueses radicados no Brasil, há preservação do padrão enclítico em contexto de preposição *a*, como é tendência no

⁸⁶ O corpus analisado por Lobo (2001) é composto por 56 cartas escritas por 5 falantes identificados pela nacionalidade portuguesa. Do total de cartas, 51 foram escritas por João Pinto Leite, um comerciante português nascido em 1799 e entrado no Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

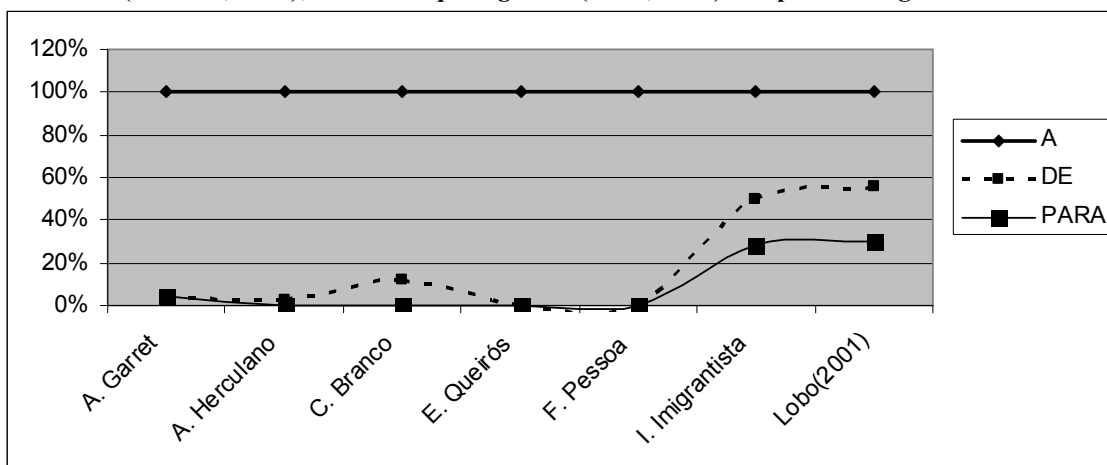
português europeu, mas, na contraparte, alguma disposição para variação nos demais ambientes linguísticos, notadamente em infinitivas introduzidas pelas preposições *de* e *para*.

Os exemplos listados em (49), a seguir, revelam essa alternância entre próclise e ênclise nesses contextos; marca-se, nesse sentido, uma distinção na escrita desses falantes, o que talvez indique algum distanciamento com relação à gramática do português europeu moderno:

- (49) a. [...]o ponto de partida de severas pesquisas, cujo aproveitamento é myster fazer, **afim de evitar-lhe** a reprodução... (*O Lusitano*, 10/04/1908).
- b. [...] pelo prazer apenas **de vê-la** engrandecida... (*O Lusitano*, 10/04/1908)
- c. Enfim, a tragédia do Teveiro do Paço já foi analysada e explicada para que tenhamos necessidade **de nos ocuparmos** das cousas... (*O Lusitano*, 10/04/1908)
- d. Vejo-me obrigado a tratar de política **para informar-te** bem como aos seus prezados compatriotas... (*A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908).
- e. Foi a mais forte razão **para os deter**... (*A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908).
- f. Se formos, os nossos inimigos serão os primeiros a venerar nossos despojos, **a fital-los** com respeito. (*A Bandeira Portuguesa*, 10/10/1908)

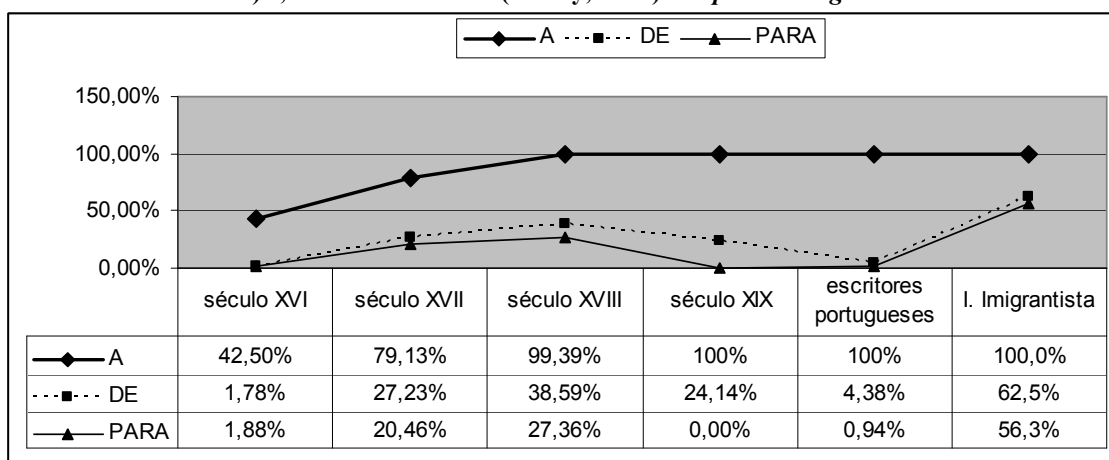
É importante observar que esses imigrantes, ao que parece, não seguem o sistema dual adotado pelos escritores portugueses (cf. Oliveira, 2011), em que, conforme fizemos notar na seção anterior, *Vcl* é a disposição obrigatória em presença da preposição *a*, enquanto *clV* é a ordem preferível nos demais contextos.

Gráfico V-27 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (Oliveira, 2011); remetentes portugueses (Lobo, 2001) e imprensa imigrantista.



Inserindo, para fim de comparação, os dados apresentados por Godoy (2003) concernentes ao século XIX, rematamos o quadro geral:

Gráfico V-28 — Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses (Oliveira, 2011)⁸⁷; séculos XVI-XIX (Godoy, 2003) e imprensa imigrantista.



Para explicar essa variação, a primeira hipótese, sempre plausível, é a de que, em termos de frequência de uso, há variação idioletal quanto à ordenação dos clíticos em

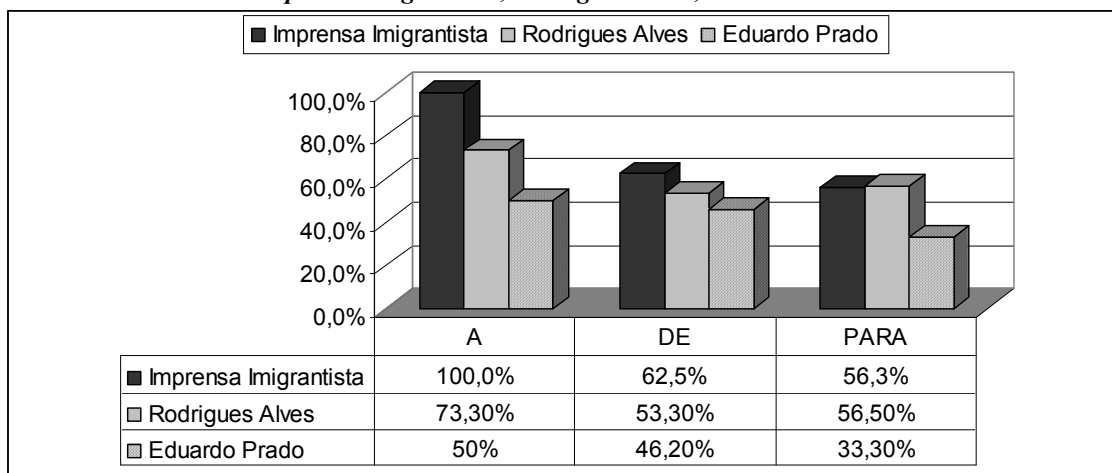
⁸⁷ Oliveira (2011) apresenta somente os valores percentuais, assim, para composição do gráfico, calculamos a média simples de porcentagem.

infinitivas preposicionadas (cf. Martins, *no prelo*; entre outros)⁸⁸. Nessa leitura, a escrita dos diferentes autores da imprensa imigrante estaria simplesmente refletindo essa idiosincrasia. Todavia, não podemos nos esquecer de que os usos linguísticos tomados como referência não são espontâneos, mas planejados e controlados. Assim, podemos admitir, ao menos a título de suposição, que dada a divergência entre gramáticos (e demais letrados) quanto à ordenação dos pronomes clíticos em infinitivas preposicionadas⁸⁹, os redatores da imprensa imigrantista, já influenciados pela língua do Brasil, se guiavam pelas gramáticas normativas que por aqui circulavam entre o final do século XIX e início do XX (Candido Figueiredo, 1908; Carlos Pereira, 1907; entre outros), as quais não postulam regras absolutas para as infinitivas introduzidas por preposições diferentes de *a*. A ideia prevalecente, nessa interpretação, é a de que, ante a possibilidade de dispor os clíticos como lhes conviesse, os imigrantes portugueses o faziam à brasileira.

⁸⁸ Citamos Martins porque seu estudo, desenvolvido com base no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, evidencia que diferentes autores apresentam comportamentos distintos quanto ao uso dos clíticos nesse contexto. Dos autores tomados como referência, em infinitivas com preposições diferentes de *a* e *com*, alguns empregam ênclise categórica, enquanto outros preferem próclise.

⁸⁹ Vale observar que alguns gramáticos, como Agenor Silveira, propõem que “*Estando o verbo no infinito, a preposição atrai ou repelle a partícula pronominal, conforme o pede a euphonia, a elevação ou a simplicidade do estylo. A ênclise torna a linguagem mais culta; a próclise, mais simples*” (p. 147). Sobre essa matéria, Candido de Figueiredo (1908) observa: “*As preposições pertencem a categoria das partículas que influem geralmente na colocação dos pronomes pessoais atônicos, atraindo-os. Não discretarei sobre o número das preposições portuguesas, - ponto em que os casuístas não parecem estar de acordo, (veja-se Júlio Ribeiro, Augusto Freire, Epifanio, Eduardo Carlos Pereira, etc.); nem me ocuparei das preposições que não dispõem de força atractiva em relação aos pronomes pessoais atônicos.*”

Gráfico V-29 — Frequência de ênclise em infinitivas preposicionadas – por tipo de preposição – *Imprensa imigrantista; Rodrigues Alves; Eduardo Prado*



Essa interpretação de que os intelectuais portugueses aqui radicados se guiavam pelas gramáticas circulantes no Brasil se mostra suficiente para revelar os aspectos que caracterizam a imprensa imigrantista portuguesa em São Paulo, especificamente, e, talvez, da escrita de imigrantes portugueses cultos do final do século XIX e início do XX; todavia, não explicaria a variação nos dados de Lobo (2001), por exemplo, que toma como referência os textos escritos por imigrantes portugueses na primeira metade do século XIX, ou seja, em momento anterior à intensificação das discussões acerca da norma linguística brasileira.

De qualquer modo, se considerarmos a posição social dos interlocutores e a coerção exercida nos campos em que a língua funciona⁹⁰, podemos dizer que a variação entre próclise e ênclise em contexto de orações infinitivas introduzidas por preposições denuncia, nos textos produzidos por esses imigrantes, alguma assimilação da gramática do português culto brasileiro. Nessa direção, a ênclise categórica em contexto de preposição *a* pode ser interpretada como resultado da aplicação de uma regra (fonológica?) que levaria o clítico para posição pós-verbal nesses contextos específicos;

⁹⁰ Nos termos de Bourdieu.

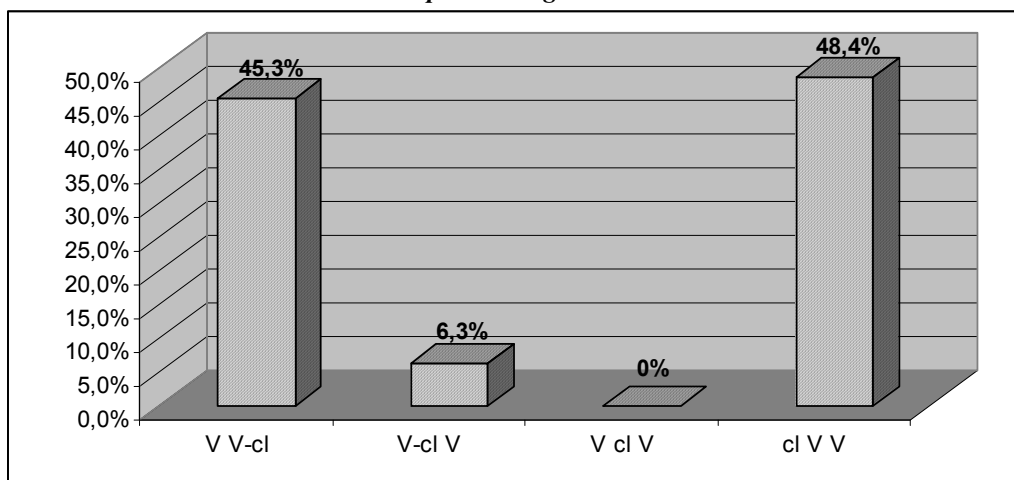
ou mesmo estilística, que marcaria a vinculação dessa escrita com a gramática do português europeu moderno. Para os demais contextos, o uso preferencialmente proclítico do PE dividiria espaço com a ênclise, frequentemente empregada em textos de brasileiros (paulistas) cultos.

Mas essa condição externa para a variação das preposições na imprensa imigrante tem como corolário a proposição de que os paulistas influenciaram a imprensa de *lá*, e não o contrário. Nesse caso, torna-se necessário explicar as condições de produção linguísticas que levaram os redatores da imprensa imigrante a fazer essa escolha. Mas passemos adiante, para completarmos o quadro.

4.2 Complexos (ou grupos) verbais

Pela observação do conjunto de orações com complexos verbais podemos compreender melhor as opções linguísticas dos imigrantes portugueses. Um aspecto fundamental nesses usos linguísticos diz respeito à total ausência de próclise ao verbo não-finito:

**Gráfico V-30 — Ordem dos clíticos em orações com complexos verbais –
*Imprensa imigrante***



Ademais, diferentemente do que ocorre no *corpus paulista*, a frequência de próclise ao primeiro verbo e ênclise ao segundo verbo está diretamente relacionada à presença/ausência de elementos proclisadores. Do total de 64 orações analisadas, 31 apresentam a ordem *clV V* (48,4%), todas em presença de elementos proclisadores (ex. 50). As 4 (6,63%) orações com ordem *V-cl V*, apresentam a sequência $V_{1\text{finito}} + V_{2\text{participio}}$, com verbo *ter* (3 casos) e com o verbo *ir* (1 caso), em contextos livres de proclisadores, conforme exemplos em (51).

(50) a. Sirva isto como explicação áquelles **que nos tem interpelado** a respeito (*O Lusitano*, 10/4/1908).

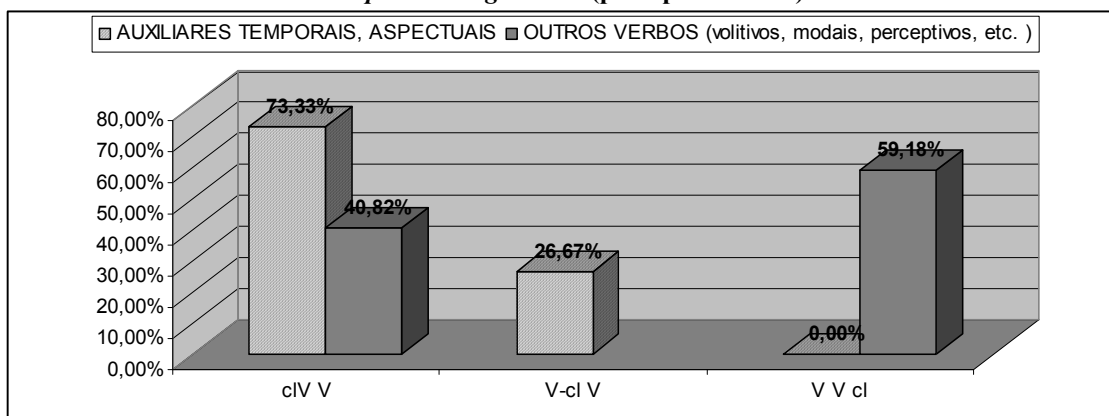
b. Não temos conhecimento da resposta que o sr. Ministro Portuguez deu á proposta, que, segundo nos consta, **já lhe foi feita** (*A Pátria*, 3/01/1904).

(51) a. Os membros influentes da nossa co-|lonia em S. Paulo **teem-nos visto**, por muitas vezes, ás suas portas, ter-|mulos de vergonha, levando pela mão orphãosinhos para quem lhes roganos am-|paro, viúvas e inválidos para quem lhes | invocamos protecção (*A Bandeira Portugueza*, 10/04/1908).

b. Por um distincto amigo, que muito prezamos , **foi-nos há dias enviado** o Diário de Noticias, do Funchal, chamando-se a nossa attenção para o importante artigo que segue na integra, e que merecerá, por certo, a meditação de todos os bons portuguezes, taes as verdades que encerra (*Bandeira Portugueza*, 9/05/1908).

Entre os demais verbos que permitem alçamento dos clíticos, há alternância entre próclise ao primeiro verbo (em presença de elementos proclisadores) e ênclise ao segundo verbo (ex. 52), em contextos neutros ou não, com preferência por construções enclíticas - *V V-cl* (59,2%):

Gráfico V-31 — Frequência de próclise (clV V) e ênclise (V-cl/ VV-cl) na *Imprensa Imigrantista* (por tipo de verbo)



- (52) a. Por que os thalassas amam muito a sua pátria, é que não podem vel-a arrastada pela estrumeiras do vilipendio. Por que adoram immensamente o torrão em que nasceRAM, é que se revoltam contra os estercorarios que a diffamam, contra os pusilânimes que deixam enxovalhal-a (*Bandeira Portuguesa*, 10/04/1908).
- b. Um só movimento de energia, um só assoma de inquebrantável vontade uma só alma e um só amor - amor de Portugal - a aquecer-nos o coração e doremos então um passo gigantesco que poderá reconquistar-nos o logar que perdemos na vanguarda do progresso brasileiro (*Bandeira Portuguesa*, 10/04/1908).
- c. Trabalham incessantemente, vendo poucas vezes, o producto dos seus esforços, porque os fazendeiros, embora conscenciosos não podem pagar-lhes, visto luctarem com ingentes sacrificios para a collocação de suas colheitas (*A Pátria*, 3/1/1904).
- d. Quando as nações tem apenas um organismo, sem ter o sopro e a inspiração, que o possa vivificar, quando são apenas corpo e não espírito, a ambição dos extranhos potentados passa por sobre ellas esmagando-as como a charrua do agricultor ao abrir o sulco direito, vae trincando e escondendo as hervas humildes e rasteiras (*Echo Portuguez*, 8/4/1897).

Em vista dessa descrição, podemos questionar a diferença entre os usos linguísticos dos imigrantes portugueses nesses dois contextos sintáticos distintos: orações infinitivas preposicionadas e orações com grupos verbais. No primeiro caso,

verificamos alguma aproximação com os usos linguísticos dos brasileiros, pela maior frequência de ênclise em relação aos usos registrados no português europeu moderno; no segundo contexto a ordenação dos clíticos reflete a gramática portuguesa. Aqui o problema é linguístico e também social, isto é, diz respeito à relação que o falante estabelece com a língua e com o mercado linguístico no qual a língua funciona. Ao que parece, em contextos de infinitivas preposicionadas, os autores da imprensa imigrante não tomam para si a próclise do português europeu moderno. Ao contrário; apropriam-se da ênclise frequente na escrita dos *brasileiros cultos*, empregando-a nesses contextos menos passíveis de correção e mais afeitos à variação. Nos grupos verbais a inovação apresentada nos textos brasileiros diz respeito à próclise ao segundo verbo, construção jamais registrada na gramática do português europeu e, portanto, designada como característica do PB contemporâneo. Existe, pois, dados os contextos de variação, uma diferença significativa no que toca à estrutura linguística – ênclise no primeiro caso e próclise no segundo –, e também quanto à relação que o falante estabelece com os outros interlocutores e com a língua que ele usa. Assimilar a ênclise presente na escrita de falantes cultos implica aceitação e inculcação, ainda que parcialmente, de um uso linguístico socialmente legitimado. De outra parte, permitir a próclise ao segundo verbo em orações com complexos verbais implica redução da distância que separa os usos linguísticos distintos e legitimados dos usos linguísticos comuns ou populares.

5. Observações finais

Pelos resultados obtidos, podemos dizer que os usos linguísticos das elites paulistas se aproximam só superficialmente do modelo europeu. Há, na escrita desses

atores, casos em que a ordenação dos clíticos pronominais não segue a norma europeia. É o que ocorre com a ênclise em orações dependentes finitas (relativas, completivas, adverbiais, etc.), domínios sintáticos caracterizados pelo padrão proclítico – tanto no português oral do Brasil quanto no português europeu moderno; e com a ênclise categórica/majoritária em orações infinitivas introduzidas pela preposição *de* e *para*, contexto em que predomina a próclise no português europeu e a variação próclise/ênclise na variedade culta do português do Brasil.

Da análise quantitativa, que deixa evidente a prevalência (ou ao menos recorrência) de ênclise nos diversos contextos sintáticos, mesmo em ambientes em que o português europeu moderno prefere próclise, extraímos o contorno de uma gramática enclítica na escrita dos *intelectuais republicanos paulistas*.

Mas a língua escrita no Brasil do século XIX não se ampara numa regra simples ou em uma única norma. A variedade culta do português brasileiro, mais flexível do que a norma sustentada pelos gramáticos, é passível de variação e de adequação, a depender das relações de força simbólica instauradas no campo naquele momento⁹¹. Todas as variações, nesse caso, são autorizadas e reconhecidas pelo próprio grupo que as emprega, ou seja, as variações também são controladas, de modo a garantir as distinções e as conseqüentes hierarquias linguísticas. Logo, há princípios rígidos, presentes na escrita de todos os falantes cultos, e é isso que marca a distância efetiva com a língua das classes não escolarizadas; e princípios variáveis, que tendem a marcar a distinção em relação a outros grupos mais próximos no espaço social.

Quanto à imprensa imigrantista, a ênclise categórica com verbos em posição V1, ambiente não variável em PE, e a prevalência de próclise em presença de palavras que

⁹¹ Cf. Bourdieu (1977) sobre o grau de tensão nos campos sociais.

condicionam a colocação pré-verbal, parecem assinalar o vínculo estabelecido entre os periódicos e a pátria portuguesa. Além disso, a variante mesoclítica (53) e, com menor frequência, a contração de dois clíticos (54), formas incomuns no português brasileiro culto⁹², integram a cartilha de uso desses redatores, apertando o laço com a escrita de *lá*.

(53) a. [...] a não ser que o seu estado de saude ***lh'ô não permitisse***. (Bandeira Portuguesa)

b. [...]veda-nos esse direito a nossa qualidade de estrangeiros; ***veda-nol-o*** a certeza absoluta... (Bandeira Portuguesa)

(54) ***Dil-o-hei*** na próxima fita. (Bandeira Portuguesa)

Na leitura que fazemos, esses periódicos concretizam discurso(s) ideológico(s) que cooperam para assentar a visão de mundo comum ao grupo dos intelectuais portugueses. O vínculo social e/ou político dessa imprensa com sua pátria de origem está atestado em suas páginas que, de modo geral, se entregam ao trabalho de inventar e/ou construir uma realidade social distante da que se desenha no Brasil. Recuperam, por meio de ideias-imagens, o passado glorioso, a imponência da família real, as benesses da terra portuguesa; interferem, pelo diálogo, no cotidiano (com seus conflitos políticos), de modo que os imigrantes portugueses possam permanecer ligados a Portugal. A variante linguística empregada, levando em conta o valor simbólico que recebe no mercado em que está assentada⁹³, coopera decisivamente para manutenção do vínculo, porque evoca a imagem de um país, um povo, uma cultura, com seu modo próprio de dizer. Mais que isso, mantém viva, em terras brasileiras, a língua de Camões,

⁹² Não registramos ocorrências de contração de dois clíticos nos textos dos paulistas.

⁹³ Nos termos de Bourdieu, 1977.

personagem muitas vezes referida no interior desses periódicos como representativa da grandeza de Portugal.

Todavia, o padrão de ordenação dos clíticos em contexto de infinitivas preposicionadas parece oferecer um contraexemplo dessa relação simbólica entre a imprensa imigrante e a nação portuguesa, porque se apresenta como um movimento sutil de aproximação com a variedade culta do português brasileiro. Mas a aparente quebra do vínculo pode indicar simplesmente uma abertura, pelo diálogo, à nação brasileira.

Devemos enfatizar que esses periódicos firmaram o compromisso de manter a relação cordial com o Brasil, sustentando em paz “*os doces e fortes laços*” com o “*povo irmão*” e hospedador (cf. jornal *O Lusitano*). Além disso, conforme mencionamos no segundo capítulo deste estudo, cultivaram o projeto de semear, pela supressão dos conflitos, a memória imaginária, nostálgica e sentimental⁹⁴ da *velha mãe portuguesa*. Há muitos exemplos na imprensa imigrante lusitana, bem como nas publicações voltadas ao diálogo entre o Portugal e Brasil (cf. *capítulo II*), de estratégias encetadas pelos intelectuais portugueses (em Portugal e no Brasil) para manter a vinculação com os brasileiros. Podemos citar, a pretexto de exemplo, o primeiro número da Revista *Brasil-Portugal* (1/2/1899), publicada em Lisboa e destinada à colônia portuguesa. Após apresentar a proposta geral de *generalizar a arte e a literatura em língua portuguesa; avivar a afeição entre Brasil e Portugal; estreitar as relações do comércio e da indústria entre as duas nações irmãs*, propõe, em sequência, a biografia e a imagem de D. Carlos, rei de Portugal, e a biografia e imagem de Campos Sales, presidente do Brasil. Com essa estratégia, a revista procura estabelecer o diálogo com os

⁹⁴ Sobre a “ausência de conflitos” nas publicações da colônia portuguesa, ver Carla Mary S. Oliveira (2008).

brasileiros, criando condições para difusão do discurso dos valores e do ideal de comunidade luso-brasileira, especialmente voltado ao “restabelecimento da economia e da moral lusitanas” (Muller, 2011, p. 167)⁹⁵.

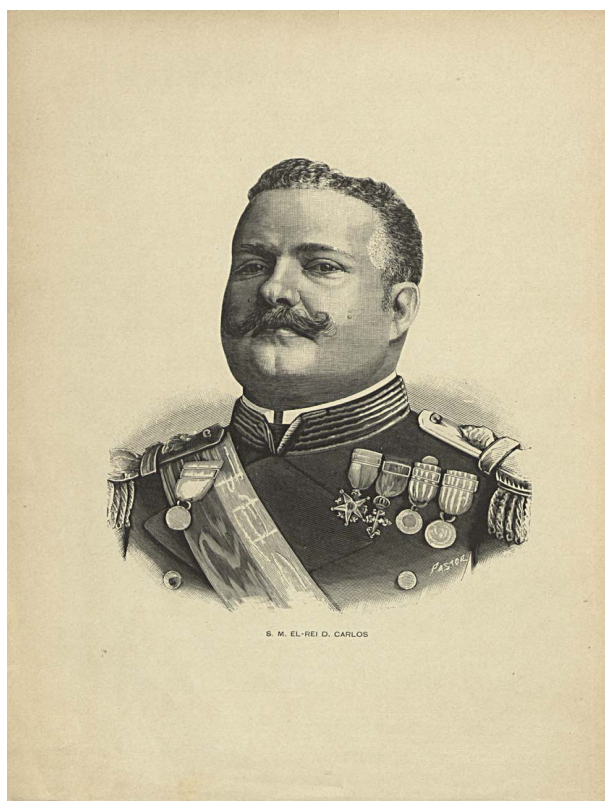


Figura V-1 – El Rei D. Carlos (Brasil-Portugal, 1/2/1899)

⁹⁵ Muller apresenta uma discussão bastante ampla sobre os objetivos, ideologias e valores presentes em periódicos voltados ao estreitamento das relações entre Brasil e Portugal.



Figura V-2 – Campos Sales (Brasil-Portugal, 1/2/1899)

Diante disso, não é demais supor que a imprensa imigrante portuguesa, nesse contexto de disputa linguística e de “luta” pela nacionalidade, tenha promovido, por suas escolhas linguísticas, abertura à nação brasileira. Sem fragilizar o vínculo com Portugal, e sem perder de vista os padrões linguísticos impostos *aqui e lá*, as orações infinitivas preposicionadas funcionariam como uma marca de identidade linguística entre os dois povos⁹⁶.

Nada podemos dizer sobre a gramática internalizada desses falantes; dito de outro modo, não podemos atestar que a gramática que subjaz esses escritos é a do português europeu moderno, com traços idioletais. Todavia, qualquer que seja a língua-I

⁹⁶ Pesquisas sobre outras variáveis linguísticas, bem como sobre o léxico podem contribuir para testar essa hipótese.

dos redatores desses periódicos, suas escolhas linguísticas na escrita articulam princípios de distinção. Isto porque a imprensa é um lugar de debates, que não somente assenta os efeitos das discussões sociais, políticas, culturais e históricas, mas também modela e remodela essas questões, (re) significando-as. Conforme fizemos notar anteriormente, fica em jogo, de forma peculiar nessas publicações da colônia, a força simbólica do discurso⁹⁷ performativo dos portugueses, voltado à determinação da representação mental que os outros (brasileiros e imigrantes portugueses) podem e devem construir a respeito do sujeito português e de Portugal. Nesse projeto, a língua e as manifestações literárias sobressaem como parte muito significativa da herança doada/recebida. Nesse laço definitivo com o ex-colonizador reside toda uma problemática, conduzida em debate desde a independência política do Brasil (cf. *capítulo II*).

É bem verdade que essas lutas são mais intensas no campo intelectual. Ainda que o povo não letrado, sentindo os efeitos das diferenças linguísticas, coopere para a fundamentação da língua nacional e socialmente legitimada, é somente um grupo de letrados que discute publicamente o valor simbólico da língua herdada para a construção da identidade nacional. Nessa disputa, é de se esperar que as diferenças linguísticas (incluídas no real ou na representação do real), independentemente da gramática internalizada pelos falantes, sejam instrumentalizadas na luta pelas identidades.

⁹⁷ cf. Bourdieu, (2008 [1996]).

CAPÍTULO FINAL

A variedade culta
EM SÃO PAULO

*Ocupo muito de mim com o meu desconhecer.
Sou um sujeito letrado em dicionários.
Não tenho que 100 palavras.
Pelo menos uma vez por dia me vou no Moraes
ou no Viterbo –
A fim de consertar a minha ignorância,
mas só acrescenta.*

Manoel de Barros. “Uma didática da invenção”

Notas sobre a variação

Essa pesquisa revelou aspectos importantes relativos às experiências linguísticas dos intelectuais republicanos paulistas. A constatação de que a língua varia no interior dos grupos (ou fração de grupos) sociais já nos parece suficiente para ressaltar a relevância da abordagem interdisciplinar (sócio-histórica e linguística), mediante análise de condutas individuais, na apreensão, para além das variações linguísticas, das relações sociais subjacentes às variações.

Os resultados alcançados nesta análise recolocam questões antigas relativas ao lugar do sujeito e das trajetórias individuais nos estudos sociolinguísticos, acusando o fato já sabido, mas muitas vezes ignorado, de que nem tudo se explica pelas relações estatísticas entre uma variável dependente e um número reduzido de variáveis independentes (geralmente região, sexo, escolaridade, classe social), as quais só valem no campo social em que se exercem e recebem valor¹. Dito de outro modo, os resultados reiteram a necessidade de se considerar as divisões e variações introduzidas pelas diferentes variáveis; *falante culto*, por exemplo, se define na relação entre *grau de instrução* e um conjunto amplo de fatores *secundários* (origem social, capital cultural, estilo de vida, idade, etc.).

¹ Seguindo Bourdieu (1990), sobre as relações de poder que perpassam os fatores.

Notamos, nesse sentido, que entre os intelectuais paulistas as escolhas linguísticas estão relacionadas não somente ao grau de formação superior, demasiadamente valorizado naquela sociedade, mas também ao grau de *distanciamento* (no que se refere à disposição social) do falante em relação aos portugueses, por exemplo². Nesse caso, estão em jogo não somente as relações estatísticas entre duas ou mais variáveis previamente definidas, mas as relações sociais entre brasileiros e portugueses, que se prendem à história de vinculação entre os dois povos e aos compromissos políticos e ideológicos assumidos por esses falantes.

Outro ponto importante desta pesquisa, no qual pretendemos nos deter, diz respeito à atestação de que alguns paulistas (notadamente *Campos Sales, Alberto Sales e Prudente de Moraes*) desenvolveram uma “gramática de escrita” que se caracterizou pela predominância de ênclise, mesmo em contextos de orações dependentes e de orações infinitivas introduzidas por preposição diferente de *a*, que são ambientes favorecedores de próclise. Esses usos – espécie de produto simbólico, disposto como um marcador de distinção social – não devem ser observados como uma “construção” ou “criação artificial”, que vai exigir do falante uma conduta cultista, que não lhe é costumeira. Antes, o que os paulistas fazem é maximizar (cf. Oliveira, 2001) o uso de construções linguísticas bem presentes na língua portuguesa, segundo uma intenção objetiva de marcar um distanciamento em relação a outros falantes.

Está claro que os dados linguísticos desses sujeitos, se tomados por seu valor em um quadro estatístico, são pouco significativos. Todavia, no modelo de análise interdisciplinar aqui proposto, consideramos dois fatos igualmente importantes. O primeiro, bastante óbvio, é que esses sujeitos, pelas posições específicas que ocupam no

² Nesse sentido, um aspecto importante a se observar no estudo da variação linguística em São Paulo (e mesmo no Brasil), ao menos até o início do século XX, diz respeito aos vínculos que os falantes sob análise mantêm com os portugueses e com Portugal.

espaço social, estão integrados a diversos grupos; suas experiências linguísticas são construídas nas (e a partir de) numerosas relações sociais, de modo que não nos parece adequado interpretar os usos linguísticos desses falantes como casos de variação idioletal. Ainda que as idiossincrasias muitas vezes expliquem determinadas condutas linguísticas – e acreditamos que esses sistemas linguísticos não regulares comumente recolhidos sob a indicação geral de *idioleto* têm muito a dizer sobre as experiências dos grupos sociais –, no que toca aos intelectuais republicanos paulistas, as regularidades linguísticas atestadas nas amostras de escrita deixam ver as marcas do campo social e do mercado linguístico em que foram geradas.

Acreditamos que o conceito-chave para interpretação desses usos é o de *habitus linguístico*, que não é senão a capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua e de avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-la (Bourdieu, 1977). Esse sistema corresponde, conforme observamos no primeiro capítulo deste estudo, à disposição do falante para dizer coisas de certo modo (e não de outro), às potencialidades corporificadas (gestos, postura, etc.) que, à tensão das relações objetivas, se define pelo ajustamento ao valor objetivo de determinados tipos de usos linguísticos (Bourdieu, 1977).

Daí resulta que a língua varia segundo o locutor e segundo a relação de produção linguística, isto é, segundo a estrutura da interação linguística (no campo de um diálogo, por exemplo) ou segundo a posição do produtor no campo considerado (no caso de uma produção escrita); a variação é a resposta à coação simbólica exercida pela relação de produção e manifestada, no caso de um diálogo, pelos signos visíveis (*hélix* corporal, uso da língua etc.) da relação que o locutor entretém com a língua legítima e, portanto, com a língua produzida pelo locutor (Bourdieu, 1977, p. 27).

Observamos, ainda, que, nesse modelo teórico, o *habitus* é individual; todavia, um conjunto de indivíduos com posições idênticas ou análogas no espaço social e envolvidos nas mesmas trajetórias coletivas podem apresentar *habitus* similares e,

consequentemente, atitudes e interesses semelhantes (op. cit.). Com isso podemos admitir que os padrões de ordenação dos clíticos pronominais observados nas amostras produzidas por esses intelectuais republicanos caracterizam a escrita de um grupo³.

Os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas deixam ver os princípios de organização da sociedade brasileira na passagem do século XIX ao XX, as ambiguidades e contradições, relacionadas ao processo de escravidão, além dos movimentos de aproximação e afastamento em relação à herança cultural e linguística portuguesa. Essa forma de escrita peculiar, caracterizada pela ênclise – apresentada como marcador de distinção social –, constitui um traço visível das transformações operadas na sociedade brasileira/paulista, conforme procuramos demonstrar na seção que segue.

1. Condições de produção linguística: a rede de relações sociais

É preciso reiterar que às propriedades linguísticas atestadas na escrita dos paulistas, subjaz uma intrincada rede de relações nas quais a língua funciona. Já observamos (*Capítulo II*) que a norma linguística brasileira foi construída como parte de nossa realidade sócio-cultural, política e econômica, essencialmente contraditória e conflituosa. Nesse contexto, o escravismo marcou o lugar dos senhores na hierarquia social e, muitas vezes, o “*não-lugar*” do escravo, desumanizado e reduzido à condição de coisa material. Nessa relação desigual, criou-se espaço para uma única língua – a portuguesa –, qualificada pela origem europeia e assentada no Brasil como língua civilizada.

³ A análise dos dados extraídos do *Almanaque Literário de São Paulo* parece confirmar essa hipótese.

Até aqui, falamos em distinção linguística pressupondo que, conforme observa Boutet (1989, p. 113), não há quem duvide de que os usos linguísticos são *classistas*, à medida que uma de suas funções é permitir a diferenciação entre grupos sociais. As escolhas linguísticas dos falantes cultos se manifestam como “marcas de origem”, que cumprem o papel de evidenciar as condições especiais de aquisição linguística e, ao mesmo tempo, de implementar essas escolhas, as quais recebem diferentes valores na relação com os diferentes mercados linguísticos⁴.

Na sociedade brasileira do final do século XIX, um princípio de diferença decisivo está associado à organização social que opõe *nacionais* e *não-nacionais* e *falantes* e *não-falantes* de língua portuguesa. Nesse jogo de oposições, a classificação *não-nacionais* pode ser aplicada aos imigrantes de qualquer origem, inclusive portugueses não naturalizados, e também aos escravos, uma vez que a nacionalidade era conferida somente aos indivíduos livres⁵. Entre os *não-falantes* do português estão incluídos diversos grupos de imigrantes monolíngues em qualquer língua distinta da portuguesa, inclusive imigrantes portugueses (conforme observamos no quarto capítulo deste estudo) – classificação menos óbvia se considerarmos que ela abarca, ainda, as diversas formas linguísticas estigmatizadas⁶.

⁴ Segundo Bourdieu (1990), isso não se aplica somente aos usos linguísticos, mas a qualquer outro produto simbólico associado à competência cultural dos indivíduos cultos.

⁵ Os escravos não tinham nacionalidade, no sentido de vínculo político, social e jurídico que liga um indivíduo a um Estado (cf. Moraes, 2002), e tampouco cidadania, isto é, direitos civis e políticos em toda sua plenitude. Essa observação é importante, considerando a organização daquela sociedade em que muitos indivíduos (as mulheres, por exemplo) não gozavam de direitos políticos, mas eram considerados *nacionais*.

⁶ Nesse caso, são estigmatizados os adquirentes da língua portuguesa como segunda língua (nas diversas fases de aquisição); os falantes (imigrantes, escravos, indígenas) de língua misturada (uso regular e concomitante de duas línguas claramente distintas), etc.

Podemos dizer que essa oposição revela o ideal monolíngue da nação brasileira⁷, que submete um grande número de indivíduos e contribui para converter traços distintivos em estereótipos, de modo a transformar o falante de língua estrangeira em sujeito inculto, inadaptável; ou o africano adquirente do português brasileiro em boçal. Essa mesma classificação opera para distinção entre a variedade culta do português do Brasil e as variedades desprestigiadas, na medida em que confere à primeira o estatuto de língua portuguesa e às demais o estatuto de *língua de negro*, *língua de índio* ou, simplesmente, *língua estropiada*, *errada*, as quais, na hierarquia das relações sociais, são observadas não como variedades linguísticas, mas como desvios em relação à língua *branca*, *civilizada*, *correta* dos falantes cultos.

Outro aspecto que devemos destacar para compreendermos melhor as condições sociais de produção linguística diz respeito à formação do grupo de intelectuais republicanos paulistas. Já assinalamos que esses falantes cultos têm em comum, entre muitos outros aspectos, a formação na Academia de Direito de São Paulo, espaço de sociabilidade – marcado por ações políticas, além de práticas jurídicas e estudantis –, que possibilitou a inter-relação entre diversos membros das elites brasileiras e, de modo mais específico, entre diversos republicanos.

Uma diversidade de variáveis estratificadoras ou classificadoras pode ser alinhada para identificar os alunos (e ex-alunos) da Academia no contexto da sociedade brasileira: marcadores generalizantes, tais como gênero, grau de instrução, origem social; variáveis especificadoras, como os *gostos*, *estilos*, etc.

Está claro que o ambiente da Academia não reuniu somente sujeitos com trajetórias de vida similares. Diferenças quanto ao capital econômico e cultural –

⁷ Partimos das discussões de Achard (1989) sobre a coerência ideológico-social do monolinguismo em algumas sociedades.

considerando a presença de estudantes mais ou menos abastados –, entre outros tantos fatores de distinção entre sujeitos, possibilitaram a distribuição dos estudantes em diferentes classes/grupos e frações de classes/grupos. Com isso queremos dizer que os *habitus* de origem dos diversos estudantes, oriundos de diferentes grupos, foram conjugados naquele espaço social, onde foi possível a constituição do *habitus* dos bacharéis em Direito, na medida em que as disposições e esquemas de produção pertinentes a esse espaço foram transmitidos (expressamente ou por mimetismo) a esses indivíduos.

Nesse caso, estamos pressupondo que, apesar da distribuição desigual dos capitais (sobretudo econômico e social), o espaço da Academia promoveu alguma aproximação entre sujeitos pertencentes a grupos distintos⁸, ao igualá-los numa posição social definida pela formação – designada *Bacharel em Direito* –, permitindo-lhes receber determinado capital escolar, cujo volume, variável segundo o capital econômico e cultural de quem o detém, está relacionado ao valor social da instituição de ensino que lhe confere o título – a Academia de Direito. Pressupomos, ainda, que, dado o prestígio, nesse quadro social, do título de *bacharel* ou de *doutor* (cf. Holanda, 2003), a identidade social desses sujeitos foi marcada profundamente pelo vínculo com essa Instituição e pela imagem social a ela associada.

No que diz respeito aos modos de produção do *habitus* dos bacharéis, o espaço da Academia funcionou como “instância de inculcação”⁹ (e ao mesmo tempo como mercado) de uma competência cultural, que enredou uma variedade culta da língua portuguesa. Uma vez implementada, essa variedade, definida por um conjunto de

⁸ Essa aproximação ocorre no mercado escolar; fora desse mercado, todavia, o valor do diploma varia, do ponto de vista econômico e social, segundo seu detentor; desse modo, o capital escolar é sempre dependente do capital social e econômico (Bourdieu, 1990, p. 127).

⁹ Cf. Bourdieu (1990).

propriedades que denotam as condições diferenciadas de aquisição, funcionou como marcador de distinção social. Nesse caso, os sujeitos, provavelmente familiarizados desde cedo (primeiras letras) com os usos linguísticos mais prestigiados, tiveram esses usos reforçados ou regulados no interior da instituição de ensino e incorporados, isto é, tornados práticas.

A partir dessa leitura, podemos dizer que os usos linguísticos aqui analisados, produzidos pelos intelectuais republicanos paulistas, estão regulados por categorias de percepção e apreciação compartilhadas por todos os integrantes do grupo. As variações só ocorrem, nesse caso, pelo relaxamento de tensão ou da vigilância, a depender da condição em que a produção linguística ocorre¹⁰.

Não é óbvia a conclusão de que a Academia de Direito funcionou como instância de inculcação do *habitus* linguístico desses falantes. Todavia, já observamos, seguindo Adorno (1998) que, dedicando-se ao jornalismo, ao teatro, à oratória, aos grêmios literários e políticos, o bacharel formado pela Academia era o “político *par excellence* do século XIX: um esteta na arte do uso da palavra escrita e falada” (op. cit., grifo nosso). Ademais, a produção literária, nesse espaço, era intensa. Além da literatura secundária, de projeção local e conjuntural (op. cit.), importantes escritores brasileiros passaram pelo espaço da Academia, notadamente José de Alencar, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, entre outros.

Nesse ambiente de forte valorização da linguagem, o “esteta da palavra falada e escrita” não é senão um “controlador prático” da linguagem, formado pela experiência, isto é, pelo contato prolongado com os instrumentos de apropriação (nos termos de

¹⁰ Ainda que o *habitus* seja individual, podemos interpretá-lo como variante estrutural dessas categorias que orientam a ação dos sujeitos, as quais são traduzidas de modo articulado nas esferas práticas em que atuam (Bourdieu, 1990, p. 262).

Bourdieu)¹¹. As disposições encarnadas no *habitus* linguístico desses sujeitos, desigualmente repartidas no espaço social (tanto no interior quanto no exterior da Academia), apresentam-se como instrumentos socialmente valorados e legitimados e, mesmo por isso, instrumentos das estratégias de distinção.

O que circula nesse ambiente é, portanto, uma variedade culta, suficiente para distinguir o *bacharel*. Nesse sentido, é ilustrativo o comentário de Ina Von Binzer (em carta de 5/04/1882), que denuncia certo academismo na conduta dos (futuros) bacharéis¹²:

É verdade mesmo: S. Paulo é o melhor lugar do Brasil para educadoras tanto a capital, como toda a província, porque os moços da nova geração namoram a ciência e dão-se ares de erudição e de filosofia.

Somos uma cidade universitária! [...]

Os brasileiros dão ótimos advogados, podendo dessa forma aproveitar seu talento declamatório.

Dão a vida por falar, mesmo quando é para não dizer nada. Com a eloquência que esbanjam num único discurso, poder-se-iam compor facilmente dez em nossa terra; embora não possuam verdadeira eloquência nem marcada personalidade, falando todos com a mesma cadência tradicional usada em toda e qualquer circunstância. Tudo é exterior, tudo gesticulação e meia cultura.

O fraseado pomposo, a eloquência enfática já são por si próprios falsos e teatrais; mas se você tirar a prova real, se indagar sobre qualquer assunto, não se revelam capazes de fornecer a informação desejada (Binzer, 1991, p. 76).

No estudo de Ribeiro (2011) há apontamentos interessantes quanto ao conservadorismo na escrita dos bacharéis em Direito. Segundo a autora, essa escrita distinta não se restringiu ao ambiente da Academia, mas se difundiu por vários setores da sociedade, especialmente aqueles ligados à cultura, tal como a Escola Normal de São

¹¹ Nesse ambiente estão em jogo regras, preceitos, prescrições, e também esquemas, receitas e fórmulas explícitas ou implícitas, que podem ser aprendidas mediante contato com o produto da linguagem e pelo contato com pessoas cultas.

¹² Ina Von Binzer foi uma educadora alemã que viveu no Brasil no final do século XIX (1881-1884), ensinando os filhos das elites brasileiras. Suas experiências em São Paulo e no Rio de Janeiro foram relatadas nas cartas que a autora dirige à sua amiga Grete.

Paulo. É especialmente importante no estudo de Ribeiro a demonstração de que as marcas do conservadorismo não estão presentes somente no discurso, mas nas escolhas sintáticas dos falantes. Pela análise quantitativa de orações contendo inversão do sujeito (ordem VS; exemplo em (1)), construção desfrequente, mesmo na escrita de falantes cultos (final do século XIX), a autora conclui que esses usos estavam ligados à cultura bacharelesca, originada na Academia, principal fonte geradora de dirigentes e professores da Escola Normal.

- (1) Em officio de nº 55 de 2 de Julho de 1894 enviou esta Directoria contas de despesas effectuadas... (Ribeiro, op. cit. p. 93, ex. 20).

Parece desnecessário multiplicar os exemplos que atestam um *habitus de bacharel*, enquanto recorte de um sistema de disposições constituído de intrincadas e diversificadas modalidades socializadoras. Assim, passemos à discussão sobre a prevalência de ênclise na escrita dos intelectuais republicanos paulistas.

Inicialmente, devemos lembrar que construções contendo clíticos tendem a ser muito corrigidas, por se constituir marca de distinção bastante evidente entre o PB e o PE e entre a variedade culta e a variedade *não-culta* do português brasileiro. Some-se a isso o fato de que, no século XIX, as muitas discussões geradas em torno desse tópico (cf. *Capítulo II*) contribuíram para incrementar a vigilância linguística e elevar o grau de tensão correlativa entre o reconhecimento e o conhecimento linguístico, mesmo entre falantes cultos, cujo *habitus* muitas vezes é tomado como realização da norma.

Considerando a variação nos usos dos clíticos pronominais em textos escritos por paulistas, podemos dizer que nesse ambiente linguístico vigoram somente dois

princípios básicos, os quais garantem, em boa medida, a adequação do texto às exigências objetivas inscritas implicitamente na definição de *homem culto* e de *variedade culta*: 1) emprego sistemático de clíticos acusativos de terceira pessoa, isto é, a ausência de clíticos e a presença de pronome lexical na posição de objeto tendem a sofrer censura; 2) ênclise em orações com verbo em posição inicial absoluta. Quanto à ordenação dos clíticos nos demais contextos sintáticos, o grau de tensão/correção é menor. Assim, a tendência à ênclise na escrita paulista estaria relacionada, inicialmente, a esses princípios que regulam a variedade culta desses sujeitos¹³.

Ao propormos que as construções com clíticos pronominais, bem como as construções *Vcl* com verbo em início absoluto são essenciais na marcação e manutenção do distanciamento entre a variedade culta e os usos linguísticos de falantes não escolarizados, consideramos que, independentemente da língua-I desses falantes – possivelmente o português brasileiro, essencialmente proclítico –, a ênclise integra o conjunto de propriedades linguísticas que, ao lado de outras propriedades culturais, funcionam como “*marcador de origem social*”.

Já observamos que no ambiente de forte tensão daquela sociedade, em que se discutia o valor da língua brasileira, distinta da língua portuguesa, bem como os mecanismos de regulação linguística e a norma em si, a disposição de um falante para aquiescer à variante linguística mais ou menos próxima da norma gramatical portuguesa parece estar relacionada, especialmente, à posição que esse mesmo falante ocupa no espaço social e à relação que ele mantém com os demais interlocutores e com a(s) norma(s) linguística(s) socialmente imposta(s).

¹³ Não parece adequado propor que as regras se aplicam aos usos linguísticos do falante culto, de maneira geral, já que, no conjunto (amostras) de textos escritos que, direta ou indiretamente, possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa, as duas únicas ocorrências de próclise com verbo em início absoluto foram encontradas em textos produzidos por médicos.

Seguindo Oliveira (2011), propomos que a predominância de ênclise em textos produzidos por paulistas não se explica pela unidade linguística com Portugal. Ao contrário. Manifesta-se como tentativa de reação à norma portuguesa. Nesse caso, devemos reiterar, a generalização da ênclise realiza dupla tarefa: opera para conservação do distanciamento entre os usos linguísticos de falantes cultos e *não-cultos*, ao mesmo tempo em que contribui para marcação da distinção da variedade culta brasileira em relação à norma portuguesa. Dessa perspectiva sócio-histórica e linguística, podemos propor que esses usos linguísticos manifestam a coerção exercida pelo campo no qual os falantes estão inseridos.

2. Dimensões da experiência social

Parece-nos muito significativo o fato de os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas, no que se referem à colocação dos clíticos pronominais, refletirem padrões semelhantes àqueles observados em textos escritos por Álvares de Azevedo e José de Alencar (cf. discussão apresentada no *Capítulo V*). Acreditamos que essa similaridade se explica pelas condições sociais de produção linguística. Não somente pelo valor da experiência comum, suficiente para reunir indivíduos muito distintos em um mesmo grupo – o dos bacharéis ou o dos ex-alunos da Academia de Direito –, mas principalmente pela disposição social e política desses sujeitos.

Notamos, no decorrer deste estudo, que a busca pela distinção em relação ao modelo português contém em seu bojo a crítica à subordinação do Brasil aos ditames portugueses. Nesse sentido, devemos sublinhar, mais uma vez, os efeitos do conflituoso discurso cultural acerca da autonomia da língua e da literatura brasileiras, iniciado no

século XIX e prolongado por várias décadas (cf. *Capítulo II*). Ainda que os debates tenham ocupado somente uma pequena parcela da população, parece certo que naquele espaço de disputa as escolhas linguísticas dos grupos intelectuais tocaram questões relativas à identidade.

Observamos, ainda, que naquele período a literatura romântica exteriorizou os sentimentos nacionalistas das elites brasileiras, pela negação dos valores diretamente ligados à cultura portuguesa e pelo desejo de independência integral (Candido, 1987). Nesse gesto cultural e também político, buscou-se inventar um passado nacional, “marcando desde cedo a diferença em relação à mãe-pátria” (op. cit.). Ademais, nesse projeto a pátria brasileira surgiu idealizada e a figura do índio-herói, construída discursivamente como elemento sintetizador de uma cultura brasileira autóctone, ocultou o problema da escravidão (Treece, 2008; Candido, 1987; Sodré, 1984; entre muitos outros).

Embora nossos dados não comprovem essa hipótese, o contexto sócio-político e cultural parece oferecer indícios de que a semelhança entre os padrões de ordenação dos clíticos pronominais em textos produzidos por paulistas e em textos produzidos por escritores românticos não é ocasional. Ora, o romantismo nacionalista teve grande repercussão entre os intelectuais brasileiros. Ademais, os prestigiados escritores brasileiros inscritos nesse movimento, boa parte ex-alunos da Academia de Direito de São Paulo, exerceram influência no meio letrado, mesmo nas décadas iniciais do século XX, dividindo espaço com outros movimentos literários.

Devemos acrescentar (ou ressaltar), nesse quadro geral, a atuação de José de Alencar. Objeto de diversos estudos, seus escritos (literários ou não) se constituíram um instrumento desse projeto nacionalista:

Depois da independência, senão antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais.

Prosseguíamos na modesta senda, quando em Portugal principiou a cruzada contra a nossa embrionária e frágil literatura, a ponto de negar-lhe até uma individualidade própria. Não era generoso, e não era justo. [...]

Ainda assim, não reagimos, e nem pensamos em retaliar. No Brasil também se cultivava a crítica; e desde remotas eras Aristarco mostrou que não há superioridade inacessível à censura. Todavia respeitávamos os representantes ilustres da literatura mãe.

Enquanto em Portugal, sem darem-se ao trabalho sequer de ler-nos, acusam-nos de abastardar a língua, e enxovalhar a gramática; nós ao contrário, apreciando as melhores obras portuguesas, aprendíamos na diversidade dos costumes e da índole a formar essa literatura brasileira, cuja independência mais se pronuncia de ano em ano. É infantil. Será incorreta; mas é nossa; é americana (José de Alencar, 17/12/1874; Alencar, 1994, p. 59).

Seu texto advoga a validade da língua e literatura brasileiras, ao mesmo tempo em que sublinha o desejo de autonomia e rejeita, definitivamente, o servilismo, a imitação, a submissão:

Houve, porém, brasileiros que se deixaram contaminar desses espíritos. Começou então a vogar uma idéia singular: que o diploma de escritor em nosso país não se recebia da opinião nacional; era preciso ir recebê-lo do outro lado do Atlântico.

Foi em Roma que outrora se laurearam os poetas italianos; mas a láurea era deferida por uma academia onde estava representada a flor da literatura.

Em Lisboa ou Porto não carecia desse aparato. Bastava o capricho ou a simpatia de um simples jornalista para ditar a lei ao nosso público.

É contra isso que eu reclamo em nome de nossa literatura e por honra da mocidade brasileira, que aí vem cheia de vigor e talento pedir-nos conta de meio século de existência política.

É essa submissão que eu não tolero; e como já o disse uma vez, quebraria a pena antes, do que aceitar semelhante expatriação literária.

Admiremos Portugal nas tradições grandiosas de seu passado; nos esforços generosos de seu renascimento; prezemos sua literatura e seus costumes; porém nunca para imitá-lo servilmente. Importaria isso anular nossa individualidade (José de Alencar, 17/12/1874; Alencar, 1994, p. 60).

Esse sentimento leva Alencar, entre outros escritores do período, a sustentar a ideia de que a língua, ao lado da história e da literatura, apresenta-se como uma das bases de sustentação da autenticidade brasileira (cf. Abreu, 2002, p. 86). “*A língua é a*

nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”, é o que diz o autor no pós-escrito de *Diva*.

Na prática, foi o léxico indianista que melhor alimentou o intuito patriótico de suas obras (cf. Abreu, 2002). Não obstante, suas escolhas sintáticas também marcaram o distanciamento em relação ao modelo europeu.

Enfocando a questão da colocação pronominal, fica evidente que o autor muitas vezes optou por construções sintáticas não licenciadas pela gramática portuguesa. Vejamos alguns exemplos:

- (2) a.[...] fêz-se na cabana tão grande silêncio **que ouvia-se** pulsar o sangue na artéria do guerreiro” (Iracema, p. 57);
- b) “**Quando lembrou-se** que o italiano podia vê-lo” (O Guarani, p. 240);
- c) “- **A trouxe** viva!” (O Guarani, p. 128);

Essa maneira de ordenar os pronomes, muito criticada pelos portugueses, em especial Pinheiro Chagas, além de Henrique Leal, Franklin Távora e Feliciano Castilho, não está par e par com o que imaginamos do português oral do século XIX¹⁴. Isto porque o autor não se coloca em defesa das variantes do português chamado popular¹⁵, mas procura abonar a variação linguística em sua obra a partir de um ponto de vista

¹⁴ A ordem *Vcl* em orações dependentes (ex. 2a e 2b), conforme fizemos notar no capítulo anterior, parece distinguir a variedade culta brasileira¹⁴, e não o PB oral; em (2c) temos próclise em início de frase, todavia, essa construção talvez esteja mais próxima da escrita do que da fala, uma vez que, naquele momento, o clítico acusativo de terceira pessoa (*o/a*) já se mostrava bastante enfraquecido no português brasileiro, sendo muitas vezes substituído pelo pronomes lexical *ele/ela* ou pelo objeto nulo¹⁴ (cf. *capítulo V*). Quanto a (2c), vale notar que nas edições mais atuais (2006, por exemplo) aparece: “Ah! Trouxe __viva!”, em que a posição de objeto não é preenchida. Todavia, consultando algumas edições até 1910, encontramos a frase conforme apresentada em (c). Sobre a variação no uso dos clíticos acusativos no século XIX, ver os estudos de Tarallo (1983; 1993); Cyrino (1990; 1993).

¹⁵É bem verdade que o autor, ao discorrer sobre a língua, coloca-se em posição de defesa ante aos ataques dos portugueses, especialmente de Pinheiro Chagas.

subjetivo, que deixa em causa mais os fatores de ordem estética do que linguística. Sobre essa questão, Pimentel Pinto (1978), citando o *pós-escrito* de *Iracema* e as ideias contidas no *Nosso Cancioneiro*, propõe que:

[...] acompanhando-se a evolução do pensamento de *Alencar* através de sua obra, não se encontra uma formulação clara de princípios ou de pontos de vista. Aludindo fundamentalmente a um português alterado, transformado no Brasil, não se preocupa com o seu grau de diversificação e a sua categorização em termos de entidade linguística. [...] Também no estabelecimento das inter-relações desta variante brasileira, qualquer que seja o seu nome, com a língua de Portugal, sua posição não é bem clara. Se por um lado fala textualmente em “cisma gramatical”, permitindo supor a constituição de uma nova gramática para o Brasil, por outro, nunca deixou de recorrer, ele próprio, à gramática normativa tradicional e aos mais credenciados dicionários da língua, sempre que pretendia defender-se e repelir acusações de incorreções - que nunca deixou sem resposta. (Pinto, 1978, p. XXIII-XXIV).

Está bem claro que no contexto amplo no qual essas questões são geradas e conduzidas, há lugar para essa ambiguidade que, na verdade, está na base da sociedade brasileira. Em outras palavras, seus sucessivos escritos (*prefácios, posfácios, pós-escritos, etc.*) deixam ver essa estrutura social desigualitária, que (re) coloca seus ideais de independência cultural, mas sem abrir mão da cultura europeia branca e civilizada. Nesse sentido, fica esboçada a relação entre os projetos literário e político, levados adiante pelo autor como um conjunto compreendido numa mesma estrutura de intencionalidades (cf. Rizzo, 2007).

O que se vê, portanto, é que a similaridade entre os usos linguísticos de intelectuais paulistas e escritores românticos parece ter fundamento nesse contexto sócio-histórico e político – espaços e tempos sociais entrecruzados –, em que múltiplos fatores condicionam a variedade culta.

Para além da experiência individual, os usos linguísticos dos intelectuais paulistas refletem o processo de organização da sociedade brasileira no pós-

independência. Desse modo, ao que parece, o ajustamento entre a escrita dos paulistas e a de escritores românticos brasileiros emerge em razão de múltiplas experiências socializadoras, diversificadas e intrincadas, em cuja base está o projeto de valorização das *coisas* do Brasil.

Acervos Consultados

Campinas, SP

Centro de Memória da Unicamp
Biblioteca Central *Cesar Lattes* – Unicamp

Guaratinguetá, SP

Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves

Itú, SP

Museu Republicano “Convenção de Itu” – Museu Paulista – USP

Piracicaba, SP

Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes

Rio de Janeiro, RJ

Biblioteca Nacional
Real Gabinete Português de Leitura
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

São Paulo, SP

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Biblioteca da Faculdade de Direito da USP
Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP
Biblioteca Municipal de São Paulo Mário de Andrade
Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Museu da Imigração do Estado de São Paulo
Clube Português de São Paulo

1. Fontes manuscritas

A. Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba)

Correspondência de Prudente de Moraes – cartas enviadas por Prudente de Moraes ao seu filho Antonio de Moraes:

Carta – sem data
Carta – 13/10/1899
Carta – 23/08/1899
Carta – 06/10/1899
Carta – 28/04/1899
Carta – 18/03/1896
Carta – 25/10/1902
Carta – 17/03/1900
Carta – 27/03/1901
Carta – 13/11/1894
Carta – 21/01/1900
Carta – 13/02/1900
Carta – 06/03/1900
Carta – 08/04/1900
Carta – 29/04/1900
Carta – 13/05/1900
Carta – 26/05/1900
Carta – 12/06/1900
Carta – 20/09/1892
Carta – 21/06/1899
Carta – 15/07/1899
Carta – 18/09/1899
Carta – 19/08/1899
Carta – 21/10/1900
Carta – 16/10/1900
Carta – 04/02/1901
Carta – 26/02/1901
Carta – 13/03/1901
Carta – 16/02/1902
Carta – 27/06/1900

Carta – 05/07/1900
Carta – 31/08/1900
Carta – 05/10/1900
Carta – 28/09/1900

B. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Correspondência de Rodrigues Alves - Cartas de Prudente de Moraes a Rodrigues Alves:

Carta – 03/02/1897 (Lata 1113/Pasta 30)
Carta – 12/01/1897 (Lata 1113/Pasta 28)
Carta – 05/12/1896 (Lata 1113/Pasta 26)
Carta – 30/09/1896 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 02/10/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 03/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 30/10/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 06/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 11/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 17/04/1895 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 30/07/1896 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 10/07/1896 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 04/04/1896 (Lata 1113/Pasta 21)
Carta – 21/08/1896 (Lata 1113/Pasta 21)

Correspondência de Rodrigues Alves - Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes:

Carta – 1897 (Lata 809/ Pasta 47)
Carta – 24/02/1897 (Lata 809/Pasta 47)
Carta – 11/04/1897 (Lata 809/Pasta 47)
Carta – 15/11/1897 (Lata 809/Pasta 47)
Bilhete – 10/06/1897 (Lata 809/Pasta 47)
Bilhete – 06/07/1897 (Lata 809/Pasta 47)

Correspondência de Rodrigues Alves - Carta de Julio Mesquita a Prudente de Moraes:

Carta – 21/03/1901 (Lata 1113.22)
Carta – 02/06/1901 (Lata 1113.23)
Carta – 28/06/1901 (Lata 1113.25)
Carta – 02/06/1901 (Lata 1113.26)
Carta – 10/07/1901 (Lata 1113.27)

Documentos de Rodrigues Alves – diversos

Diário íntimo (DL 806/53)

Caderneta pessoal (Lata 86/Pasta 53)

C. Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves

Correspondência de Rodrigues Alves - cartas de Prudente de Moraes a Rodrigues Alves – (30/07/1896).

Correspondência de Rodrigues Alves - cartas de Campos Sales a Prudente de Moraes – (02/04/1897).

Documentos pessoais de Rodrigues Alves – diversos
Diário de Rodrigues Alves - cópia manuscrita

D. Museu Republicano “Convenção de Itu” – Museu Paulista – USP

Acervo Prudente de Moraes – carta de Prudente de Moraes a João Lourenço Rodrigues:
Carta – 09/12/1901 (MR 459)

Acervo Prudente de Moraes - carta de Prudente de Moraes a Pinheiro Fernandes Pinheiro:
Carta – 09/10/1899 (PM Ca0 P5)

Acervo Prudente de Moraes - Bilhete de Prudente de Moraes a Francisco de Paula Sousa:
Bilhete – 18/04/1892 (PM Ca2 P5)

Acervo Prudente de Moraes - Bilhete de Prudente de Moraes a Francisco de Paula Sousa:
Bilhete – 31/07/1893 (PM Ca3 P5)

E. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Acervo Whashington Luís - Cartas de Julio Mesquita a Washington Luiz:

Carta – sem data

Carta – sem data

Carta – 28/01/1907

Carta – 28/11/1907

Carta – 25/03/1911

Carta – 26/12/1922

Carta – 30/03/1922

Carta – 15/11/1925

2. Fontes impressas

A. Museu Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba)

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 26 de Março de 1879.

Discurso pronunciado em banquete que lhe foi oferecido por ocasião de seu aniversário (sem data).

B. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Discurso (minuta) - Rodrigues Alves (1902)

Discurso proferido por Rodrigues Alves em 10 de Maio de 1902(Pasta 39/ Lata 806)

Discurso proferido por Rodrigues Alves em 03 de Maio de 1916 (Pasta 37/lata 806)

Dissertação escrita por Rodrigues Alves, intitulada “A idéia de direito é independente da idéia de um poder soberano que o faça executar por meio da força?”, em 24 de Maio de 1866 (Pasta 51/ Lata 86)

C. Museu Republicano “Convenção de Itu” – Museu Paulista – USP

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 26 de março de 1890 (01VPP)

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 (01VPP)

D. Biblioteca Central Cesar Lattes – Unicamp

Sales, João Alberto. *Cartas a Julio Ribeiro*. Tipographia da Província: São Paulo, 1875

Sales, João Alberto. *Cathecismo Republicano*. Leroy King Book Walter: São Paulo, 1885

Mesquita, Julio. Bilhetes. In: *Cartas a Julio Ribeiro*. Tipographia da Província: São Paulo, 1875

E. Instituto Estudos Brasileiros - USP

BRITO, Paulino de. *Brasileirismos de colocação de pronomes* – resposta ao sen. Candido de Figueiredo. Livraria Azevedo: Rio de Janeiro, 1908.

F. Biblioteca Nacional

Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 10/04/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 19/04/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 09/05/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 10/10/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 17/10/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 24/10/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 31/10/1908
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 01/01/1910
Jornal *A Bandeira Portuguesa* – edição de 08/01/1910

Jornal *O Lusitano* – edição de 10/04/1908
Jornal *O Lusitano* – edição de 26/04/1908
Jornal *O Lusitano* – edição de 08/05/1908
Jornal *O Lusitano* – edição de 10/05/1908
Jornal *O Lusitano* – edição de 12/04/1908

Jornal *O Jacobino* - edição 12/12/1895
Jornal *O Jacobino* - edição 19/10/1895
Jornal *O Jacobino* - edição 30/11/1895
Jornal *O Jacobino* - edição 12/10/1895
Jornal *O Jacobino* - edição 11/07/1896
Jornal *O Jacobino* - edição 18/07/1898

G. Clube Português de São Paulo

Revista *A Paródia* - Edição – n° 03 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 04 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 05 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 06 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 07 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 08 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 15 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 16 – ANO I 1900
Revista *A Paródia* - Edição – n° 17 – ANO I 1900

H. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Jornal *A Pátria* – edição de 03/01/1904

Jornal *Echo Portuguez* – edição de 08/04/1897

I. Outros

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 - 1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

_____. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

ALENCAR, José de. *Bênção paterna. Prefácio a Sonhos dourado. Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Bibliografia da Língua Tupi ou Guarani também Chamada Língua Geral do Brasil* (Separata do Vol. VIII dos 'Annaes da Biblioteca Nacional') - Ed. Typ. Nacional: Rio de Janeiro, 1880.

CODMAN, John. *Ten Months in Brazil: notes on the paraguayan war*. American Edition, 1870.

FIGUEIREDO, Candido. *O problema da colocação de pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)*. Lisboa: Livraria Clássica, 1921 [1909].

GOMES, Alfredo (1915). *Grammatica Portugueza*. 16^a. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica Expositiva - adaptada ao 1^o, 2^o e 3^o anno dos Gymnasios*. São Paulo: Weiszflog & Co.

PINTO, Leonardo. *Da collocação dos pronomes complementos*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1889.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1881.

ROMERO, Silvio. O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar. *Provocações e Debates*. Rio de Janeiro, Tipografia Heitor Ribeiro, 1906

SAID ALI, Manuel (1908). *Difficuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro – São Paulo: Laemmert & C. Livreiros.

SALES, Alberto. *Política Republicana*. Leuzinger: Rio de Janeiro, 1882.

SALES, Manoel Ferraz de Campos. *Discursos*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1902.

SALES, Manoel Ferraz de Campos. *Manifestos e Mensagens (1898-1902)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1902.

SALES, Manoel Ferraz de Campos. *Cartas da Europa*. Leuzinger: Rio de Janeiro, 1894.

SCHMIDT, Afonso. *São Paulo dos meus amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Clássicos, ou Guia para a Construcção Portugueza*. 3^a. ed. Maranhão, 1870.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, Tomo I.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de S. Paulo*: Garnier Editor, 1863.

Bibliografia

ABAURRE, Maria. B.; GALVES, Charlotte. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: *Gramática do português falado*, vol. IV – estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADDUCI, Cássia C. *A “pátria paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1996.

_____. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n° 38, p. 101-124, 1999.

ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Pontos de Vista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1913.

ALENCAR, José de. *Bênção paterna*. Prefácio a *Sonhos dourados*. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, José Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. do Autor, 1994.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4ª ed., São Paulo: HUCITEC/INL – MEC, 1982 [1920].

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 - 1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

_____. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

ANDERSON, Stephen R. *Aspects of the Theory of Clitics*. New York: Oxford University Press, 2005.

ARAÚJO, Maria Lucília V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA J. G. (coord.). *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998a, p. 24-41.

ARDOINO, Jacques; BARBIER, R.; GIUST-DESPRAIRIES, F. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J. G. (coord.). *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998b, p. 50-72.

BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2003.

BANDECCHI, Brasil. *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Parma, 1982.

BARBAUD, P. *A língua do Estado: o estado da língua*. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 255-278.

BARBOSA, Rosana. *Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil*. Revista Arquipelago-História. 2ª. série. Volume II, 2003, p. 173-196.

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BARROS, Manoel. *O livro das ignoranças*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. *O guardador de Águas*. São Paulo: Art, 1989.

BARROS, Maria Paes de. No tempo de Dantes. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. p. 79-139.

BLANCO, Silvana M. B. *Republica das Letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1995.

BOLTANSKI, Luc. Usos fracos e usos intensos do habitus. In: Encrevé, P (et. al.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 155-163.

BORGES NETO, José. *Ensaaios de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004 [1989].

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *L'économie des échanges linguistiques*. *Langue Française*, 34, maio 1977.

_____. *O mercado linguístico*. Conferência feita na universidade de Genebra em dezembro de 1978.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. In: Pierre Bourdieu. Ortiz, Renato, org. São Paulo, Ática, 1983.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Meditações Pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000 [1997].

_____. Las formas del capital. Capital econômico, capital cultural y capital social. In Bourdieu, P. *Poder, derecho y clases sociales*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2000.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'ÁGUA, 2003, p. 39-72,.

_____. *Ofício de sociólogo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007 [1972].

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008 [1987].

_____. *O poder simbólico*. 12ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009 [1992].

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic. *Una invitación a la sociologia reflexiva*. Argentina: Siglo veintiuno editores, 2005 [1992].

BREFE, Ana Cláudia F. *A Cidade Inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Mestrado em História. Campinas: IFCH- Unicamp, 1993.

BRESCIANI, M. S. M.; Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: Ferreira; de Lucca, Iokoi. (Org.). *Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. 1ª ed. São Paulo: Unesp/FAPESP/ANPUH-SP, 1999, v. , p. 11-45.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Padrões de colocação dos pronomes clíticos. In: Mª H. M. Mateus, A. Mª Brito, I. Duarte, I. H. Faria et al, *Gramática da língua portuguesa* (6ª edição, revista e aumentada). Lisboa: Caminho, 2003.

BRITO, Paulino de. *Brasileirismos de collocação de pronomes* – resposta ao sen. Candido de Figueiredo. Livraria Azevedo: Rio de Janeiro, 1908.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953-4.

BUENO, Alexandre M. *Intolerância linguística e imigração*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/ FFLCH, 2006.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade: História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

CAETANO, Baptista. *Rascunhos sobre a grammatica da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. de A. dos Santos, 1881.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Ed.; IPOL, 2007.

CAMILO, Vagner. Mito e história em Iracema: a recepção crítica mais recente. *Novos estudos* - CEBRAP, São Paulo, n. 78, July 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Jan. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000200014>.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. População e sociedade em São Paulo no século XIX. In: PORTA, Paula (Org.) *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império: 1823 - 1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 15-55.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.

CAMPOS, Cinthya Machado. *A política da língua na era Vargas: a proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1999.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *Educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CANOVAS, Marília Dalva K. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia: Trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007.

CARNEIRO, Zenaide O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2005.

CARONE, Edgard. *Evolução industrial de São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2001.

CARVALHO, Augusto de. *O Brasil - Colonização e Emigração*, 2ª edição, Porto, 1875.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem - A elite política impessoal teatro de sombras*. RJ. UFRJ, 1996.

CASTILHO, Ataliba. *Notícias sobre o projeto Caipira*. São Paulo, 2001, mimeo.

CERRI, Luiz Fernando. *Non Ducor, Duco: A ideologia da paulistanidade e a escola*. Dissertação de mestrado. Unicamp: Campinas, 1996.

CINTRA, Lindley. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. In *Boletim de Filologia*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T Press, 1970.

_____. *Estruturas Sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: PRAEGER, 1986.

_____. *Lectures on Government and Biding*. Dordrecht/The Neetherlands: Foris Publications Holland, 1988a.

_____. *Language and Problems of Knowledge: the Managua Lectures*. Massachuttes: The MIT Press, 1988b.

_____. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999.

_____. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CHOMSKY, Noam & LASNIK, Howard. A teoria dos Princípios e Parâmetros. In: CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999.

CODMAN, John. *Ten Months in Brazil: notes on the paraguayan war*. American Edition, 1870.

COELHO, Olga Ferreira. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira do século XIX. *Revista IEB*, nº 47, 2008.

CORBEIL, Jean-Claude. Elementos de uma teoria da regulação linguística. In: BAGNO, M. (Org.) *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 175-201.

CORDEIRO, Roseli. *A aprendizagem dos clíticos acusativos de 3ª pessoa*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2004.

CORRÊA, Rosa Lydia T. *Conviver e Sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920)*. Dissertação de mestrado, São Paulo: USP, 2000.

CORREA, Vilma Reche. *O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1991.

CRUZ, Heloísa F. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana - São Paulo – 1890/1915*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

CYRINO, Sonia M. L.. *O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?* UNICAMP, 1990.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 163-175.

_____. *Objeto nulo do português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. Objeto nulo no português do Brasil e no português de Portugal, palestra proferida na 52ª Reunião Anual da SBPC - realizada na Universidade Federal de Brasília, em Brasília, DF, de 9 a 14 de julho de 2000, dentro do Simpósio: *Sobre as diferenças entre o português europeu e o português do Brasil*, 2000a.

_____. *The syntax of null objects in Brazilian Portuguese*, conferência proferida na Universität Hamburg, 2000b.

_____. Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE. In GUEDES, M; BERLINCK, R. de A.; MURAKAWA, C. de A.A. (orgs.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, SP, Cultura Acadêmica, p. 53-79. 2006.

CYRINO, Sonia M. L.; DUARTE, Maria Eugênia L.; KATO, Mary. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In Kato, M. & Negrão, E. (eds) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert, 2000.

CYRINO, Sonia M. L.; MATOS, M.G.A. *Syntactic microvariation in VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no 25 GLOW Colloquium, April 9-11. Meertens Institut, Amsterdam, Holanda, 2002.

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. Imprensa e saber linguístico: o percurso de uma instituição. *Revista da ANPOLL*, v. 25, 2008, p. 207-226.

DUARTE, Maria Eugênia L. *Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. S. Paulo: PUC, 1986.

ELIA, Silvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar e o ciclo do açúcar*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1979.

_____. *Nossa Guerra*. São Paulo: Piratininga, 1933.

ENCREVÉ, Pierre. A palavra e seu preço. In: Encrevé, P (et. al.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 155-163.

FAGUNDES, N. C.; BURNHAM, Teresinha F. Transdisciplinariedade, multirreferencialidade e currículo. *Revista da FAGED*, Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, N. 5, 2001, p. 39-55.

FANINI, Ângela Maria Rubel. *A situacionalidade histórica do discurso literário*. s/d.

FARACCO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Saudade, imigração e a construção de uma nação portuguesa) desterritorializada. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 9, n. 1, , jan./jul. 1992, p. 35-49.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. *Word*, 15, april, *Journal of linguistic*, 1959.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: EDUNESP, 2002.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos José. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza - 1890-1915*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.

FIGUEIREDO, Candido. *O problema da colocação de pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)*. Lisboa: Livraria Clássica, 1921 [1909].

FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil dos séculos XIX e XX. In: LESSA, Carlos (Org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record/FAPERJ, 2002, p. 91-116.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.

FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FREIRE, José Ribamar Lessa. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro:UERJ, 2003.

FREITAS, Sonia. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 46a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2002[1933].

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1936.

FROEHLICH, Paulo. Brasil - *Língua Padrão ou Diglossia?* *Revista de Letras*. Assis, 1975.

FROTA, Sónia; VIGARIO, Marina. *Between Syntax and Phonology: On Phrasal Effects in European Portuguese*. Talk presented at the GLOW Workshop on Weight Effects, Athens, 1996.

GALVES, Charlotte. *Clíticos: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe?*. São Paulo: DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 6, 1990, 255-271.

_____. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 387-408.

_____. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 1998, p. 79-98.

_____. Do português clássico ao português moderno: uma análise minimalista. In: *Estudos Linguísticos e Literários*. v. 19, 1997, 105-127.

_____. *Ensaio sobre gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: Castilho, Ataliba T. (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, ed. 1. São Paulo: Pontes, 2007, p.513-528.

_____. *Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio*, 2009. Disponível em http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/GALVES_C-2010.pdf. Acesso em 15/02/2010.

GALVES, Charlotte; SÂNDALO, Filomena. *Clitic placement in Modern and Classical European Portuguese*. Cambridge: MIT Working Papers in Linguistics 47, 2004, p. 115-128.

GALVES, Charlotte M. C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M.C. The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, vol 4, n.1, 2005.

GALVES, Charlotte; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; RIBEIRO, Ilza. Syntax and Morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Jornal of Portuguese Linguistics*, vol. 4, nº2, Studies in the comparative syntax of European and Brazilian Portuguese, 2005, p. 143-177.

GALVES, Charlotte, NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Annette Endruschat / Rolf Kemmler / Bárbara Schäfer-PrieB (Hrsg). Turbigen: Calapinus Verlag, 2006, p. 45-75.

GARDÈS-MADRAY, F. e BRÈS, J. Conflitos de Nomenclatura em Situação Diglósica. In: Vermes, G. e Boutet, J. (orgs.). *Multilinguismo*. Tradução C. M. Cruz e M. H. L. Gimeno. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989, p.155-171.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de bolso, 2008 [1976].

GODOY, Mahayana. *A colocação dos clíticos em ambiente das orações infinitivas introduzidas por preposição no português clássico*. Disponível em www.gel.org.br/estudoslinguisticos/vol32/... Acesso em 10/12/2009.

GOMES, Artur Nunes. *Sob o Signo da Ambiguidade: Configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1998.

GONÇALVES, Anabela. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa, 1999.

GORENDER, Jacob. *Liberalismo e Escravidão* - Entrevista com Jacob Gorender. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 46, dezembro, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Nov. 2011.

GOULART, Maurício. Júlio Mesquita. In: *Homens de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1981.

GRAÇA, Heraclito. *Factos da linguagem*: esboço crítico de alguns assertos do Snr. Candido de Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Livraria de Viuva Azevedo, 1903.

GRAHAN, Richard. Constructing a nation in Nineteenth-Century Brazil: Old New Views n Class, Culture, and the State. *The Journal of the Historical Society*, v. 1, no. 2-3, 2001, p. 17-56.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, ENI (orgs.) *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, p. 127-138, 1996.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. *Revista de Convergência Lusíada*. 24. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, 2007, p. 256-264.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, I (1), 1998, p. 5-27.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HANKS, William F. *Língua como prática social*: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.) *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 97-114.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *Francisco Rangel Pestana*: jornalista, político, educador. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 1986.

HOFBAUER, Andreas. O Conceito de Raça e o Ideário do Branqueamento no século XIX - bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, 42 e 43, Janeiro - Julho de 2003, p. 63-110.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O manifesto de 1870. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, vol. VII, São Paulo: Difel, 1972.

HOUAISS, Antonio. *Sugestões para uma política da língua*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

JANEIRA, Ana L. Ruptura epistemológica, corte epistemológico e ciência. *Análise Social*. Lisboa, série 2, 9 (34) Abr.-Jun. 1972, 629-644.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAYNE, R. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.

KATO, Mary. Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística. In: Duarte, Inês e Leiria, I. (orgs) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, 1994, p. 211-237.

_____. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: M.A.Marques, E.Koller;J.Teixeira & A.S.Lemos. (Org.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, pp. 131-145.

KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos da População*. São Paulo, v.6, n.2, 17-37, 1989.

KOGURAMA, Paulo. A saracura: ritmos sociais e temporalidades da metrópole do café (1890-1920). *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.38, São Paulo, 1999.

KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, 1, 1989, pp. 199-244.

_____. Morphosyntactic Variation. *Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, vol 2, 1994, p. 180-201.

KOZIMA, José Wanderley. Instituições, retórica e o bacharelismo no Brasil. In: WOLKMER, A.C. (org.). *Fundamentos da História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 3ª Ed.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAGRAVE, Rose-Marie ; ENCREVÈ, Pierre (org). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Alfa-Ômega, São Paulo, 1975.

LEITE, Beatriz Westin C. A visão da República no interior das instituições monárquicas: Pronunciamentos políticos. *Revista de História*, São Paulo, n. esp., p. 116, 1989.

LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a emigração portuguesa (1855- 1914)*. In: B. FAUSTO, Boris (ed.). *Fazer a América: a imigração de massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, 22 (62), 2008.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 334-356.

_____. Língua nacional, histórias de um velho surrão In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 215-46

LOBO, Eulalia. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOBO, Tania. *A colocação dos clíticos em Português*. Duas sincronias em Confronto. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1992.

_____. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil*: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2001.

LOPES, Ana Luiza A. *A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOVE, J. O Poder dos Estados: Análise Regional. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, Tomo III, 1º vol, 1975, p. 55.

_____. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Col. Estudos brasileiros), 1982.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística, uma introdução*. Editora Guanabara: Riode Janeiro, 1987.

MAGRO, Carolina. *O fenómeno de subida de clítico à luz de dados não-standard do PE*. Manuscrito disponível em:
http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/pdfs_publicacoes/magro_2004.pdf, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750 – 1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1974.

MARCOVITCH, Jacques. Júlio Mesquita. In: _____. *Pioneiros e Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp/Saraiva, v. 1, 2006.

MARIANI, Bethânia; SOUZA, Tania. 1822, Pátria independente. Outras palavras? *Organon*, v. 21, 1984, p. 43-51.

MARQUES, F. C. A. *O imigrante italiano em Juó Bananére e Antônio de Alcântara Machado: assimilação e (dês) enraizamento social*. Dissertação de mestrado, São Paulo: USP, 2004.

MARQUILHAS, Rita. O que é esta tal comunidade? Identidade nacional nos territórios de fala portuguesa. In: *Territórios da língua portuguesa*. Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1 a 5 de setembro de 1996/ Coordenação Gláucia Villas Bôas. Rio de Janeiro: IFCS, 1998.

MARROQUIM, Mario. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD Livros Editora, 1934.

MARTELOTTA, Mario. et al. Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In Aguillera, Vanderci (org). *Para História do Português Brasileiro*. Londrina: EDUEL, 2009.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

_____. A Minimalist Approach to Clitic Climbing. In João Costa. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 169-190.

_____. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos”. In Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo & Clara Barros (eds.) *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 197-225.

_____. A ordem dos Constituintes na Frase. In: Bacelar do Nascimento, M. F., A. Mendes, M. A. Mota, E. Paiva Raposo, L. Segura e M. C. Viana (orgs.), *Gramática do Português*. Fundação Calouste Gulbenkian, no prelo.

MARTINS, João B. *Abordagem multirreferencial: Contribuições epistemológicas e metodológicas para o estudo dos fenômenos educativos*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2000.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MARTINS, Marco Antônio. *Competição de Gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese de doutoramento. Florianópolis: UFSC, 2009.

MATOS, Ilmar Rollof. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/INL, 1987.

MATOS, Maria Izilda. S. Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho São Paulo 1890-1930. In: M.B.N. SILVA; M.I. BAGANHA; M.J. Maranhão; M. H. Pereira (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIXXX)*. Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 218-237.

_____. *Cotidiano e Cultura - História, Cidade e Trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *O português são dois*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. *Caderno de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, 2008, p. 11-30.

MELO, Gladstone C. de. *Alencar e a Língua Brasileira*. Conselho Federal de Cultura, 1970/1972.

MENDES, José A. S. R. *Laços de Sangue - privilégios e intolerância à imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945)*. Tese de doutorado. USP: São Paulo, 2008.

MENEZES, Roni Cleber D. *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*. Mestrado em Educação. São Paulo: USP, 2006.

MESQUITA FILHO, Ruy. (Org.) *Cartas do Exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MILROY, Lesley. Social Network. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P. SCHILLING-ESTES, N. (eds.), *The Handbook of Language Variation and Change*. 2004 [2002], p. 549-571.

MILROY, James. Probing under the tip of the iceberg: phonological 'normalization' and the shape of speech communities. In: ROMAINE, Suzanne (ed.), *Sociolinguistic variation in Speech Communities*. London, 1982, p. 35-47.

MILROY, James; MILROY, Lesley. Varieties and Variation. In: COULMAS, Florian (ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1998.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO-SILVA, M. Cristina; LOPES, Ruth E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Atlas: São Paulo, 2002.

MORAES, José Geraldo Vinci. *As sonoridades paulistanas* (A música popular na cidade de São Paulo - Final do séc. XIX ao início do séc. XX). Dissertação de Mestrado, Depto de História da PUC-SP, São Paulo, 1989, mimeo.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

MOUTINHO, Jessita M. N. *A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político*. São Paulo: USP, 1991.

MULLER, Fernanda Suely. *Ruptura ou tradição? A crítica e a literatura portuguesa no jornal O Estado de São Paulo no pré-modernismo brasileiro : 1900-1911*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007

_____. *(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando nós: as relações literárias luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v 9, n Especial, 1993, p. 437-454.

_____. Variable Concord in Portuguese: The situation in Brazil and Portugal. In: John McWhorter (ed.). *Language Change and Language Contact in Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000, p. 235-255.

_____. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: *um tema em debate*. In: RONCARATI, Claudia & ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 285-302.

_____. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1922/1953.

NIZZA DA SILVA, Maria B. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

NUNES, Jairo M. Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 207-222.

OLIVEIRA, Carla M. S. *A (re) construção da identidade portuguesa na imprensa imigrantista do Rio de Janeiro: a História de Portugal na revista Lusitania*, 2008, ms.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles, relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Marilza. A natureza do SN e do clítico acusativo de 3ª pessoa no processo de aprendizagem do PB. *Comunicação apresentada no 52o. Seminário do GEL*, Campinas, 2004.

_____. *Formação do português culto paulista escrito: o papel das grandes escolas (1830-1934)*. Projeto aprovado pela FAPESP, 2006 (mimeo).

_____. Formação do Português Paulista: imigração. In: *V Congresso Internacional da Abralin*. Caderno de Resumos. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007, p. 402.

_____. *Pluricentrismo na Arena Linguística*. 2011, ms.

OLIVEIRA, Marilza de; KEWITZ, Verena. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: DUARTE, M. E. L. & CALLOU, D. (org.) *Para História do Português Brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2002.

OLIVEIRA, Marilza (et. Al.). Perfil das escolas: fins do XIX e início do XX. In: Aguilera, Vanderci (Org.). *Para a História do Português Brasileiro - Volume VII: Vozes, Veredas, Voragens*. Londrina: EDUEL, 2009.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. Campinas: Pontes, 1992.

_____. O Teatro da Identidade – A Paródia como Traço da Mistura Linguística (Italiano/Português)”. In: *Interpretação, Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis. RJ: Vozes, p. 114 – 131, 1996.

_____. *A língua brasileira*. Cienc. Cult., São Paulo, v. 57, n. 2, June 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jan. 2011.

ORTIZ, Renato. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: Ortiz, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 39.

PAGOTTO, Emilio G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*, Dissertação (Mestrado em Linguística) UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 185-206.

_____. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos 2*. São Paulo: Pontes, 1998.

_____. *Variação e (') identidade*. Maceió: EDUFAL, 2004.

PAGOTTO, Emilio G.; DUARTE, Maria Eugenia G. Gênero e norma; avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). *A Norma Brasileira em construção: Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2005, p. 67-81.

PAIVA, Janise de Sousa. *Atlanticamente Atlântida: em busca de mares já navegados*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca*. Sintaxe e história do português nos 1600. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. A morfologia de flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. *Estudos da Língua(gem)* (Impresso), v. 8, 2010, p. 55-82.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração*. São Paulo: Ed. Expressão &Arte, 2005.

PAVIANI, Jaime. *Interdisciplinaridade: Conceitos e distinções*. Caxias do Sul: EducS, 2003.

PAVIANI, Jaime; BOTOMÉ, Silvio P. *Interdisciplinaridade: disfunções conceituais e enganos acadêmicos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1993.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. São Paulo: Martins, 1962.

PEREIRA, Helcius Batista. *A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-09052011-144015/>>. Acesso em: 2011-06-03.

PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, 2002.

PEREIRA, Paulo César X. São Paulo, uma ou várias cidades e história? In: *Congresso BRAGA VI Brazilian Studies Association*, 2002, Atlanta (Georgia), 2002.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PINTO, Edith Pimentel. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920*. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

_____. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1920/1945*. Fontes para a teoria e história. Rio de Janeiro: Livraria Técnica e Científica; São Paulo: EDUSP, 1981.

PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Congresso Luso-brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-graduação*. Porto Alegre, 21-23 de junho, 2004. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/porto%20alegre.pdf>. Acesso em 09/10/2009.

PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

RAZZINI, Marcia P. G. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 101-120.

REY, Alan. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 115-144.

REZZUTTI, Paulo. Por trás da Primeira República. *Revista de História*. 2011. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/por-tras-da-primeira-republica>. Acesso em 10/09/2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "Pés-de-Chumbo": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Mestrado, Depto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1987.

_____. Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, p. 631-654.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática? In: A.Castilho (org.) *Para a história do português brasileiro*. Primeiras idéias, Vol. I., Humanitas: São Paulo, 1998, p. 101-119.

_____. Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Lingua(gem)*. v. 8, n1. Vitória da Conquista, junho/2010.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1881.

RIBEIRO, Priscilla. *A ordem de constituintes sentenciais no português paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011

RIZZI, L. The Fine Structure of The Left Periphery. In: Haegeman, L (org) *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Kluwer: Dordrecht, 1997.

RIZZO, Ricargo Martins. *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1929-1877)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

ROBIN, Reginé. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROCHA, Luis Gonzaga da. *A Bucha e Outras Reminiscências Maçônicas*. Londrina: A Trolha, 1999.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial, *Humanidades*, I(4), 1993, p. 21-41.

RODRIGUES, João Paulo C. S. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

_____. Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX. In: Ivana Stolze Lima; Laura do Carmo. (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Edições Casa Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2008, p. 327-349.

ROMAINE, Suzanne. *What is a speech community?* In: *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. London: Edward Arnold, 1982.

ROMERO, Silvio. O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar. *Provocações e Debates*. Rio de Janeiro, Tipografia Heitor Ribeiro, 1906.

SAES, Flávio Azevedo M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850 – 1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. São Paulo Republicana: vida econômica. in: PORTA, Paula (org.) *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3. p. 215 - 245.

SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

SANTOS, Rosane V. A. *A emigração portuguesa no contexto da economia cafeeira 1870-1890*. Mestrado, Depto de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

SANTOS SILVA, Hosana. *O uso e a ordem dos clíticos pronominais: uma proposta de articulação entre o conhecimento sócio-histórico e os caminhos de representação linguística*. Projeto de pesquisa para doutorado apresentado à FAPESP. São Paulo, Junho/2007.

_____. O lugar da língua no almanaque literário de São Paulo. In: *Caderno de Resumos do XIX Seminário do CELLIP*, 2009, pp. 218-219.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHIFFMAN, H. F. Diglossia as a sociolinguistic situation. In: *The handbook of sociolinguistics*. Cambridge: Blackwell, 1997.

SCHMIDT, Afonso. *São Paulo dos meus amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954.

SCHMIDT, Afonso. *A sombra de Júlio Frank*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, 2008.

SCOTT, A.S.V. *Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1914)*. Revista de Ciências Humanas, 27:29-56, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1993].

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *As barbas do Imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora de lugar. In: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, 1977.

SCOTT, Ana Silvia V. *Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930*. Oceanos (44), 2000, p. 126-142.

SERPA, Élio. *Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000, p.81-114.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SIMAS, Luiz Antônio. *O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRJ, 1994.

SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. "Contribuição Monográfica para o Estudo da Segunda Fundação de São Paulo." In.: *Revista de História*. São Paulo: FFCL/USP, n. 17, 1958.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

SOARES, Magda. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. *Linguagem e Escola. Uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Ética, 2000.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SONTANG, Ricardo. *Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República*. Joaçaba: Espaço Jurídico, 2008, p. 67-78.

SOUSA, Fernando, CIRNE, Teresa. Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832). *Revista População e Sociedade*. Imigração portuguesa para o Brasil parte II. Cepese: Porto, 2007, p. 203-209.

SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole: a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1994.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania, Ph. D. Dissertation, 1983.

_____. TARALLO, Fernando. Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian Portuguese. In: GUY, G; BAUGH, J.; SCHIFFRIN, D. (Eds.), *Festschrift to William Labov*, 1992.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Zelig: um camaleão-linguista*. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v2. n.1, 1986, p.127-144.

_____. Por uma sociolinguística românica "paramétrica": fonologia e sintaxe. *Ensaio de Linguística*, Belo Horizonte, n.13, 1987, p.51-83.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary O. A. *Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralinguística*. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, v.2, 2007, p.13-42.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo sob o Império. Vol. VI [1842-54]*. SP: Dep. Patr. Hist., Div. Arq. Hist., 1977.

TEYSSIER, PAUL, *Manuel de langue portugaise (Portugal Brésil)*. Paris: Klincksieck, 1976.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40 (1), 2006, p. 27-55.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes*. O Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-nação Imperial. São Paulo: Edusp, 2008.

TRICHES, Roberta P. "À sombra das bananeiras d'esta república": as construções da imagem do português pela imprensa Carioca. *Revista Litteris*, n 2, maio 2009.

_____. A Labareda da Discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *Revista Achegas.net*, n 36, julho/agosto, 2007. disponível em <http://www.achegas.net/anteriores.html>. Acesso em 12/10/2009.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, Tomo I.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Epistemologia, diálogos e saberes: estratégias para práticas interparadigmáticas em saúde mental. *Cod. Bras. Saúde Mental*, Vol 1, n° 1, jan-abr, 2009.

VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal - a imagem recíprova* (O Mito e a Realidade na Expressão Literária). Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*. Ano 10. n° 16, jul-dez, 2007, pp 63-71.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de S. Paulo*: Garnier Editor, 1863.

ZIMMERMANN, Klaus. O português não-padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós crioula. In: ZIMMERMANN, K. (ed). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Verveurt, 1999, p. 441-75.

ZWICKY, Arnold. *On Clitics*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1977.

1. Corpus “escrita paulista”

1.1 PRUDENTE DE MORAES

A – Textos manuscritos

Carta enviada ao filho Antonio em (s/d)
Carta enviada ao filho Antonio em 20/09/1892
Carta enviada ao filho Antonio em 13/11/1894
Carta enviada ao filho Antonio em 18/03/1896
Carta enviada ao filho Antonio em 28/04/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 06/10/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 21/06/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 15/07/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 19/08/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 18/09/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 13/10/1899
Carta enviada ao filho Antonio em 21/01/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 13/02/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 06/03/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 17/03/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 08/04/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 29/04/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 13/05/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 26/05/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 12/06/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 27/06/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 05/07/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 31/08/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 28/09/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 16/10/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 05/10/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 21/10/1900
Carta enviada ao filho Antonio em 04/02/1901

Carta enviada ao filho Antonio em 26/02/1901
Carta enviada ao filho Antonio em 13/03/1901
Carta enviada ao filho Antonio em 27/03/1901
Carta enviada ao filho Antonio em 16/02/1902
Carta enviada ao filho Antonio em 25/10/1902

Carta enviada a Rodrigues Alves em 17/04/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 30/05/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 30/09/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 02/10/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 30/10/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 03/12/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 06/12/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 11/12/1895
Carta enviada a Rodrigues Alves em 04/04/1896
Carta enviada a Rodrigues Alves em 10/07/1896
Carta enviada a Rodrigues Alves em 30/07/1896
Carta enviada a Rodrigues Alves em 21/08/1896
Carta enviada a Rodrigues Alves em 05/12/1896
Carta enviada a Rodrigues Alves em 12/01/1897
Carta enviada a Rodrigues Alves em 03/02/1897

B – Textos impressos

Discurso pronunciado em 26 de março de 1879
Discurso pronunciado em 15 de novembro de 1894
Discurso pronunciado em banquete que lhe foi oferecido por ocasião de seu aniversário

1.2 CAMPOS SALES

A – Textos manuscritos

Carta enviada a Prudente de Moraes em 05/11/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 02/04/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 24/02/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 10/06/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 06/07/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 11/04/1897
Carta enviada a Prudente de Moraes em 15/11/1897

B – Textos impressos

Discurso pronunciado em 07 de janeiro de 1891
Discurso pronunciado em 23 de julho de 1891
Discurso pronunciado em 31 de agosto de 1891
Discurso pronunciado em 15 de junho de 1892
Discurso pronunciado em 11 de julho de 1892
Discurso pronunciado em 23 de agosto de 1892
Discurso pronunciado em 09 de junho de 1894
Discurso pronunciado em 06 de junho de 1895
Discurso pronunciado em 08 de agosto de 1895

Primeira Carta da Europa
Segunda Carta da Europa
Terceira Carta da Europa
Quarta Carta da Europa
Razão da viagem

1.3 ALBERTO SALES

A – Textos impressos

Cartas a Julio Ribeiro (1885)

Política Republicana (1882, capítulos de 1 a 3)

1.4 RODRIGUES ALVES

A – Textos manuscritos

Diário íntimo - caderno 1 - (1914-1916)

Dissertação apresentada à Academia de Direito (1866)

B – Textos impressos

Discurso pronunciado em 10 de maio de 1902

Discurso pronunciado em 03 de maio de 1916

1.5 JULIO MESQUITA

A – Textos manuscritos

Carta enviada a Prudente de Moraes em 21/03/1901
Carta enviada a Prudente de Moraes em 02/06/1901
Carta enviada a Prudente de Moraes em 28/06/1901
Carta enviada a Prudente de Moraes em 02/06/1901
Carta enviada a Prudente de Moraes em 10/07/1901

Carta enviada a Washington Luiz (s/d)
Carta enviada a Washington Luiz (s/d)
Carta enviada a Washington Luiz em 28/01/1907
Carta enviada a Washington Luiz em 28/11/1907
Carta enviada a Washington Luiz em 25/03/1911
Carta enviada a Washington Luiz em 26/12/1922
Carta enviada a Washington Luiz em 30/03/1922
Carta enviada a Washington Luiz em 15/11/1925

2. Corpus “*imprensa imigrantista*”

1.1 JORNAL “*A Bandeira Portuguesa*”

Artigo publicado em 10/04/1908 —“*Reflexões e Conselhos*”
Artigo publicado em 19/04/1908 —“*Da Terra Lusitana*”
Artigo publicado em 09/05/1908 — “*República?! Não...*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Pela Pátria*” -
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Quo Vadis, Pátria?*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*A situação em Portugal*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Preciosas Verdades
A regeneração de Portugal*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Tiro Certo...*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Lealdade*”
Artigo publicado em 09/05/1908 —“*Cinematographo*”-
Texto biográfico publicado em 09/05/1908 —“*Dr. Albuquerque Lins*”
Artigo publicado em 10/10/1908 —“*Reflexões e Conselhos*”
Artigo publicado em 10/10/1908 —“*Esquecimento*”
Artigo publicado em 17/10/1908 —“*Campanha de ódio
A Bandeira Portuguesa e seus inimigos*”
Artigo publicado em 17/10/1908 —“*Missão Honrosa
A Imprensa Portuguesa no Brasi*”
Artigo publicado em 24/10/1908 — “*A visita do Ministro*”
Artigo publicado em 31/10/1908 —“*Ainda a viagem do Sr. Ministro*”
Artigo publicado em 01/01/1910 —“*Um novo anno. Para qual destino?*”
Artigo publicado em 08/01/1910 —“*Males e Remédios*”

1.2 JORNAL “*O Lusitano*”

- Artigo publicado em 10/04/1908 — “*Apresentação*”
- Artigo publicado em 10/04/1908 — “*A família Real*”
- Artigo publicado em 10/04/1908 — “*Tudo pela Pátria - O Regicídio*”
- Artigo publicado em 10/04/1908 — “*Um invento portuguez*”
- Artigo publicado em 26/04/1908 — “*Commercio Portuguez*”
- Artigo publicado em 26/04/1908 — “*Tudo pela Pátria*”
- Artigo publicado em 26/04/1908 — “*O Regicídio II*”
- Artigo publicado em 08/05/1908 — “*A grande data*”
- Artigo publicado em 10/05/1908 — “*O discurso da corôa*”
- Artigo publicado em 10/05/1908 — “*A política da Colônia*”
- Artigo publicado em 10/05/1908 — “*O Regicídio II*”
- Artigo publicado em 12/05/1908 — “*Regresso à paz*”

1.3 JORNAL “*A Pátria*”

- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*O culpado*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*O Imigrante*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*Mil vezes, não!*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*Interesses Commerciaes Portugal e Brasil*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*Perseguidor Cruel*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*O crime do corropira*”
- Artigo publicado em 03/01/1904 — “*Factos e Boatos*”

1.4 JORNAL “*Echo Portuguez*”

- Artigo publicado em 08/04/1897 — “*Ao Começar*”
- Artigo publicado em 08/04/1897 — “*Varões illustres de Portugal*”
- Artigo publicado em 08/04/1897 — “*Interesses Portugueses*”
- Artigo publicado em 08/04/1897 — “*Real Centro Portuguez de Santos*”